

IDO LUIZ MICHELS

CRÍTICA AO MODELO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO

**DO PLANEJAMENTO
ECONÔMICO - 1956
AOS PRECATÓRIOS - 1997**



A afirmação já é lugar comum: os produtores de conhecimento especializaram-se e elaboraram conhecimento a partir de leituras especializadas. Isso não vai bem. Empobrece o mundo, porque o explica negando a sua complexidade, diminui a abrangência de cada área de saber e faz o não técnico afastar-se com desgosto das produções acadêmicas, que restam enfadonhas e menores do que a realidade com que se depara no dia a dia.

Este livro que a vida acadêmica do ldo produziu não vem com estes pecados, e nem poderia vir, porque quem o lavrou nunca se permitiu buscar sabedoria em um saber só. A sua militância política, quando não o obrigou a ir às coisas do mundo com muito mais sensibilidade, sensibilizou-o, porque as pôs diante dele com toda a sua diversidade. Soma-se a isso o fato de os amplos conhecimentos desse professor jamais terem sido transformados em apetrechos de confirmação do que quer que seja, mas antes em ferramentas de investigação usadas com minudência e amplitude.

O seu ferramental de interferência na realidade - um respeitável conhecimento teórico -, ademais, é sofisticado o suficiente para analisar a realidade de Santa Catarina sem se perder no meio de um discurso piegas que se vem repetindo: o de que essa terra deve o que é e tem a alguns poucos abnegados que deram de si. Na terra barriga-verde, é o que se repete à exaustão, acumularam-se riquezas privadas em um sistema capitalista que não explorou trabalhadores e construiu-se um estado que está acima de interesses particulares, servindo a todos irmanamente. Fundado em boa teoria e em larga conferência empírica, o autor nos mostra que a Catarina continua bela, mas não é santa, nem nunca foi.

Aqui, como alhures, o capitalista acumulou riqueza, explorando o trabalhador, apropriando-se, e em maior volume do que em muitas outras partes do território nacional, de mais valia. Do mesmo modo, o Estado, como sucede em todos os lugares, sempre prestou serviço com destacada vantagem para poucos. E também fica claro que comumente houve coincidência no fato de serem os mesmos os que se locupletavam na relação com o privado e na relação com o público. Por último, fica patente que essas coisas não sucederam por acaso, ou porque alguns tinham mais vocação do que outros para o empreendimento, ▶

▶ mas em decorrência de compromissos, manobras políticas, pouca democracia.

Deve ainda ser dito que o objetivo do livro não é constituir-se em libelo contra empresários ou governantes. Muito mais, é a desconstrução de uma ilusão política tanto quanto de uma mágica econômica. Uma e outra produzidas pelos donos do poder, o que não causa espécie, mas ambas sustentadas por esforços teóricos elaborados por intelectuais que não se enganaram por acaso, o que é lamentável. Esta radiografia das relações entre o poder econômico e o político em Santa Catarina nos mostra essas coisas.

Léo Rosa de Andrade

Advogado, doutor em Direito pela UFSC



IDO LUIZ MICHELS,

professor do Departamento de Direito, Economia e Administração da UFMS, nasceu em Armazém, Santa Catarina, em 1962. cursou Economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Em 1993 concluiu o Mestrado em Economia Regional na UFPB, Campus II (Campina Grande - Paraíba).

Ex-professor da disciplina *Economia Catarinense* na UFSC (1991-1992), atualmente vem se dedicando ao estudo da *cadeia produtiva da pecuária de corte no Centro Oeste*, como parte das atividades de Doutorado em *Geografia Humana* (USP - São Paulo), sob orientação do professor Dr. Wanderley Messias da Costa.

idomichels@uol.com.br

SANTA e bela CATARINA!

A "pequena notável que ocupa posição de destaque no Brasil" e que faz crer à maioria dos catarinenses e até dos brasileiros tratar-se de um verdadeiro tesouro também padece de suas contradições.

A exemplo de outras regiões brasileiras, em Santa Catarina o desenvolvimento capitalista também causou profundas desigualdades econômicas e sociais.

Reunindo e analisando a contribuição de diversos autores sobre a questão, neste livro, Ido Michels faz uma radiografia das relações entre poder econômico e político e mostra-nos com clareza que a Catarina

continua bela mas não é santa.

E que lá, como alhures, o desenvolvimento também tem duas pontas: uma que seduz e outra que é muito... muito voraz.

IDO LUIZ MICHELS

**CRÍTICA AO
MODELO CATARINENSE
DE DESENVOLVIMENTO**

**DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO - 1956
AOS PRECATÓRIOS - 1997**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor

Jorge João Chacha

Vice-Reitor

Amauri de Souza

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
através da Resolução 13/96

CONSELHO EDITORIAL

Gilberto Luiz Alves

Presidente

Eurize Caldas Pessanha

Representante da área de Ciências Humanas e Sociais

Antônio Carlos Cubas

Representante da área de Ciências Agrárias e da Terra

Paulo Ricardo da Silva Rosa

Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia

Juberty Antônio de Souza

Representante da área de Ciências Biológicas e da Saúde

Eva de Mercedes Gomes Loureiro

Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Maria Marta Giacometti

Chefe da Coordenadoria de Biblioteca Central

Luzimeire Lima da Silva

Representante do Corpo Docente

Horácio Porto Filho

Chefe da Editora UFMS

Ficha Catalográfica preparada pela
Coordenadoria de Biblioteca Central-UFMS

M623c MICHELS, Ido Luiz
Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento : do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997 / Ido Luiz Michels. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1998. 244 p.

1. Desenvolvimento econômico, 2. Santa Catarina - Política econômica. I. Título



CDD. 338.98164

IDO LUIZ MICHELS

**CRÍTICA AO
MODELO CATARINENSE
DE DESENVOLVIMENTO**

**DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO - 1956
AOS PRECATÓRIOS - 1997**

Campo Grande - MS

2001

2ª Edição



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Copyright © 1998 - Ido Luiz Michels

Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica
Editora UFMS

Fotografia
Paulo Robson de Souza

Revisão ortográfica
Maria Emília Borges Daniel

Direitos exclusivos
para esta edição



*UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL*

Rua 9 de Julho, 1922

CEP 79.081-050 - Campo Grande-MS

Fone: (067) 746-1335 - Fax: (067) 746-1463

e-mail:edufms@nin.ufms-br

ISBN: 85-85917-17-2

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil

Aos meus pais,
Waldemiro Michels
e *Elizabeth Michels*

Agradecimentos

Na realização de um trabalho acadêmico, muitas pessoas contribuem, das mais diversas formas: com apoio, estímulo, sugestões. A elas, o meu muito obrigado.

Há, por outro lado, pessoas que participam mais diretamente das idéias, e, evidentemente sem responsabilizá-las pelas minhas decisões, que se tornaram imprescindíveis na transformação desse trabalho acadêmico no livro ora publicado.

Nesse sentido, agradeço, inicialmente, ao Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba - Campus II - Campina Grande - PB, onde germinou esta publicação. Agradeço à CAPES, pela concessão da Bolsa de Mestrado e à minha Banca Examinadora: Nilson Araújo de Souza, José Heleno Rota, Robério Ferreira, Robert Wayne Samohyl e Jurandy Xavier. Às pessoas que de múltiplas formas, contribuíram para a realização desta obra: Cláudio Luiz Pache (Matogrosso), Paulo Robson de Souza, Silvana Kato da Silva, Maria Emília Borges Daniel, Glória de Fátima Pinto Palmeira, Tito Carlos Machado de Oliveira, Antônio Firmino de Oliveira Neto, Cícero Antônio Oliveira Tredizini, Elmar Meurer, Márcio Aguiar e família, Marcelo Morato, Célio Espíndola, Marcos Bósio, Maria Michels, Ademar Antônio Prada, Maria Helena Michels, Rosalba Garcia, Krisley Mendes, Tadeu Jair Pereira e aos professores Hoyêdo Nunes Lins e Louis Robert Westphal da UFSC. Aos “calorosos” paraibanos: Francisco Nabuco e família, Djair Silva, Lindaura, Denílson, Maria Amélia, Enóqui e tantos outros que me permitiram conhecer uma outra realidade deste país. Agradeço, também, à Editora UFMS, e à Universidade Federal de Santa Catarina através do curso de Ciências Econômicas, do Mestrado em Geografia, da Editora, da Agecom e do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central.

Em especial devo agradecer a:

Bráulio Escobar Filho e José Carlos Michels (in memoriam), por ensinar/estimular e duvidar, fundamento essencial para a realização deste trabalho; Denise Soares Miguel, que partilhou das principais angústias e alegrias na origem deste trabalho;

Jurandy Xavier - orientador do meu Mestrado - pela inspiração teórica; Robert Wayne Samohyl - co-orientador do meu Mestrado - pela atenciosa e dedicada orientação;

Roberto Meurer, pela amizade e apoio incondicional nas horas difíceis; Ronaldo Assunção, pela amizade e pelas sugestões na finalização desta publicação;

Fernando Ortega, pelo estímulo, motivação, seriedade e sobretudo dedicação àquilo que se compromete a fazer;

Léo Rosa de Andrade, pelas leituras e discussões noctívagas;

Sérgio Valério Escobar e família, pela amizade, apoio e estímulo;

Luciano Bressan, pelo apoio “tecnológico” e material, e esforço da discordância;

Wanderley Messias da Costa - orientador do meu Doutorado - pelo convívio e estímulo acadêmico;

Dandara e David, por compreenderem minha ausência;

Hildinha, pelo convívio, apoio e aprendizagem mútua.

Lista de Abreviaturas	9
Prefácio	11
Apresentação	17
Introdução	21
Capítulo 1	
REVISÃO CRÍTICA DA	
ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE	35
<i>Os Periféricos</i>	37
Etienne Luiz Silva	40
Centro de Assistência Gerencial (CEAG/SC)	50
<i>Os Schumpeterianos</i>	62
Idaulo José Cunha	67
Maria Luiza Renaux Hering	84
Ondina Pereira Bossle	92
Ady Vieira Filho	100
<i>Outras Contribuições</i>	114
Armen Mamigoniam	115
Paul Singer	134
Antônio Barros de Castro	143
<i>Os Desenvolvimentistas</i>	147
Alcides Abreu	152
Fernando Marcondes de Mattos	157
Paulo Fernando Lago	167
Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE)	
IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO	171

Capítulo 2

A AÇÃO ESTATAL: ENRIQUECIMENTO PRIVADO

VERSUS EMPOBRECIMENTO SOCIAL	179
<i>Planos de Governo</i>	188
Plano de Obras e Equipamentos (POE) - 1956-1960	
Governo Irineu Bornhausen (UDN)	188
Plano de Metas do Governo I (PLAMEG I) - 1961-1965	
Governo Celso Ramos (PSD)	189
Plano de Metas do Governo II (PLAMEG II) - 1966-1970	
Governo Ivo Silveira (PSD)	193
Projeto Catarinense de Desenvolvimento - 1971-1975	
Governo Colombo Machado Sales (ARENA)	194
Governar é Encurtar Distâncias - 1975-1979	
Governo Antônio Carlos Konder Reis (ARENA/PDS)	196
Plano de Ação - 1979-1983	
Gov. Jorge Konder Bornhausen/Henrique Córdova (PDS)	198
Carta dos Catarinenses - 1983-1987	
Governo Esperidião Amin (PDS)	200
Rumo à Nova Sociedade Catarinense - 1987-1991	
Governo Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB)	202
Plano Sim - 1991-1994	
Governo Wilson Kleinübing (PFL)	205
Governo de Santa Catarina - 1995 - 1998	
Governo Paulo Afonso Vieira (PMDB)	206
<i>Enriquecimento Privado Versus Empobrecimento Social</i>	210
Setor Metal-Mecânico/Grupo Tupy	210
Setor Carbonífero-Cerâmico/Grupos Freitas e Guglielmi	214
Setor Agroindustrial-Cerâmico/Grupo Portobello	217
Setor de Material Elétrico/Grupo WEG	218
Setor de Material Plástico/Grupo Hansen	221
Setor de Produtos Alimentares/Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval ...	223
Conclusão	231
Bibliografia	235

ABREVIATURAS

- ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.
- ADESG/SC – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/Delegacia de Santa Catarina.
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
- BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, ex-BDE.
- BESC – Banco do Estado de Santa Catarina.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ex-BNDE.
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
- BRDI – Banco Regional de Desenvolvimento e Integração.
- CEDE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico.
- CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina.
- CEPA/SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.
- CNI – Confederação Nacional das Indústrias.
- CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
- CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.
- CODISC – Conselho de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina.
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
- EMATER/SC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.
- EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária.
- ESG – Escola Superior de Guerra.
- FADESC – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.
- FSP – Folha de São Paulo.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas.
- FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.
- FINEX – Financiamento à Exportação.
- FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

GA – Grifo do Autor.
GEPAC – Gerência de Programação, Acompanhamento e Controle.
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, ex-ICM.
IDS – Índice de Desenvolvimento Social.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PPB – Partido Progressista Brasileiro.
PIB – Produto Interno Bruto.
PSD – Partido Social Democrático.
PDS – Partido Democrático Social.
PFL – Partido da Frente Liberal.
PL – Partido Liberal.
PPR – Partido Progressista Renovador.
PT – Partido dos Trabalhadores.
PLAMEG – Plano de Metas do Governo.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
POE – Plano de Obras e Equipamentos.
PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas.
PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense.
PROMIC – Programa de Modernização da Indústria Catarinense.
PRODAP – Programa de Descentralização das Atividades Produtivas.
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
TELESC – Telecomunicações do Estado de Santa Catarina.
UDN – União Democrática Nacional.
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

PREFÁCIO

(da 1ª edição)

Chegando a Florianópolis de avião, os pilotos muitas vezes propiciam um espetáculo de vistas panorâmicas de praias e morros verdes da mais rara beleza, uma natureza abundante e deslumbrante. Uma vez no chão, pelo contrário, o turista de visita ou o próprio morador da cidade de volta a casa terá de se acostumar com uma cidade absolutamente sem planejamento urbano nenhum. Tráfego congestionado insuportável e falta de água e eletricidade são comuns. Se alguém quer evitar as praias superlotadas e curtir um churrasco embaixo de uma árvore em um parque municipal, infelizmente não vai encontrar esse local porque ele não existe. Se for necessário atendimento médico, o serviço bem feito é garantido apenas em clínicas particulares porque os hospitais da cidade são notoriamente inadequados. Se quiser sair da cidade para visitar as outras praias do litoral catarinense ou subir a serra mais ou menos cem quilômetros da cidade para curtir o verão das montanhas, deve preparar-se para enfrentar uma das BRs mais perigosas do Brasil por estatísticas de acidentes e mortes, a BR-101, que cruza a grande área metropolitana. Há áreas no interior do Estado em condições piores que a capital. No final, o Estado de Santa Catarina não escapa em nenhum detalhe à lógica do poder econômico brasileiro. Está, sim, integrado ao Brasil pobre, de má distribuição de renda e riqueza, e organizado politicamente para manter os privilégios das poucas elites governantes. O livro do Ido Michels tenta desvendar as relações desse poder político no Estado, concentrando seus esforços em uma leitura da relação entre os poderosos do Estado e sua atuação dentro do aparelho estatal.

É essencialmente um livro de análise político-econômica que avança em direção da compreensão do caminho histórico do Estado catarinense,

a sua imagem mantida pela idéia da sua aparência curiosa e distinta do resto do Brasil, em função do seu cidadão-imigrante de vários países europeus, do seu carácter industrial diferente. O livro analisa esses pontos mais conhecidos do perfil do Estado, mas também, e principalmente, propõe uma análise de quanto foi utilizado o aparelho estatal por uma classe privilegiada para avançar, quase que exclusivamente, nos seus próprios projetos de acúmulo de poder e riqueza, para manter e melhorar sua própria hegemonia local. Certamente, o livro terá forte influência como marca intelectual na interpretação do desenvolvimento econômico do Estado. Talvez igualmente importante, o livro ajudará a oferecer idéias novas para organizar as forças progressistas da oposição.

Para entender melhor a situação econômica do cidadão catarinense, o livro destaca as influências recebidas dos grandes centros brasileiros e até mesmo internacionais. Em termos de relações econômicas internacionais, as linhas de relacionamento e de poder econômico entre países de níveis diferentes de desenvolvimento são sempre oriundas das sociedades avançadas, com industriais e governos mais flexíveis para enfrentar as areias movediças da globalização, em direção dos países periféricos protegidos economicamente de concorrência internacional e, portanto, isoladas econômica e culturalmente. Entre as próprias sociedades periféricas, não há quase nada de relacionamento nem econômico nem cultural. Até entre países vizinhos, parceiros da mesma fronteira, não há comunicação e nem conhecimento mútuo. São raras as ocasiões em que países do Terceiro Mundo conseguem intercâmbio de recursos ou idéias ou cultura para o benefício geral. O Projeto Itaipu é uma exceção, pois infelizmente, as disputas territoriais, como aquela entre Equador e Peru ou as lutas territoriais entre países africanos ou as tensões militaristas entre Argentina e Brasil dos anos 70, são a regra. Esse isolamento entre países periféricos existe em função de quais interesses e de qual poder? Existe para melhorar e manter o bem-estar de quais grupos? No final, são essas perguntas que o livro aborda, tentando respondê-las em linguagem clara, com dados práticos e fatos da realidade do Estado catarinense.

A modernização da indústria dos países periféricos, hoje em pleno avanço, e a abertura das sociedades tradicionalmente protegidas por tarifas alfandegárias proibitivas e outras medidas governamentais protecionistas, resultam do grande impulso da globalização originária do Primeiro Mundo. É uma exigência do comércio internacional, agora, depois da queda do socialismo autoritário soviético. As elites dos países do Tercei-

ro Mundo, hoje mais que nunca, sofrem pressões para abrir suas sociedades ao poder econômico estrangeiro, aos bancos internacionais e às empresas multinacionais. Abrir, então do contrário sofrem pressões das mais diversas, como fuga de capitais financeiros e trancamento de acordos internacionais para transferência tecnológica. Qualidade total, preços competitivos, modernas técnicas de organização de trabalho, avanços tecnológicos na área de Engenharia Industrial em geral, tudo isso, na sua grande maioria, é gerado primeiro em sociedades mais dinâmicas e, depois, exportado para países sem estruturas científicas e tecnológicas que incentivem novas tecnologias. Os benefícios desse novo perfil da indústria mundial podem ser distribuídos entre as classes sociais de várias maneiras. O resultado depende essencialmente, da articulação das forças progressistas frente ao poder das elites regionais. Essa é a mensagem principal deste livro.

Quando as elites praticamente tomam conta da política regional, sem uma efetiva oposição das forças populares da sociedade civil, não se pode esperar outro resultado senão o fortalecimento cada vez maior dessas elites, e, conseqüentemente, o enfraquecimento da oposição. Nessas condições, a inovação tecnológica não tem vez. Com o trabalhador super-explorado e o aparelho burocrático do Estado controlado historicamente por privilegiados, qual o incentivo para economizar recursos escassos com avanços tecnológicos? Nessa situação, onde fica o espírito empreendedor? Óbvio que fica abafado e desestimulado. No gabinete de altos funcionários públicos, de juízes ou de secretarias do Estado, ou na sala do deputado estadual, não se cria tecnologia; criam-se, sim, manobras políticas para manter poder e privilégio, para reformular estruturas e relações políticas, para manter o *status quo*. A criação de tecnologia fica sendo, assim, uma atividade quase exclusivamente das sociedades mais avançadas, quer dizer, das sociedades com normas mais equitativas, em que os movimentos populares conseguem, ainda raramente, impor alguma resistência ao impulso puramente capitalista de acumulação de riqueza a qualquer custo. A lógica é simples. Produtos e técnicas de alta tecnologia vêm principalmente das sociedades mais equitativas, nas quais existe um grande esforço para poupar recursos escassos. Existe, anterior a isso, formal ou informalmente um contrapeso popular contra a crescente elitização de privilégios. E, além disso, sendo sociedades economicamente mais abertas, elas também recebem a concorrência de outros lugares; então, há incentivos para melhorar a tecnologia, para concorrer em pé de igualdade. Em geral, em sociedades

mais avançadas, o protecionismo é específico para determinados produtos e em determinados períodos, mas a regra é a abertura comercial. Mesmo assim, gritando alto contra as importações de automóveis japoneses nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, os fabricantes norte-americanos tinham de competir comercial e politicamente contra os japoneses. A indústria norte-americana tinha de sofrer uma grande reestruturação, renovar as fábricas com tecnologias novas e organizações mais flexíveis diante das ameaças comerciais dos japoneses. Houve, de certo, apoio governamental em algumas instâncias, mas a reestruturação foi eficaz o suficiente para trazer de volta a supremacia norte-americana. Mais recentemente, centenas de bilhões de dólares foram gastos para implementar o famoso "information Highway" (a autoestrada de informática), essencial para a modernização da sociedade norte-americana. Quando essas mesmas tecnologias chegam ao Brasil, graças, a subsídios de uma forma ou de outra do governo brasileiro, elas vêm para fortalecer interesses já estabelecidas na economia. Certamente elas não vêm para abrir espaço para um novo grupo de elites mais sintonizadas com as novas mudanças no cenário internacional. Não vêm para romper estruturas já existentes. Países capitalistas não avançados que vivem atrás de barreiras alfandegárias generalizadas estão, em quase todos os casos, protegendo estruturas produtivas arcaicas. Estruturas que deviam ter sumido há décadas. Como o autor Ido Michels sempre quer enfatizar, em primeiro lugar, a proposta principal das elites econômicas é a sua auto-sustentação e, se for possível, o seu crescimento em termos de poder e riqueza. Todas as outras propostas faladas, discursadas e imagináveis são absolutamente secundárias.

Quando ao trabalhador falta, por completo, educação básica, ele sai da cama bem antes do nascer do sol, trabalha o dia inteiro, muitas vezes em condições precárias, em ambientes insalubres e perigosos, vive em um estado de saúde de exaustão perpétua, subsiste com nutrição muito abaixo das necessidades humanas, qualquer alívio é seu lucro do dia. Esse lucro que ele procura e certamente não encontra em organizações políticas, em reuniões de bairro ou no local de trabalho. O garrafão de cachaça, para passar drogado o final de semana, o jogo e a televisão, de domingo, o samba, tudo isso é distração temporária para fugir da realidade da segunda-feira. Se atuar politicamente em algum grupo organizado, esse trabalhador é a exceção e não a regra, um verdadeiro herói. Onde estão as alternativas políticas para mudar esse cenário tão comum do Brasil e de Santa Catarina? Onde estão as escolas, os hospi-

tais, os centros comunitários, o apoio efetivo para garantir um nível básico de sustentação. Em todas as sociedades consideradas avançadas, hoje em dia, ninguém rejeita a idéia de que o Estado foi fundamental como provedor de serviços públicos básicos. Se a reivindicação popular não encontra caminho sólido para a sua expressão, o Estado é meramente um campo de atuação de interesses particulares elitizados, querendo, em primeiro lugar, manter seus privilégios. Não há sociedade avançada no mundo na qual os privilegiados têm direito a sigilo sobre o espaço público, mas esse sigilo é comum em sociedades como a brasileira. No final, o espaço público brasileiro é particular dos interesses mais fortes da sociedade e da economia.

Os meios de comunicação são o ponto principal para a manutenção da estrutura do poder no Estado. As estatísticas mostram claramente como as rádios e os canais de televisão são propriedade de um grupo muito pequeno de catarinenses e, em alguns casos brasileiros, de outros estados. Daí, surge então o caminho da mídia para todo o Brasil, transmitindo a história imaginária do Barriga Verde como um povo altamente desenvolvido, atingindo níveis de bem-estar comparáveis com os dos países da Europa. No decorrer do presente livro essa imagem é desmontada para mostrar a verdade nua e crua. Há, sem dúvida, alguns índices de bem-estar estadual acima da média nacional, mas, em geral, a Santa e Bela Catarina não é muito diferente do resto do Brasil. As forças econômicas e políticas que regem o país não deixam de atuar da mesma maneira em Santa Catarina. Afinal, as grandes questões do desenvolvimento brasileiro, educação, saúde, democratização e cidadania, a casa própria e a reforma agrária, todas elas gritam para serem resolvidas também em Santa Catarina.

Que caminho resta para as forças de oposição? Qual seria o planejamento estratégico suficiente para pensar e rever o futuro do Estado, hoje em dia nada muito otimista? Como reverter esse quadro? O esforço do jovem militante continua necessário, mas a história recente mostra que não é o suficiente. A atuação do advogado que se dedica aos movimentos sociais, as questões dos sem terra e dos sem teto são mais importantes que nunca, mas também, infelizmente, não são suficientes. A presença, na sala de aula em qualquer nível educacional, do professor que leva a mensagem de honestidade e profissionalismo aos alunos, hoje em dia é mais relevante que nunca para a sociedade mas não é suficiente. Infelizmente, o desejo, a vontade e o trabalho da soma de todas as forças progressistas da sociedade não são suficientes para construir um

contrapeso efetivo ao programa de manutenção da riqueza das elites brasileiras.

É necessário, sim, repensar e reformular as estruturas organizacionais arcaicas que existem dentro das associações das próprias forças progressistas. Já faz tempo que chegou a hora de pensar menos em grandes teorias ideológicas e mais em metas concretas de curto e médio prazo. Os movimentos sociais precisam assimilar as modernas tecnologias de tomada de decisão consagradas nas maiores e melhores universidades do mundo, geralmente em escolas de negócio, tão eficazes no planejamento estratégico elitizado para indústria e comércio. As forças progressistas precisam, antes de mais nada, aprender a aproveitar o micro-computador, a Internet e a informática em geral, porque o computador é hoje o caminho único para o acúmulo, a sistematização e a análise de informação. Para as forças de oposição ele é ainda mais importante, considerando a concentração dos meios de comunicação e divulgação de massa. Não há outro caminho senão investir maciçamente nas metodologias novas para a sistematização e a utilização de sistemas de informação, amostragem em estatística e sistemas de apoio à decisão. Sempre falam que um dos maiores problemas da oposição é o financeiro, mas muito pouco ou absolutamente nada é feito para otimizar os poucos recursos existentes. O descaso financeiro significa que os gastos são desorganizados, a poupança é não-existente e o contribuinte é maltratado. Nessas condições, não é nenhum segredo o motivo por que as finanças da oposição estão perpetuamente à beira de colapso. Não há dúvida que as poderosas forças econômicas utilizam ao máximo essas novas ferramentas para manter-se no poder, e gastam recursos volumosos para aperfeiçoá-las porque elas funcionam e funcionam muito bem. Se esse esforço todo para modernizar as forças progressistas é realmente suficiente ou não para começar a construir um contrapeso ao poder estabelecido, continua uma questão em aberto. Pelo menos, já sabemos que um passo dado nessa direção será um passo na direção certa.

Robert Wayne Samohyl

Professor titular do Departamento de Engenharia de
Produção da UFSC - PhD em Economia

Meu livro *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento: do Planejamento Econômico (1956) aos Precatórios (1997)*, lançado na XX Bienal do Livro de São Paulo, em 1998, foi bem recebido e cumpriu seu primeiro objetivo: causar debate e controvérsia.

O rápido esgotamento da 1.^a edição (em um ano) é uma constatação do atual interesse nesses debates e do grau de inserção das reflexões suscitadas – uma boa referência acadêmica sobre a economia-política de Santa Catarina.

No ano 2000 foi lançada a versão digital completa da 1.^a edição impressa da obra. Essa versão, disponível para consultas e impressão, pode ser acessada através do site www.econline.com.br, sediado na cidade de Blumenau, SC.

Durante os anos de 1998 a 2000, participei de debates e palestras sobre as questões relativas ao livro. Todas as oportunidades possibilitaram aprofundamentos e novas reflexões, mas uma deles trou-

xe-me satisfação especialmente grata: o colóquio realizado pelo curso de Geografia da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (Udesc), coordenado pelos professores Maurício Aurélio dos Santos e Vera Dias. Durante três dias pude aprofundar e debater com alunos e profissionais as análises de meu trabalho, bem como algumas tendências recentes sobre a economia-política de Santa Catarina.

Creio, entretanto, que a *ideologia do Modelo Catarinense de Desenvolvimento* continua muito presente nos discursos e análises de líderes políticos, empresariais e acadêmicos. Não há momento mais oportuno para reflexões mais críticas e aprofundadas, na medida em que os indicadores sociais continuam apontando aspectos no mínimo constrangedores para os apologistas dessa ideologia. Dados do IPEA, por exemplo, apontam que Santa Catarina tinha em 1999 um milhão de indigentes, o que representa 20% do povo barriga-verde. E o mais grave: esses indigentes se encontram em maior número exatamente na região de produção alimentar, qual seja, o oeste catarinense.

Vivemos um momento de grandes transformações, em que, visivelmente, os paradigmas tradicionais da economia passam por profundas alterações, para as quais, naturalmente, Santa Catarina não está à margem. As novas formas de organização e produção econômica exigem que as lideranças políticas, empresariais e especialmente as acadêmicas desenvolvam formas e mecanismos para que a distribuição dos frutos não se repita de forma tão concentrada como no passado.

Essa possibilidade encontra um exemplo notório: o intenso desenvolvimento das atividades turísticas em Santa Catarina, sem que haja evidências empíricas de que essa nova motriz econômica esteja se desenvolvendo de modo a não prosseguir concentrando riqueza. Ao contrário, a perversa lógica concentradora de renda permanece inalterada.

A cada dia, evidencia-se de forma mais contundente que a ação estatal enriqueceu poucos privilegiados – empresários – e transformou algumas pequenas empresas e pequenas estruturas familiares em gigantescos grupos empresariais. A consequência foi uma quase falência do poder público, culminando com a ação desesperada de Paulo Afonso Vieira em lançar títulos públicos – os precatórios – para tentar reviver uma intervenção estatal passada.

A sociedade catarinense não pode portanto permitir que num momento de tão grandes e complexas transformações as formas de produção e acumulação de riqueza continuem a ser tão concentradoras.

Nestes últimos dois anos, tive contato com novas publicações sobre a economia, a política e a sociedade catarinenses. Algumas abordagens são novas, mas em sua maioria mantêm a perspectiva analítica equivocada do Modelo Catarinense de Desenvolvimento.

Um exemplo é o “novo” trabalho de Idaulo Cunha – *A economia catarinense rumo a um novo século: uma proposta para a retomada do desenvolvimento industrial* (1999) –, que repete as mesmas cantilenas sobre as virtudes do modelo. Nada mais limitado!

Curiosamente, porém, se em termos acadêmicos as apologias continuam – e se é que podem ser colocadas como reais contribuições acadêmicas –, em termos políticos verificam-se algumas manifestações no mínimo emblemáticas. O atual governador, Esperidião Amin, em seu plano de governo¹, reconhece que o modelo gerou um brutal empobrecimento social, a ponto de 54% das famílias catarinenses terem renda média diária de no máximo R\$ 5,00.

Tal admissão é bom sinal. Com farto material, o governador de Santa Catarina aponta que o chamado Modelo Catarinense de De-

¹ Estado de Santa Catarina. *Plano de Governo – 1999-2002*, Florianópolis, 1999, p. 10.

envolvimento, tendo gerado uma grandiosa exclusão social, não serve como referência e deve ser mudado.

Portanto, se por um lado a inevitável constatação do governador Amin reforça a perspectiva interpretativa do presente livro a partir dos indicadores sociais, por outro o faz também a partir dos determinantes econômicos, por haver uma clara evidência de que após dois anos de governo não se estruturaram novos parâmetros econômicos em substituição à intensa ação estatal do passado, permanecendo o governo um tanto quanto inerte em suas ações de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, não se constata nesses dois anos de governo Amin a grande ação incisiva do governo estadual catarinense – quer direta (ora inviável em função do esgotamento financeiro), quer indutora do desenvolvimento – observada em períodos anteriores, fato que vem reforçar a tese deste livro.

A federalização do BESC para posterior privatização também vem constituir-se num fato novo, pois o banco foi um dos grandes instrumentos de ação estatal em Santa Catarina, através do crédito fácil e subsidiado, do uso eleitoral e mesmo dos constantes calotes de setores empresariais. Entretanto, no mínimo curiosa e mesmo desprovida de fundamento lógico foi a postura dos setores contrários à federalização, com argumentos notadamente frágeis para a manutenção de uma instituição que se permitiu no passado implementar as ações acima apontadas.

Outro fato novo, associado à falácia do Modelo Catarinense de Desenvolvimento e às apologias constantes de seus fatores mais significativos, refere-se às recentes vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores em cidades historicamente dominadas pelas elites locais, ao mesmo tempo beneficiárias e reféns do modelo político-econômico anterior. As vitórias petistas – algumas em reeleição – nos municípios de Blumenau, Chapecó, Rio do Sul e Criciúma especialmente, dão claras indicações do descontentamento de suas populações com a velha ladainha do “modelo”, evidenciando que algo novo deve ser construído em seu lugar.

Enfim, o importante é que o livro se multiplicou nas mais diversas formas, sendo inclusive adotado em faculdades e universidades das diversas regiões de Santa Catarina como livro-texto da disciplina Economia Catarinense e de áreas afins.

Para o início de 2002, encontro-me trabalhando numa eventual 3.ª edição revisada e ampliada, ou mesmo numa nova publicação, agora versando sobre as questões econômicas mas tratando também de temáticas mais políticas, dadas as transformações recentes observadas na sociedade catarinense – a que se soma o objetivo de buscar captar as tendências futuras.

É esse nosso caminho presente.

Campo Grande, MS, maio de 2001.

Ido Luiz Michels

Uma crítica ao “Modelo de Desenvolvimento Catarinense” é o resultado de meus trabalhos e pesquisas, desenvolvidos no Mestrado de Economia, da Universidade Federal da Paraíba – Campus II (Campina Grande), que deram origem à dissertação de Mestrado intitulada originalmente “Uma Crítica à Economia Política Catarinense”, defendida em julho de 1993. Além do exposto na dissertação, adicionei a ela alguns fatos contemporâneos que me levaram a revê-la e completá-la, permitindo, assim, o seu enriquecimento como trabalho acadêmico.

Acredito que a maior virtude do livro é a reunião, numa única obra, das diversas interpretações da história e do desenvolvimento da sociedade e, sobretudo, da economia catarinense. Fruto de uma grande garimpagem a qual me possibilitou reunir os mais expressivos estudos – dispersos em publicações diversas, tais como artigos, livros, dissertações e outras – os quais, após analisados, foram classificados segundo matrizes interpretativas (fontes teóricas e históricas). Foram analisados detidamente 13 autores e/ou instituições, totalizando mais de trinta publicações, que conformaram o pensamento econômico (economia política) de Santa Catarina, e outras tantas sobre as mais diversas áreas do conheci-

mento. Através desse roteiro, consegui compreender as formas de pensamento de seus autores, para depois realizar as críticas.

Ao analisar os Periféricos, os Schumpeterianos, os Desenvolvementistas, e Outras Contribuições, identifiquei, inicialmente, as principais contribuições e, em seguida, constatei as limitações e as omissões das interpretações apresentadas pelos autores focalizados.

A maior mensagem que a obra transmite e defende é a quebra do dogma histórico, difundido dentro e fora de Santa Catarina, que seria a sua completa diferenciação em relação às demais unidades da federação. “Santa Catarina é um Estado diferente”. “Santa Catarina é um outro país”. Até mesmo o íntegro e competente jornalista Moacir Pereira, em seu livro *O Golpe das Letras*, afirma “Com quase cinco milhões de habitantes, paisagem natural que o coloca na ante-sala do paraíso terrestre, população equilibrada dentro de um território de tamanho médio, povo trabalhador, criativo e honesto, singular diversificação topográfica e climática, cenário multicultural, berço de notáveis nomes do mundo artístico nacional (Vítor Meirelles, Cruz e Souza, Juarez Machado), sede de empresas de expressão internacional e produtos de qualidade no mercado mundial, o Estado de Santa Catarina desfrutou neste período do pós-guerra de um conceito extraordinário no contexto da Federação” (PEREIRA. 1997: p. 21). As diferenças oriundas de fatores históricos, colonizações progressistas européias, etnias “inteligentes” caem por terra e fica evidente que o tão difundido *Modelo Catarinense de Desenvolvimento* é muito mais um discurso de quem sempre comandou a sociedade e a política catarinenses do que uma realidade diante da forma de desenvolvimento da economia nacional.

Outro ponto abordado é o enriquecimento dos grandes grupos privados de Santa Catarina, em contrapartida ao cada vez maior empobrecimento social do povo catarinense, e como o aparelho estatal – quase sempre comandado direta e/ou indiretamente por empresários ligados aos mesmos grupos privados – foi fundamental para a confirmação dessa situação. O que tento mostrar, através de exemplos concretos, é o fato de que pequenas indústrias e pequenas estruturas familiares tornarem-se – tão curto espaço de tempo – gigantescos grupos empresariais, não pode ser explicado somente e, sobretudo, em decorrência da capaci-

dade e da ousadia do empresário-empendedor catarinense, como fazem os Schumpeterianos. Ou mesmo através dos pontos-de-vista dos Periféricos, dos Desenvolvimentistas ou das Outras Contribuições, mas, preponderantemente, pela intensa ação estatal (em benefício dos grandes grupos) e pela superexploração do trabalho, simplesmente omitidas pelas interpretações.

A ilustração da ação estatal é expressa pelos diversos planos de governo, – planejamento econômico – instrumento fundamental para o brutal crescimento econômico de Santa Catarina, entre os anos 50 e 80. Desde o *Plano de Obras e Equipamentos* – POE – de Irineu Bornhausen (UDN – 1956-1960), passando pelo Plameg I (1961-1965) de Celso Ramos (PSD) - então presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - até o *Governo de Santa Catarina* – de Paulo Afonso Vieira (PMDB – 1995-1998). O objetivo é mostrar que, na sua grande maioria, esses planos não buscaram trazer um novo e melhor nível de vida para os catarinenses, com empregos, saúde, educação, transporte, justiça social, enfim, a promoção de cidadania. Na verdade, eles trouxeram uma série de benefícios para as elites catarinenses, contrapostos às desigualdades sociais marcantes em Santa Catarina. Por fim, a ação estatal em Santa Catarina foi fundamental a ponto de a sua impossibilidade completa (redução dos recursos disponíveis) fazer com que o atual governo, Paulo Afonso Vieira (PMDB), usasse, de formas claramente ilícitas, os precatórios, para permitir ao agente estatal a continuidade da ação desenvolvimentista existente no passado.

Para finalizar, ilustro os setores produtivos econômicos do Estado: Metal-Mecânico; Carbonífero; Agroindustrial, Alimentar, Plástico, Cerâmicos; e como seus maiores representantes usaram do aparelho estatal para o seu crescimento.

Apesar de todas as peculiaridades que diferenciam Santa Catarina de parte significativa do País, como, por exemplo, o clima frio de algumas regiões do Estado, contrapondo-se ao verão rigoroso e diverso do litoral, a diversidade produtiva estadual concentradas em várias macrorregiões como Joinville, Blumenau, Chapecó, Concórdia, Tubarão, Lages, Brusque, Camboriú, Criciúma, não modificaram as desigualdades sociais. O Estado – infelizmente – ainda possui um cenário extrema-

mente adverso de crescimento econômico aliado à distribuição desigual de renda. Enquanto os grandes grupos industriais crescem, a pobreza, a fome e a miséria também crescem.

O livro possibilita uma evidente conclusão: é uma falácia o chamado “Modelo Catarinense de Desenvolvimento”. Exemplo disso é que, com a inserção de Santa Catarina no processo de transformações globais pelas quais passamos, muitas empresas, agora sem mais a dupla proteção estatal – de mercado e financeira -, estão sendo vendidas e/ou associadas a grupos nacionais ou mesmo internacionais, colocando em xeque direto as tão proclamadas eficiência e competência de setores do empresariado catarinense. Portanto, sem a intenção de proclamar uma interpretação definitiva sobre a sociedade e economia, *Uma crítica ao “Modelo de Desenvolvimento Catarinense”* constitui-se numa reflexão crítica aprofundada sobre a realidade catarinense.

Finalmente, destaca-se ainda que as reflexões contidas no livro devem ser entendidas dentro de um contexto histórico específico, isto é, de formação e desenvolvimento da economia catarinense, preponderantemente entre os anos 50 e 90, quando, em termos globais, no Brasil e nas unidades federativas, reestruturaram-se novas relações entre empresas-estado-sociedade, predominantes até o período analisado.

Finalmente, o Governo Paulo Afonso Vieira, pode vir a ser a evidência empírica e melancólica do fim de um ciclo em que o enriquecimento privado sustentou-se predonderadamente no agente estatal, devido além do seu esgotamento, às novas relações que gradativamente parecem ir consolidando-se entre Empresas, Estado e Sociedade. Em outras palavras, embora de forma lenta e gradual, em meu entender, essas relações vêm passando por profundas alterações, sobretudo com a crescente difusão da informação e a articulação da sociedade civil tendo um maior controle sobre o aparelho estatal, instrumento, como já demonstrado, de múltiplas formas de ação de desigualdades.

O autor

Campo Grande, abril de 1998.

Santa e Bela Catarina, "O Mapa do Tesouro", "Um Tesouro no Sul Brasil", "A Pequena Notável", "Santa Catarina Ocupa Posição de Destaque no Brasil", essas são, entre outras, expressões com as quais se tenta caracterizar o Estado de Santa Catarina.

As elites políticas e econômicas e seus ideólogos conseguiram, até o momento, fazer crer à maioria da sociedade catarinense e mesmo brasileira, que Santa Catarina constitui-se num verdadeiro "tesouro", pois "Apesar de seu pequeno tamanho, o estado tem o 2º PIB industrial per capita do país, é o 5º maior produtor nacional de alimentos, e lidera vários segmentos da pauta de exportações brasileira. Este tesouro, porém, não caiu do céu, nem foi descoberto por acaso. É fruto da criatividade e suor de sua gente, os *barriga-verde*"¹. Essa, portanto, é a caracterização global que as elites catarinenses sustentam como sendo o Estado de Santa Catarina. E teria ela, a burguesia em particular, a responsabilidade maior por tal condição, por seu pioneirismo e empreendimento.

Tais considerações sobre a realidade sócio-econômica catarinense excluem, ou omitem que aqui, como nas demais regiões do País, resguardando-se as devidas peculiaridades, o desenvolvimento capitalista acabou por gerar profundas desigualdades econômicas e sociais. Ferreira Filho², ao referir-se aos aspectos distributivos em Santa Catarina, destaca que, em 1960, os 10% mais pobres da população ganhavam 2,6%; em 1970, 1,8% e, em 1980, somente 1,3% da renda global gerada e distribu-

¹ Expresso em Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Comunicação Social (SECOM). O Mapa do Tesouro: *Santa Catarina - conheça detalhes*, 1987. O termo "Barriga-Verde", de alcunha honrosa foi atribuído aos catarinenses em função dos antigos uniformes militares, que eram verdes em sua parte frontal.

² FERREIRA FILHO, Roberto. *Análise Conjuntural de Santa Catarina, Florianópolis*, vol. 3, Nº 5, jan.jun., 1987.

ída. Enquanto, nos mesmos anos, os 10% mais ricos concentravam 30,9%, 34,4% e 37,5% da renda estadual, respectivamente.

Entretanto, com relação aos problemas de distribuição de renda, terras, emprego, entre outros, a classe dominante catarinense, com destaque para seus representantes formais (governadores, deputados estaduais, federais e senadores), transfere a responsabilidade ao governo federal que, segundo tais representantes, relega Santa Catarina ao segundo plano na distribuição dos recursos orçamentários. Ou, ainda, atribuem problemas catarinenses ao fato de a maioria dos recursos da União irem para o Nordeste, região onde pouco se produz, enquanto Santa Catarina, Estado trabalhador e voltado à produção, é marginalizado em relação à distribuição de recursos.

Os aspectos sociais e econômicos positivos são atribuídos a razões internas da realidade catarinense, especialmente à ação empreendedora do empresariado catarinense, enquanto os aspectos negativos são explicados a partir de determinantes externos, numa clara tentativa de eximir a burguesia catarinense de responsabilidades redistributivas.

Outra forma de atuação da burguesia nacional, e com a qual a catarinense faz coro, refere-se ao constante e gritante ataque ao agente estatal. Apesar de a classe dominante catarinense estar, historicamente, beneficiando-se da ação estatal, observa-se, agora, um constante e interminável ataque ao Estado, contrapondo-se à sua ação na economia, quando essa intervenção foi reivindicada pela própria burguesia catarinense para buscar a superação da crise de acumulação de capital por que passava em meados dos anos 50.

Ao longo deste livro, verificar-se-á que as diversas interpretações sobre a acumulação de capital em Santa Catarina não captam nem a ação do Estado como fundamental, para o enriquecimento privado em Santa Catarina, nem a exploração e menos ainda a superexploração do trabalho, como as bases de tal acumulação.

Para constatar tal observação, inicialmente analisarei as diversas contribuições acerca do desenvolvimento da economia catarinense e, num segundo momento, interpretarei tal desenvolvimento à luz da intensa intervenção do agente estatal³ e da superexploração do trabalho.

³ A intervenção do Estado é entendida como a ação econômica e política do Estado. Economicamente, os mecanismos podem, genericamente, ser dois: ação direta (investimentos produtivos e infra-estruturais) e indireta (crédito, incentivos, isenções). Entretanto, entende-se que o Estado também interfere nas relações entre as classes, regulando-as, freqüentemente, em favor do capital, via legislação trabalhista, política salarial e outros.

A complexidade da sociedade catarinense já deu origem a vários estudos. Os aqui destacados denotam uma sociedade conflituosa, com disputas pelo poder político, aspectos singulares das condições de trabalho e outros.

Com relação a esses estudos sobre Santa Catarina, pode-se dividi-los em dois grupos distintos: 1) Estudos que privilegiaram estritamente a economia, isto é, a evolução econômica de empresas, regiões, ou mesmo do Estado, como um todo; 2) Análises que se concentraram numa abordagem mais ampla e crítica, envolvendo múltiplos aspectos da realidade catarinense.

Entre os primeiros destacam-se:

Os estudiosos vinculados a uma corrente de análise denominada "periféricos"⁴ explicam o desenvolvimento – industrialização da economia catarinense (acumulação de capital) – com base nos excedentes primários periféricos e na gradativa inserção da economia catarinense na industrialização nacional (estudo de Etienne Luiz Silva) e também via reconversão dos excedentes do comércio de importação e exportação (CEAG). Afora o fato de entre eles existirem diferenças com relação aos períodos da economia catarinense, baseada na maior inserção na economia nacional, convergem em relação aos pontos de ruptura: a crise de 1929, 1ª Grande Guerra Mundial e 2ª Grande Guerra Mundial.

Uma outra corrente, denominada schumpeterianos, atribui, por sua vez, a industrialização catarinense, preponderantemente, à ação empreendedora e inovadora do imigrante-empresário, ressaltando-se que entre esses autores também há divergências quanto à periodização da economia estadual. Atribuem os níveis de industrialização atingidos por Santa Catarina única e exclusivamente à ação do empresariado. Entre eles, destaca-se Maria Luiza Renaux Hering, para quem a economia catarinense desenvolveu-se – entenda-se industrializou-se –, a partir de determinantes internos, ou seja, primeiro no mercado regional e estadual e somente depois obtendo inserção no mercado nacional e mesmo internacional⁵.

Dentre as demais contribuições, destaca-se Armem Mamigoniam, que determina a origem da industrialização catarinense a partir do excedente econômico da pequena produção mercantil. Essa é concebida ini-

⁴ As denominações dadas às diversas escolas do pensamento sobre a economia catarinense foram definidas por mim a partir de matrizes interpretativas nacionais e internacionais com base nos autores que deram origem e/ou sustentação a essas teorias.

⁵ No capítulo I, analisarei mais profundamente não só Hering como também os demais autores influenciados pela teoria schumpeteriana.

cialmente com a produção de mercadorias para o mercado interno, tendo papel importante nesse período os vendedores que, posteriormente, reinvestem seus lucros acumulados, fazendo emergir em Santa Catarina as três regiões produtivas e os respectivos grupos econômicos hoje existentes, tendo inserção crescente na economia nacional, em determinados ramos produtivos. Paul Singer, por sua vez, analisa o processo de acumulação de capital a partir da pequena produção camponesa, esta originando excedentes que dão início ao comércio na região. A indústria surge inicialmente para o mercado local e, posteriormente, ocupa espaços no mercado nacional. O autor afirma ainda que a economia catarinense ou, mais especificamente, a de Blumenau, não é incompatível com a nacional, posto que sua produção não é concorrente com ela. No seu entendimento, é a crescente divisão do trabalho entre cidade e campo, com o crescimento do excedente comerciável, que gesta a industrialização. Por último, Antônio Barros de Castro aponta que o caminho da industrialização de Blumenau, apesar de estabelecer uma relação periférica, é a exportação de "bens superiores", mercadorias que não concorrem com a produção do centro da economia brasileira. Através desse processo é que Blumenau logra obter crescentes excedentes para impulsionar definitivamente sua indústria.

Finalmente, há os desenvolvimentistas, grupo de estudiosos que determinam a acumulação capitalista em Santa Catarina especialmente a partir da atuação do imigrante-empresário, captando também uma condição periférica em relação à economia nacional. Entretanto, a maior contribuição dos desenvolvimentistas é no âmbito da gestão econômica: mais que analisar, eles reivindicam a necessidade da intervenção estatal em Santa Catarina, objetivando a ampliação da industrialização do Estado. Apesar de propugnarem a necessidade da intromissão do Estado, os desenvolvimentistas não creditam a ele a responsabilidade pelo desenvolvimento industrial, atribuindo ao empresariado catarinense a responsabilidade maior por tal processo.

Quanto aos estudos estritamente econômicos, observa-se a completa exclusão, nas análises sobre a acumulação de capital, das classes sociais e do Estado. A acumulação de capital é explicada a partir de múltiplas variáveis: acumulação periférica, ocupação do mercado nacional, via mercadorias diferenciadas, pequena produção mercantil, empresário empreendedor e inovador, etc. Todas, sem exceção, desconsideram o agente estatal e a exploração dos trabalhadores como variáveis explicativas da acumulação.

Os outros trabalhos realizados sobre Santa Catarina (com destaque para dissertações e textos de professores dos cursos de sociologia política, direito, geografia e educação) na UFSC, embora dêem uma dimensão mais ampla ao estudo da realidade catarinense, não se concentram especificamente no processo de acumulação de capital em Santa Catarina.

No programa de Mestrado em Sociologia Política da UFSC, destacam-se os trabalhos de: Itamar Aguiar⁶, que analisa a complexa organização articulada pelas elites (empresariado) catarinenses para eleger o sucessor de Jorge Konder Bornhausen (ex-PDS, atual PFL), Esperidião Amin (Ex-PDS, atual PPB), em 1982, concorrente de Jaison Barreto (ex-PMDB, atual PSDB). Segundo Aguiar, foram usados mecanismos diversos para garantir a eleição do candidato situacionista. Quanto ao seu estudo, afirma: "Procurou-se dar grande destaque à ação política do empresariado catarinense, em virtude do seu importante trabalho tático e estratégico durante as eleições, bem como analisou-se a cobertura dos meios de comunicação em favor da candidatura situacionista" (AGUIAR, 1991: 06).

Barbara Giese⁷ estuda os mecanismos de influência direta ou indireta dos empresários do setor têxtil e agroindustrial no aparelho do Estado, objetivando obter vantagens para o setor e suas empresas/grupos econômicos, a partir do conceito de grupos estratégicos. "O objetivo principal desta dissertação é de instalar uma discussão sobre o papel e a atuação do empresariado catarinense durante a década de 70, e a sua relação com o poder público estadual" (GIESE, 1991: 01).

Sílvio Ferraz Cário⁸ analisa, especificamente em relação ao Estado de Santa Catarina, na parte III de seu trabalho, "Estrutura Econômica dos Conglomerados e Percepções Políticas do Empresariado de Santa Catarina", a expansão da atuação da elite empresarial catarinense, não se limitando à busca da valorização do capital. Segundo o autor, "no âmbito deste processo surge uma elite empresarial que extrapola suas ações para além dos limites circunscritos aos espaços de valorização do capital. Tal elite assume postos em outras instâncias representativas de

⁶ AGUIAR, Itamar. *As Eleições de 1982 Para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

⁷ GIESE, Barbara. *A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

⁸ CÁRIO, Sílvio A. Ferraz. *Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista e posições de classe*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

interesse da classe e passa a ser reconhecida como liderança e exemplo pelo empresariado em geral" (CÁRIO, 1991: 271).

Entende-se, neste trabalho, que uma das contribuições que mais se destacam, para a compreensão da realidade social, econômica e política catarinense está em Marli Auras⁹. A autora desenvolve, em sua tese de doutorado, um estudo profundo sobre os múltiplos aspectos da sociedade catarinense. Analisa a dominação secular das oligarquias catarinenses e, especialmente, a mudança na forma de dominação dessas oligarquias a partir das eleições de 1982. "O desafio desta pesquisa é elucidar o projeto político aminiano, desvelar as raízes históricas da propalada opção pelos pequenos. É explicar como tal mudança no modo de fazer política das forças oligárquicas catarinenses é a expressão orgânica da emergência de novas forças sociais, da presença de novos interlocutores no horizonte político em decorrência das fortes transformações capitalistas processadas em Santa Catarina nas últimas décadas. A presença deste novo está a exigir a redefinição do aparelho governamental, e apontar para sua efetiva democratização. Esta democratização será tanto maior quanto mais organizada, ativa e dirigente mostrar-se a sociedade civil" (AURAS, 1991: 13). Seu estudo abrange a história econômica, política e social de Santa Catarina, partindo do massacre da Guerra do Contestado às eleições de 1982.

Destacam-se, ainda, como contribuições significativas para a interpretação da realidade catarinense, as dissertações de Carlos Alberto Silveira Lenzi e Léo Rosa de Andrade. Lenzi¹⁰ estuda a dominação oligárquica-coronelística (família Ramos) no município de Lages, Santa Catarina, que influenciou significativamente a política catarinense. Em torno do coronelismo, situa-se também a contribuição de Andrade¹¹, ao estudar a dominação coronelística que ocorre há mais de um século no município de Imaruí, sul de Santa Catarina. O autor observa que "em Imaruí, Santa Catarina, uma família decide sobre o destino político da cidade e de sua população há quase um século. Desde 1891 a família Bittencourt tem convivência com o poder. Inicia com Jerônimo Luiz Bittencourt, que foi Intendente, e continua com Ezaú...Seu mais hábil membro, porém, foi Pedro

⁹ AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção pelos Pequenos"*, Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 1991. Mimeografado.

¹⁰ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Poder Político e Mudança Social*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1977. Mimeografado.

¹¹ ANDRADE, Léo Rosa de. *A estrutura Coronelística de Dominação: análise de um caso*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1984. Mimeografado.

Bittencourt, neto de Jerônimo, filho de Ezaú, que em 1930 foi instalado no mando do Município, permanecendo até sua morte, em 1982. O poder local e a forma de geri-lo e mantê-lo, sem dúvida, foi inventariado em família, como o mais respeitável e precioso de todos os bens" (ANDRADE, 1984: VIII-IX). Os Bittencourt continuam ocupando espaços importantes na política estadual. Além de Eptácio Bittencourt, já falecido, que ocupou cargos diversos, entre outros de Deputado Federal, Estadual, e Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, atua hoje o Deputado Estadual Pedro Bittencourt Neto, ex-Presidente da Assembléia Legislativa (ex-PDS e PPR, PPB, e atual PFL).

Outra evidência da complexidade da sociedade catarinense em suas múltiplas formas refere-se ao domínio dos meios de comunicação no Estado. Para se obter uma concessão, a determinante básica era a proximidade com o poder. Em Benhur de Marco¹², ZERO¹³ e Moacir Pereira¹⁴, é demonstrado como a burguesia catarinense foi, ao longo dos anos, distribuindo os meios de comunicação entre os aliados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias. "Santa Catarina nunca foi um *paraíso do minifúndio* na divisão do ar – na distribuição dos meios de comunicação. Do começo do século até 1982, os donos da mídia e do poder eram as *dinastias* Ramos (PSD), de Lages, e Konder-Bornhausen (UDN), da chamada *República de Itajaí*. As duas legendas mandavam diretamente em 28 das 55 rádios existentes no Estado em 1965. Em Florianópolis, as rádios Guarujá e Diário da Manhã travavam uma verdadeira guerra por audiência e votos. Eram palanques eletrônicos" (GA) (ZERO, 1992: 03). Observa-se que a ação da classe dominante catarinense é bastante ampla, no objetivo de garantir sua dominação.

Até aqui busquei resumir alguns dos estudos existentes, sendo eles de fundamental importância para a compreensão da estrutura social e política de Santa Catarina. Meu objetivo é o de ilustrar o quanto a sociedade catarinense é complexa e multifacetada, relacionando-se agentes diversos com interesses distintos, longe, portanto, de se constituir num Estado onde as desigualdades, relações de poder e dominação, inexistam, ou sejam menores que em outros estados do Brasil.

¹² MARCO, Benhur de. *A radiodifusão em Santa Catarina: o controle do rádio e da TV como estratégia política da elite estadual*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

¹³ ZERO/Dossiê. *Oligarquias Dominam Rádios e TV em Santa Catarina*. Jornal do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Nº 1, Ano X, Florianópolis, 25/9/92.

¹⁴ PEREIRA, Moacir. *Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina*, Ed. Lunardelli/FCC, Florianópolis, 1992.

Enfim, busca-se evidenciar que, apesar das peculiaridades inerentes a Santa Catarina, as relações de poder no Estado encontram-se imbricadas com as estruturas econômicas, políticas e sociais no cenário nacional e mesmo internacional.

É nesse contexto que, para um estudo aprofundado da acumulação de capital em Santa Catarina, considera-se como fundamental a análise da intervenção estatal e da superexploração do trabalho.

O estudo da ação do agente estatal em Santa Catarina deve compreender dois momentos históricos distintos. O primeiro (aqui considerado como o existente até meados dos anos 50) evidencia uma intervenção do Estado, buscando atender aos interesses das classes dominantes. Entretanto, dada a estrutura dos órgãos estatais ser ainda relativamente frágil, administrativa e financeiramente, sua ação, diferentemente do governo federal, não possibilitou um maior impulso à acumulação de capital em Santa Catarina. No segundo momento, tem-se a reestruturação do aparelho estatal catarinense, num período em que haverá uma ação muito mais incisiva, facilitadora da acumulação de capital. Cronologicamente, tal alteração se observa a partir de meados dos anos 50.

O objeto desta investigação, que é a presença – ainda não estudada – do agente estatal e o conflito das classes sociais na acumulação de capital em Santa Catarina, emerge, inicialmente, do estudo de algumas interpretações sobre a estrutura econômica de Santa Catarina. Num segundo momento, a partir de um contato direto com as empresas, verificou-se que: a) a razão maior da chamada "competitividade da indústria catarinense" deve-se aos baixos salários pagos aos trabalhadores, caracterizando uma superexploração do trabalho; b) o significativo auxílio estatal, via créditos, incentivos, especialmente do BNDES, do Besc, Badesc e BRDE, chegando a obter financiamentos estatais para até 70% dos investimentos realizados.

Essa situação concreta, somada ao conhecimento parcial das interpretações da evolução econômica de Santa Catarina, juntamente com as conclusões da produção teórica de Jurandir Antônio Xavier¹⁵ – tomada neste livro como referencial teórico – que reconhece no Estado brasileiro a responsabilidade maior pela industrialização e pelo enriquecimento privado do País, fez com que se empreendesse uma análise mais

¹⁵ XAVIER, Jurandir A. *O Capitalismo Financeiro no Brasil*, São Paulo, 1989. (Tese de Doutorado, USP/SP). O autor analisa a economia brasileira e seu desenvolvimento preponderantemente a partir da intervenção do Estado, cabendo na sua visão uma relevância menor aos agentes privados capitalistas. Xavier considera que foi

aprofundada e sistemática dos principais estudos sobre a economia catarinense, concentrando-se na ação do agente estatal e na superexploração da força de trabalho.

Na compreensão de Estado que se adota neste livro reconhece-se a existência da sua dimensão marxista/classista. Toma-se o Estado, neste estudo, não como um agente acima das classes sociais, objetivando atender ao bem comum, mas sim como agente que, ao ser controlado pela burguesia, é usado com seus instrumentos para garantir e ampliar a acumulação, o enriquecimento privado, bem como a dominação política, ideológica das classes dominantes¹⁶.

Neste trabalho, acumulação é entendida como a lógica determinante da ação capitalista, isto é, o enriquecimento do proprietário do capital. Em outras palavras, a ação capitalista tem como objetivo último o enriquecimento privado. Em *O Capital*, Marx afirma: "Com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação de capital" (MARX, 1982: 726). Mais tarde afirma: "Acumular, acumular! Essa a lei de Moisés e dos profetas!" (MARX, 1982). Com essas palavras, Marx revela o que, em sua análise, constitui o imperativo mais importante, ou a força motriz da sociedade burguesa" (BOTTOMORE, 1988: 01). É fundamental compreender a acumulação de capital, ou modo de produção especificamente capitalista, não como somente produção, ou produção de bens de capital, como afirma João Manoel C. de Mello¹⁷:

o agente estatal o responsável maior pela industrialização brasileira, atuando direta e indiretamente, dado o caráter parasitário da burguesia brasileira. "O Estado vem à reprodução capitalista para reconstituí-la, assegurando sua continuidade, de um lado, suprimindo especificamente a propriedade privada, de outro, repondo-a, mas, em estágios historicamente superiores da desagregação do capitalismo. Admitir a presença do Estado nacional na reprodução é reconhecer que não mais emerge das crises uma conjuntura expansiva sob as responsabilidades da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas. Ao contrário, se a conjuntura expansiva surge sob a condução do Estado nacional, nela, as classes capitalistas emergem, enriquecendo-se parasitariamente... Portanto, admitir as funções produtivas do Estado implica reconhecer o parasitismo das classes capitalistas e, em consequência, a falência da propriedade, da iniciativa e da riqueza na promoção do desenvolvimento capitalista especificamente industrial na economia nacional" (XAVIER, 1989: 52). Nesse sentido, em sua análise, o autor não identifica a burguesia nacional como a maior responsável pelo desenvolvimento da economia nacional (capitalista especialmente), mas sim o Estado, que teve que assumir a maioria das funções, creditícias e produtivas. É fundamental captar, segundo Xavier, que a burguesia brasileira nos dois períodos por ele definidos para a economia brasileira (agroexportador e estatal-industrial), tem uma atuação mais parasitária que produtiva. Finalmente, o autor vê não a produção burguesa como a determinante da acumulação de capital no Brasil, mas a produção estatal (propriedade formalmente socializada), e apropriação burguesa, isto é, o enriquecimento burguês.

¹⁶ Há debates no seio da teoria marxista sobre o papel do Estado nas sociedades capitalistas. Nesses debates, mudam-se variáveis diversas, mas permanece o entendimento de que este constitui-se num aparato que não pretende o bem comum, mas o favorecimento de uma classe social. Cabe destacar, entretanto, que novas definições (intermediárias) surgem com relação ao papel do Estado, a partir do processo de globalização ora em curso.

¹⁷ MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

"Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma dinâmica da acumulação especificamente capitalista que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico... Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da *constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital*" (GA) (MELLO, 1982: 97-98). Acumulação é captada aqui como busca do enriquecimento privado. Portanto, para Mello, a base da lógica capitalista é produção, e especificamente produção de bens de capital.

Xavier¹⁸, ao criticar Mello pelo fato desse compreender a lógica da ação capitalista não com base na busca constante e intermitente da acumulação, do enriquecimento, mas sim na produção e especificamente de bens de capital, assevera: "É falseada a percepção do que seria o *modo de produção especificamente capitalista* (GA), porque, se para a escola campineira, é autodeterminação da acumulação de capital, derivada da constituição de *um departamento de bens de produção*, para Marx, do qual subtraem a categoria e falseiam-na em sua determinidade histórica, modo de produção especificamente capitalista é acumulação de capital derivada da acumulação de mais-valia. Ademais, acumulação de capital não apenas enquanto conversão produtiva de mais-valia, mas do enriquecimento privado especificamente capitalista" (GA) (XAVIER, 1989: 56-57). Vê-se, pois, que o autor, tomado aqui como base teórica, é enfático em relação à lógica de acumulação de capital no Brasil.

Nesse sentido, afirmações como a da ex-sindicalista e atual Deputada Estadual, Ideli Salvatti, de que "A burguesia brasileira é burra, pois deveria distribuir renda, para possibilitar o consumo, que geraria mais renda logo mais consumo..."¹⁹, expressam o desconhecimento do que vem a ser a lógica capitalista em sua forma clássica. Referir-se a

¹⁸ XAVIER, Jurandir Antônio. *O Capitalismo Financeiro no Brasil*, Tese de Doutorado, USP/SP, São Paulo 1989. Mimeografado.

¹⁹ Ideli SALVATTI, em entrevista ao jornalista Moacir Pereira, no "TJ O Estado", em janeiro de 1993.

burguesia brasileira como "burra" ou demonstra desconhecer o quanto essa burguesia acumulou ao longo dos últimos anos ou que Salvatti não reconhece no capitalismo a busca do enriquecimento privado, mas sim produção, e para que ocorra a produção é necessária a distribuição de renda para o consumo, segundo a lógica da sua entrevista. Capitalismo não é, na sua fase imperialista, somente produção, mas sim a busca das mais diversas formas do enriquecimento, isto é, do enriquecimento privado. Marx é esclarecedor: "Nos primórdios do modo capitalista de produção – e todo novo-rico percorre esse estágio – dominam o impulso para enriquecer e a avareza como paixões absolutas. Mas o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de fruções. Com a especulação e com o crédito, abre milhares de fontes de enriquecimento rápido. A certo nível de desenvolvimento, certa dose convencional de prodigalidade se torna necessária para o negócio do *infeliz* capitalista, a qual serve para exibir riqueza, sendo por isso meio de obter crédito. O luxo entra nos custos de representação do capital. Além disso, o capitalista se enriquece não como o entesourador, na proporção do seu trabalho pessoal e do que deixa de gastar consigo mesmo, mas na medida em que suga força de trabalho alheia e impõe ao trabalhador a renúncia à fruição da vida" (GA) (MARX, 1982: 690).

Ao referir-se à relação entre inovação tecnológica e lucros, Hobsbawn²⁰ é enfático: "Supõe com freqüência que uma economia de iniciativa privada tende automaticamente para a inovação, mas isto é uma inverdade. Ela só tende para o lucro. Ela só revolucionará as atividades econômicas no caso de esperar maiores lucros com a revolução do que sem ela" (HOBSBAM, 1983: 325).

Resgata-se aqui esse debate sobre o que se entende por acumulação de capital porque em geral as análises sobre o enriquecimento privado em Santa Catarina norteiam-se pela lógica clássica da acumulação, isto é, o indivíduo esforçado/trabalhador que, ao dispor de certa quantidade de dinheiro passa a atuar como capitalista, na medida em que o investe produtivamente, comprando meios de produção (máquinas e equipamentos) e contratando força de trabalho. A ação da força de trabalho sobre os meios de produção dá origem a uma nova mercadoria, que não tem o mesmo valor das somas pagas às mercadorias anteriores, mas um valor maior. Esse valor excedente, apropriado pelo capitalista, fruto do

²⁰ HOBSBAM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

valor gerado pelo trabalhador e não pago ao mesmo pelo capitalista, constitui-se, na denominação de Marx, em mais-valia. "A lei da produção capitalista, que serve de base à pretensa lei natural da população, reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar. Não é de modo nenhum uma relação entre duas grandezas independentes entre si, de um lado a magnitude do capital, do outro, o número dos trabalhadores; em última análise, é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora" (MARX, 1982: 721). É fundamental compreender que a análise de Marx concentra-se na fase concorrencial do capitalismo, em que a acumulação de capital tinha como sustentáculo básico a reconversão produtiva de parte da mais-valia, base da dinâmica da acumulação. O que aqui se quer diferenciar é que o desenvolvimento capitalista da economia nacional e neste caso, catarinense, ocorre não na fase concorrencial do capitalismo, mas sim na fase imperialista. De acordo com Lênin²¹, "Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo que obrigam a qualificação de capitalismo parasitário ou em estado de decomposição" (LENIN, 1982: 668).

O capitalismo, na sua fase imperialista, desenvolve-se sob intensa ação do Estado. Logo, a acumulação já não é mais regida somente pela reconversão produtiva da mais-valia. Os mecanismos de crédito, subsídios, incentivos, constituem-se em elementos básicos da acumulação. Nesse sentido, esclarece Xavier: "Que o imperialismo tenha acabado com o capitalismo de livre-concorrência significou que a industrialização capitalista se desenvolveu monopolizando, concentrando e centralizando a propriedade, a produção e apropriação capitalistas. Entretanto, que a propriedade, produção e apropriação de riqueza continuassem aqui como antes, portanto, sobre os mesmos fundamentos fundiários da época das capitânias, não significou inexistência de capitalismo, ao contrário, somente que não passou por aqui qualquer revolução capitalista nem, muito menos, da propriedade, da apropriação ou dos métodos do enriqueci-

²¹ LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Em *Obras Escolhidas*, 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

mento privado, então predominantes. Simplesmente porque o capitalismo aqui se apresentou em sua própria contra-revolução ou em seu próprio contrário capitalista, o imperialismo. E isso só significa preponderância, no enriquecimento capitalista, de transações comerciais, tanto nas de exportações-importações, quanto nas monetárias, em substituição àquelas derivadas de métodos produtivos". Continua o autor: "De um lado, a integração (agroexportadora e industrial importadora) no mercado capitalista mundial, de outro, combinada nessa integração, a conservação obscurantista do monopólio da propriedade agrária permitiriam a expansão do enriquecimento capitalista, porém, exatamente sobre as bases seculares de reprodução da riqueza na economia nacional. Enquanto a centralização da propriedade da produção capitalista industrial emergiu, na economia industrializada, da contra-revolução imperialista à revolução capitalista industrial. No Brasil, ao contrário, a propriedade fundiária foi fortalecida no mercado capitalista mundial, só se reproduzindo positivamente ao deslocamento da produção capitalista industrial nos métodos do enriquecimento capitalista parasitário". Por fim, Xavier arremata: "A produção capitalista de mercadoria, na economia nacional, não estava sob os desígnios de qualquer concorrência capitalista, ao contrário, estava monopolizada nacionalmente, ademais, sob os desígnios da bolsa londrina. E, por isso mesmo, a produção cafeeira, algodoeira, ou cacaueteira, a propriedade fundiária ou o escravismo não foram derrubados por qualquer revolução (por exemplo, de preços de produção) na concorrência capitalista nacional, porém, na concorrência monopólica do mercado capitalista mundial" (XAVIER, 1989: 233).

Com relação aos novos mecanismos criados pelo capital, na busca do enriquecimento privado, destaca-se aqui a corrupção, ou seja, uma forma de enriquecimento que, neste País e em Santa Catarina, não é diferente, foi e é uma das formas de enriquecimento. A corrupção sustenta-se como um mecanismo de enriquecimento, sem base na propriedade privada dos meios de produção – lógica da acumulação clássica capitalista²². Entretanto, na medida em que nem a ciência econômica e nem a ciência jurídica investigaram os múltiplos mecanismos de

²² Destaca-se essa observação a partir da compreensão de que mecanismos ilícitos de enriquecimento constituem-se na negação teórica da acumulação capitalista (baseada na propriedade privada dos meios de produção). Tal fato pode ser ilustrado a partir da preocupação internacional com o fenômeno da corrupção, a ponto de a Organização Mundial do Comércio – OMC, em reunião realizada em Dezembro de 1996 em Cingapura, elegê-la como ponto de pauta para a discussão entre os países, por considerar tal fenômeno como a negação de livres mecanismos de comércio internacional, na medida que beneficia algumas empresas em detrimento de outras, a partir de elementos não naturalmente competitivos, tais como a produtividade, dando lugar à influência política e à troca de favores.

corrupção (superfaturamento, subfaturamento, encomendas fantasmas, etc.), torna-se muito difícil comprovar "cientificamente" tais formas de enriquecimento, o que não significa a inexistência dos fatos, mas sim um vácuo das investigações acadêmicas²³.

Finalmente, destaca-se ainda que a CPI dos Precatórios do Brasil e, neste caso, de Santa Catarina (1997)²⁴, envolvendo o atual Governador Paulo Afonso Vieira, tem caráter emblemático para esta pesquisa. As ações comprovadamente ilícitas do referido governo confirmam a tese defendida, ao longo deste trabalho, ou seja, a de que a ação estatal serve como sustentáculo para o enriquecimento privado em Santa Catarina.

O que se afirma é que o uso da emissão dos títulos públicos, alegando o pagamento dos precatórios, é a explícita ilustração da tese defendida ao longo deste livro, dado o esgotamento evidente dos antigos mecanismos de captação de recursos e de rolagem de dívidas²⁵.

Cabe destacar, entretanto, que a mesma se torna mais ilustrativa, porque ocorre em um período de completo esgotamento financeiro dos governos estaduais e, neste caso, de Santa Catarina. A captação de recursos através de mecanismos ilegais é a ilustração cabal do papel histórico cumprido pelo Estado em Santa Catarina e de que, quando de seu esgotamento, a via escolhida, foram os mecanismos ilícitos, para manter a ativa ação estatal em Santa Catarina²⁶.

²³ A "Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Orçamento" investigou, tal como expressa sua denominação, a corrupção no sistema orçamentário brasileiro, entretanto, entende-se que ela deveria estender-se a todas as esferas da sociedade capitalista contemporânea, sobretudo às relações público/privado (crédito público, subsídios, incentivos a produção/exportações, e outras).

²⁴ Para estudo aprofundado sobre essa CPI ver: PEREIRA, Moacir. *O Golpe das Letras*, Florianópolis, Editora Insular, 1997.

²⁵ Ressalta-se o papel significativo do Governo Federal (Fernando Henrique Cardoso – 1995-98), que criou mecanismos de controle sobre o endividamento e o lançamento de títulos dos governos estaduais como forma de uma maior controle monetário.

²⁶ Esse aspecto será devidamente aprofundado quando tratarmos do período de governo de Paulo Afonso Vieira.

CAPÍTULO I

**REVISÃO CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA
CATARINENSE**

Os Periféricos

Os autores aqui denominados periféricos constituem a matriz interpretativa da economia política catarinense os quais, ao analisar a evolução histórico-econômica de Santa Catarina constatam, em tal processo, a existência de uma relação de centro (economia nacional, especialmente Rio de Janeiro/São Paulo) e periferia (Santa Catarina). É com base nessa lógica que vão interpretar a economia catarinense desde a sua formação.

Em outras obras que retratam a dinâmica da economia estadual se faz presente a noção centro-periferia de Santa Catarina em relação aos Estados do Sudeste, contudo, é em Etienne Luiz Silva²⁷ e no CEAG²⁸, que tal concepção é utilizada de forma sistemática.

Os periféricos defendem que a evolução econômica e social de Santa Catarina esteve sempre determinada pelas questões externas, mais precisamente pelo centro econômico do país, o eixo Rio-São Paulo. Essa relação de dependência externa veio caracterizar o Estado como sendo uma economia voltada para o seu exterior.

A análise com base no conceito de centro-periferia foi, inicialmente, desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), objetivando caracterizar a relação dos países do capitalismo central com os subdesenvolvidos. As periferias (geração de riquezas basicamente com mão-de-obra e recursos naturais) supriam os centros (uso crescente de tecnologias) com as matérias-primas agrícolas, com

²⁷ SILVA, Etienne Luiz. *O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina*, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1978. Mimeografado.

²⁸ CEAG – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, *"Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina – Estudo das alterações estruturais (Século XVII-1960)"*, Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1980.

preços decrescentes e os centros vendiam as mercadorias industrializadas com preços crescentes. "A análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da *periferia* ressaltando os entraves ao *desenvolvimento econômico* em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades" (GA) (MANTEGA, 1985: 34). É fundamental constatar que esse tipo de relação implica, também, grandes dificuldades, ou mesmo a impossibilidade de industrialização, pois esses países (periféricos) não teriam excedentes para reinvestir em tal setor.

Silva e CEAG partem do mesmo pressuposto – relação centro-periferia –, entretanto, vão diferenciar-se na periodização da economia catarinense, isto é, concordam quanto à base da formação da evolução econômica catarinense e divergem quanto aos períodos marcantes dessa evolução. A divergência quanto à periodização da economia ocorre também entre escolas e autores da economia política brasileira.

Periodização da Economia Nacional

Na economia política nacional, juntamente com a endogeneidade (determinações internas) ou exogeneidade (determinações externas) do desenvolvimento econômico brasileiro, a periodização consiste num outro ponto de divergências entre as escolas e os pensadores. A escola cepalina (exógena), tendo Celso Furtado²⁹ como o principal intelectual, define a periodização da economia nacional em três grandes períodos: 1º – Economia Colonial/Economia Nacional; 2º – Crescimento para Fora/Industrialização por Substituição de Importações; e 3º – Industrialização Extensiva/Industrialização Intensiva. Os dependentistas (endógenos), tendo no Brasil Fernando Henrique Cardoso³⁰ como o principal intelectual, não se contrapõem aos cepalinos com relação à periodização, estabelecendo-a praticamente da mesma forma: 1º – Sociedade Colonial/Sociedade Nacional; 2º – Crescimento para Fora; 3º – Consolidação do Mer-

²⁹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 21ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1986.

³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

cado Interno; e 4º – Internacionalização do Mercado. Já os campineiros, sendo João Manuel Cardoso de Mello³¹ o principal teórico dos também chamados tardios, consideram a contribuição da teoria da dependência importante, mas limitada, pois critica os cepalinos somente com relação à endogeneidade ou à exogeneidade da economia brasileira, e mantém praticamente a mesma periodização, "...a tentativa não pode se completar porque para isso seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da Cepal pelas raízes, e não a partir de seus resultados como se procedeu: basicamente do critério cepalino de periodização histórica..." (MELLO, 1982: 26). Nesse sentido, os campineiros definem os períodos em: 1º – Economia Colonial; 2º – Economia Mercantil-Escravista Nacional; 3º – Economia Exportadora Capitalista-Retardatária; 4º – Economia Exportadora Capitalista-Retardatária – Nascimento do Capital Industrial; e 5º – Economia Exportadora Capitalista-Retardatária – Consolidação da Grande Indústria 1919-1923 Tavares³².

Finalmente, retomando XAVIER, este faz uma crítica às escolas e periodizações anteriores, definindo dois períodos na economia brasileira: 1º – Agro-Exportador e 2º – Estatal-Industrial.

Para Xavier, é na história do desenvolvimento capitalista mundial (exógeno), em sua fase imperialista, que se capta a essência do desenvolvimento capitalista no Brasil e o papel que o Estado veio a desempenhar. Assim, quanto ao período estatal-industrial, "a industrialização supera negativamente o capital financeiro, porque ela mesma, expansão da produção industrial de mercadoria, foi a superação específica do capitalismo agro-exportador, oligárquico-imperialista. Isso significa que, contrapositivamente ao capitalismo historicamente determinado, portanto, superando as oposições da propriedade capitalista no próprio desenvolvimento capitalista, a expansão da produção emerge sob a socialização formal do ciclo industrial do enriquecimento capitalista. Com efeito, na industrialização, encontram-se, de um lado, na expansão da produção capitalista, a estatização do capital em operação produtiva (socialização formal da propriedade do capital que, de improdutiva, na capitalista, se torna produtiva, na estatal), de outro, nos mercados capitalistas (que, de especulativos agro-imperialistas, tornam-se realizantes de nova riqueza industrial-estatal, tanto, no mercado comercial, a estatização das com-

³¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

³² Quanto à continuidade da periodização da economia na lógica campineira, especificamente à indústria pesada, ver: TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, 2ª edição, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

pras (superfaturadas) e das vendas (subfaturadas), quanto, no monetário-financeiro, a estatização creditícia (tornando-os gratuitos)" (XAVIER, 1989: 366-67).

Os trabalhos dos periféricos, que serão analisados aqui, vão caracterizar a relação centro-periferia com base especialmente na demanda dos bens produzidos em Santa Catarina. A economia catarinense é periférica porque a demanda externa (Rio de Janeiro e São Paulo) é que vai determinar a base de sua estruturação, bem como do processo de urbanização.

Em ambas as concepções são evidenciadas divergências quanto ao processo de acumulação (capitalização), uma vez que Silva define três processos distintos; 1º – capitalização primário-periférica; 2º – capitalização devido à capacidade de inserção no processo de industrialização nacional; 3º – crescimento urbano cumulativo. Para o CEAG, por sua vez, a acumulação vai ocorrer via comércio de exportação/importação, através dos vendeiros³³. No entanto, ambos convergem no sentido de que a relação periférica, que Santa Catarina estabeleceu com o centro econômico-financeiro do país, propiciou a acumulação de capital e esta, por seu turno, viabilizou a industrialização estadual.

A metodologia adotada para analisar os periféricos consiste na sintetização das linhas gerais dessa matriz e na crítica sobre a lógica analítica dos mesmos.

Etienne Luiz Silva

Etienne Luiz Silva³⁴ agrega o desenvolvimento econômico brasileiro, incluído o catarinense, em dois grandes períodos: 1º – "a economia agro-exportadora, até 1930"; 2º – "a economia urbano-industrial, pós-30". Além dessas duas grandes classificações, subdivide o primeiro em "período colonial" e "imigração estrangeira"; quanto ao segundo, o autor identifica, também, dois subperíodos distintos: "especialização urbano-regional de Santa Catarina – 1930-50" e "unificação do mercado do Centro-Sul e a inserção dependente de Santa Catarina – 1950-70".

³³ Os vendeiros - proprietários de casas comerciais nas colônias - centralizavam as relações comerciais no período, comprando produtos agrícolas dos colonos e vendendo-lhes mercadorias manufaturadas, concentrando, portanto, a base das atividades econômicas.

³⁴ SILVA, Etienne Luiz, *O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina*, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1978. Mimeografado.

Inseridos nessa classificação, os períodos do desenvolvimento da economia nacional são correlacionados à formação e ao desenvolvimento da economia do Estado, para qual a constituição da rede urbana em Santa Catarina é uma peculiaridade, em relação ao restante do país, posto que existem seis macrorregiões, com pouca relação entre si, tendo cada qual um município que cumpre a função de polarizador regional.

No tocante ao período de colonização, SILVA classifica Santa Catarina em duas fases e aspectos distintos: 1º – "período colonial – dois séculos, quatro núcleos isolados" e 2º – "a imigração estrangeira e a formação de regiões de colonização em Santa Catarina."

No primeiro período vai ocorrer o surgimento de três portos-povoações, São Francisco (1658), Desterro (1673) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (entre 1674/1684), cujo objetivo imediato foi a simples ocupação das terras da Região Sul do Brasil. No Planalto, surge a Vila Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (1771).

Com o processo de ocupação, definem-se, também, as especificidades econômicas de cada região colonizada. São Francisco constitui-se, nesse período, como a base da ocupação do Estado; Desterro concentra o poderio militar e administrativo português; Laguna reúne os caçadores de gado paulistas; Lages, um dos caminhos do gado vindo do Rio Grande do Sul, com destino a São Paulo. É observado que nesse período a ocupação de Santa Catarina ocorre de forma desintegrada e com pouca produção (mandioca e pesca) e objetiva principalmente a exportação.

No segundo período, alemães e italianos inauguram uma nova fase no processo de formação da rede urbana catarinense, na medida em que objetivam não somente a ocupação voltada para a defesa das terras nacionais, mas, também, a produção. Em 1850, surgem as grandes colônias, hoje Blumenau e Joinville.

Dois aspectos são fundamentais nesse processo: a característica minifundiária (propriedades de 20 a 30 hectares) e a especialização da mão-de-obra imigrante.

Silva caracteriza, inicialmente, três fases da evolução de Blumenau: *1ª fase*: ocupação do Vale do Itajaí (após 1850); *2ª fase*: implantação das indústrias (após 1880); *3ª fase*: consolidação ampliada do parque industrial (após 1914). A base da acumulação de capital em Blumenau é o excedente agrícola.

Em Joinville, tem-se como suporte da acumulação inicial o comércio (erva-mate) e o beneficiamento dos recursos naturais (madeira). Entre

1880 e 1914 ocorre a fundação das primeiras indústrias, sendo a 1ª Guerra Mundial um fator de aceleração desse processo. De fundamental importância para o desenvolvimento do nordeste de Santa Catarina foi a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca (1868), que ligava as cidades de Mafra e São Francisco do Sul, dando acesso, em 1913, ao ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Porto União a Mafra).

Por conseguinte, o período de 1850 a 1930 representa a ocupação e a consolidação econômica do Vale do Itajaí e do nordeste de Santa Catarina, inicialmente com base na produção agrícola de subsistência e comercialização do excedente e, num segundo momento, com o surgimento de pequenas indústrias, atendendo à demanda local e, em alguns casos, ao fornecimento ao mercado nacional. "Em Joinville, como em Blumenau, a especialização do imigrante foi decisiva para a implantação de seu parque industrial. Entretanto, enquanto em Blumenau a absorção comercial do excedente agrícola é a base da acumulação de capital e da industrialização, pelo menos em sua primeira fase, em Joinville, com uma agricultura bem mais limitada, o comércio e o beneficiamento dos recursos extrativos do planalto constituíram uma das bases em que se assenta o crescimento industrial." (SILVA, 1978: 65).

No sul de Santa Catarina, a colonização tem como base a influência italiana (1875). Antes dos italianos já haviam sido registrados nessa região (Laguna) os vicentistas vindos de Santos/SP e originários de São Vicente de Fora – Portugal; há também algumas colônias alemãs, que emergem a partir de São Pedro de Alcântara, Braço do Norte, Armazém, São Ludgero, dentre outras.

A base da atuação econômica dos italianos concentra-se inicialmente na agricultura. Eles introduziram na região as técnicas da rizicultura e da vinicultura.

Apesar de, em 1885, a região sul de Santa Catarina já ter a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina,³⁵ ligando as cidades de Lauro Müller e Laguna, essa região ficou até os anos 30 sem ter uma posição destacada na economia catarinense. "O sul do estado, ao contrário das regiões de Blumenau e Joinville, pelo menos até 1930, não acumulou um maior excedente e nem recebeu o aporte técnico da imigração alemã capaz de engendrar o processo de desenvolvimento industrial ou mesmo de constituir um núcleo com primazia regional." (Idem, *ibidem*, p. 68).

³⁵ Sobre a história e a importância da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, ver: ZUMBLICK, Walter. "TEREZA CRISTINA – A Ferrovia do Carvão", Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987, e BOSSLE, Ondina Pereira. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1981.

A constituição da rede urbana catarinense na região oeste passa, inicialmente, por uma grande indefinição, compreendendo o período até os anos 30. Dois conflitos distintos marcam o desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina até aquele momento. O primeiro é a disputa pelas divisas territoriais entre o Paraná e Santa Catarina, que abrangia uma faixa de 48.000 km² de terras, cuja solução se daria em 1917. O segundo é a Guerra do Contestado, conflito entre posseiros da região e os construtores de uma estrada de ferro que percorria o local. "Foi contratada a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, assumida pela empresa anglo-canadense Brasil Railway Company. A construção da estrada foi o estopim da Guerra do Contestado, que se desenvolveu durante quatro anos, entre 1912 e 1916, sendo um dos episódios mais cruentos da ocupação do sul do país." (Idem, ibidem, p. 69)³⁶.

No período pós-conflitos, até 1930, surgem os principais municípios do norte (Mafra e Porto União) e do oeste do Estado (Joaçaba e Chapecó), ocorrendo, também, a ocupação de fato de Chapecó, principalmente por agricultores gaúchos. Silva afirma: "O oeste do Estado, ocupado num momento em que a economia nacional integra-se ao centro do país, organiza-se como uma nova região econômica, independente do litoral." (Idem, ibidem, p. 71).

De acordo com Silva, a formação da rede urbana catarinense até os anos 30 é definida, inicialmente, a partir da ocupação lusitana no litoral, sendo a economia da região sustentada basicamente pela produção de subsistência. Nesse período, surgem, também, os campos (invernadas) de Lages, região de passagem do gado que era levado para São Paulo. Posteriormente, é analisado o surgimento das colônias de imigrantes alemães e italianos. Os primeiros ocupam a região nordeste de Santa Catarina e o Vale do Rio Itajaí; os segundos, o sul do Estado. Finalmente, é constatada a ocupação do oeste pelos gaúchos.

Observa-se, nesse processo de ocupação territorial, o isolamento das regiões entre si, ocorrendo poucas relações econômicas entre elas. Esse fato se agrava ainda mais devido à existência da Serra Geral, um acidente geográfico com uma elevação de 1.200 metros, separando o planalto do litoral. "O processo de colonização, por outro lado, respon-

³⁶ Para aprofundar as análises sobre os conflitos por terras no oeste de Santa Catarina, ver AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*, Florianópolis, Co-edição Editora da UFSC – Cortez Editora, e AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos"*, Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 1991. Mimeografado.

dendo à progressiva integração das várias zonas do Estado ao mercado nacional e condicionado pela estrutura geográfica peculiar de Santa Catarina, forma um conjunto de regiões econômicas praticamente isoladas: o Vale do Itajaí, centralizado por Blumenau e articulado externamente pelo porto de Itajaí; o nordeste, liderado por Joinville, com interesses econômicos ligados ao Planalto Norte e contando com o antigo porto de São Francisco; o sul do Estado, tendo por esquadro e centro de convergência Laguna; o oeste, tendo como base os municípios de Joaçaba e Chapecó, em plena dinâmica de ocupação, vinculado à expansão da fronteira gaúcha e praticamente sem comunicação com o litoral; Florianópolis, ilha geográfica e economicamente, permanece à margem desse processo, pois não está situada em posição favorável com relação aos novos núcleos dinâmicos da economia catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 72).

Continua, o autor, notando que a ocupação do Estado de Santa Catarina até o ano de 1930 ocorre objetivando garantir, principalmente, a posse do território, até então ocupado somente por silvícolas³⁷. As atividades produtivas serviam à simples subsistência dos habitantes das localidades isoladas.

Posteriormente, ocorre o direcionamento econômico voltado para outras regiões do país, em particular para o eixo Rio-São Paulo.

Os anos 30 marcam, para Santa Catarina, uma ruptura no processo de acumulação, pois, de acordo com o autor, vai ocorrer uma maior inserção por parte dos catarinenses na economia nacional.

No período compreendido entre 1930 e 1950, é evidenciada a tendência de produção para o mercado do Sudeste, constituindo o posterior ciclo de substituição de importações (1929/32). Entre 1950 e 1970 ocorre a consolidação da estrutura produtiva catarinense, voltada para o mercado do Sudeste do Brasil.

Silva vai destacar, nesse período, as diversas alterações que ocorrem nas economias brasileira e mundial e de que forma elas alteram a relação de Santa Catarina com o centro da economia nacional.

O Rio de Janeiro (centro administrativo/político) e São Paulo (centro exportador) constituem-se nos grandes pólos da economia nacional, superando o domínio das economias regionais existentes até então (Nor-

³⁷ Sobre ocupação do território catarinense e a relação dos missionários com os índios existentes, ver: PIAZZA, Walter Fernando e HUBENER, Laura Machado, *Santa Catarina: História da Gente*, 19ª edição antes de "Florianópolis". Ed. Lunardelli, 1983.

deste, Sudeste, Sul). Nesse período, devem ser observados dois processos importantes: 1º – No contexto interno, as mudanças que ocorrem no bojo da revolução de 1930; 2º – No contexto externo, a crise de 1929 e o conseqüente agravamento dos termos de intercâmbio comercial entre os países. Com a estruturação crescente da economia nacional, o autor assinala que os excedentes regionais (periféricos) são apropriados pelo centro. "A expansão do sistema capitalista no Brasil, tendo por base a *região* comandada por São Paulo, engendra uma divisão de trabalho nacional, em que as demais *regiões* à medida que são efetivamente incorporadas ao mercado nacional, passam a gravitar sob a dinâmica de funcionamento do centro do sistema, como exportadoras de alimentos, matéria-prima, de capitais e, em alguns casos, inclusive de mão-de-obra." (GA) (Idem, *ibidem*, p. 78).

A economia catarinense caracteriza-se, até 1929, por ter algumas regiões autônomas, ou melhor, não integradas do ponto de vista estadual, produzindo para o consumo próprio e exportando determinados excedentes (madeira, erva-mate, carvão, produtos alimentares). A partir de 30, tal tendência econômica se acentua, pois as demandas do centro da economia nacional acabam por consolidar a emergente divisão do trabalho estadual, baseada em regiões autônomas e praticamente independentes.

O próprio sistema viário catarinense acaba por influenciar significativamente a estrutura urbana do Estado. "O sistema rodoviário projetado é funcional às relações entre o Sul e o Sudeste e, particularmente, à constituição do poderoso eixo econômico Rio-São Paulo; todavia, no interior do Estado as suas vias de comunicação desestimulam as relações internas, particularmente entre o litoral e o planalto" (Idem, *ibidem*, p. 85). Nesse sentido, verifica-se o Estado dividido em regiões produtivas com características produtivas distintas, a seguir descritas:

1ª – No Planalto, tendo Lages como centro polarizador, emergem, além da pecuária baseada no período anterior, a extração sudeste e também para a Argentina. Surgem, de 1940 a 1949, 309 novos estabelecimentos no ramo madeireiro. A partir dos anos 40, afloram, também, indústrias de papel e papelão;

2ª – No sul, Laguna e posteriormente Tubarão, cumprem a função de centros polarizadores. Nessa macrorregião, a análise que se faz sobre seu desenvolvimento está associada à crescente exploração do carvão ali produzido, cuja exportação é feita principalmente para a Usina Siderúrgica de Volta Redonda/RJ. Silva menciona, ainda, o importante papel das políticas protecionistas, isto é, a obrigatoriedade do consumo do carvão nacio-

nal. "Assim, o sul do Estado, mais especificamente a região extrativa mineral, especializa-se na indústria carbonífera, intimamente vinculada aos requerimentos do centro do país" (Idem, *ibidem*, p. 89).

3ª – No Vale do Itajaí, Blumenau coordena o desenvolvimento da região. Há, conforme a análise de Silva, uma associação direta entre o processo de substituição de importações e a indústria têxtil, na medida em que antes desse período as mercadorias desse setor eram importadas, e, naquele momento, tiveram de ser produzidas internamente. Ressalte-se que os aspectos mais importantes para essa industrialização crescente são a especialização e o pionerismo do imigrante de origem alemã. "No período de 1939 a 1945 diversos produtos, entre os quais as pás e os tecidos, não são mais importados, o que permite um crescimento significativo da produção desses artigos em Blumenau" (Idem, *ibidem*, p. 89).

4ª – Na região nordeste do Estado, o metal mecânico e o material elétrico são os setores produtivos que fornecem a base do desenvolvimento. A dinâmica econômica da região, cujo centro é Joinville, é afetada, a partir dos anos 30, pela queda nas exportações de erva-mate, atingindo a produção e o comércio daquela cidade. Por isso, com a ampliação do mercado nacional para segmentos até então dominados por produtores externos, ocorre na região uma diversificação produtiva, objetivando atender à crescente demanda. Ocorre nesse período, também, o aumento da comercialização da madeira. Afirma Silva que, "para a particular inserção de Joinville no processo de industrialização do país concorre, a exemplo de Blumenau, além da estrutura assentada em 1930 e da capitalização comercial, sobretudo o pionerismo em diversos produtos, viabilizado pela especialização do imigrante e suas estreitas relações econômicas e técnicas com a Alemanha industrializada" (Idem, *ibidem*, p. 94).

Entre 1930 e 1950, surgem as mais importantes empresas da época naquela região, tais como: Fundação Tupy – fabricação de ferro (1938); Nielson e Cia. – carrocerias de ônibus (1946); Indústrias Schneider - bombas hidráulicas (1946); Cia. Hansen – pentes de chifre (1941); Indústrias de Refrigeração – geladeiras/Cônsul (1950).

5ª – Na região oeste, o centro desenvolve-se com base na indústria alimentar. A ocupação dessa região passa a ocorrer a partir de 1930, com a expansão da fronteira agrícola gaúcha. A base produtiva dessa ocupação sustenta-se na produção de trigo, milho e suínos.

A industrialização de derivados de animais em maior escala passa a ocorrer somente a partir de 1940, com o surgimento da Perdigão (1940) e da Sadia (1944).

O oeste acaba, também, por se constituir em uma região englobando duas microrregiões. A microrregião do extremo-oeste e a microrregião do Vale do Rio do Peixe. A primeira tem como principal cidade Chapecó e a segunda tem Joaçaba, Concórdia e Videira.

Quanto ao processo de ocupação regional, Silva afirma: "O Oeste de Santa Catarina, com as suas duas zonas, como comumente é dividido, apresenta-se, portanto, em 1950, em plena dinâmica de ocupação, com intensa exploração florestal e afirmando a sua especialização agrícola (milho, trigo) e na agroindústria porcina, apresentando características de pioneirismo e uma incipiente rede urbana" (Idem, *ibidem*, p. 96).

Esses são os aspectos gerais, apontados por Silva, da ocupação de Santa Catarina e da constituição das principais regiões produtivas do Estado. O autor destaca, ainda, que o processo de acumulação ocorreu sem grandes concentrações urbanas, com a população estadual sendo distribuída sem grandes diferenças regionais.

Em seguida, o autor aborda o período de 1950 a 1970, quando se acentua a especialização das regiões e amplia-se a dependência de Santa Catarina em relação ao mercado nacional.

Assim, de acordo com Silva, o desenvolvimento da economia nacional acaba por consolidar o modelo de desenvolvimento baseado nas relações desiguais entre o Sudeste e as demais regiões do país. "A unificação do mercado nacional radicaliza a supremacia industrial do Sudeste, que em 1968 representa 80,9% da renda da indústria brasileira, ao mesmo tempo que cabe à Região Sul e, particularmente ao Nordeste, a despeito das transformações estruturais intra-regionais (crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição das atividades artesanais por fabris, criação de serviços, etc.) um papel periférico de fornecedor de alimentos e matérias-primas" (Idem, *ibidem*, p. 99)³⁸.

Santa Catarina consolida, nesse período, sua condição periférica, tendo parte significativa de sua produção voltada para o mercado do Sudeste, como também passa a demandar mercadorias produzidas pelo eixo Rio-São Paulo, obtendo como resultante saldos comerciais negativos.

³⁸ Ressalte-se que para a Cepal, a relação centro-periferia dos países periféricos tem, como uma das principais conseqüências, a impossibilidade da industrialização, devido às trocas desiguais entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos. "A preocupação básica da Cepal era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da *periferia*, ressaltando os entraves ao *desenvolvimento econômico*, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades (GA) (MANTEGA, 1985: 34). Essa discussão será retomada ao final deste capítulo.

O autor ilustra essa tendência comercial – desvantajosa para o Estado – com base na estrutura rodoviária, pois enquanto as BRs 116 e 101 (ligando o Estado ao Sudeste), entre os anos 50 e 60, já estavam concluídas, a ligação completa entre o litoral e o oeste de Santa Catarina, que se daria através da BR 282, até a conclusão do trabalho de Silva, ainda não havia sido realizada.

Quanto ao processo de urbanização, o autor evidencia que até 1950 não havia no Estado nenhuma cidade com mais de 50.000 habitantes, caracterizando-se, dessa forma, a ausência de um centro hegemônico que coordenasse o desenvolvimento econômico estadual.

No período de 1930 a 1950, consolidam-se os centros urbanos regionais. "A crescente afirmação do modo de produção urbano-industrial, com o conseqüente crescimento das oportunidades de emprego urbano e a progressiva penetração dos produtos industrializados no interior, paralelamente ao processo de fragmentação das propriedades no litoral e à concentração e/ou modernização em outras áreas, fazem com que se intensifique o processo de urbanização a partir da década de 1950" (Idem, *ibidem*, p. 109).

São diferenciados três modelos de crescimento urbano: o "crescimento urbano associado à capitalização do excedente primário periférico", o "crescimento urbano associado à capacidade de inserção no processo de industrialização nacional" e o "crescimento urbano cumulativo".

No primeiro caso, "capitalização do excedente primário periférico", formou-se, por exemplo, Lages, com base na extração vegetal, indústria da madeira, pecuária extensiva e, mais recentemente, com a indústria de papel e celulose. No planalto norte, baseado também no extrativismo vegetal e indústria da madeira, emergem as cidades de Mafra, Porto União e Canoinhas. No sul surgem Tubarão e Criciúma, ambas direta ou indiretamente ligadas à extração, ao beneficiamento, ao transporte e ao uso do carvão mineral. Finalmente, no oeste, sustentado pelo excedente agrícola e pela exploração vegetal, bem como pelas agroindústrias, tem-se Concórdia e Videira.

Quanto à caracterização das regiões que capitalizam o excedente primário periférico, conclui Silva: "A dinâmica do Planalto, do Sul e do Oeste catarinense, por mais que apresentem aspectos diferenciadores, está, portanto, diretamente ligada ao nível de capitalização e reinversão do excedente primário periférico requerido, sobretudo, pelo centro do país" (Idem, *ibidem*, p. 120).

Os centros urbanos que vão estruturar-se com base na capacidade de inserção no processo de industrialização nacional são Blumenau e Joinville. A primeira, juntamente com a região correspondente, adentrar ao contexto da economia nacional com base na indústria têxtil. A segunda é incluída nessa classificação a partir da produção metal-mecânica, de material elétrico e de plásticos. As duas regiões, com as respectivas cidades, constituem a chamada região industrial de Santa Catarina. "Uma análise rápida da concentração territorial da indústria da transformação em Santa Catarina revela que, enquanto na década de 50 as regiões do Estado especializadas na indústria tradicional – têxtil (Vale do Itajaí – AMVI) e alimentar (meio-oeste – AMMOC) – ainda apresentavam uma participação crescente no setor secundário; na última década, acompanhando uma tendência nacional, perdem posição no contexto estadual, em contrapartida ao maior crescimento da indústria dinâmica localizada em Joinville (Amunesc) e à implantação dos complexos industriais de celulose e papel em Lages (Amures)" (Idem, *ibidem*, p. 124).

Quanto ao crescimento urbano cumulativo, vamos ter as cidades de Itajaí e Florianópolis. A primeira com base no extrativismo vegetal e no porto marítimo, e a segunda como cidade administrativa, comercial e de serviços. Ambas, de acordo com Silva, constituem-se em centros urbanos, devido ao crescimento urbano cumulativo. "Florianópolis sustentada no crescimento cumulativo de sua economia urbana mantém-se como principal cidade de Santa Catarina, porém com um diferencial muito pequeno em relação a Joinville, Blumenau e Lages, apresentando ainda uma base econômica mais limitada. Assim, ao contrário dos demais estados do Centro-Sul, não há em Santa Catarina nenhuma primazia urbana e muito menos um núcleo que centralize a economia catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 131).

Silva conclui seu trabalho sobre os determinantes da evolução econômica de Santa Catarina, evidenciando as diversas regiões e as respectivas características econômicas, cujos aspectos regionais se ampliam na medida em que a economia estadual aumenta a sua inserção na economia nacional. Os períodos analisados por Silva até 1930, de 1930 a 1950 e de 1950 a 1970, diferem pelo grau de inserção do Estado na economia nacional. "Porém, mais do que interdependentes, ou mesmo vinculadas às localidades centrais de Porto Alegre e Curitiba, como enfatizam alguns estudos, todas as zonas do estado estão ligadas à dinâmica de desenvolvimento capitalista, comandada pelo centro do país" (Idem, *ibidem*, p. 135).

O desenvolvimento econômico periférico e a reconversão produtiva dos excedentes do setor primário-exportador, bem como a capacidade de inserção na industrialização nacional constituem, para Silva, os determinantes da evolução econômica do Estado de Santa Catarina. A industrialização do Estado, portanto, tem suas bases na capitalização dos excedentes, originários da relação periférica mantida com o Sudeste do país.

Centro de Assistência Gerencial CEAG/Santa Catarina

Na mesma linha de interpretação do desenvolvimento econômico de Santa Catarina – relação centro-periferia –, tem-se também o trabalho do CEAG. "É neste contexto que se situa Santa Catarina. Desde o início de sua formação, seu papel foi de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedora de certos bens, mais ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente no caso do gado gaúcho e no avanço militar contra espanhóis confinantes" (CEAG, 1980:42)³⁹.

Para evidenciar sua vertente periférica, o CEAG desenvolve, a cada período analisado, uma análise estrutural e conjuntural em nível regional, nacional e internacional.

A pesquisa do CEAG, embora partilhando da concepção de que de Santa Catarina se constituiu historicamente na periferia da economia nacional, vai diferenciar-se, em relação a Silva, no que diz respeito à periodização da economia catarinense, uma vez que Silva a divide em três períodos distintos: 1º – Período Colonial, dos portos-povoações à imigração estrangeira, de 1650 a 1930; 2º – Santa Catarina e a unificação do mercado nacional, de 1930 a 1950; 3º – Santa Catarina e a unificação do mercado do Centro-Sul, de 1950 a 1970. Para o CEAG, temos: 1º – produção de subsistência e agroexportação, do século XVII a 1850; 2º – indústria tradicional, de 1850 a 1914; 3º – início da indústria dinâmica, de 1914 a 1960⁴⁰.

³⁹ CEAG/SC – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (Século XVII-1960)*, Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1980.

⁴⁰ *Indústrias Tradicionais*: caracterizam-se pelas produções voltadas, principalmente, ao atendimento direto ou indireto das necessidades mais elementares de consumo da população, com uso intensivo de força de trabalho. *Indústrias Dinâmicas*: são as que, em geral, necessitam de formas produtivas mais complexas e avançadas,

Priorizam-se, na análise do trabalho do CEAG, os aspectos diferenciadores em relação a Silva, isto é, especialmente a periodização, pois, como já mencionado, ambos partilham da concepção de relação "centro-periferia".

O primeiro período, para o CEAG, é o "Da Economia de Subsistência à Subsidiária – Território de Passagem", que vai do século XVII até a metade do século XIX.

Nesse período, as regiões ocupadas no Estado de Santa Catarina geram poucos produtos de exportação. Caracterizam-se muito mais como áreas de passagem para o gado do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo. A ocupação do Estado é caracterizada também por características geográficas, isto é, a natural ruptura entre o litoral e o planalto. "Em resumo, Santa Catarina, nos dois primeiros séculos de sua ocupação servia mais à *sustentação* e *defesa* do sistema colonial do que a *produção* colonial. Seu excedente se destinava a suprir o centro exportador colonial e à manutenção da tropa e administração" (GA) (Idem, ibidem, p. 48).

No período chamado "a Economia Subsidiária e Primário Exportadora à Indústria Tradicional", de 1850 a 1914, a análise do CEAG evidencia o forte reflexo das modificações internacionais, nacionais e até mesmo regionais, em relação à inserção de Santa Catarina na economia nacional.

Em termos nacionais, é fundamental salientar a influência da abolição da escravatura, emergindo, daí, o assalariamento e um mercado consumidor interno. A Lei de Terras⁴¹ foi outro aspecto importante, pois possibilitou o acesso à terra por parte dos colonos e, no caso

tendo o predomínio de investimentos em tecnologia. Ou ainda: *Tradicionais*: "...aquelas que se implantaram nas primeiras fases do processo de industrialização em qualquer região, tendo em vista sua vocação natural e necessidades locais de subsistência..." *Dinâmicas*: "...aquelas que se implantam somente em fases mais avançadas do processo de industrialização, por exigirem maior grau de tecnologia...", definido em, TEIXEIRA, Valter Nunes. *Alguns Fatores do Crescimento Industrial de Santa Catarina*, Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1977, Mimeografado.

⁴¹ "Lei Nº 601, promulgada no Brasil em 1850, conhecida como Lei de Terras. Visava fundamentalmente alcançar três objetivos: 1. Proibir a aquisição de terras que não fosse por outro meio senão a compra, extinguindo, portanto, o regime de posses; 2. Aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais, visando a impedir a redução da oferta de trabalho na agricultura e conseqüentemente a elevação dos salários. Para tanto, as terras eram vendidas em leilões públicos a partir de um preço mínimo bastante elevado; 3. Os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem. A Lei de Terras foi objeto de muita controvérsia, e sua regulamentação realizada somente em 1854. A motivação básica, no entanto, foi impedir o livre acesso dos trabalhadores à terra diante da evidência da falência do escravismo. Os proprietários de terras de São Paulo estavam conscientes de que, se os homens passassem a ser livres, o acesso à terra deveria deixar de sê-lo" (SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*, 2ª edição, São Paulo, Editora Best Seller, 1989.

de Santa Catarina, pelos imigrantes, intermediados pelas empresas colonizadoras⁴².

Internacionalmente, destacam-se a alta de preços dos produtos industriais e alimentícios, bem como os reflexos desse fator sobre a força de trabalho na Europa. O excesso de força de trabalho europeia e as lutas políticas dos trabalhadores, oriundas de tal situação, levam ao crescente êxodo desses trabalhadores para outros países, geralmente em processo de colonização. É nesse contexto que ocorre a imigração para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

A imigração de alemães e italianos para Santa Catarina assume uma relevância maior devido, especialmente, ao domínio que esses possuem da tecnologia produtiva.

Nesse sentido, tanto no Brasil quanto no plano internacional, surge um quadro propício à ocupação e à inserção da economia catarinense na economia nacional: "Simultaneamente, ocorre uma crise econômica em nível nacional em consequência da conjuntura internacional, no período posterior à crise de 1848. O ouro da Califórnia e Austrália, se provocava a superação da depressão anterior, provocava também a alta dos preços. No caso do Brasil, os gêneros de subsistência chegaram a ter um aumento de 200%. A expansão da monocultura cafeeira, expulsando a agricultura de subsistência, fazia também com que o país dependesse da importação de gêneros alimentícios, que subiram, na pauta de importações, até cerca de 20% na década em questão" (Idem, *ibidem*, p. 59). Essas transformações contribuem para a formação da economia catarinense, especialmente pela vinda de imigrantes e em virtude da ruptura do comércio internacional, com a consequente ampliação da economia de Santa Catarina no mercado nacional.

A obra do CEAG ressalta como fundamental, no período em análise, o papel que os "vendeiros" cumprem, em especial na região de Blumenau e Joinville. A ação deles deve ser analisada a partir de dois aspectos. Primeiro, a grande influência que possuem nas regiões, como compradores, vendedores e mesmo como guardadores de dinheiro. Nesse caso, os proprietários do dinheiro – colonos – pagam uma taxa para guardá-lo. Segundo, dada a importância do comércio de importação e exportação, com os vendeiros centralizando tal processo, comprando mer-

⁴² Empresas privadas que organizaram a colonização em certas regiões do Brasil a partir da compra ou da doação de terras do Estado. Tais empresas financiavam a vinda de imigrantes, a passagem da Europa para o Brasil e até os gastos iniciais com a construção das casas, bem como os custos iniciais para a produção agrícola.

cadorias locais e vendendo mercadorias importadas. Essas duas ações fazem com que surjam excedentes financeiros que, posteriormente, serão investidos na industrialização catarinense. "Este comerciante dominava a economia da região. Era ele quem assegurava o intercâmbio com o porto de Itajaí e o exterior em geral. A venda, entre suas funções, passou a exercer a de banco, onde o juro era pago não pelo vendista, mas pelo depositante, que não tinha outra forma de guardar suas economias com segurança" (Idem, *ibidem*, p. 71).

Com relação às macrorregiões e às respectivas características no período, o CEAG conclui que no Vale do Itajaí, destacam-se as produções alimentar e têxtil. A produção, inicialmente voltada para o mercado local (região), acrescida das modificações já citadas, passa lentamente a direcionar-se para o mercado nacional em ascensão. A Estrada de Ferro Santa Catarina, ligando Blumenau ao porto de Itajaí, cumpre papel fundamental nesse período. "No porto de Itajaí temos, ao menos em três casos importantes, ligações explícitas entre comércio "import-export" e indústria. Assim Renaux, o empresário têxtil de Brusque, mantinha ali empresa de navegação, exercendo esse tipo de atividade comercial. Outro, João Bauer, ao mesmo tempo que mantinha armazém de despachos, funcionava com fábrica de cerveja. Finalmente, Gottlieb Reif, ex-vendedor em Blumenau, e que instalou fábrica de caixas para charutos em Itajaí, que exportava para as grandes empresas de charutos no Brasil..." (Idem, *ibidem*, p. 85).

No nordeste de Santa Catarina, o processo é relativamente parecido com o do Vale do Itajaí, isto é, excedente acumulado com base no comércio de importação/exportação e no papel dos vendedores. Na produção e na venda destacam-se a madeira e a erva-mate.

Evidencia-se, também, nessa região, a crescente relação entre Joinville e Curitiba – PR, direcionando, portanto, sua atuação produtiva para fora do Estado, não tendo vínculos significativos com outras regiões de Santa Catarina.

O desenvolvimento econômico da região é feito diminuindo-se a importância crescente da madeira e da erva-mate em relação a outros setores, isto é, a evolução do setor tradicional para o setor dinâmico, constituindo-se, posteriormente, como será visto, na região mais industrializada do Estado. "Vejam aqui o caso da erva-mate. Seu transporte, da área de produção à de beneficiamento e exportação, de início em lombo de burro, passou depois a ser feito em carroças de quatro rodas e exigindo barricas para o acondicionamento. Ora, isso requeria, natural-

mente, a presença de carpinteiros, ferreiros, mecânicos, para a fabricação desses veículos e seus acessórios, ferraduras para os animais, bem como tanoaria para a fabricação de barricas. A presença de artesãos ligados à metalúrgica seria, pois, evidente. Poderia isto sugerir, a nosso ver, o germem de uma das futuras especializações do ramo metal-mecânico da região" (Idem, *ibidem*, p. 88).

No sul de Santa Catarina, de acordo com a interpretação do CEAG, tal como a de Silva, o carvão é o principal produto, base do seu desenvolvimento.

A influência da colonização italiana é marcante na região. Destaca-se, também, nessa região, o importante significado da construção da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, ligando as cidades de Lauro Müller e Laguna, concluída no final do século passado (1883). Entretanto, o carvão do sul de Santa Catarina é uma das mercadorias mais dependentes da conjuntura internacional (interrupção das importações).

Nesse período (1850-1914) o meio-oeste é marcado, predominantemente, por conflitos fundiários. Inicialmente, devido ao crescente uso da terra para o cultivo da erva-mate, ou mesmo da pecuária, com a crescente desocupação e expulsão dos trabalhadores e agregados, e, posteriormente, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, razão básica da Guerra do Contestado.

A região sob enfoque, conhecida também como região do Contestado, tem como fato mais importante, no período, as disputas fronteiriças entre Paraná e Santa Catarina. Juntamente com essa disputa ocorrerá o massacre dos posseiros, que ficará registrado como a "Guerra do Contestado".

Quanto ao meio-oeste catarinense, afirma o CEAG: "...que fez convergir para a região que lhe serviu de palco todas as contradições de um sistema que a conjuntura aguçava, tornando inevitável a explosão. Coronéis e empresas estrangeiras contra posseiros; os dois Governos Estaduais, ao mesmo tempo dando cobertura ao capital estrangeiro e entre si disputando a jurisdição sobre a área, de fartos recursos econômicos: o conflito dos interesses ervateiros entre catarinenses e paranaenses rompendo a solidariedade econômica formada entre a área de Joinville e a de Curitiba" (Idem, *ibidem*, p. 95).

A produção do gado "vacum" é a base econômica do planalto de Santa Catarina. A maior parte da produção local é consumida internamente. Entretanto, há uma maior importância da região devido à passagem do gado vindo do Rio Grande do Sul para São Paulo.

No litoral observa-se que, além de capital da província, Desterro (hoje Florianópolis), dada a influência da cultura açoriana, caracteriza-se pela produção da mandioca e farinha. O comércio de importação e exportação também tem desenvolvimento significativo nessa região.

Esses são os aspectos marcantes de Santa Catarina, no período de 1850 a 1914, apontados pelo CEAG.

Entre 1914 e 1960, tem-se o "apogeu da indústria tradicional e posterior ascensão da indústria dinâmica". A análise desse período compõe-se, inicialmente, de uma contextualização da conjuntura nacional e internacional, passando, em seguida, a considerar o apogeu da Indústria Tradicional (1914-1930) e, por último, a ascensão dos ramos dinâmicos (1930-1960).

Nesse período, o CEAG atribui uma profunda importância à 1ª e à 2ª Grandes Guerras Mundiais, evidenciando de que forma esses conflitos atingem diretamente a economia nacional e, em especial, a catarinense, caracterizando-se a fase de substituição de importações.

Com a interrupção das transações comerciais com o restante do mundo, as regiões mais urbanizadas, em particular São Paulo, passam a demandar mercadorias produzidas nas demais regiões do país. Portanto, Santa Catarina vai participar da divisão nacional do trabalho, com a produção de bens de consumo e matérias-primas. "A 1ª Guerra e, logo em seguida, os anos vinte, têm particular importância para a evolução econômica de Santa Catarina, em termos, sobretudo, de substituição de importações, contribuindo para a inserção da economia do Estado no mercado nacional" (Idem, *ibidem*, p. 103). O setor da economia catarinense que consegue maior inserção na economia nacional, em São Paulo especialmente, é o têxtil.

De acordo com o CEAG, é destacável, também, no período, a política tributária, que acaba por beneficiar os setores que exportavam para o Sudeste, com a redução dos impostos sobre a exportação.

A Primeira Grande Guerra marca o início da constituição do chamado mercado nacional. "Enfim, é o modelo primário-exportador e a divisão inter-regional do trabalho, colocando estados periféricos na função de *celeiros* do *centro*. Assim a nós parece, em certo sentido, uma antecipação da *unificação legal do mercado nacional* que ocorrerá em 1937" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 113).

Portanto, nesse período em análise, o que antes era importado, especialmente da Europa, passa, na maioria dos casos, a ser produzido internamente pelas regiões periféricas, agora para o eixo Rio-São Paulo

e não mais para os mercados locais. Ocorre, de fato, uma real aceleração na industrialização, devido à gigantesca ampliação do mercado consumidor.

Acontece, no período de 1930 a 1950, a ruptura definitiva com o modelo agroexportador, emergindo o modelo urbano-industrial. "Define-se aí uma mudança no modo de acumulação e uma tendência da economia a se voltar para o mercado interno" (Idem, *ibidem*, p. 116).

O período de 1914 a 1945, marcado pelas 1ª e 2ª Grandes Guerras, insere Santa Catarina na economia nacional, consolidando a sua industrialização que, inicialmente, estava voltada para o mercado local/regional e, posteriormente, amplia a diversificação produtiva existente até então. As principais mercadorias são: madeira, carvão, têxteis e alimentos.

O trabalho do CEAG ressalta, ainda, que até o final da 2ª Guerra, Santa Catarina ocupa o mercado nacional, baseado na indústria tradicional. Após o término do conflito, em razão das transformações internacionais e nacionais, o ramo dinâmico da economia passa a ter um papel preponderante no Estado.

Na Indústria Tradicional (1914-1930), as regiões produtivas catarinenses têm as seguintes características:

- No Vale do Itajaí, a produção têxtil é a que imediatamente sofre a influência da 1ª Guerra, aumentando gradativamente suas exportações para o centro da economia nacional, especialmente de camisas e meias. É fundamental ressaltar, também, a importância da substituição local das importações, pois, até 1914, havia a competição da produção local com os importados. Blumenau e Brusque são as cidades mais importantes dessa região no período em análise, ambas especializando-se na produção têxtil.

- Até então (1914), a economia do nordeste de Santa Catarina era baseada na extração e na exportação da erva-mate e da madeira. Com a 1ª Guerra, as exportações aumentam, agora para o mercado nacional. Entretanto, além da erva-mate e da madeira, a região passa a produzir, de forma intensiva, mercadorias ligadas aos ramos metalúrgico e têxtil, fazendo emergir as bases do que viria a se constituir, mais tarde, no dinâmico setor metal-mecânico de Santa Catarina.

- No sul de Santa Catarina, a interrupção dos fluxos comerciais com a Europa faz com que haja a necessidade de valorização do carvão nacional. Para o CEAG aí se encontra a explicação para o novo ciclo de desenvolvimento no sul catarinense. Ressalta-se que, nesse período, já

há uma importante infra-estrutura na região, com destaque para a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Entretanto, com o fim da guerra, o carvão catarinense volta a ser relegado a segundo plano.

- O Vale do Rio do Peixe, o oeste e o planalto ainda são regiões em definição. Nos anos 20, após o término do conflito do Contestado, as regiões supracitadas, em especial a do Vale do Rio do Peixe e a oeste passam a ser definitivamente ocupadas. Tal ocupação é feita, preponderantemente, com base na extração de madeira e na produção de alimentos.

Com a construção da Ferrovia Rio Grande do Sul-São Paulo, aumenta a imigração de colonos, especialmente alemães, italianos e poloneses. "Tais núcleos se dedicaram à agropecuária (em especial, milho e suinocultura). A demanda de alimentícios no resto do País, durante a 1ª Guerra, e, posteriormente, na década de 20, sobretudo no *centro* paulista, estimulou o seu crescimento" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 167).

- No litoral, consolida-se, nesse período, a cidade de Florianópolis como centro administrativo do Estado. Políticas por parte do governo estadual têm influência direta nessa definição. "Até 1930, Florianópolis, apesar de sua precariedade como capital, era a maior cidade e o maior centro comercial do Estado (e para isso contribuiu a ligação ilha-continente), exercendo certa centralidade sobre todo o litoral, convergindo para ela as importações, bem como o excedente provindo da tributação, por ser a capital administrativa" (Idem, *ibidem*, pg. 169).

Com a ascensão dos ramos dinâmicos (1930-1960), as regiões têm suas características básicas definidas.

No vale do Rio Itajaí ocorre, no período em análise, a continuidade do processo de substituição de importações e a conseqüente integração ao mercado nacional, bem como a conquista do mercado externo. "Deve-se acrescentar que Blumenau soube aproveitar a conjuntura favorável da Crise de 29, na qual os artigos têxteis sofisticados foram praticamente banidos da pauta de importações. Sendo estes, justamente, a sua especialidade pioneira, Blumenau conseguiu sustentar-se no mercado nacional, sem competidores no ramo" (Idem, *ibidem*, p. 171).

Nos anos 50, percebe-se a intensificação da indústria em Blumenau, permanecendo o setor têxtil como o mais importante da região.

É indiscutível que o aspecto mais marcante da industrialização do Vale do Itajaí é o domínio da tecnologia produtiva, trazida pelos imigrantes, o que possibilita, no princípio, a produção industrial para consumo local e, num segundo momento, a inserção dessa produção na economia

nacional e mesmo internacional. No setor têxtil, o papel fundamental cabe à família Hering.

No nordeste de Santa Catarina ocorre a crescente ligação com o mercado nacional, fazendo com que ali se consolide a indústria metal-mecânica, bem como outros ramos dinâmicos.

O surgimento do setor metal-mecânico, como já se viu, vinculou-se inicialmente ao transporte da erva-mate. Nesse segmento, observa-se que sua expansão passa a ocorrer em função da necessidade da produção de instrumentos de trabalho para a extração e beneficiamento da madeira, os quais antes da crise de 1929 eram importados.

Num segundo período, mais voltado para a produção nacional, o setor metal-mecânico passa a produzir consoante as demandas do centro da economia nacional. "Neste caso, devemos assinalar que já se esboçava, a nível nacional, essa tendência; os produtos metálicos têm a sua importação diminuída de 40%, entre 1929 e 1948. E, na década de 30, São Paulo prenunciava aquilo que só se consolidaria na década de 50: começava a produzir *material elétrico*, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamento para a industrialização da cana-de-açúcar, peças de automóveis, acessórios, ferramentas, implementos agrícolas, etc. Joinville deveria provavelmente suplementar as novas tendências da demanda *central*" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 177).

Em 1938, a família Schmidt inaugura a Fundação Tupy, produzindo ferro maleável para a fabricação de conexões. A partir de sua fundação, houve uma crescente integração com a indústria automobilística nacional.

Nessa região, a erva-mate deixa de ter a importância do passado, entretanto, a madeira, especialmente na região de São Bento do Sul e Rio Negrinho, ainda continua tendo importância, agora com a indústria moveleira. Observa-se, também, nessa região, uma diversificação produtiva: adubos químicos, malharias, produtos farmacêuticos, farinha de trigo e cervejaria.

Portanto, evidencia-se que, no nordeste de Santa Catarina, o setor dinâmico da economia ocupa papel mais relevante do que na região do Vale do Itajaí. De acordo com o CEAG, as razões que levam a região de Joinville a concentrar-se na produção dinâmica ainda não foram profundamente estudadas, mas duas hipóteses devem ser consideradas: "1ª – A extração da madeira, da erva-mate e a indústria do mobiliário exigiram a complementaridade do ramo metal-mecânico. 2ª – A atualização (entrada nos ramos dinâmicos) da indústria de Joinville decorreria

de uma sincronização maior com as exigências do *centro*, mercê de seu contato maior com o Paraná e São Paulo" (GA) (Idem, ibidem, p. 181).

No sul de Santa Catarina, com o Governo Vargas e a 2ª Grande Guerra, ocorre a valorização do carvão de Santa Catarina, cujo consumo é ampliado com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, absorvendo o carvão metalúrgico, e com a Sociedade Termoelétrica do Capivari (SOTELCA), consumindo o carvão energético. De acordo com o CEAG, nos anos 50 surgem, também, as primeiras indústrias cerâmicas.

O planalto catarinense, mantendo a lógica de toda a economia estadual, também vai voltar a sua produção para o mercado nacional. Entretanto, passa a ocorrer, a partir dos anos 30, uma alteração na produção, até então baseada na madeira e na pecuária extensiva. "Na década de 30, verifica-se tendência à industrialização do produto inclusive entrando nos ramos dinâmicos. Assim, temos a expansão da indústria do mobiliário, de compensados e laminados (da qual já falamos ao abordar Joinville e o Litoral de São Francisco), além do papel e da pasta mecânica"⁴³ (Idem, ibidem, p. 183).

Essas alterações econômicas fazem com que ocorram, também, modificações políticas, alterando-se o eixo político regional da base da oligarquia latifundiária para uma burguesia industrial incipiente, inclusive multinacional (Olinkraft Papel e Celulose SA – 1958)⁴⁴.

No Vale do Rio do Peixe e no oeste, a produção alimentar e a extração da madeira continuam a ditar a dinâmica dessa região. A base da ocupação é a expansão da fronteira gaúcha, sob influência italiana e germânica. Nos anos 40, a Perdigão e a Sadia são fundadas, via sistema integrado⁴⁵, determinando características definitivas à região.

No litoral, Florianópolis, nos anos 30, entra em profunda estagnação, sendo afetada pela crise de 29, bem como pela posição contrária a Getúlio Vargas na Revolução de 30. Esses fatos colocam a capital à margem dos acontecimentos internacionais, especialmente por ser a sua atividade econômica basicamente comercial e administrativa.

⁴³ Resultado da desintegração mecânica da madeira.

⁴⁴ Com relação às alterações econômicas e políticas ocorridas no Planalto de Santa Catarina, ver AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense – Da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos"*. Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 1991, pg. 415, cap. 3, pp. 50-81; Mimeografado, e LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Poder Político e Mudança Social*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1977, Mimeografado.

⁴⁵ O Sistema Integrado tem como característica básica a transferência para o pequeno produtor, por parte da empresa, da responsabilidade pela criação dos animais (frangos e porcos), em geral recebendo da empresa os filhotes, ou financiamentos aos equipamentos e insumos, mais a garantia da compra da produção.

O desenvolvimento econômico de Florianópolis só é retomado graças à crescente inserção das outras regiões do Estado na economia nacional, tendo como consequência a ampliação das funções político-administrativas da capital.

Nos anos 50, com a instalação da energia elétrica, o planejamento e a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a capital retoma o papel de principal centro comercial do Estado. "...em 1950, Florianópolis era o principal centro varejista do Estado e detinha 25% do comércio atacadista, estendendo seu raio de influência a todo o litoral catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 194).

Essas são, portanto, no período de 1914 a 1960, as principais características do Estado de Santa Catarina, de acordo com o CEAG.

Para concluir, afirma o CEAG, "Santa Catarina, desde o início de sua formação econômica, teve por função suprir os núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro como um todo, ou servir de território de passagem para cumprir tal função... Dentro do escalonamento das satelizações internas, no Brasil, a economia catarinense ocupa posição periférica relativamente às metrópoles externas a seu território, representadas não apenas pelo eixo Rio-São Paulo, como também, apesar de em grau bem menor, por Curitiba e Porto Alegre. Quanto à geração de seu excedente econômico, responsável por um dinamismo que foi até à montagem de um parque industrial de razoável significado, o mesmo foi, de início e em geral, de origem agrícola e canalizado pelo comércio import-export... Caracterizam também sua economia a pequena propriedade e a policultura, o que contribuiu para dar feição especial a sua pauta de exportação, que se manteve sempre diversificada. Destaque-se também a presença do pioneiro *schumpeteriano*, no caso dos imigrantes e descendentes" (GA)(Idem, *ibidem*, p. 197-8).

Portanto, Silva e o CEAG adotam, como base de interpretação para a formação e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, a concepção cepalina de relação "centro-periferia", em que Santa Catarina coube historicamente a produção voltada para fora do Estado, buscando o mercado do Sudeste brasileiro.

Apesar da base da acumulação de capital estar, para os autores supracitados, associada à relação periférica que o Estado estabeleceu com a centro da economia nacional, observa-se, entretanto, que eles divergem quanto a aspectos específicos desse processo. Silva define dois processos distintos do avanço da acumulação de capital, a partir da

relação centro-periferia, quais sejam: "a capitalização primário-periférica" (planalto, sul e oeste do Estado) e "a capacidade de inserção no processo de industrialização nacional" (Blumenau e Joinville). Para o CEAG, o sustentáculo do processo de acumulação inicial em Santa Catarina deu-se através do comércio de importação e exportação, controlado pelos vendeiros.

Quanto aos períodos, observou-se que Silva divide a formação histórica da economia catarinense em dois grandes períodos: 1º – economia-agro-exportadora (período colonial e da imigração estrangeira); 2º – economia urbano-industrial (especialização urbano regional e unificação do mercado do Centro-Sul e inserção dependente). Já no trabalho do CEAG, observa-se: 1º – produção de subsistência e agroexportação; 2º – indústria tradicional; 3º – início da indústria dinâmica.

Dessa forma, os trabalhos em análise divergem com relação ao papel atribuído ao empresário pioneiro schumpeteriano, identificado pelo CEAG e não constatado por Silva.

A crítica aos periféricos baseia-se na ilusão, presente em suas análises, do papel da intervenção do Estado na economia catarinense, juntamente com a completa desconsideração, no estudo desses periféricos, da superexploração do trabalho como o alicerce fundamental da acumulação de capital em Santa Catarina. Ambos os autores superestimaram a relação centro-periferia como a única base da acumulação de capital no Estado.

Interpretar todo o processo de enriquecimento capitalista desse Estado somente com base nessa relação, ver a industrialização catarinense a partir da reconversão dos excedentes primário-periféricos, na capacidade de inserção no processo de industrialização nacional, ou mesmo no comércio de importação e exportação, é uma absolutização do papel da relação centro-periferia.

Critica-se tal entendimento na medida em que ele não relativiza o papel que a relação centro-periferia desempenhou no enriquecimento privado de Santa Catarina.

O próprio conceito de relação centro-periferia, em sua forma original, desenvolvida pela Cepal, traz em si mesmo a negação ou profundos entraves à industrialização. Para a Cepal, a dependência dos países periféricos em relação aos centrais, levaria, entre outras coisas, a grandes dificuldades, ou mesmo à impossibilidade de industrialização, devido às trocas desiguais não possibilitarem o acúmulo de excedentes necessários à industrialização. Logo, se a relação centro-peri-

feria, para a Cepal, tem como um dos elementos a dificuldade da industrialização atribuir, como fizeram Silva e o CEAG, à industrialização exatamente aos excedentes "primário-periféricos" ou à "inserção no processo de industrialização nacional", ou, ainda, ao "comércio de importação e exportação", uma formulação reducionista e, por isso, questionável em seu próprio conceito original. Caracterizar a relação da economia ca-atarinense como periférica em suas transações comerciais com o centro do país é plausível. Porém, querer explicar a industrialização catarinense a partir dessa e somente dessa relação reside um lapso teórico, pois a característica básica da relação centro-periferia é exatamente a grande dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se industrializar.

A meu ver não é possível explicar o processo de industrialização nacional e especificamente catarinense levando em conta apenas a relação centro-periferia. É sob tal enfoque que se critica a interpretação dos periféricos. O papel do agente estatal e a força de trabalho do operariado catarinense são, talvez, os principais alicerces desse processo de industrialização é que serão aprofundados ao longo deste trabalho.

Os Schumpeterianos

Dando seqüência à revisão crítica da economia política catarinense, passa-se a analisar agora as contribuições de trabalhos que ressaltam, no processo de industrialização catarinense a ação empreendedora e inovadora dos empresários. De acordo com esses estudos, é a partir do desempenho de homens de visão ampla, que vislumbram o futuro, que ousam, que têm iniciativa e cuja característica básica é o pionerismo, que o desenvolvimento de Santa Catarina poderia ser explicado.

Por traz dessas análises, é possível identificar a influência de uma corrente teórica muito importante nos meios acadêmicos. Particularmente

refiro-me, à obra de Joseph A. Schumpeter⁴⁶, particularmente, à Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico (1982), que analisa a economia a partir de ciclos econômicos (longos, médios e curtos). As bases para o início de um novo ciclo dar-se-iam a partir das inovações tecnológicas introduzidas por empresários empreendedores. O autor afirma a necessidade da existência de empresários audaciosos, juntamente com suas propostas de inovações tecnológicas, sem as quais a economia não se desenvolveria. "No entanto as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não pegamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança" (SCHUMPETER, 1982, p. 48). De acordo com Paulo Sandroni⁴⁷, as inovações tecnológicas em Schumpeter devem ser entendidas da seguinte forma: "...a fabricação de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias-primas; a realização de uma nova organização econômica, tal como o estabelecimento de uma situação de monopólio" SANDRONI (Idem, ibidem, pg. 284). Para Maria Luiza Renaux Hering⁴⁸, "Na definição schumpeteriana, que se tornou clássica para o conceito de empreendedor, este é o indivíduo que preenche a função de realizar novas combinações no processo produtivo. Essas inovações se resumem na dinâmica que abandona os caminhos habituais, opera com novos produtos, novas técnicas de elaboração, novos procedimentos de venda, novas formas de organização e financiamento e que, com frequência, cria novos setores de produção" (HERING, 1987:

⁴⁶ SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

⁴⁷ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*, São Paulo, Editora Best Seller, 1989, 2ª Edição.

⁴⁸ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, Blumenau, Editora da FURB, 1987.

14-15). Cláudio Napoleoni⁴⁹ afirma que Schumpeter faz sua análise a partir do "estado estacionário" de Walras, vendo a superação desse estado a partir da produção. "Segundo Schumpeter, a ruptura desse mundo estacionário e também o início de um processo de desenvolvimento ocorrem precisamente no âmbito da produção, em consequência de eventos que modificam, às vezes profundamente, os velhos sistemas produtivos" (NAPOLEONI, 1983: 42). Essas modificações consistem em: introdução de um novo bem; invenção de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de um novo mercado fornecedor de matérias-primas; e, por último, estruturação de uma nova organização industrial. "Tais modificações são, em seu conjunto, indicadas pelo termo **inovações**. Schumpeter, além disso, chama **ato empresarial** à introdução de uma inovação no sistema econômico e **empresário** ao que executa esse ato. A empresa e o empresário são fatos específicos do desenvolvimento e de todo inexistentes no estado estacionário..." (GA) (Idem, ibidem, 43). Sobre Schumpeter ou Nali de Jesus de Souza⁵⁰ afirma: "O empresário é um líder, um homem de vontade, que ousa, que tem força e se dispõe a assumir riscos...A característica fundamental do **empresário** é a de **liderança** e não de propriedade, isto é, de capacidade de **previsão** e **iniciativa** e não da posse de capital..." (GA) (SOUZA, 1993: 113).

No capítulo anterior, ao estudar os "periféricos", observei que a visão schumpeteriana estava presente, embora de um modo secundário, pois a ênfase está na relação centro-periferia. Porém nos outros autores que analisarei aqui, entre eles CUNHA⁵¹, HERING, BOSSLE⁵², VIEIRA FILHO⁵³ e TERNES⁵⁴, é que a noção schumpeteriana do desenvolvimento econômico de Santa Catarina adquire uma forma mais acabada e consistente.

Esses autores e obras, sem uma única exceção, atribuem ao empresário catarinense, especialmente ao de origem germânica e italiana, a

⁴⁹ NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento econômico do Século XX*, São Paulo, Círculo de Livro, 1987.

⁵⁰ SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Atlas, 1993.

⁵¹ CUNHA, Idaulo José. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*, Florianópolis, FCC edições, 1982.

⁵² BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense*, Florianópolis, CNI/FIESC, 1988.

⁵³ VIEIRA FILHO, Ady. *As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses – origem e evolução (1880-1985)*, Florianópolis, Edição do autor, 1986.

⁵⁴ TERNES, Apolinário. *História da WEG: 25 anos*, Jaraguá do Sul, Departamento de Comunicação da WEG S.A., 1986; e Ternes, Apolinário. *A Estratégia da Confiança*, Joinville, (S. ed.), 1988. Esse autor não será analisado sistematicamente porque, apesar de sua base interpretativa derivar da matriz schumpeteriana, nos trabalhos citados limita-se, simplesmente, a fazer apologia dos empresários catarinenses, da WEG e da TUPY, sem uma abordagem analítica maior da economia catarinense.

responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do Estado. Interpretam os grandes grupos econômicos existentes hoje, em Santa Catarina, a partir da ação empresarial empreendedora e inovadora.

Um dos aspectos presentes, especialmente em Cunha, Hering e Bossle, refere-se à tentativa de ver a industrialização catarinense não relacionada com a economia nacional, que, para a maioria dos setores, está associada à acumulação cafeeira. Tal fato merece um esclarecimento antes de dar continuidade ao objeto central deste capítulo

A Acumulação Cafeeira e a Industrialização Brasileira

A industrialização brasileira é analisada, pela maioria dos autores brasileiros, com base na acumulação cafeeira. Segundo essas análises, os excedentes das empresas cafeeiras eram canalizados para os bancos, que emprestavam ao capital industrial emergente, e esses investiam na produção industrial. Sérgio Silva⁵⁵ afirma: "Vimos como a indústria nasce das próprias contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira. Mas o nosso estudo não pretende limitar-se a indicar como o desenvolvimento capitalista sob a égide do capital cafeeiro conduz à industrialização, mesmo se tal fato constituiu uma grande dúvida para muitos intelectuais brasileiros, durante muito tempo" (p. 110)...Concretamente, a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria..." (SILVA, 1985: 112). Fernando Henrique Cardoso⁵⁶ é enfático: "O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força de trabalho...Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresá-

⁵⁵ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 6ª edição São Paulo, Alfa-Ômega, 1985.

⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. "Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo", In: *Mudanças sociais na América Latina*, 1969.

rio industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial" (CARDOSO, 1969: 188-189). Quanto às bases da industrialização, tem-se ainda: "A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis" como afirma João Manuel Cardoso de Mello (Idem, ibidem, p. 99). Evidenciou-se que esses autores vêem a industrialização brasileira vinculada à acumulação cafeeira, ou melhor, aos excedentes gerados pela acumulação cafeeira e canalizados para a industrialização.

Por sua vez, Jurandir Xavier⁵⁷ capta a industrialização brasileira vinculada diretamente à ação do agente estatal, sem o qual a oligarquia agrária não seria superada pela industrialização. "Ocorrendo sob o Estado, a industrialização não surge na economia nacional em decorrência de qualquer determinismo histórico próprio do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, a industrialização capitalista foi uma especificidade negada no próprio curso natural do desenvolvimento que se apresentou como expansão da produção agrícola. A industrialização capitalista veio a emergir preponderantemente depois de desagregada a economia capitalista dos cafeicultores sob a condução do Estado nacional. Em consequência, sob métodos que, de um lado, suprimiram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, então formada e, de outro, reconstituíram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista em formação. Por conseguinte, a industrialização capitalista da economia nacional foi um movimento determinativamente opositivo ao desenvolvimento capitalista específico da economia nacional e só se manteve especificamente industrial, enquanto o Estado, sustentando-o, logrou contrapor-se ao curso parasitário da própria acumulação de capital, historicamente específico. E, no entanto, o Estado só logrou contrapor-se, promovendo contraditoriamente, a formação de capital financeiro no desenvolvimento capitalista especificamente industrial, o próprio parasitismo" (XAVIER, 1992, p.53). Portanto, o autor questiona a con-

⁵⁷ XAVIER, Jurandir Antônio. *A Contemporaneidade da Questão Regional*. João Pessoa. Ed. UFPB. 1992.

cepção de que a acumulação cafeeira gestou a industrialização. Para o autor, foi o Estado o agente preponderante da industrialização nacional, via incentivos, crédito, compras (superfaturadas), vendas (subfaturadas).

Retornando o caso catarinense, observa-se que os schumpeterianos vêem a dinâmica da economia estadual dissociada, parcialmente ou não, da economia nacional. Afirmam que a economia catarinense desenvolveu-se preponderantemente por seus próprios meios, dependendo secundariamente do centro (Sudeste) da economia brasileira.

Com relação ao processo econômico de Santa Catarina, Cunha observa fatores externos, mas considera pequena a influência da acumulação cafeeira paulista na industrialização catarinense. Hering afirma que tal inovação segue uma dinâmica interna própria (endógena), baseada em recursos autogerados, fundamentada no mercado interno e no isolamento regional. Para Bossle há certas peculiaridades regionais, logo seria questionável apoiar-se na matriz interpretativa que estabelece a inter-relação café-indústria, para explicar a industrialização de Santa Catarina. Vieira Filho considera, apesar da ação pioneira dos empresários, a existência de uma relação periférica da economia catarinense para com a nacional.

Entretanto, é sobretudo com relação à periodização da economia catarinense que se encontram as maiores divergências entre os autores, especialmente entre Cunha, Hering e Bossle.

A seguir, analisaremos mais profundamente a obra de cada autor.

Idaulo José Cunha

Esse autor exerce ativo papel como intelectual orgânico das elites catarinenses, ocupando, dentre outros cargos, a direção do BRDE, agência Florianópolis. Pode ser considerado um dos primeiros estudiosos a analisar a economia catarinense numa perspectiva schumpeteriana, ressaltando sobremaneira o papel pioneiro do imigrante, com o domínio das técnicas produtivas européias e, posteriormente, via ação inovadora e empreendedora dos que continuaram na atividade industrial. "Enfatiza-se a base demográfica em decorrência da importância dos agentes econômicos privados no desenvolvimento do Estado, especialmente os imigrantes estrangeiros e mais tarde os internos, os quais desempenham

papéis salientes, em cada época em que se subdividiu a evolução econômica estadual" (CUNHA, 1982: 05). Apesar do papel relevante que Cunha atribui ao imigrante e ao empresário, Schumpeter não consta na bibliografia básica de seus trabalhos.

O autor analisa, inicialmente, a economia estadual em dois grandes períodos: de 1746 a 1945⁵⁸ e de 1945 a 1990⁵⁹.

De forma geral, o que Cunha quer evidenciar são as diferenças entre os aspectos determinantes da industrialização catarinense em relação à economia brasileira. O País tem a sua industrialização, segundo o autor, baseada na reconversão produtiva dos excedentes cafeeiros. Para Santa Catarina, entretanto, o café teria pouca influência. "Denota-se que a ênfase ao estudo do pólo industrial do Centro-Leste, liderado por São Paulo, fez com que, freqüentemente, se generalizassem, para todo o País, aspectos próprios da industrialização daquela área, resultando, daí, uma visão incompleta e imperfeita da industrialização regional, especialmente nas áreas em que o café não desempenhou papel estratégico no desenvolvimento capitalista" (Idem, ibidem, p. 04). Nesse sentido, Cunha quer evidenciar as peculiaridades do desenvolvimento catarinense em relação à economia nacional e, especialmente, desconsiderar o papel que a acumulação cafeeira tem para o processo de industrialização local.

A diferença fundamental da industrialização catarinense, em relação à nacional, sob esse enfoque, refere-se ao papel revolucionário dos imigrantes. "A influência desses imigrantes e de seus descendentes, como elementos motores e mantenedores do processo de desenvolvimento do Estado caracterizou-se pela ocupação dos espaços vazios e semi-habitados; introdução de novas culturas; implantação e gestão de empreendimentos industriais; introdução de técnicas administrativas (desde logo adotadas nas Colônias mais avançadas) e monetização da economia" (Idem, ibidem, p. 05). Essas são as características básicas e gerais da base interpretativa que Cunha utiliza para explicar a industrialização de Santa Catarina, especificamente no 1º período, de 1748-1945.

Em sua primeira publicação, *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina* caracteriza, inicialmente, a periodização da economia

⁵⁸ CUNHA, Idaulo José. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*, Florianópolis, FCC edições, 1982.

⁵⁹ CUNHA, Idaulo José. *O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*, Florianópolis, Paralelo 27, 1993.

catarinense: 1º – Subsistência 1748-1850; 2º – Agricultura diversificada e desenvolvimento artesanal 1850-1880; 3º – Primeira fase do desenvolvimento industrial 1880-1914; 4º – Desenvolvimento da pequena e média empresa 1914-1945.

Em função da perspectiva de aqui se caracterizarem os aspectos do trabalho de Cunha, que o identificam com a concepção schumpeteriana do desenvolvimento em Santa Catarina, faz-se necessário mencionar que a cada capítulo o autor tece considerações gerais (não analisadas neste trabalho) sobre a situação populacional do Estado acontecimentos nacionais e internacionais que interferem em Santa Catarina e a influenciam, situações das exportações estaduais, infra-estrutura, produção industrial, origens dos empresários e fonte dos recursos.

Para Cunha, no primeiro período tem-se a "economia de subsistência", de 1748-1850, em que examina a ocupação do território catarinense, a qual, para ele, subdivide-se em três subperíodos: 1º subperíodo; a ocupação de São Francisco (1658), Desterro (1679) e Laguna (1682); 2º subperíodo; a vinda de imigrantes madeirenses e açorianos entre 1748-1756; 3º subperíodo; a chegada dos primeiros imigrantes europeus não portugueses, entre 1820-1840. Segundo o autor, essas primeiras tentativas de colonização européia em Santa Catarina fracassam, entre outros motivos, "...pela falta de assistência governamental e especialmente a má gestão das colônias e desinteligências internas" (Idem, *ibidem*, p. 10). Em 1842 há, no Estado, 65.280 pessoas, incluídos 12.580 escravos.

A análise sobre os determinantes econômicos do período é baseada nas relações do Brasil Colônia com Portugal: "Sem margem de dúvida, Santa Catarina foi afetada diretamente, na primeira metade do século XIX, pelo quadro negativo brasileiro (estancamento das exportações), que lhe condicionou o desenvolvimento, numa fase em que a economia açoriana se encontrava assentada" (Idem, *ibidem*, p. 17).

Na interpretação de Cunha, portanto, nesse período predominava a economia de subsistência, com alguns fluxos de exportação, sendo a farinha de mandioca o produto mais nobre da economia catarinense, dada a predominância açoriana naquele litoral. A pesca da baleia também constitui-se numa atividade econômica significativa, entretanto, de pouco retorno, pois "O monopólio da captura, processamento e comércio da atividade, detidos por portugueses e pela Coroa, causava a drenagem das rendas" (Idem, *ibidem*, p. 35). Observa, ainda, a existência do artesanato açoriano, porém de pouca expressividade econômica.

O autor afirma que esse período é de pouca expressividade para Santa Catarina. Ao Estado, cabe o papel da segurança regional, atendendo às determinações de Portugal. Por outro lado, "...a única atividade passível de gerar excedentes significativos operou em benefício único dos detentores dos monopólios" (Idem, *ibidem*, p. 35).

No período da "agricultura diversificada e desenvolvimento artesanal" de 1850-1880, Cunha estuda os aspectos demográficos, demonstrando um crescimento populacional, intensificado, basicamente, em função da vinda de imigrantes. Analisa, ainda, as organizações econômicas e as relações sociais, mostrando onde os imigrantes se estabelecem, ou seja, o vale do Rio Itajaí (Blumenau) e o nordeste do Estado (Joinville). Além da ocupação, analisa o domínio de conhecimentos técnicos por parte dos imigrantes. "Cabe, finalmente, referência ao papel inovador dos administradores das colônias de Dona Francisca (Joinville) e Blumenau em todos os campos de atividades, que, pela constante renovação, atualização de conhecimentos, fruto do permanente contato com a Europa, proporcionou a introdução de inúmeros melhoramentos e avanços às novas colônias" (Idem, *ibidem*, p. 44).

A agricultura com base na pequena propriedade, o artesanato com uso de matéria-prima natural e a agropecuária são as atividades econômicas principais desse período.

No contexto nacional, o autor constata que a expansão da cafeicultura exportadora, juntamente com o combate à escravatura, são fatores que fazem ocorrer a carência de força de trabalho, levando ao aumento dos salários, razão esta que redundou na ampliação dos mercados consumidores para os excedentes de Santa Catarina.

Nesse período, ressalta Cunha, há a importância fundamental do vendeiro, pois por ele passavam praticamente todos os fluxos econômicos da região. Já foi visto também em Silva e CEAG, que na ação dos vendeiros está a base da acumulação para a industrialização posterior. "O vendeiro mantinha conta corrente com o colono. Ao mesmo tempo recebia em depósitos o fruto dos seus excedentes, percebendo para tanto uma remuneração. Já os empréstimos fornecidos aos colonos eram fortemente onerados com juros" (Idem, *ibidem*, p. 74).

Dessa forma, o que o autor constata, nesse período, é a ocupação efetiva do vale do Rio Itajaí e do nordeste de Santa Catarina, predominantemente por imigrantes alemães que alteraram substancialmente a realidade catarinense, pois o "...imigrante, em geral, era dotado de habilidades, motivações, cultura e princípios econômicos (dentre os quais o

hábito da poupança) evoluídos e adquiridos num país e num continente que em grande parte se achava em profundas transformações econômicas e em plena transição, com rápida expansão industrial e acentuada modernização da agricultura" (Idem, *ibidem*, p. 76).

O período entre 1880-1914 é denominado por Cunha "primeira fase do desenvolvimento industrial", considerando que, no período anterior, desenvolve-se a indústria artesanal e, conseqüentemente, o desenvolvimento da indústria fabril.

Nacionalmente, prossegue o autor, ocorre a mudança do centro cafeeiro e industrial do Rio de Janeiro para São Paulo. Naqueles centros há capital, mão-de-obra, empresários e crédito disponível, enquanto, em Santa Catarina, há carência, especialmente de, capital.

Apesar das dificuldades para o desenvolvimento econômico do Estado, Cunha constata, nessa fase, algumas transformações significativas, entre elas: energia elétrica, uso do vapor e, embora ainda de modo incipiente, mecanismos de crédito, em substituição gradativa aos vendedeiros.

Entre os fatores que levam à alteração da lógica da acumulação, de indústrias artesanais para fabris, cita:

1º – surgimento de núcleos urbanos em regiões do Estado, especialmente nas regiões de colonização européia;

2º – a geração e apropriação de excedentes, transferidos para as inversões em atividades industriais;

3º – melhorias no sistema de transporte.

Como já observado, ocorre uma urbanização crescente. "A maior concentração da população, o aumento do valor dos excedentes e a crescente especialização da economia, tornaram, de outra parte, exequível a implantação de sistema formal de crédito, embora com muito atraso em relação a outros estados" (Idem, *ibidem*, p. 115).

Quanto à industrialização, Cunha caracteriza dois tipos de empresários, ambos oriundos da imigração: o imigrante artesão (trabalho desenvolvido por conta própria) e o comerciante. O primeiro representa a base artesanal e o segundo, a fabril (trabalho desenvolvido na indústria).

No período de 1914-1945, denominado por Cunha "desenvolvimento da pequena e média indústria", destacam-se as influências, para Santa Catarina, da 1ª Grande Guerra Mundial, da Depressão de 1929 e da 2ª Grande Guerra.

Nesse período a imigração alemã, embora reduzida numericamente, tem uma importância maior em seus aspectos qualitativos, pois para o

Estado vêm técnicos e empreendedores. "...significativo número das atuais empresas de ponta do Vale do Itajaí e de Joinville foram fundadas por imigrantes ingressos nessa época. Nesse, ocorreu, além dos três grandes fenômenos bélicos e econômicos mundiais, a hiperinflação na Alemanha, que desorganizou o sistema econômico desse país e influenciou a vinda dos técnicos e empresários aludidos" (Idem, ibidem, p. 122).

Com relação às alterações populacionais, observa o autor que, nesse período, ocorre a afluência de imigrantes do Rio Grande do Sul os quais ocupam especialmente o oeste e meio-oeste de Santa Catarina. Cunha considera também essa imigração extremamente positiva, devido à proximidade entre origem e destino, semelhança das terras e experiência agrícola dos colonos.

Nacionalmente, tem-se, ainda no período, o predomínio de uma economia cafeeira exportadora, setor no qual todos os esforços são dispendidos. Para Santa Catarina, o fator mais importante é o surgimento e o desenvolvimento do mercado interno (nacional) que, com as crises externas, constitui-se em mercado para os excedentes catarinenses.

Configuro, a seguir, seguindo o autor, os períodos críticos e suas conseqüências para Santa Catarina:

A) 1ª. GRANDE GUERRA MUNDIAL

- uso da capacidade produtiva, constituída anteriormente;
- ampliação das exportações catarinenses;
- aumento das exportações de madeiras, devido à impossibilidade das importações;
- apoio à exploração do carvão mineral.

B) CRISE DE 1929

- regressão econômica, até 1933;
- surgimento de novos produtos industriais;
- vinda de imigrantes com excelentes qualificações técnicas;
- aumento considerável da venda de madeiras;
- decadência da economia da erva-mate, dada a influência da crise na Argentina.

C) 2ª. GRANDE GUERRA MUNDIAL

- carência de matérias-primas, combustíveis, máquinas e equipamentos e meios de transporte;
- substituição de importações a qual ganhou força com a crise;

- carvão e madeira obtêm forte apoio, objetivando aumentar suas ofertas.

Quanto à crise de 1929, são mínimas as desvantagens para Santa Catarina. Afirma o autor: "...a economia catarinense não se encontrava tão voltada para o mercado internacional, como as dos principais estados brasileiros na época, mas, sim, sobressaíam os produtos para o mercado interno..." (Idem, *ibidem*, p. 129). Cunha observa, ainda, que para o Estado, nos anos anteriores próximos à 2ª Guerra, ocorrem consideráveis aumentos nas importações, especialmente de bens de capital.

As indústrias têxtil, madeireira e alimentar, bem como a do carvão, são os destaques nesse período, dada exatamente a vinculação com as necessidades do mercado nacional, num momento de dificuldades de importar, por razões já expressas. Também destacam-se a indústria mecânica e metalúrgica que têm as suas atividades desenvolvidas no período. "Em Santa Catarina, nessa importante fase do desenvolvimento industrial, o empresário imigrante europeu e seus descendentes constituíram-se em agentes básicos do processo de industrialização. Trilharam o longo percurso da evolução industrial, desde os estágios do artesanato e da pequena empresa, até os estratos manufatureiros" (Idem, *ibidem*, p. 158). O autor reafirma, portanto, que Santa Catarina só ocupa os mercados que emergem com as crises, até aquele momento, porque os imigrantes-empresários que vinham para o Estado possuíam o domínio de técnicas produtivas e constituíam-se, assim, em empreendedores.

Destaca-se que Cunha capta o surgimento e a evolução da industrialização catarinense a partir do autofinanciamento, isto é, da reconversão produtiva dos lucros, mesmo porque até a segunda década deste século inexistiam no Estado instituições financeiras.

Assim, Cunha sustenta sua análise, quanto à industrialização catarinense, através do papel do empresário schumpeteriano, isto é, empreendedor e inovador, características dos imigrantes que chegaram a Santa Catarina.

Não identifica o processo de industrialização catarinense associado à relação café/indústria, tal como a maioria das interpretações sobre a industrialização brasileira. Verifica influências externas que fazem com que a produção catarinense amplie seus mercados. Nesse sentido, Cunha identifica a industrialização catarinense com base no auto-financiamento dos empresários.

O autor caracteriza, também, quatro períodos para a economia catarinense, quais sejam: economia de subsistência (1748-1850); agri-

cultura diversificada e desenvolvimento artesanal (1850-1880); primeira fase do desenvolvimento industrial (1880-1914); e desenvolvimento da pequena e média indústria (1914-1945).

Em sua segunda obra⁶⁰, lançada uma década depois da edição do trabalho analisado, Cunha retoma a análise do desenvolvimento econômico de Santa Catarina a partir de 1945 até 1990, bem como escreve um capítulo versando sobre as tendências dos anos 90.

Nesse livro mais recente, o autor prossegue atribuindo ao empresário empreendedor e inovador a responsabilidade pelo desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, considerado um modelo a ser seguido pelo Brasil. "Ante a crise por que passa o Brasil, sem que se vislumbrem novos caminhos para o retorno a uma fase de desenvolvimento auto-sustentado, impõe-se o exame apurado da bem sucedida experiência catarinense de industrialização e o aproveitamento das lições que dela se pode extrair para ajudar na formulação das novas políticas industriais para o país" (CUNHA, 1993: 18).

Nesse segundo grande momento (1945-1990), Cunha divide a economia catarinense em três distintas fases: 1ª – 1945-1963: Diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis; 2ª – 1963-1980: Retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização; 3ª – 1980-1990: Declínio da atividade econômica e ajustamento à crise.

A cada período de análise, Cunha procede a um estudo geral, bem como detalha aspectos específicos, tais como: demografia; condicionantes nacionais e estaduais; oferta de emprego; pessoal ocupado; Santa Catarina na indústria nacional; investimentos; produtividade da mão-de-obra e outros.

No primeiro período – de 1945-1963 – "Diversificação industrial e substituição das importações de bens de consumo duráveis", contextualiza o desenvolvimento de Santa Catarina, no âmbito das mudanças do pós-guerra, especialmente a partir da crescente ampliação e da consolidação do mercado nacional.

Destaca o crescente fluxo de colonizadores que vêm do Rio Grande do Sul para o oeste e meio-oeste do Estado, bem como a urbanização. "O fenômeno demográfico após 1950 foi o da urbanização...Em 1940, 21,5% da população vivia nas cidades ou áreas urbanas; em 1950, 23,2%;

⁶⁰ CUNHA, Idaulo José. *O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*, Florianópolis, Paralelo 27, 1993.

e somente em 1960 é que se constatou uma apreciável elevação do índice de urbanização (32,3%)" (Idem, ibidem, p. 30). Menciona, ainda, que o processo de urbanização que ocorre em Santa Catarina não é concentrado, isto é, algumas cidades distribuídas pelo Estado coordenam o processo de urbanização.

Prosegue Cunha, afirmando que, nesse período, o Brasil vive um processo de intensa industrialização, destacando, como instrumentos de tal processo, o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia) de 1950-1954 e o Plano de Metas, 1955-1960. O autor faz menção, tentando diferenciar a industrialização nacional da catarinense, aos incentivos aos empresários nacionais: "Os estímulos oferecidos aos empresários eram substanciais: garantias a créditos estrangeiros mediante avais públicos, em condições favoráveis; concessão de financiamentos nacionais com largos prazos e com juros negativos; além da reserva de mercado, pela manipulação das tarifas aduaneiras e controle das operações de câmbio" (Idem, ibidem, p.37).

Com relação à industrialização de Santa Catarina, Cunha observa que, no período em análise, identificam-se carências para a intensificação e ampliação: das indústrias, energia elétrica, transporte e crédito. Para o autor, tais deficiências são tão evidentes que os planos de governo estaduais (POE e Plameg I) têm, como proposta básica, a superação de tais estrangulamentos.

Tal como já expresso em seu livro anterior, o autor destaca a situação periférica do Estado, em relação ao centro do país. "O desempenho da indústria catarinense pode ser classificado como satisfatório, ou mesmo bom, na medida que se confrontam seus indicadores com os registrados pela maioria dos estados periféricos e não somente com a média nacional..." (Idem, ibidem, p. 42-3). Acentua Cunha que, apesar da situação periférica de Santa Catarina, no período em análise houve um significativo crescimento industrial.

A indústria de Santa Catarina concentra-se, predominantemente, nos ramos tradicionais, com uso intensivo de mão-de-obra. "O exame sob a ótica quantitativa conduz à conclusão irretorquível de que o desenvolvimento industrial de 1945 a 1963 esteve ligado ao comportamento dos gêneros da madeira, têxtil e alimentar" (Idem, ibidem, p. 48). Os ramos supracitados englobam entre 75% a 80% da mão-de-obra industrial do Estado.

Destaca-se que Cunha reconhece a concorrência da indústria estadual com a paulista como uma relação predatória. "Ressalta-se que

não menos importante é a constatação de que o Estado conseguiu ampliar seu parque produtivo, apesar da forte e destrutiva concorrência da indústria paulista, beneficiada por precondições naturais e pela indistigável política de centralização do desenvolvimento neste Estado, que resultou num penoso processo de sucateamento de boa parte da indústria das regiões periféricas do País" (Idem, *ibidem*, p. 54). Apesar da situação descrita, não deixa de destacar a grande capacidade de competitividade da indústria catarinense, com base nas vantagens comparativas⁶¹.

Atenta, ainda, que há uma distribuição industrial equilibrada entre os portes das empresas, com participação relativamente equitativa entre pequenas, médias e grandes, "Duas constatações se impunham: a primeira, de que no universo do setor secundário os estabelecimentos de pequeno porte salientavam-se e cumpriam inequívoca função social, como a da geração de emprego, renda e de atender demandas localizadas; e a segunda, de que existia um outro subsetor industrial, mais avançado, tipicamente fabril e capitalista, que prenunciava as bases de um novo estágio do capitalismo industrial catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 77).

Ao concluir a análise desse primeiro período, Cunha volta a afirmar que a base da acumulação de capital em Santa Catarina deve-se à pioneira iniciativa empresarial da burguesia catarinense. "Santa Catarina obteve êxito na industrialização, explorando vantagens comparativas em ramos de indústrias tradicionais, apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão), a experiência e conhecimentos acumulados e a inquestionável capacidade empreendedora (indústria têxtil) e a geração de excedentes agrícolas (caso das agroindústrias)...Santa Catarina demonstrou inegável capacidade de inserção na moderna industrialização brasileira, com recursos financeiros e empresariais próprios" (Idem, *ibidem*, p. 83).

No segundo período analisado, 1963-1980, – "Retomada do desenvolvimento e grande impulso da industrialização", Cunha evidencia a arrancada definitiva de Santa Catarina na consolidação da sua industrialização.

Tal desenvolvimento é observado, entre outros, pela crescente urbanização. "O processo de urbanização ganhou novo ímpeto: evoluiu de

⁶¹ Teoria desenvolvida por David Ricardo, que afirma existirem vantagens comparativas na produção de determinadas mercadorias em relação a outras. Em outras palavras, dadas certas condições de produção, seria vantajoso para certos países, ou mesmo regiões, especializarem-se em certas mercadorias, que pudessem ser produzidas em melhores condições (localização, matérias-primas, mão-de-obra).

32,3% em 1960 para quase 50% em 1975" (Idem, ibidem, p. 85). Entretanto, tal como já se identifica no período anterior em Santa Catarina, a evolução urbana ocorre de forma desconcentrada, isto é, há uma dispersão populacional.

Em nível nacional, o autor define o início dos anos 60 como o término de um ciclo de desenvolvimento (substituição das importações), emergindo profunda crise política e econômica. "Na verdade, houve crise no modelo de acumulação, baseado na industrialização com investimentos externos e voltado ao atendimento da demanda interna" (Idem, ibidem, p. 93). A crise econômica, segundo Cunha, estende-se até 1967, quando é iniciado um período de grande crescimento nesse setor.

O autor constata, ainda, quanto à economia nacional, que entre 1967 e 1973 ocorre um intenso desenvolvimento econômico, enquanto entre 1973 e 1980 evidencia-se um crescimento do PIB, em níveis menores que na fase anterior. Os incentivos governamentais cumprem importante papel, especialmente o crédito.

Para o autor, Santa Catarina teve nesses anos grande capacidade de resposta ao desenvolvimento, apesar de suas precariedades em setores como o de malha rodoviária e o de telecomunicação, em particular, a partir de início dos anos 60.

Entretanto a superação dos entraves à economia catarinense se evidencia, especialmente, a partir de meados dos anos 70. "A integração de Santa Catarina só ocorreu a partir da metade dos anos 70 quando o Estado passou a dispor de uma rede de transportes e comunicações mais compatível com suas necessidades" (Idem, ibidem, p. 98).

Cunha destaca, quanto aos instrumentos institucionais, o papel desempenhado pelo crédito (BRDE, Badesc, BB), no desenvolvimento de Santa Catarina. "A criação de fontes de recursos institucionais permitiu a viabilização de grande número de investimentos, que normalmente não teriam sido implantados com os antigos mecanismos de financiamento..." (Idem, ibidem, p. 99).

Observa que a partir de 1967, a industrialização catarinense cresce de forma ampliada. O Estado tira melhor proveito dos estímulos ao desenvolvimento que outros estados da federação, superando, talvez, o próprio País. "O que impressiona é que, em duas décadas, o setor industrial dobrou sua presença na economia estadual, enquanto o setor primário perdeu quase 30 pontos percentuais. Foi, sem dúvida, uma fase de grandes mudanças no sistema produtivo catarinense, sob a ótica setorial, procedidas com uma velocidade, muito elevada" (Idem, ibidem, p. 102).

Os setores industriais que mais se desenvolvem no período são: os de metal-mecânico e plásticos, caracterizando um significativo crescimento dos setores dinâmicos da economia. Entretanto, ainda há o predomínio dos setores tradicionais. "Em 1970, embora permanecesse elevada a participação das indústrias tradicionais no Valor de Transformação Industrial, registrou-se queda em relação a 1959 – de 74,9% para 64,2%, caracterizando-se, pois, o subperíodo como de intensa transformação estrutural" (Idem, *ibidem*, p. 106). Ocorre, então, um intenso período de crescimento industrial, apesar do predomínio do setor tradicional.

Com tal lógica de crescimento, observa-se a continuidade de uma indústria intensiva em mão-de-obra, apesar do aumento da produtividade na indústria do Estado ser maior do que a média nacional. "O aumento na eficiência da indústria catarinense se deu, indistintamente, nas categorias tradicionais e dinâmicas, com maiores ganhos nas de material de transportes, vestuário e calçados, do mobiliário, matérias plásticas, químicas, mecânica, minerais não-metálicos e produtos alimentares" (Idem, *ibidem*, p. 115).

Quanto à distribuição espacial da indústria, verifica-se um equilíbrio entre as regiões sul, norte, planalto, litoral, Vale do Rio Itajaí e oeste, através dos múltiplos ramos de atividade e volume de emprego.

O autor constata que há uma alteração no papel das pequenas, médias e grandes empresas em relação ao período anterior. Até os anos 70, verifica-se uma significativa participação (43,2% dos empregos e 33,8% do Valor da Transformação Industrial – VTI) das pequenas empresas; na década de 70, verifica-se a redução (1980 = 35,3% dos empregos e 20,8% do VTI) da participação dessas empresas. "As médias e grandes unidades produtivas responderam, pois, por 64,7% do pessoal ocupado e 79,2% do VTI, em 1980, contra 56,8% e 66,2% em 1970" (Idem, *ibidem*, p. 141). Tal alteração, de acordo com Cunha, acaba por levar à ruptura do "modelo catarinense de desenvolvimento", baseado na produção de pequenas empresas. "Rompeu-se, em decorrência, o equilíbrio entre as pequenas, médias e grandes empresas, uma das características do chamado *modelo de desenvolvimento* de Santa Catarina..." (GA) (Idem, *ibidem*, p. 147). Emergem dessa forma, de acordo com o autor, as grandes empresas, base dos poderosos grupos econômicos que se consolidam nos anos 80.

Com relação às razões das alterações supracitadas, Cunha afirma: "O processo de concentração ocorreu por duas vias. A primeira, pela aquisição de estabelecimentos já existentes, do mesmo ramo ou

complexo industrial. Ilustram bem este fenômeno as indústrias têxteis-confecções e, sobretudo, as agroindústrias. E a segunda, mediante a implantação de novos projetos e empresas, buscando a integração vertical, ou da cadeia produtiva, daí surgiram novas fiações e plantas de confecções no ramo têxtil" (Idem, *ibidem*, p. 158).

Entre 1970 e 1980, observa-se, segundo o autor, a significativa ampliação dos mercados externos para Santa Catarina, gerando empresas que, crescentemente, passam a atender às demandas externas. Tal alteração expressa-se pelo virtual aumento das exportações catarinenses, que em 1973, eram de 1,8%, passando, em 1980, a 4,3%, em relação à exportação nacional.

Finalmente, ao referir-se à avaliação do desempenho da economia catarinense no período, mais uma vez o autor vai destacar o preponderante papel do empresário catarinense em tal processo. "Dentre os fatores que explicam o maior dinamismo da indústria catarinense salientavam-se a experiência industrial, a qualidade da mão-de-obra e, sem dúvida, a inquestionável capacidade empresarial. O que se costuma classificar de cultura industrial jogou destacada influência nas áreas de colonização alemã" (Idem, *ibidem*, p. 173). Cunha considera, ainda, que a formação dos grandes grupos privados do Estado tem como principal base os reinvestimentos. "A formação de grandes grupos empresariais estaduais, que direcionavam os recursos gerados nos seus negócios primordialmente ao reinvestimento no próprio setor, também contribuiu muito para a viabilização do notável desempenho do setor industrial catarinense" (Idem, *ibidem*, p. 174).

Dando continuidade à sua análise, Cunha, em "Declínio da atividade econômica e ajustamento à crise", 1980-1990, caracteriza os aspectos gerais da economia catarinense nos anos 80 respeitando a mesma base de análise desenvolvida nos períodos anteriores.

Ao estudar a situação demográfica, entre 1980 e 1990, constata um baixo crescimento. Verifica, também, uma taxa crescente de urbanização, com aproximadamente 71% da população estadual vivendo em centros urbanos. Quanto à urbanização, depreende-se, ainda, que em 1990 os 10 grandes municípios do Estado concentram 33,7% da população estadual. "Santa Catarina continua apresentando uma estruturação urbana peculiar, pois não se constata o fenômeno de polarização, como ocorre na maioria dos estados brasileiros, e sim o de centralidade, o que existe são *capitais* regionais, com áreas de influência limitada" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 178-9).

No contexto nacional, segundo o autor, os anos 80 caracterizam-se pela crise geral da economia brasileira, com grandes desequilíbrios internos (inflação, déficit, dívida pública). A busca de superação desses desequilíbrios obrigou o governo federal a implantar os planos de estabilização, pela ordem: Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

No quadro geral da crise nacional, a economia catarinense, segundo Cunha, não enfrenta grandes problemas infra-estruturais, apesar da desativação do PROCAPE. "Contudo, a oferta de financiamento a longo prazo não foi impeditiva da execução de programas de investimentos do setor privado" (Idem, *ibidem*, p. 186).

Apesar da quase estagnação da economia nacional nos anos 80, o autor observa o bom desempenho da economia catarinense. "Note-se que a Região Sul e principalmente Santa Catarina exibiram indicadores de crescimento superiores à média brasileira. O Estado obteve taxa de 6,7% a.a. entre 1981-1984, o que lhe proporcionou uma expansão de 0,9 pontos percentuais na formação do PIB brasileiro, ou seja, um incremento de 30% em tão somente quatro anos" (Idem, *ibidem*, p. 186).

Portanto, a economia catarinense, nos períodos de regressão da economia nacional, decresce menos e, nos períodos de ascensão, alcança níveis de crescimento maiores que a média.

Setorialmente, Cunha assinala o avanço da indústria alimentar, têxtil-vestuário, cerâmica e mecânica. As tradicionais não acompanham o ritmo de desenvolvimento. "Em suma, a indústria mecânica, conjuntamente com a de material elétrico e de comunicações e a metalúrgica, contribuíram com quase 2/3 da composição da taxa de crescimento setorial" (Idem, *ibidem*, p. 193).

Regionalmente, observa-se a redução da importância econômica da região de Blumenau (Vale do Rio Itajaí Açu), contraposta ao aumento na região de Joinville e Jaraguá do Sul.

Entretanto, apesar do desempenho da economia catarinense nos anos 80 apresentar-se melhor que a média nacional, segundo Cunha, "...É inquestionável que a indústria catarinense revelou, na década passada, o pior desempenho da história da industrialização do Estado... Esse período foi extremamente instável, apresentando três comportamentos diferenciados: – entre 1981-1989, com supremacia dos gêneros ditos dinâmicos; – de 1980-1985, sob a liderança da indústria alimentar e – de 1990-1991, com acentuado recuo das indústrias dinâmicas" (Idem, *ibidem*, p. 201). Nesse sentido, constata-se a queda no nível de emprego e o aumento da economia informal.

Dada a crise no âmbito dos investimentos, verifica-se, segundo o autor, a redução nos investimentos e na modernização dos ramos alimentar, complexo têxtil-vestuário e madeireiro. Enquanto as empresas do setor dinâmico (material elétrico, comunicação e transporte) ampliam seus investimentos.

As exportações catarinenses sofrem influências, dados os fatores conjunturais internacionais, entre eles o choque do petróleo. Nesse sentido, nos anos 80, as exportações locais reduzem-se a 4% das exportações totais do Brasil. Entretanto, afirma Cunha: "Saliente-se, na análise da política de exportações, as destacadas vantagens oferecidas aos empresários nos últimos 20 anos. Contudo, é também inegável a competência da economia industrial catarinense de absorver os estímulos oferecidos à exportação. Chegou-se a implantar unidades industriais com a finalidade principal de atendimento da demanda externa" (Idem, *ibidem*, p. 219-20).

Ainda quanto às exportações, o autor observa uma crescente diversificação, evidenciando o esforço de Santa Catarina, que busca o mercado externo.

Na avaliação final, quanto ao período em análise, Cunha menciona a existência, em Santa Catarina, dada a crise dos anos 80 e a conseqüente queda de emprego, de bolsões de pobreza, antes não verificado. Chega inclusive a mencionar a possibilidade da existência de "...duas Santas Catarinas, uma industrial, moderna e mais desenvolvida representada por poucas microrregiões e municípios e outra formada por áreas com economias deprimidas, que gradualmente se distanciam da produtividade e do ritmo de modernização do sistema econômico estadual" (Idem, *ibidem*, p. 225). Outro aspecto que destaca, é o da existência e consolidação dos grandes grupos empresariais, fenômeno típico nos anos 80.

Tal como nos períodos anteriores, o autor retoma a sua base interpretativo-explicativa, ou seja, a eficiência empresarial, para analisar as razões do comportamento da economia catarinense. "A crescente participação do mercado internacional na estimulação da economia catarinense não se deve à disponibilidade de recursos naturais abundantes, mas, primordialmente, à capacidade do parque produtivo assimilar os estímulos decorrentes de um ciclo de acentuado crescimento do mercado internacional e de incentivos internos à exportação" (Idem, *ibidem*, p. 226).

Na última parte de seu livro, "*O novo modelo industrial e as perspectivas da indústria catarinense*", Cunha constata a significati-

va alteração na estruturação econômica de Santa Catarina a partir da emergência dos grandes grupos econômicos. A preponderância de tais grupos altera a base da acumulação de capital existente até aquele momento, o que, para o autor, significa o "rompimento do equilíbrio", perceptível até então. "Em síntese, assinala-se que houve o rompimento do submodelo catarinense em face: a) da prevalência das grandes empresas e grupos empresariais e dos médios estabelecimentos (empresas), em detrimento das unidades de pequeno porte; b) da concentração territorial da indústria, não obstante o fortalecimento dos eixos industriais do sul (até 1980) e do oeste; e c) do predomínio das cidades de maior porte" (Idem, *ibidem*, p. 230).

Segundo Cunha, os anos 70 são os mais importantes no que diz respeito ao crescimento econômico, quando Santa Catarina tem o maior impulso desenvolvimentista de sua história. Já nos anos 80, observa-se um aumento de somente 30% da produção. Finalmente, nos anos 90, há a consolidação dos grandes grupos econômicos.

A ampliação dos grandes grupos é muito significativa, atingindo, inclusive, outros estados e mesmo outros países. "Quanto à dispersão das empresas e fábricas no território brasileiro, a liderança cabe ao grupo Sadia, que, hoje, possui a maior parte do seu parque produtivo fora de Santa Catarina, embora a Sadia Concórdia ainda sobrepuje, em todos os indicadores, as demais empresas" (Idem, *ibidem*, p. 242). A ocupação, tanto do mercado nacional, quanto do internacional, ocorre, segundo o autor, em virtude da competitividade da indústria catarinense. "Muitos desses grupos ultrapassaram as fronteiras de empresas tipicamente catarinenses, situando-se como grandes grupos nacionais com sede e origem em Santa Catarina, na medida em que assumiram o papel de empresas líderes na oferta nacional. Salienta-se que alguns estão adquirindo *status* de multinacional" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 247). Constata-se, assim, a estupenda expansão das inicialmente empresas e, posteriormente, dos grupos, destacando-se cada um nos respectivos setores de atuação.

A expansão das empresas catarinenses pelo mundo é muito significativa, tendo, entre outras: Hering, na Europa; Hansen, no Paraguai; Weg e Tupy, nos EUA; Cerâmica Oxford, na Irlanda do Sul; Ceval, Haco e Bordados Blumenau, em Portugal; Embraco, no México e Europa.

O autor não nega a condição periférica da economia catarinense num período inicial à industrialização. "Santa Catarina foi um exemplo

marcante de bem sucedida experiência industrial periférica..." (Idem, *ibidem*, p. 251). Entretanto, no tópico "Explicações para o sucesso da industrialização de Santa Catarina", Cunha expressa enfaticamente sua influência schumpeteriana, apontando o empresariado catarinense como a grande razão da industrialização, entre outras pelo "...perfil do empresário local que reinvestiu seus lucros e se capacitou para vencer os desafios...a inequívoca e invulgar capacidade empresarial...espírito de iniciativa...assumir riscos...a existência e desenvolvimento de cultura que valoriza o trabalho industrial...freqüente atualização tecnológica e técnica...percepção de oportunidades para exportar...a concentração empresarial (criação de verdadeiros conglomerados industriais) como fator determinante da redinamização da indústria em virtude dos ganhos de escala...a influência das universidades, dos estabelecimentos de ensino superior e das escolas técnicas na formação de profissionais..." (Idem, *ibidem*, p. 252-53).

Cunha destaca vários aspectos, mas reforça que a maior razão da industrialização de Santa Catarina é a impetuosidade do empresariado catarinense. Subestima o papel da intervenção do Estado em tal processo. "Assinala-se que os incentivos à industrialização, notadamente os financiamentos com taxas de juros negativas, eram disponíveis em todo o território nacional e, embora fossem um importante mecanismo de fomento à industrialização, não justificariam os diferenciais de ritmos de crescimento das regiões e estados brasileiros" (Idem, *ibidem*, p. 254). Desconsidera o fundamental papel do Estado na acumulação de capital em Santa Catarina, pois, para ele, se houve auxílio estatal, isso também ocorreu em outros estados. Consequentemente, as peculiaridades econômicas de Santa Catarina não se explicariam pela ação de tal agente, mas sim pela visão empreendedora do empresário catarinense.

Reconhece, todavia, pelo menos de passagem, que a força de trabalho em Santa Catarina recebe uma remuneração abaixo da média de mercado. "É imperativo examinar os impactos da nova revolução tecnológica na manutenção das atuais vantagens comparativas detidas pelo Brasil e Santa Catarina, em função do menor custo da mão-de-obra e da abundância de matérias-primas" (Idem, *ibidem*, p. 256).

Após versar sobre os múltiplos aspectos da realidade econômica catarinense, Cunha dedica duas páginas de seu extenso livro às "contradições e ineficiências do desenvolvimento catarinense", onde afirma: "O inequívoco sucesso da economia catarinense, nos últimos 45 anos, apresentou, em contrapartida, resultados negativos, ou seja, custos sociais e

ecológicos..." (Idem, *ibidem*, p. 276). Entretanto, ao tentar explicar as razões dos problemas sociais, Cunha não as atribui ao "modelo catarinense de desenvolvimento", mas remete-as à economia nacional. "Vê-se, pois, que a política econômica nacional traz em seu bojo um viés concentracionista, o qual reproduz, com maior ou menor intensidade, em todas as regiões do País, e nem estados, como o de Santa Catarina, tido como exemplar para o Brasil, conseguem rompê-lo" (Idem, *ibidem*, p. 277).

Ao finalizar sua análise, Cunha define algumas perspectivas para o Estado: "Santa Catarina tem em seus horizontes três novas fontes de estímulos: a ressaltada desconcentração da indústria paulista; a mundialização e, no bojo desse fenômeno, a integração com os países do Cone Sul" (Idem, *ibidem*, p. 284).

São essas as considerações de Cunha, quanto à evolução econômica de Santa Catarina, dando ênfase, como foi observado, à ação empreendedora do empresário catarinense. Passa-se a analisar, a seguir, também sob a ótica schumpeteriana, as considerações de Maria Luiza Renaux Hering.

Maria Luiza Renaux Hering

O livro de Hering⁶², originado da tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, constitui-se, dentre as contribuições schumpeterianas, a de maior fôlego em defesa da iniciativa empresarial inovadora e empreendedora, e coloca-se em oposição à interpretação dos periféricos, ou à noção de que a industrialização catarinense é um simples reflexo do processo iniciado em São Paulo.

Atente-se que o livro é prefaciado por Ingo Hering, principal executivo do Grupo Hering que, de imediato, afirma que o desenvolvimento de Santa Catarina tem uma dinâmica interna própria, dizendo, ainda: "Sem veleidades de sociólogo, mas como velho e, portanto, amadurecido espectador do nosso ambiente, acho mesmo que está em tempo de julgar os fatos históricos e sociais com mais naturalidade, sem aplicar-lhes termos pré-concebidos e pré-fabricados como *dependente*,

⁶² HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, Blumenau, Editora da FURB, 1987.

periférico e semelhantes e as relações dos homens entre si como *dominantes* e *dominados-explorados* que, no fundo, atentam contra o livre arbítrio do homem" (GA) (HERING, 1987: 07). Verifica-se que Ingo Hering desferiu suas baterias ideológicas contra qualquer interpretação que não coloque os empresários no centro das ações como os únicos e exclusivos responsáveis pela geração de riquezas em Santa Catarina. Tenta, ainda, descaracterizar interpretações que identifiquem conflito entre as classes sociais.

Em seu trabalho, a autora parte do pressuposto de que a industrialização catarinense desenvolve-se a partir de um potencial próprio, ou seja, de determinações endógenas. "Nosso ponto de partida é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu à dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e mercado interno, teve por base o isolamento regional" (Idem, *ibidem*, p. 11).

Hering manifesta clara discordância em relação aos periféricos (CEAG e Silva), afirmando que não foi mantida uma relação periférica com outros estados, nem mesmo nos primeiros períodos de ocupação e colonização locais. Ocorre, de acordo com Hering, o isolamento do Vale do Itajaí, que lentamente é rompido com a integração da região à economia nacional. "Essa integração não se fará, contudo, como dependência periférica, mas a partir de uma indústria têxtil formada na mesma época que sua congênere do centro, a indústria de São Paulo na década de 1880-1890. A produção têxtil catarinense despontou como concorrente no mercado nacional ao nele identificar, a partir de 1920, o alvo principal de sua atividade produtora" (Idem, *ibidem*, p. 13).

Reafirmando sua base interpretativa schumpeteriana, Hering diz que os investimentos da indústria têxtil realizam-se com recursos próprios, independentes do governo, sem subsídios e favores governamentais. "A falta de condições básicas para o início da industrialização, refletida na precariedade de capital disponível – devida à estrutura da exploração econômica local e à ausência de matéria-prima e energia abundante – destaca, como elemento explicativo, o recurso humano. Por isso, a relevância do tipo de mão-de-obra e do tipo de empreendedor como agentes da transformação econômica no Vale do Itajaí" (Idem, *ibidem*, p. 14). Eliminadas todas as outras possibilidades de influência na industrialização, Hering recorre à ótica schumpeteriana, vendo nos imigrantes a básica e mesmo única razão do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Na defesa de sua posição proselitista do empresariado estadual, especialmente os do Vale do Itajaí, a autora desautoriza economistas, historiadores e sociólogos: "A história de uma empresa é envolvida por preconceitos, tanto da parte dos economistas, a quem interessam tão somente os aspectos formais da microeconomia, quanto dos historiadores, que temem assumir o papel de apologistas de empreendedores bem-sucedidos. Mais grave talvez seja a acusação de certos sociólogos, para quem a história empresarial resume-se à atuação do empreendedor, não apenas vista como secundária, mas revestindo-se de conotação negativa nas conquistas econômicas da sociedade" (Idem, *ibidem*, p. 15). Nota-se, portanto, que Hering não poupa críticas às interpretações que não façam a defesa do empresariado ou mesmo questionem a ação empresarial como a única responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado.

Os períodos que determinam a evolução da economia catarinense, para Hering, são: 1º – 1820-1880: Antecedentes da industrialização; 2º – 1880-1914: Nascimento da indústria catarinense; e 3º – 1914-1945: Expansão das empresas têxteis tradicionais do Vale do Itajaí. Vê-se, assim, que sua periodização, embora com designações diferentes das utilizadas por Cunha, mantém os elementos básicos dos períodos.

Tal como feito em Cunha, a análise da contribuição de Hering não se concentrará nas experiências ilustrativas de seu trabalho, mesmo porque o predomínio da descrição histórica da constituição e da evolução das empresas Hering e Renaux foge ao propósito deste trabalho.

No primeiro período analisado por Hering, 1820-1880 – "Antecedentes da industrialização", ou "Fundamentos sócio-econômicos do desenvolvimento catarinense", a autora observa, inicialmente, a povoação catarinense ou os "núcleos de povoamento no século XVII"; num segundo momento, caracteriza a "colonização com base na pequena propriedade"; e, por último, destaca o "apogeu do comércio e a transição para a fase industrial".

Nesse primeiro período, ao analisar desde a ocupação até os primórdios da industrialização, a autora constantemente enaltece o papel pioneiro dos imigrantes que se estabeleceram em Santa Catarina e buscaram a superação das dificuldades econômicas através de grande esforço e criatividade.

O cooperativismo, segundo Hering, foi uma das formas encontradas pelos imigrantes para superar as barreiras inerentes à ocupação de uma terra desconhecida e permeada por dificuldades quase que insuperáveis. A lógica cooperativista manifesta-se concretamente nas socie-

dades de apoio. "Sociedade Popular de Blumenau fundada em 1900, o Sindicato Agrícola do município, a Cooperativa Brusquense, todas estas instituições privadas que visavam dar assistência aos colonos e posteriormente a comerciantes e pequenos industriais nas suas iniciativas" (Idem, *ibidem*, p. 27). Deve ser observado, de acordo com Hering, que a mentalidade do imigrante coloca "economia", "moderação" e "autocontrole" como valores básicos para a industrialização dos seus países de origem e os transpõe para o Estado de Santa Catarina.

Constata a autora que há dois fluxos distintos de imigrantes (1820-1850 e 1850-1880) que vêm para Santa Catarina; inicialmente alemães que chegam a São Pedro de Alcântara (1829), considerada pela autora como sendo uma colônia não bem-sucedida, por razões diversas, especialmente a baixa qualidade das terras e a falta de infra-estrutura. Derivadas de São Pedro surgem outras colônias, entre elas, Angelina e Teresópolis.

O segundo fluxo de colonização – 1850-1880 – ocorre com um apoio efetivo dos poderes constituídos, tais como a Lei de Terras de 1850, que determina o uso das terras devolutas do Império para a colonização.

O novo período do processo imigratório para Santa Catarina, que se inicia em meados do século XIX, coloniza as regiões onde, se localizam, hoje, Blumenau, Brusque e Joinville, consideradas exemplos de colônias bem-sucedidas. Entretanto, em consonância com sua defesa da iniciativa privada, Hering afirma: "No desenvolvimento das três colônias, talvez seja oportuno considerar que, enquanto Brusque foi colônia do governo, tendo sofrido várias administrações, as duas outras colônias permaneceram durante muitos anos sob a direção de seus fundadores, o que lhes garantiu maior estabilidade em suas diretrizes" (Idem, *ibidem*, p. 34-35). Apesar dessa observação, é necessário ressaltar que todas as colônias, inclusive Joinville e Blumenau, recebem incentivos governamentais⁶³, fator este desconsiderado pela autora.

Também para Hering, os vendeiros cumprem papel de destaque na economia, nesse período, sendo por eles centralizada a maior parte das atividades econômicas da colônia. Cumprindo o papel de vendedor, comprador e mesmo de banqueiro, esses comerciantes imprimem características inovadoras à colônia. "As vendas eram os reguladores da

⁶³ Ver SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1977.

economia; o vendeiro, a figura central na vida colonial. Era dele que dependia, em última instância, a atividade econômica local. O colono produzia para sua subsistência mas, para sobreviver, necessitava dos manufaturados e de certos alimentos vindos de outras colônias, cuja provisão estava nas mãos do vendeiro. Por outro lado, se quisesse progredir juntando algum dinheiro sobretudo para a compra de novas terras, precisava colocar o excedente de sua produção também nas mãos do vendeiro" (Idem, *ibidem*, p. 46). Evidencia que os vendeiros tinham um papel relevante e, por isso, possuíam um grande poder diante dos colonos, inclusive determinando-lhes preços de compra e venda das mercadorias.

Para Hering, o controle econômico da colônia por parte dos vendeiros possibilita a formação de poupanças internas na região, base para a reconversão industrial das mesmas poupanças.

Na sua concepção, é a partir da pequena propriedade agrícola e da venda dos excedentes por ela produzidos, além do papel preponderante dos vendeiros, que a economia se sustenta internamente. Assim, são formados os excedentes para o primeiro estágio da industrialização, e não através de uma relação periférica com a economia do Sudeste do País.

Hering diferencia, ainda, dois tipos de imigrantes alemães que vão para Santa Catarina. "As iniciativas vistas até o presente, em Itajaí e Blumenau, lideradas por indivíduos ligados ao comércio de importação/exportação, representam os chamados interesses conservadores na região, defendidos pelos imigrantes mais antigos do Vale do Itajaí, vindos entre 1850 e 1870. Esses imigrantes complementaram a atividade agrícola, chegando até ao beneficiamento da matéria-prima local (madeira, açúcar, mandioca, cerâmica, charutos, laticínios) e ao preparo de infraestrutura para as atividades econômicas (companhias de navegação, hidrelétrica), porém não criaram, propriamente, a indústria manufatureira. A liderança nesse processo coube a outros imigrantes, vindos em período mais tardio, quando sua própria região de origem se industrializava – na Alemanha, isto só ocorreu após 1850" (Idem, *ibidem*, p. 69). Com relação às demais interpretações, esse aspecto, de fato, é bastante original, pois não generaliza o processo de ocupação do Vale do Itajaí e nordeste de Santa Catarina, via de regra atribuído somente a uma geração de imigrantes alemães.

Constata que os imigrantes pioneiros do Vale do Itajaí têm como atividade inicial a agricultura, por determinação da própria empresa colonizadora, fato que os iguala socialmente. "Tal fato determinou que, quaisquer que tivessem sido suas profissões originais, elas se moldassem em

uma única – a de colono. Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum" (Idem, *ibidem*, p. 56).

Hering, portanto, explica a industrialização do Vale do Itajaí muito mais pela diferença entre as gerações dos alemães, que para lá foram, do que pelo papel dos comerciantes ou artesãos: "O desenvolvimento da indústria nas colônias de Blumenau e Brusque prende-se mais às diferentes etapas da imigração do que ao desdobramento da atividade artesanal ou comercial. Por isso, os comerciantes das primeiras levas, que ainda não haviam vivenciado o trabalho industrial em sua terra de origem, não deram impulso nessa direção, cabendo essa tarefa aos mais tardios, vindos em torno de 1880" (Idem, *ibidem*, p. 76).

Ao examinar o "nascimento da indústria catarinense", de 1880 a 1914, a autora analisa, inicialmente, os "determinantes da industrialização" e, posteriormente, "as primeiras fábricas de tecidos na Vale do Itajaí".

O seu estudo, nesse e no capítulo seguinte, trata, predominantemente, de descrever a origem das empresas Hering e Carlos Renaux, baseada na noção schumpeteriana do empresário, considerado o responsável pelas inovações tecnológicas e empreendimentos ousados, vencendo os obstáculos com trabalho e criatividade. Em função disso, este trabalho limita-se a observar os aspectos globais do período analisado por Hering.

Num primeiro momento, a autora tenta caracterizar as dificuldades da industrialização no Brasil e em Santa Catarina no final do século passado, e afirma que o apoio à industrialização, por parte do Estado, não ocorre na perspectiva da industrialização como um todo, mas para setores, atendendo segmentos de empresários que detêm influência, poder no aparelho do Estado.

Para Santa Catarina, também está colocada a necessidade da superação das atividades agrícolas primárias (farinha de mandioca), as mais importantes da colônia, com a conseqüente substituição pelas atividades industriais. "Talvez falte como dado, nessa apresentação, a observação que já faziam os presidentes da província a respeito das possibilidades latentes em Santa Catarina: o despertar de atividades paralelas à lavoura, que incluíam o beneficiamento dos produtos agrícolas, e os pequenos ofícios nos quais começavam a desdobrar-se as opções econômicas" (Idem, *ibidem*, p. 83). Percebe-se, portanto, a preocupação dos

dirigentes do Estado em alterar a situação econômica de Santa Catarina, tendo, como premissa, um mercado interno em crescimento, uma mão-de-obra crescentemente qualificada e disposta ao trabalho e, cada vez mais, imigrantes empreendedores.

A análise de Hering concentra-se, nesse período, na formação fabril do Vale de Itajaí, o que dará nova dinâmica econômica à região: "No caso da região aqui considerada, sua vocação econômica não estava na exploração agrária original. A partir de base rural, desenvolver-se um comércio bastante ativo, possibilitando o aparecimento de pequenas poupanças - investidores em potencial, as quais deviam ser direcionadas para novos fins, uma vez que o modelo da exploração agrícola se esgotara" (Idem, *ibidem*, p. 85). Portanto, observa-se que se coloca na ordem do dia a necessidade de incrementar o processo de industrialização.

Antes de analisar, em Blumenau, a Comercial Gebrüder Hering e a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, em Brusque, a autora caracteriza os pré-requisitos para emergir uma sociedade industrial: "*espírito capitalista* ou impulso para algum tipo de lucro; a disponibilidade de capitais; a existência de mercado consumidor, o que implica meios de transporte; trabalho assalariado; matérias-primas e maquinário" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 86).

Ao versar sobre a origem da Hering e da Renaux, a autora descreve, com base em documentos, cartas (Brasil/Alemanha e Alemanha/Brasil) e relatórios, a constituição inicial das empresas familiares, até elas constituírem-se nas principais empresas têxteis de Santa Catarina e do Brasil.

Na terceira parte, "expansão das empresas têxteis tradicionais de Blumenau e Brusque" de 1914 a 1945, Hering concentra sua análise na "diversificação da produção industrial e conquista do mercado nacional" e na "resposta regional à política econômica nacional".

A 1ª e 2ª Grandes Guerras influenciaram a indústria catarinense de forma direta, especialmente com a vinda de mais imigrantes alemães com experiência fabril para o Estado.

Nesse período, a economia nacional continua dependendo do setor cafeeiro exportador, fato também observado por Hering.

Com a crescente urbanização do Vale do Itajaí e com a vinda de imigrantes com qualificações distintas, observa-se, nesse período, o surgimento de novos ramos industriais. "Diretamente relacionados à atmosfera fabril que se criou em Blumenau no anos de 1920 a 30, graças

ao reforço representado pelos novos imigrantes, estão os ramos industriais que surgiram nesta época. Afora as circunstâncias econômicas e políticas, diferentes oportunidades aguardavam os recém-chegados em Blumenau" (Idem, *ibidem*, p. 188). Cabe ressaltar que os empreendimentos industriais têm maior facilidade devido à melhoria da infraestrutura, especialmente de transporte e energia.

Hering evidencia que o 2º período de imigração para Santa Catarina deve ser analisado, também, a partir das relações de amizade entre os que se encontram no Estado e os que chegam, fato que torna a imigração menos penosa.

A dinâmica econômica continua sendo determinada pelo mercado local, com os empreendimentos realizados objetivando ocupar, principalmente, o Vale do Itajaí. "Para todas essas indústrias, criadas na segunda fase da industrialização do Vale do Itajaí revelou-se o fato comum que o mercado de Blumenau e seus arredores continuou como principal estímulo à produção, não só dos têxteis mas agora de ramos mais diversificados" (Idem, *ibidem*, p. 195).

A autora afirma, ainda, que da mesma forma que no período anterior, o capital investido na indústria concentra-se, predominantemente, em mãos de investidores locais, sendo os lucros retidos ao máximo, para serem reconvertidos de forma produtiva.

Resumindo, para Hering, a industrialização catarinense, no caso do Vale do Itajaí, estrutura-se a partir da ação empresarial empreendedora e inovadora do empresariado catarinense, especialmente a partir da chegada dos imigrantes, de 1880 em diante. Além da ação pioneira do empresário, a autora examina a industrialização catarinense através de uma dinâmica interna própria, sem determinações externas ao Estado.

A colonização do Vale do Itajaí, segundo Hering, apesar da qualidade dos empreendedores e da mão-de-obra, desenvolveu-se isoladamente do mercado nacional, o que levou ao fortalecimento do mercado interno regional, com gradativa, mas segura industrialização baseada em recursos autogerados.

Apesar de não explicar a industrialização através da ação dos vendedores, a autora atribui-lhes papel importante, na medida em que concentram em suas mãos as riquezas monetárias regionais.

Em Hering verifica-se, também, uma periodização distinta da formulada por Cunha. Entre 1820-1880 caracteriza os "fundamentos sócio-econômicos do desenvolvimento catarinense/antecedentes da industria-

lização"; de 1880-1914 observa-se o "nascimento da indústria catarinense"; e, finalmente, de 1914-1945 verifica-se a "expansão das empresas têxteis tradicionais de Blumenau e Brusque".

Ondina Pereira Bossle

Em *História da Industrialização Catarinense*⁶⁴, obra apresentada inicialmente como tese de doutorado ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, em junho de 1985, Bossle questiona as análises sobre a formação e o desenvolvimento da economia catarinense feitas com base em uma única matriz teórica. Para a autora, não é possível explicar o desenvolvimento dessa economia com os mesmos parâmetros teóricos adotados para interpretar a economia brasileira.

Da mesma forma que Cunha e Hering, Bossle critica as análises que buscam explicar o desenvolvimento industrial de Santa Catarina vinculado à acumulação cafeeira, afirmação presente na maioria das interpretações do desenvolvimento econômico brasileiro. "A história econômica brasileira não deve ser interpretada à luz de uma única teoria. As dimensões territoriais e as particularidades de cada região exigem considerações específicas. Muitas vezes o regional não condiz com o geral, ainda que enquadrado no mesmo sistema político-econômico" (BOSSLE, 1988:15).

Bossle contraria a interpretação cepalina de "centro-periferia", presente em Silva e CEAG, e concebe como fundamental o papel do empresário empreendedor e inovador, sendo essa a razão preponderante do desenvolvimento alcançado pelo Estado.

Ao analisar a evolução econômica de Santa Catarina, Bossle, a cada período, contextualiza a situação nacional e internacional e caracteriza quais as variáveis determinantes para a realidade econômica estadual.

A periodização, para a autora, consiste em: do século XVIII a 1880 – "economia de subsistência"; de 1880-1914 – "gênese da industrialização"; de 1914-1920 – "reflexos da 1ª Guerra"; de 1920-1930 – "década de 20"; de 1930-1940 – "década de 30"; e, finalmente, de 1940-1945 – "reflexos da 2ª Guerra".

⁶⁴ BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*, Florianópolis, CNI/FIESC, 1988.

Revisando a literatura histórico-econômica sobre o período colonial no Brasil, afirma que os estudos dessa época referem-se, basicamente, à importância do setor exportador brasileiro. Pouca relevância econômica é atribuída à produção para o mercado interno, baseando-se, especialmente, numa economia de subsistência.

A economia de subsistência subdivide-se em duas: uma, voltada estritamente para o consumo de subsistência; outra, atendendo ao consumo próprio e, parcialmente, ao setor exportador, em períodos em que carências alimentares criam demanda.

Contextualizando o Estado de Santa Catarina no período da economia colonial (do séc. XVIII ao final do séc. XIX), Bossle evidencia, inicialmente, o período de subsistência, vinculado diretamente ao processo de ocupação do Sul do Brasil, onde a economia sustenta-se, basicamente, na produção de mandioca e na pesca. "Seu papel era dirigido no sentido de atender as necessidades da colônia, não como produtor, mas como área de segurança, desenvolvendo, assim, uma função política importante de defesa e uma função econômica secundária" (Idem, *ibidem*, p. 20).

O segundo momento, a partir de 1830, é marcado pela ocupação do território catarinense pelos imigrantes poloneses, austríacos, russos, alemães e italianos, tendo os últimos maior importância devido ao desenvolvimento comercial e industrial de seus países de origem. "Os alemães e italianos foram de vital importância para a economia catarinense, pelo seu desenvolvimento com o comércio e a futura indústria. Portadores de conhecimentos técnicos e empresariais trazidos da Europa, redefiniram a nova posição econômica de Santa Catarina, dentro do modelo tradicional de desenvolvimento" (Idem, *ibidem*, p. 22). Para Bossle, portanto, é a partir da chegada dos imigrantes europeus, os quais ocuparam e colonizaram o território catarinense, que se configura, em Santa Catarina, uma economia mais diversificada, que passa, crescentemente, a participar do mercado interno nacional. Inicialmente, os imigrantes produzem para o consumo próprio da colônia instalada e, num segundo momento, com o surgimento dos excedentes, há a exportação para o mercado nacional ou mesmo externo.

Ao analisar as interpretações sobre o início do processo de industrialização (Gênese, 1880-1914), Bossle inicia seu trabalho questionando a generalização feita sobre tal processo em nível nacional, tendo como base a acumulação cafeeira. Para a autora, tal concepção tem validade para o caso específico do Sudeste do País, mas é limitada ou mesmo

inapropriada para as demais regiões tendo em vista que essas não têm o café como o gerador da acumulação prévia para a industrialização. Necessário se faz, portanto, localizar quais as bases da industrialização nas demais regiões e, nesse caso, em Santa Catarina.

Bossle não considera relevante o papel da agricultura catarinense como base para a industrialização emergente. Aponta como fatores decisivos as tarifas protecionistas e o câmbio favorável. "Todos estes fatores agregados ajudaram na transferência de recursos do comércio importador para formar e ampliar o capital industrial. Portanto, aceitar a hipótese de que a agricultura catarinense estava vinculada ao mercado cafeeiro, o que por sua vez deu origem ao capital industrial, seria incorrer em erro de análise já aqui apontado" (Idem, *ibidem*, p. 35).

Além das questões de política econômica, expressas acima, a autora atribui papel fundamental à iniciativa empresarial dos imigrantes, através do domínio técnico da produção, bem como à inovação tecnológica. "É de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial (segundo a teoria de Schumpeter), ligada a outros fatores de maior importância, promoveu a industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, neste caso, esteve representado pela mentalidade dos alemães, através de sua experiência e "know-how" que, transferidos e postos em prática, abriram espaço ao descobrimento e criação de novos mercados, em função do desenvolvimento capitalista" (Idem, *ibidem*, p. 35). Ilustra o papel do empresário empreendedor, relacionando o surgimento das seguintes empresas: Cia. Hering Ltda., empreendimento iniciado por Hermann Hering que, com seu pioneirismo, somado ao conhecimento da produção têxtil, foi crescentemente transformando a Hering num grande grupo econômico; a Cia. Têxtil Karsten, que também deve seu crescimento à experiência profissional, no setor têxtil, dos fundadores da empresa; e Cia. Industrial Schlosser, que surgiu com Gustavo Schlosser, tecelão na Renaux, e fundador em 1911, da supracitada empresa familiar.

Na gênese da industrialização catarinense, segundo Bossle, é significativo o papel dos vendeiros, proprietários de vendas, isto é, casa comercial (armazém, empório) que concentra as transações mercantis, cumprindo, também, o papel de uma espécie de banco (guardando o dinheiro dos colonos, ou mesmo financiando-os) - que, acumulando excedentes, investiu-os na indústria. Para a expansão do papel comercial dos vendeiros é fundamental a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca, ligando o litoral com a serra e a serra com o norte do Estado de Santa Catarina.

Outros exemplos da importância dos proprietários de vendas como base da industrialização catarinense: são a Buettner & Cia. Ltda., fundada por Eduardo V. Büettner, que inicia suas atividades com uma casa de secos e molhados em Brusque; a Indústria Carlos Renaux S. A., fundada por Carlos Renaux, que era caixeiro de uma casa comercial em Blumenau, abrindo, posteriormente, um negócio próprio; a Firma Carl Hoepcke & Cia., de Carl Hoepcke, sócio de uma casa de negócios e que, posteriormente passa a atuar, também, com exportação e importação. "Esses três empreendimentos industriais e seus respectivos fundadores testemunham a afirmação de que o capital industrial catarinense teve íntima ligação com o comércio de importação e exportação" (Idem, *ibidem*, p. 37).

Portanto, para Bossle, "Fica, assim, esclarecido que o capital industrial catarinense não poderia ter tido origem na ligação com o complexo cafeeiro nem na transferência dos seus lucros, porque além do comércio de importação e exportação e dos recursos financeiros usados nas transações comerciais, Santa Catarina ainda contou com a contribuição efetiva do imigrante alemão e posteriormente dos italianos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina" (Idem, *ibidem*, p. 38).

Os primeiros empreendimentos industriais em Santa Catarina constituem-se, a partir de 1880, predominantemente no setor têxtil. Entre 1880 e 1899 já existem 86 estabelecimentos industriais. Entre 1900 e 1914, o número amplia-se para 392 estabelecimentos. Essas indústrias produzem principalmente para o mercado local das colônias, e secundariamente para o mercado nacional. A 1ª Grande Guerra Mundial vai alterar tal dinâmica.

De acordo com Bossle, não há consenso entre os analistas da economia brasileira sobre os reflexos da Primeira Grande Guerra (1914-1920) no País. Algumas interpretações - entre as quais a de Celso Furtado⁶⁵ - afirmam que o conflito mundial foi fundamental para nossa economia, iniciando o período de substituição de importações. Para outros, como Warren Dean⁶⁶ e Roberto Simonsen⁶⁷, essas análises superestimam o papel da Guerra para o desenvolvimento brasileiro no período.

⁶⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 1977, 4ª Edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1959. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento Enfoque Interdisciplinar*, 1980. *Análise do Modelo Brasileiro*, 1972.

⁶⁶ DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, Difusão Européia do Livro, 1979.

⁶⁷ SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Nacional, EDUSP, 1973..

Prossegue a autora, afirmando que Santa Catarina passa a ter uma inserção definitiva na economia nacional a partir da Primeira Guerra Mundial. Muitas mercadorias, que até o Conflito eram produzidas para o mercado local das diversas regiões, passam a ocupar crescentemente o mercado nacional, em virtude da interrupção do fluxo comercial com os demais países do mundo.

Encontram-se entre os bens mais exportados, no período 1914-18, os agropecuários (65,35%), os extrativos (22,79%) e os têxteis (11,86%), isto é, erva-mate, madeira, banha, manteiga, farinha de mandioca, têxteis (especialmente camisas de malha) e carvão mineral.

Para Bossle, portanto, "A substituição de produtos importados por similares nacionais foi o fator determinante do desenvolvimento de nossa economia durante a Primeira Guerra Mundial" (Idem, *ibidem*, p. 55).

Numa análise mais atenta sobre o desempenho setorial da economia catarinense no período, a autora evidencia o maior índice de produtividade do setor alimentar, entre 1907-20, devido ao uso de recursos internos, não necessitando das importações de máquinas e equipamentos como o setor têxtil, que tem de limitar-se ao uso de sua capacidade produtiva.

A exploração carbonífera é outro setor que reinicia as atividades devido ao conflito internacional; entretanto, Bossle, reportando-se a outro trabalho de sua autoria⁶⁸, menciona a falta de mercado consumidor como a causa principal a dificultar a consolidação das empresas extrativas de carvão nesse período, apesar dos incentivos governamentais. "Apesar de todos os benefícios apontados acima e de outros que se criaram mais tarde, para a organização e funcionamento das Empresas carboníferas, o empreendimento não obteve o sucesso esperado. Outros fatores impediam a expansão da produção. Enquanto o carvão não era utilizado como fonte energética em Joinville e Blumenau, a energia elétrica era ativada pela iniciativa privada" (Idem, *ibidem*, p. 64).

Apesar das dificuldades setoriais, entre as quais a do carvão e a do setor têxtil, que impossibilitam a ampliação da capacidade produtiva via importações, o período da Guerra marca, também, a ainda incipiente inserção das diversas regiões produtivas do Estado na economia nacional, evidenciando a crescente especialização regional. "A primeira delas, nesse período do pós-Primeira Guerra definida pelos imigrantes alemães, abrange os municípios de Brusque, Blumenau e Joinville, nos quais se

⁶⁸ BOSSLE, Ondina Pereira. *Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1981.

concentram as indústrias têxtil, mecânica e alimentar. Esta mesma zona subdividiu-se em duas outras pela importância de sua capital e localização. Ao norte, situa-se a região do litoral de São Francisco, tendo como *capital* Joinville, desenvolvendo o seu comércio através do Porto de São Francisco. No Vale do Itajaí, a *capital* é Blumenau, tendo como meio de comércio o Porto de Itajaí. No meio-oeste de Santa Catarina, fica a região do Vale do Rio do Peixe, povoada por agricultores de origem alemã e italiana, oriundos da migração interna, procedentes do Rio Grande do Sul a partir de 1913. Na mesma região, destaca-se o Planalto de Lages e o Planalto Norte. Neste último, beneficiado economicamente pelo desfecho final da 'Questão do Contestado', desenvolveu-se, inicialmente, a atividade extrativa ervateira e madeireira. Em Lages, a atividade geradora de rendas passou a ser a criação de gado" (Idem, *ibidem*, p. 67).

Bossle, ao analisar o comportamento da economia brasileira, na década de 20 (1920-1930), afirma que autores diversos, entre eles, CANO⁶⁹, LUZ⁷⁰, STEIN⁷¹, PELAEZ⁷² e VILLELLA & SUSIGAN⁷³, em geral concordam com o papel relevante das políticas monetária cambial e fiscal para o desenvolvimento econômico brasileiro. "Ainda com referência ao conjunto da economia brasileira durante o transcurso da década de 1920, observa-se que, diante da oscilação do câmbio, havia momentos de expansão da indústria de bens de consumo e momentos de retração, quando ocorria o crescimento dos bens de capital e de matérias-primas. Portanto, somando as duas variáveis, obteve-se como resultado o crescimento industrial alternado: ora aumentava a sua capacidade produtiva, ora a sua produção" (Idem, *ibidem*, p. 72).

Para Santa Catarina, devido às políticas protecionistas do café, que acabam por fortalecer o mercado interno, especialmente o de bens de consumo, esse período vem a beneficiar sua economia, graças a uma inserção crescente no mercado nacional e mesmo internacional por intermédio da erva-mate⁷⁴.

⁶⁹ CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970*, Global, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

⁷⁰ LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930*, São Paulo, Difel, 1975.

⁷¹ STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria de Tecelagem no Brasil*, 1979.

⁷² PELAES, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, Apec, 1972.

⁷³ VILLELLA, A. & SUSIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-945*, 12ª edição, Rio de Janeiro, 1985.

⁷⁴ A erva-mate produzida no norte de Santa Catarina era, naquela época, exportada para a Argentina.

Na década de 20, o carvão continua a não ter um papel significativo para a economia catarinense, devido, principalmente, à baixa qualidade e à sua concorrência com o carvão americano que era exportado para a América Latina. Os produtos têxteis, por sua vez, também mantêm a mesma lógica da maioria das mercadorias produzidas no Estado, isto é, entre 1923 e 1929, houve um crescimento significativo das exportações. "O desenvolvimento industrial, na década em questão, esteve intimamente associado aos reflexos da política econômico-financeira brasileira e à possibilidade de reaplicação dos recursos acumulados durante a Primeira Guerra Mundial. As alterações da política cambial incidiam sobre o encaminhamento da indústria, tanto na ampliação da sua capacidade produtiva quanto da produção. Quanto à produção, sua estrutura não foi alterada: continuava dominada pelos bens de consumo, embora mostrasse tendências à diversificação" (Idem, *ibidem*, p. 84).

Com relação à economia nacional, na década de 30 (1930-1940), já se observou o debate em torno do papel desempenhado pelas políticas protecionistas do café como a alavanca da industrialização brasileira. É importante sublinhar que sobre esse assunto há interpretações diversas e, apesar das discordâncias quanto aos determinantes de tais políticas, todas indicam que houve o fortalecimento do mercado interno.

Nos anos 30, tendo em vista a política de proteção ao mercado interno e integração do mercado nacional, via substituição de importações, Santa Catarina amplia seu espaço, especialmente na produção têxtil. A impossibilidade de importações faz com que tal segmento, em nível estadual, passe ao segundo lugar na pauta de exportações, em substituição à erva-mate. A madeira ainda é a mercadoria mais exportada pelo Estado.

O carvão mineral, que até aquele momento não se consolida no mercado nacional, começa a reverter esse quadro a partir de políticas de proteção à produção nacional, inexistentes até então. Destaca, a autora, que o carvão catarinense, devido à quantidade de cinzas, apresenta baixa qualidade em relação ao importado ou mesmo comparado ao do Rio Grande do Sul. "Os limites impostos às importações de carvão fizeram que o governo provisório tomasse medidas no sentido de se utilizar o carvão nacional misturado ao importado" (Idem, *ibidem*, p. 97).

Bossle menciona, ainda, que a inserção da economia catarinense na nacional ocorre devido à existência anterior de alguns focos de industrialização no Estado, voltados para o consumo local, e que, dada a ampliação dos mercados, aumentam seu potencial com vistas à demanda

nacional nos anos 30. "...pode-se dizer que Santa Catarina já possuía um setor industrial relativamente estruturado. Pôde, por isso, aproveitar com intensidade a valorização do mercado interno, fazendo uso da substituição de importação" (Idem, *ibidem*, p. 107).

Entre os setores industriais que passam a produzir para o mercado nacional encontram-se, segundo a autora: o têxtil, o de fundição, o de gases medicinais, o de linhas e o de carvão.

A autora afirma ser praticamente consensual, entre as análises do desenvolvimento da economia nacional, que a Segunda Grande Guerra (1940-1945) influencia negativamente a economia de Santa Catarina. O crescimento industrial dos anos 30 é reduzido significativamente.

Por outro lado, mercadorias que até então eram adquiridas no mercado internacional, agora interrompido, passam a ser compradas no mercado interno, desenvolvendo setores até então com pouca participação econômica no País.

Nos primeiros três anos da Segunda Guerra, Santa Catarina é atingida por um maior grau de crise principalmente por falta de matérias-primas. Porém, com a continuidade do Conflito, o Estado passa a ocupar setores não atingidos até então.

Os produtos têxteis e o carvão são os que mais se destacam no período. No caso do carvão, há um incremento em sua produção da ordem de 734%, entre 1938 e 1945. Outras mercadorias também passam a ocupar lugar de destaque nas exportações catarinenses de 1939 a 1942, entre elas, os artefatos de ferro e aço, papel e papelão e pasta mecânica. Bossle, ilustrando com dados, conclui: "Fica, assim, demonstrado que Santa Catarina já se definira economicamente no contexto econômico nacional. Iniciada a partir da Primeira Guerra, a sua integração no mercado nacional efetiva-se, portanto, com a Segunda Guerra Mundial" (Idem, *ibidem*, p. 132).

Esses são, portanto, os aspectos fundamentais da interpretação de Bossle sobre o desenvolvimento da economia catarinense desde o período colonial até a Segunda Grande Guerra Mundial. A autora vê a industrialização catarinense ligada à prévia acumulação comercial ocorrida no período de 1850 a 1900 e à iniciativa empreendedora do imigrante europeu, em especial dos alemães e italianos. "A industrialização catarinense não teve suas raízes implantadas nas inter-relações binômicas do café-indústria, mas sim na relação do comércio importador e exportador, adicionada à experiência e visão empresarial dos imigrantes" (Idem, *ibidem*, p. 136).

Por fim, identificou-se que Bossle, da mesma forma que Cunha e Hering, atribui as características do desenvolvimento econômico de Santa Catarina predominantemente à ação empresarial nos moldes schumpeterianos: é essa ação empreendedora e inovadora dos imigrantes que determina que a economia catarinense venha a ter a diversidade atual.

Como já dito, a autora também questiona as interpretações que identificam na industrialização catarinense a mesma relação estabelecida no Sudeste, entre o café e a indústria, para as quais, de acordo com a maioria das interpretações, o primeiro é a base da industrialização brasileira. Entretanto, diferentemente de Hering, Bossle identifica fatores externos marcantes para o desenvolvimento econômico-industrial de Santa Catarina, especialmente as vantagens obtidas pelo Estado com as políticas de fortalecimento do mercado interno nacional.

Bossle caracteriza as regiões produtivas do Estado em: sul/carvão; Vale do Itajaí/têxtil; nordeste/metal mecânica; Planalto/madeira e papel; e oeste/alimentação.

A base da acumulação prévia para a indústria catarinense está no comércio importador e exportador, juntamente com a capacidade empresarial dos imigrantes.

Identificou-se, por fim, uma periodização distinta das interpretações anteriores: economia de subsistência (séc. XVIII a 1880); gênese da industrialização (1880-1914); reflexos da 1ª Guerra (1914-1920); década de 20 (1920-1930); década de 30 (1930-1940); e, reflexos da 2ª Guerra (1940-1945).

Ady Vieira Filho

O último trabalho a ser analisado no âmbito dos schumpeterianos é a dissertação de mestrado de Ady Vieira Filho⁷⁵, na qual, tal como nos trabalhos anteriormente vistos, identifica-se o empresário pioneiro catarinense como empreendedor e inovador, sendo o responsável maior pela dinâmica industrial de Santa Catarina.

⁷⁵ VIEIRA FILHO, Ady. *As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses – origem e evolução (1880-1985)*, Florianópolis, Edição do autor, 1986.

Vieira Filho analisa a economia brasileira e catarinense buscando nelas contextualizar a origem e o desenvolvimento dos grandes grupos empresariais existentes em Santa Catarina. "O papel do imigrante, principalmente alemães e italianos, foi fundamental, tanto na formação da riqueza (mão-de-obra) quanto na capitalização e liderança dos empreendimentos industriais da época...A contribuição técnica e empreendedora desses pioneiros em muito facilitou o desenvolvimento da industrialização na Região Sul e fundamentalmente em Santa Catarina" (VIEIRA FILHO, 1986: 11-12). O que o autor objetiva explicar são os grupos existentes hoje no Estado, a partir das empresas familiares.

Ao observar o "contexto brasileiro - antecedentes históricos", Vieira Filho discorre, inicialmente, sobre o Brasil de 1500 a 1930, identificando, nesse período, o "modelo primário-exportador", fazendo uma passagem pelos diversos ciclos da economia brasileira, culminando com o do café: "Esta fase propiciou o surgimento de uma nova classe empresarial que desempenhou um papel significativo no desenvolvimento subsequente do país" (Idem, *ibidem*, p. 19). Ainda quanto ao empresariado nacional, e às empresas cafejeiras em particular, o autor aponta o uso da máquina administrativa federal por ambos.

O período entre 1930 e 1964 constitui-se, para Vieira Filho, no "modelo de desenvolvimento autônomo", baseado no mercado interno. Para o autor, é a partir desse período que o empresário adquire um papel marcante na realidade brasileira. Nesse período a Resolução 30 e a política de substituição de importações, entre outros fatores de menor relevância, são determinantes para o objetivo de estudo deste trabalho.

O "modelo de desenvolvimento associado e dependente", de 1964 a 1984, é marcado pela centralização do poder político, na qual o autor percebe um "processo de concentração econômica". "O modelo econômico adotado tem características das sociedades com alto grau de desenvolvimento e padrão de vida elevada. Ele beneficia o consumo de bens sofisticados, favorecendo as empresas que atuam neste setor" (Idem, *ibidem*, p. 25). Nesse período aborda, ainda, a crise do petróleo, bem como a crise do Sistema Financeiro Mundial.

Finalmente, entre 1984 e 1985, estuda a "transição democrática", evidenciando as dificuldades da "Nova República" para resgatar a grande dívida social do país.

Ao examinar Santa Catarina, em "antecedentes históricos", Vieira Filho passa a fazê-lo a partir deste século, mais precisamente desde o

período 1915-1920, quando o Estado se expande industrialmente, devido ao processo de substituição de importações. Ainda entre os anos 10 e 20, destaca, como pontos marcantes, a Guerra do Contestado e a Reforma Tributária realizada pelo Governador Hercílio Luz.

Ao referir-se à 2ª Grande Guerra e às suas conseqüências para Santa Catarina, afirma: "A deflagração da Segunda Guerra Mundial possibilitou a entrada definitiva das riquezas catarinenses no mercado nacional. Sua posição periférica sofreu alterações nos setores primários e terciários" (Idem, *ibidem*, p. 37). Observa-se que Vieira Filho analisa o Estado como periférico em relação à economia do Sudeste do País.

Entre 1950 e 1980, o autor evidencia que a alteração mais significativa da economia catarinense é a mudança da dinâmica econômica, da passagem do predomínio dos ramos tradicionais para os ramos dinâmicos da economia.

Antes de analisar os grupos empresariais o autor versa, ainda, sobre o desempenho da economia catarinense em 1984, passando a caracterizar as principais regiões do Estado, que para ele são:

- Sul catarinense;
- Litoral de Florianópolis;
- Colonial de Blumenau;
- Leste catarinense – colonial de Joinville;
- Oeste catarinense – colonial do Rio do Peixe;
- Oeste catarinense – colonial Oeste catarinense.

O que Vieira Filho realiza, a partir da caracterização regional, é o estudo e a evolução dos grupos empresariais de Santa Catarina, quais sejam: Grupo Freitas, Gaidzinski, Portobello, Hering, Teka, Artex, Sulfabril, Tupy, Hansen, Weg, Sadia, Perdigão, Chapecó e Cooperativa Regional ALFA Ltda.

Ao descrever a origem e a evolução desses grupos, o autor afirma que a base de acumulação deles é a empresa familiar. "O que está por detrás da história da industrialização de Santa Catarina ou enriquecimento pela indústria nos titulares de cada uma das primitivas e minúsculas fábricas são: a) o desejo; b) iniciativa e vontade, com pionerismo e um certo grau de audácia para assimilar os seus papéis e o desempenharem socialmente" (Idem, *ibidem*, p. 163). Ressalte-se, ainda, que embora veja o empresário como o principal responsável pelo desenvolvimento do Estado, inclui, também, a intervenção estatal, captando, nesse processo, o que ele chamou de "complementaridade entre os agentes privados e o Estado".

Portanto, em Vieira Filho existe o entendimento de que os grandes grupos econômicos hoje existentes em Santa Catarina têm sua origem nas empresas familiares, e que a partir do trabalho, e especialmente capacidade empresarial, elas vão, lentamente, transformando-se em grupos exponenciais. Enfim, o enriquecimento privado é fruto do talento da iniciativa privada catarinense, a partir dos pioneiros imigrantes.

Nesse autor também está presente a visão de que a economia catarinense mantém uma relação periférica com o centro da economia nacional. Numa abordagem distinta de Hering, e concordante com Cunha e Bossle, o autor identifica inter-relações significativas entre a economia catarinense e a economia internacional e nacional, particularmente a partir da 2ª Grande Guerra Mundial.

A crítica que se faz aqui aos schumpeterianos, como já se afirmou, sustenta-se, basicamente, no aspecto de que esses autores omitem de suas análises sobre a acumulação de capital em Santa Catarina o fator exploração do trabalho, bem como o histórico vínculo da burguesia catarinense com a intervenção estatal agenciada pelas oligarquias que são as suas formas de representação característica.

Reconhece-se a importância efetiva dos imigrantes no processo de acumulação de capital no Estado. Entretanto, explicar o crescente enriquecimento privado em Santa Catarina somente com base na ação empresarial empreendedora e inovadora é, no mínimo, falsear a verdade. Considera-se que o papel do imigrante-empresário deve ser relativizado, isto é, sua participação foi relevante, mas não exclusiva e absoluta para explicar a acumulação patrimonial dos grupos empresariais catarinenses.

Quanto ao imigrante, o que em linhas gerais é possível identificar, especialmente no trabalho de Hering, embora a autora não explicita tal fato, é a chegada, em Santa Catarina, de dois tipos de imigrantes, independente do período em que isso ocorra. O primeiro grupo, minoritário, objeto específico da análise dos schumpeterianos, refere-se aos imigrantes que já saem de seu país de origem com excedentes monetários e com contatos previamente mantidos com o local de destino, sendo chamados pelos que lá se encontram, dado o domínio de técnicas produtivas, comerciais, educacionais, entre outras, e das quais a colônia necessita. "...Carlos Renaux, emigrou ao Brasil em fase bem posterior, deixando o Grão-Ducado de Baden, na Alemanha, em 1882, aos 22 anos. Sua acolhida nos núcleos de colonização alemã já florescentes mostra bem como se davam os contatos e o apoio prestado pelos emigrantes entre si" (HERING, 1987: 74). Esse imigrante, portanto, já vem com certas faci-

lidades, na medida em que os que aqui estão radicados já lhe abrem certos espaços. O segundo grupo, quantitativamente maior, em geral chega exclusivamente com o dinheiro da viagem e obtém empréstimos na Cia. Colonizadora, para compra de terras, e também nos vendeiros. A partir da produção agrícola e da comercialização de alguns produtos com os vendeiros, pagam lentamente seus débitos. Esses, portanto, não chegam com as facilidades que têm os primeiros. Os integrantes desse segundo grupo, despossuídos⁷⁶ de qualquer excedente que lhes possibilite outra condição que não o trabalho agrícola, com o desenvolvimento da colonização e, especificamente com a industrialização, constituem-se nos assalariados do setor têxtil.

O que se quer evidenciar é que não se pode constatar nos imigrantes originários da Alemanha ou da Itália uma absoluta homogeneidade⁷⁷, como quer ver Hering, sob pena de mistificação, ao afirmar que: "Todos os imigrantes, por necessidade ou por decreto, ou por ambos, foram obrigados a ter, como atividade inicial, numa região cuja base econômica ainda estava por ser criada, o trabalho na terra. Tal fato determinou que, quaisquer que tivessem sido suas profissões originais, elas se moldassem em uma única – a de colono. Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum" (Idem, *ibidem*, p. 56). É também com base nessa situação inicialmente igualitária, segundo Hering, que emergem os mais aptos, criativos, inovadores, afeitos ao risco do empreendedor; enfim, aqueles dignos do enaltecimento por parte dos schumpeterianos catarinenses.

Ver na condição de colono, na qual a maioria dos imigrantes se situa, a supressão de todas as diferenças econômicas e sociais, é um sofisma, pois desconsideram-se as condições em que eles se encontravam na Alemanha. O fato de a maioria se dedicar à atividade campesinal deve-se, principalmente, à absoluta impossibilidade econômico-financei-

⁷⁶ MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, desenvolve análise sobre a ação dos cafeicultores paulistas, objetivando a vinda, para o Brasil, de imigrantes absolutamente despossuídos de qualquer posse, tendo que se submeter, necessariamente, ao assalariamento.

⁷⁷ A Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (FECEC), em "Histórias de Sucesso" (*Diário Catarinense* - 19.04.93, pg. 17), ao versar sobre os 165 anos da vinda da família KOERICH (importante empresa comercial de Florianópolis) para o Brasil, afirma: "...deixaram a Alemanha sob um clima tenso e de tristeza. Ainda não unificada, a população se traduzia numa massa de proletários, sem qualquer esperança de um dia progredir na vida. Foi por esta, entre outras razões, que o jovem, de apenas 27 anos, resolveu dar um novo rumo em sua vida e atravessar o Atlântico em busca do progresso".

ra de atuar em outras atividades, tais como o comércio. Nesse sentido, o livro de Giralda Seyferth⁷⁸ é claro e objetivo: "Pelas informações que pudemos obter entre os descendentes de imigrantes de Baden e outras regiões da Alemanha, estabelecidos no Vale do Itajaí-Mirim, as razões mais importantes que levaram seus pais ou avós a deixarem seu país de origem foram a escassez de terras, a fragmentação das propriedades (em Baden) a **Anerbenrecht** (no Holstein), o excesso de trabalho nas áreas industrializadas e os baixos salários tanto dos operários como dos trabalhadores rurais. Além disso havia também a propaganda das companhias de colonização e de agentes de emigração, tanto sobre o Brasil como sobre outros países. Essa propaganda se fazia em torno da concessão de terras no Novo Mundo, com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar. De qualquer forma a maioria dos imigrantes alemães que entraram no Itajaí-Mirim entre 1860 e o final do século XIX eram camponeses e artesãos,..." (SEYFERTH, 1974: 28).

Ainda quanto à colonização, destaca-se que há o interesse do Governo Imperial ou Provincial e das Sociedades de Colonização, que objetivam lucros através das vendas das terras. A colonização de Blumenau, numa perspectiva idealista, não teria possibilidade de êxito: "As sociedades de colonização tinham interesse principalmente na venda das terras a longo prazo, que dava um lucro razoável, acrescentando-se o financiamento da passagem dos imigrantes e os empréstimos iniciais para permitir a instalação dos mesmos nos lotes. Iniciativa individual e idealista como a do Dr. Blumenau é uma exceção à regra e teria fracassado se não fossem os esforços do mesmo para transformá-la em colônia oficial" (Idem, *ibidem*, p. 31). Verifica-se, portanto, que mesmo no período colonial a ação estatal é necessária para manter o processo de colonização, assunto que voltará a ser abordado.

Entende-se que a acumulação de capital em Santa Catarina é estruturada, também, no âmbito da relação capital versus trabalho, com base na superexploração da força de trabalho. Os salários pagos pela indústria estadual não estão acima da média nacional, como quer fazer crer a burguesia catarinense; ao contrário, segundo dados de grandes empresas catarinenses, entre elas: Eliane, Papel e Celulose Catarinense, Weg, Hering, Embraco e Tupy, sem uma única exceção, o poder de

⁷⁸ SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alem no Vale do Itajaí-Mirim*, Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

competitividade delas não se encontra somente na tecnologia das indústrias e na qualidade das mercadorias produzidas, mas sim, e principalmente, nos baixos salários pagos aos seus "colaboradores", fato que torna essas mercadorias competitivas internacionalmente, pois os trabalhadores da Europa, Estados Unidos e Japão não trabalham com uma remuneração tão ínfima.

Anita Moser⁷⁹, ao analisar as conseqüências sociais e econômicas decorrentes da instalação de uma fábrica de confecção, filial do Grupo Hering, no município de Rodeio/SC, ilustra claramente de que forma as empresas catarinenses tratam seus "colaboradores". "A partir dessa realidade, a empresa pôde escolher não só os melhores *elementos* em eficiência e submisso, mas, também, explorar largamente essa situação com exigências e pressões sempre novas em consonância com os métodos da *Organização Científica do Trabalho*. Leve-se em conta que a eficiência dessa mão-de-obra está relacionada com a prática de um trabalho anterior árduo, na unidade produtiva familiar da lavoura de subsistência. O mesmo pode-se dizer da submissão, a partir de um passado de patriarcalismo familiar e religioso. Isso nos leva a considerar que a empresa veio a explorar não só a situação de carência econômica, evidenciada pela abundância de força de trabalho, mas também que essa exploração se tornou facilmente possível devido ao condicionamento sócio-cultural e religioso da população local, adaptável à estrutura de comportamento exigido pela empresa" (GA) (MOSER, 1985: 121). Outra situação que demonstra o conflito entre o capital e o trabalho em Santa Catarina é destacada no livro de Terezinha Gascho Volpato⁸⁰, no qual, ao estudar a indústria carbonífera localizada no sul de Santa Catarina, ela constata que a histórica luta dos mineiros dessa região estabelece-se em confronto com a busca do enriquecimento a qualquer custo por parte dos mineradores. "A Carbonífera Metropolitana⁸¹ não utiliza o sistema de pagamento adicional por produção. Adota o sistema de salário fixo. A companhia estabelece, contudo, um teto de produção a ser atingido. O processo de controle da produção é acompanhado por sistema de cobrança direta, diária e em cadeia, obedecendo à hierarquia que supervi-

⁷⁹ MOSER, Anita. *A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial*, Porto Alegre, Edipaz, 1985.

⁸⁰ VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pírita Humana: os mineiros de Criciúma*, Florianópolis, Editora da UFSC/ Ass. Legislativa, 1984.

⁸¹ Propriedade do Grupo Guglielmi, 3º maior grupo privado do Sul de Santa Catarina, atuando na extração do carvão, saúde, turismo, pecuária e outros.

siona o processo: encarregados, capatazes e engenheiros; este sistema desenvolve uma clima de trabalho competitivo, que induz o trabalhador, em todas as esferas, a *mostrar serviço* para garantir sua permanência no emprego. *Na Metropolitana vadio não se cria, dizia um supervisor da Companhia*" (GA) (VOLPATO, 1984: 57).

Seyferth, referindo-se especificamente à indústria têxtil Carlos Renaux, em Brusque, afirma: "A acumulação prévia na venda permitiu, sem dúvida, a instalação da fábrica. Mas esta só poderia se manter a partir da exploração da mão-de-obra ao máximo, pagando um mínimo, e pela própria continuidade do processo do comércio através da venda. Como o vendeiro, o proprietário da fábrica podia controlar não só o mercado consumidor, mas também o próprio operário, forçando-o a comprar na sua venda e não na dos outros" (SEYFERTH, 1974: 128).

Exemplos são abundantes para ilustrar as relações capitalistas de produção em Santa Catarina, especificamente a superexploração imposta à força de trabalho (os "colaboradores") catarinense.

A rigor, os autores aqui estudados captam da obra de Schumpeter somente aquilo que os auxilia teoricamente na exaltação ao empresariado catarinense, uma vez que não vêem, ou omitem, aquilo que eles próprios não podem mencionar. "Assim, temos aqui dentro de um grupo social [os empreendedores] que possui grande peso político, um forte e inegável interesse econômico em coisas tais como tarifas protecionistas, cartéis, preços de monopólio, exportações forçadas (dumping), uma política econômica agressiva, uma política externa geralmente agressiva e guerra, incluindo guerras de expansão, de caráter tipicamente imperialista"⁸². A vasta contribuição de Schumpeter, se amplamente estudada, não conduz a interpretações tão simplistas, parcializadas ou mesmo distorcidas de sua obra. O trecho a seguir, de seu livro clássico, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, ilustra a sua visão sobre o capitalismo. "A tese que nos esforçaremos por provar é a que as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a idéia da sua derrocada sob o efeito do colapso econômico, mas, também, que, por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam, *inevitavelmente*, as condições em que não lhe será possível sobreviver e que apontam claramente para o socialismo

⁸² Essa referência a SCHUMPETER, relativa a seu livro: "Zur Soziologie der Imperialismen" (1919), é citada em HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

como seu herdeiro legítimo. Nossas conclusões finais não diferem, por muito que possa diferir nossa argumentação, por conseguinte, daquelas a que chegou a maioria dos escritores socialistas e, em particular, todos os marxistas. Mas não é necessário ser socialista para aceitá-las. O prognóstico nada implica sobre a desejabilidade do curso dos acontecimentos que se predizem. Se um médico prediz que o paciente morrerá em breve, não quer dizer que ele deseje a sua morte. Pode-se odiar o socialismo, ou pelo menos submetê-lo ao crivo de uma crítica fria e, não obstante, prever seu advento. Muitos conservadores previram e prevêem isso" (GA) (SCHUMPETER, 1961: 80).

Faz-se necessário destacar ainda que a contribuição de Schumpeter ressurgiu com muito vigor nos anos 90, a partir do processo de globalização econômica, pelo qual novas iniciativas empresariais são oportunizadas, dadas as grandes transformações em curso, e ao empreendedor schumpeteriano abrem-se novas oportunidades e mercados.

Entretanto, é importante lembrar que o portentoso enriquecimento privado existente em Santa Catarina não se explica somente a partir da exploração da força de trabalho catarinense por parte dos grandes grupos econômicos. Embora os schumpeterianos omitam o papel do Estado em suas análises, tal fato é evidente e fundamental na acumulação de capital, especialmente no caso dos grandes grupos.

Entende-se que, desde o processo de ocupação e colonização⁸³, a intromissão estatal faz-se presente, ainda que não seja, inicialmente, de uma forma tão incisiva. É especialmente a partir de 1960, com os planos de governo, criação das instituições de crédito e melhoria na infra-estrutura, que o aparelho estatal passa a ter uma atuação econômica direcionada para a acumulação de capital privado.

Trabalha-se aqui com a hipótese de que os grupos empresariais catarinenses não teriam tamanho êxito em suas atividades se seus proprietários e dirigentes não desenvolvessem, ao longo dos anos, uma íntima relação com o poder público, buscando facilidades para os seus em-

⁸³ A transformação de Blumenau de colônia particular em oficial é uma demonstração do papel do Estado no Brasil e em Santa Catarina, usado de recurso em diversas situações. "...tornava-se forçoso concluir que, como empreendimento particular, a colônia só poderia proporcionar lucros a longo prazo e após maciças inversões de capital, para as quais o Dr. Blumenau não possuía recursos. Propôs ele, portanto, ao governo imperial que este lhe comprasse a colônia. A transação efetuou-se em 1859. Pelos seus termos o poder público recebeu terras numa extensão de 23,75 léguas quadradas (exceto alguns terrenos, num total de 8.500 jeiras, que ficaram em posse do Dr. Blumenau), bem como todas edificações, estradas, pontes, plantações e os débitos do colonos para com o antigo proprietário, da ordem de 40 contos. O preço total foi fixado em 120 contos, dos quais Blumenau só recebeu 35, pois 85 contos foram descontados pelos adiantamentos e empréstimos feitos anteriormente" (SINGER, 1977: 103).

preendimentos. Cleber Aquino⁸⁴ é enfático ao mostrar o interesse dos empresários junto ao poder político: "As empresas, sobretudo as de grande porte, crescem em grande parte, como fruto de lances políticos, da capacidade de seus dirigentes em saber burilar as intimidades do Poder, de investir nos poderosos. Há empresários bancando as mais variadas e antagônicas candidaturas, principalmente para cargos na esfera federal, mormente para Presidente da República, não importando o rótulo ideológico dos candidatos, com o intuito de ficar "bem" com o vencedor e com isso assegurar tranquilidade – e vantagens a seus negócios...As multinacionais usam outra estratégia. Costumam cooptar com as autoridades dominantes no país onde elas operam. Rara a multinacional não ter um ex-figuro da República (ou pessoas com grande prestígio junto a cúpula governamental) em sua diretoria ou Conselho de Administração, com a incumbência de fazer o tráfico de prestígio... A habilidade política, imprescindível para sobrevivência da empresa, é atribuição da alta direção da organização, especialmente do Conselho de Administração e da Presidência Executiva" (AQUINO, 1991: 45-46). Por conseguinte, tem-se como uma das hipóteses centrais deste trabalho o estreito vínculo que é estabelecido historicamente entre os interesses privados e a ação estatal, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Ver o enriquecimento privado, excluindo, ou minimizando a intervenção do Estado em Santa Catarina, constitui-se numa forma de escamotear a realidade analisada⁸⁵.

As recentes pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente no Curso de Mestrado em Sociologia, dão-nos significativas ilustrações do direto envolvimento, inclusive participação própria, do empresariado catarinense no aparelho do Estado, objetivando obter vantagens para seus grupos empresariais.

Inicialmente tem-se o trabalho de R. Benakouche⁸⁶, onde se analisam os 15 maiores grupos econômicos da região Sul do Brasil, e, em

⁸⁴ AQUINO, Cleber (org.). *História Empresarial Vivida: depoimentos de empresários brasileiros bem sucedidos*, São Paulo, Editora Atlas, 1991, vol. V.

⁸⁵ Idaulo José Cunha, o primeiro autor analisado neste capítulo é um dos schumpeterianos que mais participou da ação estatal, visando auxiliar as elites catarinenses, dadas as funções que exerceu no BRDE e mesmo na participação da elaboração de diversos "Diagnósticos Setoriais" sobre a economia catarinense, objetivando o financiamento de tais setores. Mesmo na condição de conhecedor dos incentivos estatais às empresas catarinenses, o autor não deixa de fazer apologias ao empresariado catarinense, sem referências explícitas às relações vantajosas com os cofres públicos.

⁸⁶ BENAKOUCHE, R. (org.). *Grupos Empresariais da Região Sul do Brasil*, UFSC – Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Florianópolis, 1985, Mimeografado. .

Santa Catarina, a Hering, Artex, Sadia e Perdigão, mostrando a estratégia de crescimento dos grupos, estreitamente vinculada aos benefícios estatais.

Itamar Aguiar⁸⁷ aponta todos os instrumentos que a burguesia catarinense utilizou para eleger governador o seu representante, Esperidião Amin (ex-PDS, PPR atual PPB) em 1982, evidenciando que os interesses de tal elite vão muito além da propalada preocupação com a eficiência empresarial interna da empresa.

Bárbara Giese⁸⁸ estuda como o empresariado do setor têxtil e agroindustrial beneficiou-se de facilidades creditícias, fiscais e outras, através de sua influência junto ao poder público estadual.

Sílvio Antônio Ferraz Cario⁸⁹, a partir da observação dos conglomerados econômicos de Santa Catarina, também versa sobre a direta influência dos conglomerados nas propostas de política econômica, em nível estadual e nacional, apesar da afirmação pública do discurso neoliberal de não intervenção estatal.

Xavier chega, inclusive, a afirmar que a relação das empresas e dos grupos privados com o Estado é tão significativa, do ponto de vista do enriquecimento privado, que, no Brasil, a acumulação de capital não se sustenta somente sobre a propriedade dos meios de produção, – a forma clássica de enriquecimento, via extração da mais-valia. Segundo Xavier, no Brasil a corrupção constitui-se num objeto de grande interesse de estudo, dado que, aqui, a mesma não ocorre de forma esporádica, ocasional ou fortuita: a apropriação do patrimônio público é regra. A "economia política da corrupção" é, segundo o autor, entendida como "o enriquecimento privado sem base na propriedade privada dos meios de produção"⁹⁰. Em outras palavras, as pessoas, empresas e grupos econômicos não têm mais seu enriquecimento sustentado somente na posse dos meios de produção, pela acumulação em sua forma clássica (primórdios do capitalismo), mas podem acumular riquezas a partir do nada, ou melhor, a partir de influência política junto no Estado.

⁸⁷ AGUIAR, Itamar. *As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: Táticas e Estratégias das Elites no Confronto com as Oposições*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1991, UFSC. Mimeografado.

⁸⁸ GIESE, Barbara. *A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1991, UFSC. Mimeografado.

⁸⁹ CARIO, Sílvio Antônio Ferraz. *Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1991, 2º volume, UFSC. Mimeografado.

⁹⁰ Em palestra proferida em Campina Grande/PB, 2º semestre de 1991.

Em Santa Catarina, desde o início do processo de ocupação, as classes dominantes apoderam-se do aparelho estatal, constituindo oligarquias que se mantêm no domínio político e econômico há quase um século.

O livro já citado de Hering, *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí*, é farto em passagens que ilustram os vínculos políticos-econômicos estabelecidos entre certos imigrantes "empreendedores" e o poder político estadual. A Cia. Têxtil Carlos Renaux (nome do proprietário), uma das empresas que a autora analisa, tem uma atuação política significativa sempre muito próxima dos governantes, desde que foi instalada em Brusque. "Em 1908 Carlos Renaux obteve do governador de Santa Catarina, Gustavo Richard, a concessão para a exploração de calcário e compra de 412 ha de terras... Ao mesmo tempo, apresentou memorial ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas sobre a estrada de ferro Itajaí-Lages-Passo Fundo (Rio Grande do Sul), com um ramal Brusque-Estreito (Desterro). Enquanto o industrial se comprometia com a construção de uma fábrica de cimento, o governo deveria encarregar-se da construção de uma estrada para acesso à área" (HERING, 1987: 166). Carlos Renaux foi cônsul brasileiro na Europa, "...o retorno à Europa onde ocuparia posição de certo destaque em sua terra natal, naturalmente influenciaram as relações que sempre cultivara nos círculos políticos do estado, seja como deputado, seja como intendente do município de Brusque, numa época em que Santa Catarina contava com figuras proeminentes na vida política nacional... Sobre sua missão em Baden-Baden, Carlos Renaux escreveu, em 17 de abril de 1923, ao então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz. (...) *muito me dedico à propaganda em favor do nosso Estado e tenho a certa esperança que em breve posso encaminhar para a gente de escol, lavradores ricos e hábeis, possuidores de grandes terrenos na Alta Silésia, que vão vender porque não se podem conformar com o regime polaco. Como são donos de excelentes rebanhos de gado de raça que querem levar consigo a Santa Catarina, aconselhei-os de comprar terrenos particulares entre o Itajaí e o Tijucas. Na vizinhança de Tijucas há um terreno na beira-mar que se presta magnificamente para pastagem. Convém que o doutor Guilherme (Engenheiro Agrônomo, filho de Carlos Renaux), requeira esse terreno por compra ao Estado e desde já rogo ao iminente amigo de estender sua benevolência a essa nova pretensão*" (Idem, *ibidem*, p. 236-37). Essas transcrições ilustram o

estreito vínculo dos chamados "empresários, empreendedores e inovadores" com o aparelho estatal, tanto no âmbito estadual, quanto federal.

Outro caso muito importante nos vínculos históricos da burguesia com o poder político, e sua clara compreensão de que o enriquecimento privado não se constitui somente dentro da fábrica, através da capacidade empresarial e na exploração do trabalho, é o de Atílio Fontana, fundador da Sadia. A empresa foi fundada em 1944, na cidade de Concórdia, oeste de Santa Catarina. Seu proprietário, entretanto, permanece somente 2 anos na direção interna da empresa, pois, em 1946, é vereador de Concórdia; em 1950, prefeito; em 1954 e 1958, deputado federal; em 1961, Secretário dos Negócios da Agricultura, no Governo Celso Ramos; em 1962, senador da república; e, em 1970, vice-governador do Estado. Constatam-se, dessa forma, os vínculos históricos dos "empreendedores-schumpeterianos" com o aparelho estatal.

Por fim, entende-se que não é possível desconhecer o pioneirismo dos imigrantes que chegam a Santa Catarina. Entretanto, há que se relativizar tal importância, pois explicar o magnífico enriquecimento de grupos empresariais exclusivamente a partir da capacidade da ação empresarial, como queriam os schumpeterianos, constitui-se em simplificação e distorção da realidade sócio-econômica catarinense.

Além dos aspectos já mencionados, quanto à estreita vinculação do empresariado catarinense com o Estado, bem como em relação à superexploração do trabalho, cabe observar, ainda, que as empresas locais notabilizam-se, na relação capital versus trabalho, pela expropriação não só da mais-valia mas, também, do saber do trabalhador catarinense. Nos contatos com as empresas catarinenses, verificou-se a ocorrência de muitos casos em que as descobertas dos trabalhadores, objetivando a melhoria do processo produtivo (entenda-se redução do processo de produção), simplesmente foram incorporadas pelas empresas, sem qualquer retribuição para os trabalhadores que as desenvolveram.⁹¹

Ocorre, também, em muitas empresas catarinenses, nas suas relações com os proletários, o incentivo à dupla jornada de trabalho.

⁹¹ Esse aspecto é fundamental para o processo de acumulação de capital em Santa Catarina, considerando sobretudo que em muitos setores da produção as máquinas e os equipamentos são criados ou adaptados pelas próprias empresas a partir de observações de funcionamento feitas pelos trabalhadores, ao longo do processo produtivo.

Tal fato observa-se especialmente no incentivo, por parte das empresas, para que seus operários, além do cumprimento da jornada normal de trabalho, desenvolvam, em suas residências, trabalhos específicos, especialmente no âmbito da produção alimentar⁹². Tal situação ilustra-se no "Jornal da HERING"⁹³, que afirma: "Está provado. Trabalhar na cidade e morar no campo dá um sabor especial à vida. Tanto que muita gente é capaz de enfrentar uma sessão extra na lavoura, mesmo depois de uma madrugada inteira de serviço...a produção caseira ajuda no orçamento doméstico mas não dá para sustentar a família...". A produção da segunda jornada concentra-se, basicamente, em produtos alimentares (aipim/mandioca, batata-doce, verdura, frutas, farinha de mandioca, geléias, conservas, doces, queijo, carne e outras). Tal incentivo objetiva fazer com que os trabalhadores produzam bens que venham a completar a renda familiar, o que caracteriza não uma possibilidade de melhoria das condições de vida, mas uma necessidade para complementar a baixa remuneração.

Na mesma lógica – defesa incondicional do empresariado catarinense –, surge em 1991 a revista *Expressão – Economia & Empresas*, que, muito além das informações, assume a mais aberta apologia do empresariado catarinense. Essa publicação objetiva ser uma espécie de voz enaltecendo a capacidade empresarial, modernizadora e concorrencial. A edição especial da revista, intitulada "*Pioneiros Catarinenses*", de 1992, com o "devido" apoio financeiro do BESC, que na edição é chamado de "Parceiro dos Pioneiros", analisa a história empresarial de treze empresas catarinenses, enaltecendo, obviamente, o pioneirismo delas. "A parceria entre o pequeno agricultor e as empresas transformou o Estado num império de vitoriosas agroindústrias e cooperativas. Contando com o segundo maior pólo têxtil do planeta – Blumenau – Santa Catarina mantém um parque industrial diversificado, criativo e surpreendente. Muito disso se deve e faz parte do sonho de homens que tiveram a coragem de levar adiante projetos visionários. Em poucas ocasiões juntou-se em um único ponto pioneiros destinados a tanto sucesso ... que a aventura desses homens servia de inspiração para os novos pioneiros catarinenses, que enfrentam tempos tão árduos como aqueles

⁹² Muitos trabalhadores catarinenses trabalham nos centros urbanos e têm aí suas residências; entretanto, no meio rural, residem em pequenas propriedades, o que lhes possibilita desenvolver a produção de certos bens alimentares.

⁹³ Jornal HERING Têxtil, Número 16 – Ano 2 – Março de 1993, Blumenau.

e vão precisar de muita imaginação e convicção para poder realizar suas façanhas empresariais.

A crítica feita neste capítulo aos "schumpeterianos", assim como foi constatado nos "periféricos", está centrada na exclusão, pelos mesmos, em suas análises, do papel da ação estatal, objetivando o enriquecimento privado, bem como a omissão da exploração capitalista da força de trabalho dos catarinenses, presente desde os primórdios da ocupação do Estado de Santa Catarina.

Outras Contribuições

Neste capítulo, serão abordadas três contribuições à temática, isto é, três estudos acerca da evolução econômico-social de Santa Catarina.

Tais análises referem-se não precisamente a contribuições isoladas, mas sim a autores que trabalham com variáveis distintas das expressas nos capítulos anteriores.

Nesse sentido, primeiramente têm-se as considerações de Armen Mamigonian, sustentando que a base da acumulação de capital em Santa Catarina está na pequena produção mercantil. De acordo com o autor, a evolução econômica de Santa Catarina tem suas bases calcadas na evolução da pequena produção mercantil, esta desenvolvendo-se ao longo dos anos, a partir da reconversão produtiva dos excedentes.

O segundo autor considerado é Paul Singer, que, ao analisar a formação e o desenvolvimento de Blumenau, adota como variáveis básicas a produção camponesa e a lenta e segura inserção da economia catarinense na nacional, através de mercadorias de boa qualidade.

Finalmente, analisa-se a contribuição de Antônio Barros de Castro, que estabelece uma caracterização do desenvolvimento da indústri-

alização nacional, comparando-a ao das indústrias regionais. Instaura um debate com Singer e Mamigoniam, com relação ao futuro de Blumenau, dado o predomínio ali existente do ramo tradicional, isto é, do setor têxtil.

Armen Mamigoniam

Sendo um dos autores mais referenciados nos trabalhos relativos ao Estado de Santa Catarina, Mamigoniam constitui, individualmente, uma matriz de interpretação da industrialização catarinense. Busca, em seus estudos, mostrar que a industrialização catarinense forma-se num processo contínuo de acumulação de capital, em que os excedentes vão sendo reconvertidos, produtivamente, a partir da pequena produção mercantil, dando as bases dos grupos empresariais que hoje existem em Santa Catarina. Parte do pressuposto de que os grupos econômicos hoje radicados em Santa Catarina originaram-se a partir da pequena produção mercantil, através do importante papel dos imigrantes, com o respectivo domínio de técnicas produtivas, acatando por conseguinte, a lógica do trabalho e do pioneirismo.

Em sua análise da estrutura econômica de Santa Catarina, identifica que o Estado é, na média (população em relação à produção industrial), mais industrializado que o Brasil. Tal constatação leva-o a afirmar que a interpretação dos periféricos, bem como a dos schumpeterianos, não reflete a realidade catarinense. "...são muito difundidas duas análises a respeito da indústria catarinense: a) a que tem a tendência a exaltar as especificidades regionais, valorizando a capacidade empresarial, o espírito de disciplina e de organização; b) a que tem tendência de ver Santa Catarina como um apêndice industrial do Brasil-Sudeste, sobretudo de São Paulo e por este explorado. A primeira visão origina-se das primeiras colocações a respeito da origem artesanal da Indústria do Brasil e atende, parcialmente, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais. A segunda estimula uma visão de tipo centro-periferia cepalino, minimizando, como no primeiro caso, as relações sociais na gênese, na evolução e no presente da indústria catarinense e também serve, como na primeira análise, a um certo tipo de regionalismo conservador" (MAMIGONIAM, 1986: 104). Observa-se pelo texto, que o autor critica os periféricos e os schumpeterianos.

Em "Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau"⁹⁴, Mamigoniam estuda principalmente como se gestam as indústrias, ou melhor, o processo de industrialização, razão pela qual é sobre esse trabalho a maior abordagem feita por mim.

O autor parte do pressuposto de que as iniciativas industriais no Brasil podem ser engendradas em quatro tipos: 1º – "capitalistas sem capitais"; 2º – "fazendeiros e comerciantes"; 3º – "iniciativas estatais"; e, 4º – "iniciativas estrangeiras". Santa Catarina adequa-se ao 1º caso. "*Capitalistas sem capitais*, gente de origem modesta, imigrantes europeus, sobretudo, com experiência industrial ou não, antes de se lançarem à aventura industrial, aos quais podemos acrescentar os modestos comerciantes de *import-export* das zonas de colonização européia do sul do Brasil... (GA) (MAMIGONIAM, 1965: 391). Para o autor, então, em Santa Catarina há "capitalistas" que não detêm os meios de produção.

Com relação às regiões do Estado, o autor identifica três zonas industriais. As regiões de colonização alemã (Vale do Itajaí e nordeste), a região carbonífera (sul) e a de produção alimentar (oeste).

Mamigoniam considera a primeira, de colonização alemã, a mais industrial e a mais rica do Estado, "é interessante lembrar que as zonas de colonização alemã somam, aproximadamente, 50% da produção industrial e somente 20% da população". (Idem, ibidem, p. 391). O sul do Estado é a região da indústria carbonífera, que envia sua produção ao Rio de Janeiro, para a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Finalmente, a "zona pioneira do oeste", que se forma com base na pequena propriedade agrícola, dando origem à região alimentar com a maioria da produção sendo enviada para São Paulo.

Entre as razões que levam ao processo de industrialização das regiões de colonização alemã, o autor considera fundamental o espírito de iniciativa, o domínio da técnica ou do comércio, adquiridos na Alemanha pelos imigrantes que têm sua vinda para o Brasil motivada pelas crises européias do século XIX e XX.

Mamigoniam, tal como Silva, CEAG, Cunha e Bossle, atribui a origem dos excedentes econômicos à agricultura e ao sistema colônia-vida. "...comerciantes que não se contentavam apenas em orientar a vida econômica nas suas zonas de influência, mas também possuíam

⁹⁴ MAMIGONIAM, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau", in *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Vol. 27. Nº 3, julho-setembro, Rio de Janeiro, 1965.

barcos para ir até Itajaí, o porto marítimo, e mesmo até mais longe,... Todos estes comerciantes partiram de negócios modestos" (Idem, ibidem, p. 397).

Para o autor, portanto, a estrutura de colonização (pequenas propriedades agrícolas) de Blumenau é a maior responsável pela industrialização, pois cria os excedentes, via comércio, os quais em boa parte permanece na região, gerando a base monetária para o início de sua industrialização. "Por outro lado, este tipo de colonização criou um mercado de consumo relativamente amplo, graças à divisão social do trabalho e ao nível de vida, bem superior à média brasileira e repartido mais ou menos uniformemente entre dados os habitantes: a estrutura social e econômica era bastante democrática" (Idem, ibidem, p. 398).

Ressalta, ainda, que as iniciativas empresariais do processo de industrialização são predominantemente locais, a partir de pequenos empreendimentos industriais.

A industrialização de Blumenau, segundo o autor, foi estruturada a partir: 1) de distintas profissões: representação comercial e trabalhadores de escritórios; qualificados, mestres, operários, artesãos; 2) da origem dos capitais: os já industriais; os vinculados do comércio de exportação-importação. "...os industriais de Blumenau eram o mais freqüentemente, *capitalistas sem capitais*, no sentido de que tinham espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro" (GA) (Idem, ibidem, p. 404).

O constante contato com a Alemanha também constitui-se numa das bases da industrialização de Blumenau: "Portanto, no processo da industrialização, Blumenau foi obrigada a procurar contatos fora dela, no Brasil e no estrangeiro, sobretudo na Alemanha. Simplesmente porque a Alemanha era o país de origem e tinha um potencial e uma experiência industrial" (Idem, ibidem p. 404).

Outro caráter fundamental, para o processo de industrialização, é a oferta de mão-de-obra não qualificada, cuja origem remonta ao anterior período de sobrevivência da pequena propriedade que, inviabilizada, deixa como última perspectiva para os colonos o ingresso nas fábricas.

Além dos aspectos abordados, isto é, a colonização alemã, a origem local do capital, os contatos com a Alemanha e a origem da mão-de-obra industrial, Mamigoniam aponta, ainda, o mercado consumidor nacional e local como fundamental para a gênese da industrialização de Blumenau.

Ao concluir sua análise sobre o processo de industrialização de Blumenau, afirma: "Comparável à colonização dos Estados Unidos no século XIX, em proporção numérica bem outra, evidentemente, a colonização alemã em Blumenau trouxe, em si mesma, a indústria, se se considerar que seus membros, provenientes de uma civilização em pleno desenvolvimento industrial, trouxeram eles mesmos esta civilização, da mesma forma como os italianos introduziram no Brasil-Sul a produção do vinho e do arroz irrigado. Assim, pode-se dizer que se a colonização do *Dr. Blumenau*, por causa da sua riqueza humana, no lugar de ser em Santa Catarina, se localizasse não importa onde, os resultados essenciais seriam os mesmos" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 416).

Na segunda parte de seu trabalho, o autor, após ter analisado os aspectos gerais da implantação das indústrias em Blumenau, passa a analisar o "balanço geográfico econômico destas indústrias", com base na estrutura financeira, estrutura dos estabelecimentos, mão-de-obra, maquinaria, consumo de eletricidade, matérias-primas, produtividade e conjuntura econômica.

Com relação à estrutura financeira e distribuição espacial dos acionistas, o autor afirma que predomina o capital local, com a participação acionária, geralmente limitando-se à família. Especificando um pouco mais a estrutura financeira das empresas, Mamigonian diferencia 4 tipos: "...1) aquelas nas quais a maioria dos capitais pertencem aos acionistas exteriores ao centro industrial; 2) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem total ou quase totalmente (mais de 90%) a uma única família; 3) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem totalmente ou em grande maioria (mais de 60%) a duas ou três famílias; 4) aquelas nas quais a maioria dos capitais são blumenauenses e pertencem a várias famílias, entre as quais, uma é dominante (mais de 25%)" (Idem, *ibidem*, p. 421). Ainda, quanto à estrutura financeira, o autor faz menção, também, aos financiamentos junto a instituições, tais como Banco do Brasil e BNDE. Já em 1965, o papel dos financiamentos estatais é notado, mas não é aprofundada a análise sobre eles, o que também não se faz no artigo publicado em 1986, o último trabalho do autor que será analisado aqui.

Quanto à estrutura das empresas, Mamigonian afirma existem pequenas, médias e grandes empresas. As denominadas grandes incorporam a maior parte da mão-de-obra e têm uma produção profundamente integrada, abrangendo a tecelagem ou malharia, a fiação, a tinturaria, a marcenaria e a oficina mecânica. Em 1958, havia 13 em-

presas desse tipo, que empregavam 75,9% dos 8.948 trabalhadores de Blumenau.

Ao analisar a mão-de-obra, Mamigoniam afirma: "Nós estamos diante do mais importante núcleo de produção deste Estado, com uma mão-de-obra marcada por sua origem além, pelo dinamismo do centro industrial, pela predominância da atividade têxtil, e pela política industrial que tende a diminuir a parte dos salários no preço de custo" (Idem, *ibidem*, p. 430). A origem alemã do trabalho, para o autor, influencia na qualidade da mão-de-obra, visto que o patrão, em virtude da origem idêntica ao do trabalhador, busca ser aceito como um protetor do último.

Ainda quanto à mão-de-obra, Mamigoniam destaca a participação feminina que, em 1958, representava 45,7% dos 8.948 trabalhadores. Também os menores ocupam um papel significativo: no mesmo ano, eles representam 17,6% da mão-de-obra.

Ao abordar a maquinaria industrial, o autor afirma que, inicialmente, a maioria desses equipamentos era importada, especialmente da Alemanha. Com a evolução da industrialização e a diversificação produtiva, eles passam a ser adquiridos junto a produtores nacionais e mesmo locais, isto é, de Blumenau. Algumas empresas passam a desenvolver suas próprias máquinas.

Quanto à origem das matérias-primas, tal como as máquinas, inicialmente elas eram, em parte, importadas basicamente da Alemanha ou obtidas na região de Blumenau. "Os estabelecimentos que importavam matérias-primas estrangeiras orientaram-se pouco a pouco em direção a um aprovisionamento nacional, comprando e transformando matérias brutas importadas anteriormente..." (Idem, *ibidem*, p. 442).

No tocante à produtividade do trabalho, o autor vai caracterizar três tipos de empresas: 1º – as que elevam a produção, juntamente com a mão-de-obra, embora esta em menor intensidade; 2º – as que aumentam a produção, com a redução da mão-de-obra; 3º – as que aumentam a produção e a mão-de-obra na mesma intensidade. "O estudo que acabamos de fazer nos conduz a distinguir três tipos de produção industrial em Blumenau, quanto ao grau de transformação das matérias-primas: 1) 71,7% da produção resultam de forte valorização (200%) das matérias-primas, empregando muita mão-de-obra (84,2% do total); 2) 21,3% da produção resultam de muito fraca valorização (14,2%) empregando uma mão-de-obra muito reduzida (10,2%); 3) 7,0 % da produção são um tipo intermediário: as matérias-primas são valorizadas de 53,1% por 5,6% da mão-de-obra blumenauense" (Idem, *ibidem*, p. 450).

Finalmente, com relação ao destino da produção blumenauense, observa Mamigoniam que o mercado nacional absorve, em 1956, 80,2% da produção industrial de Blumenau, 9,8% destina-se ao consumo estadual e 9,5% para os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Entre as mercadorias produzidas destacam-se: têxteis, tabaco, alimentos, metais, instrumentos musicais e brinquedos.

Ao concluir a análise sobre a estrutura industrial de Blumenau, afirma o autor: "A proveniência muito distante de grande parte das matérias-primas e o destino em grande maioria nacional dos produtos blumenauenses, põem o problema do custo de transporte das matérias-primas e dos produtos. Ora, para escapar a este *handicap* (GA), a produção destinada aos mercados nacionais se orienta desde a sua origem em direção a uma produção especializada e de qualidade. Neste sentido, a origem alemã de Blumenau sempre foi um fator essencial de êxito, por causa da experiência industrial, do trabalho qualificado e mais barato e por outras razões que analisamos" (Idem, ibidem, p. 455).

Há, ainda, outras variáveis com relação ao processo de industrialização de Blumenau, consideradas, porém, como menos relevantes para o propósito deste trabalho.

Como corolário, Mamigoniam afirma: "Blumenau pertence à família dos centros industriais das zonas de colonização européia do Brasil-Sul, cuja implantação industrial começou no fim do século XIX, durante a primeira fase da industrialização do Brasil. Estas zonas obtiveram excedentes econômicos modestos da policultura local, ao inverso de São Paulo, onde a crise do café permitiu a transferência de capitais muito importantes para o setor industrial" (Idem, ibidem, p. 477).

No segundo trabalho aqui analisado, sobre a história de Brusque⁹⁵, o autor mantém a mesma lógica interpretativa aplicada para analisar a colonização e a industrialização de Blumenau, resguardando-se, obviamente, as especificidades de Brusque.

O autor identifica, inicialmente, dois períodos no desenvolvimento econômico de Brusque, o primeiro que se situa entre 1860 e 1918 – "produção agrícola colonial" – e o segundo, pós-Primeira Guerra Mundial, em que ocorre o predomínio das atividades industriais.

⁹⁵ MAMIGONIAM, Armem. *Brusque: estudo de geografia urbana e econômica*, Brusque, Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

No período da produção agrícola, destaca-se a colônia enquanto base da produção dos bens necessários à subsistência familiar e, também, dos excedentes. Tais excedentes são trocados nas vendas por mercadorias necessárias aos colonos. "Portanto, em última análise, a evolução para a fase industrial não seria possível se o sistema *colônia-venda* não lhe tivesse assentado as bases financeiras" (GA) (MAMIGONIAM, 1960: 06).

O segundo período, o da industrialização, constitui-se antes da Primeira Guerra Mundial e consolida-se com o advento dela, devido à ampliação dos mercados consumidores. Portanto, o mercado nacional é uma das bases da industrialização de Brusque. Além dele deve-se considerar, ainda, que "Em grande parte, portanto, o aparecimento das tecelagens e posteriormente das fiações provém da industrialização de Brusque ter-se iniciado muito cedo, isto é, no primeiro impulso da industrialização brasileira (fim do séc. XIX)" (Idem, ibidem, p. 09).

"A agricultura nasceu democrática e o comércio passou a ser o setor onde se concentravam os elementos mais capazes (Bauer, Krieger, Buettner, Renaux) e praticamente a única fonte de acumulação de capital. Assim sendo, do comércio nasceram dois fatores da industrialização: os empreendedores e os capitais em sua mãos" (Idem, ibidem, p. 09). Observa-se, portanto, a grande importância atribuída pelo autor ao comércio e aos empreendedores.

Na industrialização de Brusque há o predomínio do setor têxtil, o qual, em 1958, foi o responsável por mais de 60% da produção industrial do município. Dentre as têxteis, há o domínio quase absoluto das grandes empresas, Renaux, Büettner e Schlosser. "A explicação mais verdadeira parece ser o fato de que todas as empresas surgiram pequenas e só alcançaram o poderio atual depois de uma evolução de muitos anos; em outras palavras: não nascendo de um só golpe, a localização das fábricas nem sempre se fez considerando fábricas futuras" (Idem, ibidem, p. 12). Mamigoniam analisa a evolução das empresas a partir, preponderantemente, da ação privada.

A exploração da mão-de-obra, embora não enfatizada por Mamigoniam, também constitui-se numa das bases da acumulação de capital em Brusque. "Por isto mesmo o recrutamento da mão-de-obra é de pura substituição das baixas dadas: há uma permanente renovação das moças que ficam dos 14 aos 18 anos nas fábricas por novas moças de 14 anos. Daqui para o futuro, segundo tudo indica, o crescimento populacional vai se chocar com a restrição do mercado de trabalho"

(GA) (Idem, ibidem, p. 15). Ilustra-se, portanto, também a exploração de menores e mulheres.

Até o momento, foram analisados dois trabalhos de Mamigoniam, escritos na década de 60, estudando, especificamente, a industrialização do Vale do Itajaí. Será abordado, agora, um artigo do autor publicado na segunda metade dos anos 80, versando sobre a industrialização catarinense como um todo.

Mamigoniam, nesse artigo, mantém a mesma lógica interpretativa dos trabalhos anteriores, introduzindo, entretanto, a crítica à interpretação dos periféricos e schumpeterianos.

Ao analisar a indústria catarinense, no Atlas de Santa Catarina⁹⁶, o autor inicia sua reflexão evidenciando a pouca expressividade de tal setor, ainda por volta de 1960. "...Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul..." (MAMIGONIAM, 1986:104).

O autor se detém na formação e no desenvolvimento da industrialização catarinense, demonstrando a dispersão dos grupos econômicos por todas as regiões do Estado; a participação crescente do Estado no PIB nacional – 1980 = 3,04% e 1985 = 3,84%; a influência da indústria artesanal alemã e italiana na industrialização catarinense. Conclui afirmando que, na média, Santa Catarina é mais industrializada que o Brasil.

Agora, portanto, Mamigoniam questiona as interpretações dos periféricos e schumpeterianos, considerando-as limitadas para explicar a realidade catarinense.

Ao abordar a história da industrialização catarinense, o autor atribui destaque à indústria artesanal que lá havia por influência dos imigrantes europeus. Artesãos, pequenos agricultores, comerciantes e operários evidenciam a divisão do trabalho já existente, quando da vinda deles para o Brasil, em meados do século XIX, constituindo, para Mamigoniam, uma pequena, mas importante produção mercantil.

Dada a fundamental importância dos imigrantes no processo de industrialização estadual, Mamigoniam questiona a existência de um modelo catarinense de desenvolvimento e enfatiza a importância da pequena produção mercantil: "Neste sentido, falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a

⁹⁶ MAMIGONIAM, Armen. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática, *Atlas de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.

pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza, até recentemente, da industrialização, nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.)" (Idem, *ibidem*, p. 104). A base teórica de Mamigoniam manifesta-se mais uma vez ao afirmar que a industrialização catarinense deve ser explicada a partir da pequena produção mercantil; é esta, via reconversão produtiva dos excedentes, que faz emergir e consolidar empresas familiares e, posteriormente, os grandes grupos econômicos de Santa Catarina. Distinta das interpretações analisadas até aqui, esta leitura divide Santa Catarina não em seis regiões produtivas, mas somente em três, a saber: a região industrial de origem alemã, a região carbonífera do sul do Estado e a industrial no Planalto catarinense.

A região industrial de origem alemã compreende o Vale do Itajaí e o nordeste de Santa Catarina, tendo como principais cidades Blumenau, Brusque e Joinville. "No conjunto desta região industrial a mão-de-obra do setor secundário está acima dos 50,0% do total da força-de-trabalho, e em nenhum município está abaixo de 30,0%, alcançando 55,0% em Blumenau e 58,0% em Joinville e girando ou ultrapassando os 2/3 em vários (Pomerode, Guabiruba, Rio Negrinho e São Bento). Sintetizando, esta região produz em 1980 nada menos do que 2,1% do valor industrial brasileiro, a partir de 0,7% da população nacional, o que significa que ela é três vezes mais industrializada do que a média brasileira" (Idem, *ibidem*, p. 105).

Formam-se, inicialmente, pequenas empresas industriais, que vão ao longo dos anos adequando-se às adversidades econômicas, tendo importância fundamental o vínculo com a Alemanha, onde buscam a modernização dos equipamentos.

Entre 1880 e 1950 há o predomínio do departamento de bens de consumo, e foi fundamental, para a consolidação desse setor, a Primeira Guerra Mundial. As principais empresas desse setor foram: Hering, Sulfabril, Malwee, Artex, Teka, Karsten, Schlosser, Cremer e Buettner. A partir de 1950, o departamento I passa, crescentemente, a ocupar um papel mais significativo na economia do estado, sendo as mais importantes empresas a Cònsul, a Embraco, a Hansen-Tigre e a Fundação Tupy.

Mamigoniam conclui, afirmando: "...as áreas de colonização alemã tiveram enorme expansão, de 1970-80, no setor de bens de consumo, inclusive duráveis. As malharias, felpudos e cristais em Blumenau,

Brusque e Joinville; as porcelanas e faianças em Pomerode, São Bento do Sul e Rio Negrinho; as geladeiras, o ar condicionado, em Joinville, cresceram mais que a média nacional. No setor de equipamentos, a expansão, igualmente, foi expressiva, sobretudo em Joinville e Jaraguá do Sul: motores, máquinas para madeira, controles numéricos, autopeças, fundidos e aços em geral, compressores, carrocerias de ônibus, plásticos para saneamento, etc, concorreram vitoriosamente com São Paulo e se fizeram presentes nos mercados mundiais (Estados Unidos, Europa Ocidental e restante do mundo), de maneira agressiva, sobretudo a partir de 1970" (Idem, *ibidem*, p. 106).

Para a região carbonífera do sul do Estado, a 1ª Grande Guerra Mundial tem maior peso que para as demais. Isso ocorreu devido à interrupção das importações de carvão e conseqüente necessidade da produção do carvão brasileiro. A Revolução de 30 cria a obrigatoriedade do consumo de parte (10%) do carvão nacional. A 2ª Grande Guerra leva à nova interrupção das importações de carvão. Nesse período constitui-se uma das mais importantes empresas da região, a empreiteira de Santos Guglielmi e Diomício Freitas⁹⁷. "A Segunda Guerra Mundial marcou uma conjuntura importante para a região carbonífera: a) grande aumento da produção de carvão, visando substituir o importado; b) aparecimento e crescimento de atividades dos empreiteiros locais, Freitas, Guglielmi, Zanette, etc, que foram ocupando o espaço das companhias tradicionais, do Rio de Janeiro (H. Laje) e São Paulo (Jafet – 1964); c) implantação da Companhia Próspera, filial da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, visando produzir e coordenar a produção de carvão-metalúrgico, necessário ao atendimento da siderurgia nacional" (Idem, *ibidem*, p. 106). Destaca-se, ainda, nessa região, a construção da Sotelca, em 1965, atual Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, fato que amplia em muito o consumo do carvão energético, enquanto a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, eleva o consumo do carvão metalúrgico.

Para Mamigoniam, é o setor carbonífero o responsável pela diversificação produtiva existente atualmente na região. "A produção carbonífera catarinense está na origem de dois setores industriais regionais, a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), localizada no porto de Imbituba e filiada à Petrofértil (Grupo Petrobrás) e as indústrias de azulejos, localizadas em Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba (Cecrisa,

⁹⁷ Os atuais Grupos Guglielmi e Freitas, constituíram-se, no período aqui referido, como as únicas empresas com atuação especialmente na construção infra-estrutural da Região Sul, com base em encomendas estatais.

Cesaca, Eliane, etc), que tornaram a região em principal produtora do país" (Idem, *ibidem*, p. 106). Para o autor, então, a acumulação de excedentes, advindo da indústria do carvão, forma a base para um novo período, sustentado na produção cerâmica e de produtos químicos.

Na vasta região do Planalto Catarinense, consideram-se dois ramos distintos de produção. Na região de Lages e do norte de Santa Catarina desenvolvem-se a extração, a industrialização e o reflorestamento da madeira, e, mais recentemente, a indústria de papel e celulose. "O beneficiamento de madeira e a produção de papel e papelão, encontram-se dispersos em todo o planalto, mas sua localização preferencial dá-se nos Planaltos de Lages e Norte... Nesta região estão localizadas grandes e médias fábricas de madeira, celulose, papel e papelão" (Idem, *ibidem*, p. 106).

A característica industrial dessa região é o surgimento de grandes grupos, com vultosos estabelecimentos, dos quais alguns dedicam-se ao reflorestamento, à extração, à indústria. "Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra" (Idem, *ibidem*, p. 106).

O oeste de Santa Catarina constitui-se a partir de pequenos produtores de milho e suínos que posteriormente serão integrados às agroindústrias (Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó). Essas empresas são conglomerados que mantêm sob controle os pequenos produtores integrados⁹⁸, possibilitando a acumulação de um significativo excedente. "Com a construção de estabelecimentos industriais gigantescos, a crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos acima referidos..." (Idem, *ibidem*, p. 106).

Mais uma vez a base de acumulação dos grupos empresariais, de acordo com Mamigoniam, está na pequena produção, capacidade técnica dos empresários e na qualificação e na disposição para o trabalho da mão-de-obra catarinense.

⁹⁸ A produção chamada de integrada ocorre entre as grandes agroindústrias e os pequenos produtores rurais; os últimos criam suínos e aves a partir do fornecimento de pintos de um dia e de matrizes criadeiras, juntamente com o fornecimento de ração e de acompanhamento técnico qualificado por parte das empresas agroindustriais.

A crítica em relação à interpretação de Mamigonian sobre a colonização e a industrialização de Santa Catarina e, especificamente, do Vale do Itajaí, baseia-se, especialmente, na supervalorização atribuída à ação privada para explicar a acumulação de capital em Santa Catarina.

Entende-se que o volumoso enriquecimento privado que se faz presente em Santa Catarina não pode ser explicado preponderantemente a partir da "pequena produção mercantil". Que essa possa ter contribuído para o enriquecimento privado, como um dos elementos explicativos de tal processo, não resta dúvida, mas explicar os portentosos grupos catarinenses apenas sob tal enfoque é uma simplificação de como se processam as relações capitalistas em sua fase imperialista.

Pequena Produção Mercantil Versus Imperialismo

De acordo com a teoria marxista, o capitalismo pode ser periodizado em: "Capitalismo Concorrencial", período sustentado pela concorrência capitalista e pela manufatura, no qual a mais-valia absoluta é a base da reprodução do capital. "A mais-valia é apropriada principalmente sob a forma de lucro, e a divisão do trabalho é coordenada ou orientada pelos mercados nos quais as mercadorias são vendidas" (BOTTOMORE, 1983: 285); "Capitalismo Monopolista", caracterizado pela hegemonia dos monopólios, a que Marx chama de "indústria moderna". A mais-valia relativa é a forma de acumulação predominante do capital, somada à introdução do sistema de crédito, para orientar os investimentos aos setores mais lucrativos, onde o juro, "torna-se a forma predominante sob a qual a mais-valia é apropriada forçando uma divisão de lucro em juro e lucro empresarial" (BOTTOMORE, 1983: 286). Em sua fase "Imperialista", o capitalismo ocorre quando o capital financeiro passa, através dos juros, a apropriar mais-valia numa proporção maior que a anterior, somada à exportação do capital financeiro, de acordo com Hilferding, Bukharin e Lenin. As características básicas do Imperialismo são: exportação de capital, juntamente com a exportação de mercadorias; controle de trusts e cartéis na produção e distribuição; união dos capitais industrial e bancário, dando origem ao capital financeiro; divisão do mundo pelas potências capitalistas em esferas de influência. Lenin, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, afirma:

"Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificação do capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição"⁹⁹ (LENIN, 1992, p).

Sobre a economia nacional, Xavier contextualiza-a com as relações imperialistas internacionais: "Se, à internacionalização do capitalismo (sua mutação financeiro-imperialista), correspondeu seu *enraizamento*, na economia nacional, tal enraizamento foi a própria especificidade pela qual se fez presente, aqui, o capitalismo em seu movimento de internacionalização. Sem dúvida, sob relações, métodos e formas específicas de expropriação, desapropriação e exploração do trabalho na produção social, tanto quanto de propriedade, apropriação e acumulação de riquezas, que, necessária, imperiosa ou deterministicamente deveriam resultar em ampliação da produção especificamente industrial de mercadorias e em desenvolvimento das forças produtivas nessas atividades. Lembremo-nos que, no próprio desenvolvimento capitalista, as formas específicas da propriedade capitalista foram se fazendo opositivas às relações capitalistas, tanto de apropriação (exemplarmente, queda periódica da taxa de lucro), quanto de produção, portanto, ao próprio desenvolvimento capitalista das forças produtivas, especificamente capitalistas, industriais. Opositividades que evoluem à mutação formal das relações capitalistas de produção, propriedade e apropriação. Mutações de contrários (formais) que, convertendo o capital bancário-industrial em financeiro-imperialista, tanto quanto o capitalismo livre-concorrencial em financeiro-monopólico-imperialista, tornou o desenvolvimento capitalista (imperialista) opositivo ao das forças produtivas (pois, voltado a estender internacionalmente supremacias tecnológico-produtivas já alcançadas nacionalmente). E tal foi o capitalismo que veio a se apresentar aqui: em sua internacionalização, o imperialismo. E com ele, seu desenvolvimento opositivo aos das forças produtivas especificamente capitalistas industriais. Desenvolvimento capitalista na economia nacional, sem dúvida. No entanto, em suas relações, formas e métodos, opositivos àqueles especificamente capitalistas, industrial, por ter tido, aqui, manifestação, não aquele (especificamente capitalista, livre-

⁹⁹ LENIN, Vladimir I.. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas*, 2ª edição, S. Paulo, Alfa-Omega, 1982.

concorrencial), mas, de sua superação, o imperialismo. Manifestação (capitalista) cujo desenvolvimento (capitalista) veio a ser subdesenvolvido (capitalista): por se apresentar revitalizando, não a produção industrial, mas, agropecuária. Por isso mesmo, aqui, o capitalismo não se apresentou revolucionando a propriedade privada, fundiária, em especificamente capitalista, industrial. Ao contrário, aqui, o capitalismo veio a revitalizar a propriedade fundiária, tanto quanto as relações agrooligárquicas de produção, propriedade e apropriação de riquezas. Assim, não basta admitir que a implantação do capitalismo, tanto quanto seu desenvolvimento na economia nacional, se fez sob o movimento de internacionalização da acumulação industrial-capitalista, pois, na investigação científica, admitir um fenômeno é apenas o ponto de partida dessa investigação. E, limitando-se a isso, despreza-se toda a determinidade fenomenológica, encerrada em sua historicidade. Nesse caso, o capitalismo que se apresentou na economia nacional não foi um qualquer, senão, um específico, aquele historicamente determinado em seu próprio movimento de internacionalização: numa época (imperialista) em que seu desenvolvimento ocorria sob métodos opositivos àqueles (época livre-concorrência) que o haviam levado ao desenvolvimento das forças produtivas. Internacionalizando-se sob métodos opositivos à industrialização, portanto, sob métodos financeiro-rentistas" (XAVIER, idem, ibidem, 1991:05). O autor destaca, pois, que o desenvolvimento da economia nacional não ocorreu sob a ação preponderante dos agentes privados, tal como nas fases anteriores ao imperialismo. Dada essa nova estruturação capitalista internacional, os agentes privados por si sós não garantiriam a acumulação apenas via reconversão dos excedentes ou da mais-valia, como afirma Mamigoniam.

Essa visão expressa por Mamigoniam transpõe, para o Brasil, a mesma lógica de acumulação de capital ocorrida na Europa, com o surgimento do capitalismo. Busca adaptar, para o Brasil, as fases do capitalismo em seu processo clássico de formação, isto é, os excedentes primários é que dão origem às indústrias, e a acumulação (via reconversão produtiva dos lucros) faz emergir os gigantescos grupos privados no Estado, a partir da concorrência ou da fase concorrencial do capitalismo.

Quanto às obras aqui analisadas de Mamigoniam, verifica-se que as duas primeiras, sobre Blumenau e Brusque, parecem mais uma interpretação schumpeteriana, devido ao predomínio da base explicativa da acumulação a partir do pioneirismo dos imigrantes, com sua iniciativa empreendedora: "Blumenau pertence à série de centros industriais nas-

cidos da colonização alemã no Brasil-Sul, vitoriou-se graças ao fator trabalho, guarda a sua autonomia financeira, e seus grandes estabelecimentos aí coexistem com os médios e pequenos, dominando a produção" (MAMIGONIAM, 1965: 477). Embora em seu artigo (Atlas) o autor expresse discordância em relação aos periféricos e schumpeterianos, não explicita o que o distingue deles. Critica-os na forma, mas não aprofunda a análise dos aspectos diferenciadores.

Como já exposto, defende-se que as variáveis preponderantes, para a explicação do enriquecimento privado em Santa Catarina, encontram-se na histórica superexploração do trabalho e na intervenção estatal, sob as suas múltiplas formas.

Quanto à superexploração do trabalho, ela é captada não somente a partir do predomínio da indústria, mas também desde os primórdios da colonização, mesmo com o predomínio das atividades agrícolas em Santa Catarina. Se, para o autor, os vendeiros têm um papel importante para o processo de industrialização no Vale do Itajaí, é exatamente nesse agente que se deve localizar uma das bases da exploração do trabalho alheio. Segundo Mamigoniam, no período colonial, Brusque e Blumenau tinham uma estrutura social democrática, "...a estrutura social e econômica era bastante democrática" (MAMIGONIAM, 1965: 398). Mamigoniam incorre, a meu ver, em contradição, pois reconhece que é a "pequena produção agrícola" que gera os excedentes apropriados pelos vendeiros, mas vê nessa apropriação (vendeiro apropria-se de parte da produção do pequeno produtor agrícola) não o conflito, a desigualdade, a exploração (do desapropriado em relação ao apropriador), mas sim a democracia. Entende-se que as relações sociais e econômicas supracitadas são de dominação, e não democráticas, mesmo porque como afirma Idaleto Malvezzi Aued: "As relações numa sociedade de classes são, essencialmente, inerentemente, autoritárias"¹⁰⁰.

Quanto às desigualdades e à exploração do trabalho no período colonial em Santa Catarina, especificamente em Brusque, afirma Seyferth: "Era o comerciante que fixava o preço das mercadorias trazidas de fora; era ele também que fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava dos colonos. Havia uma grande disparidade entre o preço das mercadorias que ele vendia aos colonos e o preço das mercadorias que adquiria dos colonos: o aumento desses últimos nunca era proporcional

¹⁰⁰ AUED, Idaleto Malvezzi. In: *I Encontro Regional de Estudantes de Economia*, UFSC, Florianópolis 1 a 3/5/87.

ao aumento dos primeiros. Os colonos não tinham idéia dos preços vigentes fora da colônia, nem mesmo em Itajaí. Ficavam, portanto, sujeitos às oscilações dos preços conforme eram determinados pelos vendeiros. Na troca, como na venda de mercadorias, o colono sempre saía perdendo. Colocando o problema figurativamente, Buggenhagen (ms.) diz que o *colono compra a ferradura pagando com o cavalo*. Um viajante alemão, que esteve na vila de Brusque no primeiro decênio deste século - W. Lacmann (1906) – afirmou que os vendeiros mais importantes mantinham, de comum acordo, os preços dos produtos agrícolas coloniais baixos, a fim de obter mais lucros. Obtivemos algumas informações entre colonos de mais idade, segundo as quais a maioria deles, não tendo condições de levar seus produtos para Itajaí, tinha de entregá-los nas vendas; mas os vendeiros, alegando sempre não haver dinheiro disponível, pagavam com mercadorias que tinham nas vendas – e estas nem sempre interessavam aos colonos. O período a que se referiam estava longe de ser o início da colonização; relataram sua própria experiência nos primeiros decênios deste século" (GA) (SEYFERTH, 1974: 108). Ou, ainda, em petição dos colonos ao Imperador do Brasil, solicitando a realização de uma via terrestre entre Brusque e Itajaí: "Essa implorada graça nos ministrará um afortunado progresso livrando-nos do flagello de não sermos então mais forçados a vender os nossos produtos nas mãos dos poucos negociantes estabelecidos na Sede da Colônia por preços absolutamente a descreço delles e de comprar delles em troca de nossas precisas, que as nossas terras no produzem, por preços caríssimos"¹⁰¹. Essas são ilustrações de que no período colonial, tanto no Brasil, quanto em Santa Catarina, pode-se verificar o quadro de subjugação, desvelando as reais "relações sociais e econômicas democráticas" difundidas por Mamigoniam.

Com relação à intervenção estatal, Mamigoniam faz a mesma menção, embora não aprofunde a análise, atribuindo uma importância complementar à intervenção estatal no enriquecimento privado em Santa Catarina. Somente em seu último trabalho aqui analisado (Atlas de 1986), é que o autor faz menção à ação estatal, em um único e exclusivo parágrafo: "Os incentivos fiscais (Sudene, etc) e a abertura do capital das empresas catarinenses aos fundos de investimento, o acesso crescente aos mercados estrangeiros e a adoção pelo governo do sistema *draw back*, facilitando as importações de máquinas mais modernas, o

¹⁰¹ Carta dos colonos ao Imperador, citada em SEYFERTH, 1974: 100.

Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina – Fundesc – e o Programa Especial de Capitalização e Apoio à Pequena Empresa, permitindo desconto de 10% no ICM estadual, o apoio técnico do Departamento de Mecânica da UFSC, os treinamentos realizados pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina – CEAG/SC, o arrocho salarial e a disciplina no trabalho permitiram a estas firmas, no pós-1964, dar um salto qualitativo frente às concorrentes nacionais" (GA) (MAMIGONIAM, 1986: 104). Para o autor, o Estado tem apenas uma ação complementar na acumulação dos grupos de Santa Catarina. Minha opção se opõe à essa idéia, pois o Estado é uma das bases (a outra é a superexploração do trabalho – relação capital versus trabalho) fundamentais da acumulação dos grupos, mesmo porque, como se verificará, esses grupos só alcançam um crescimento espantoso em seus patrimônios, constituindo-se nos grupos que são hoje, somente a partir dos anos 60. Ou seja, até esse período, apesar de toda a importância deles, observa-se que a acumulação passa por uma crise, e há a necessidade de uma ingerência econômica mais efetiva do aparelho estatal catarinense para superá-la. A partir de então, observa-se uma crescente agilização na estrutura estatal para servir aos interesses da burguesia catarinense. Portanto, entende-se que os grupos existentes hoje em Santa Catarina não podem ser explicados a partir da "pequena produção mercantil", como o faz Mamigoniam, mas sim a partir da fundamental interferência estatal e incessante superexploração do trabalho.

Uma amostra de tal compreensão, por parte de Mamigoniam, refere-se ao surgimento dos grupos industriais no sul de Santa Catarina. Segundo o autor é a (acumulação) produção carbonífera que dá origem aos dois setores hoje existentes na região, quais sejam, a produção cerâmica (Grupo Cecrisa e Eliane) e a produção carboquímica (ICC). São também os excedentes oriundos da extração, do beneficiamento, da utilização e do envio para o Rio de Janeiro, do carvão mineral, os quais, reinvestidos, dão origem aos referidos grupos do sul de Santa Catarina. Entende-se que mais do que em todas as outras regiões do Estado, é na região sul que a intervenção estatal faz-se presente em suas múltiplas formas. O agente estatal realiza investimentos infra-estruturais (estrada de ferro), extrai carvão (Carbonífera Próspera), beneficia o carvão (Lavador do Capivari) e, por último, consome o carvão (energético e metalúrgico). Portanto, nessa região, o enriquecimento dos grupos explica-se por diversos aspectos, porém jamais preponderantemente pela reconversão produtiva dos excedentes da indústria do carvão.

A formação dos grupos privados da região sul de Santa Catarina é pautada na subtração do patrimônio público. O agente estatal, juntamente com a superexploração do trabalho, é o principal responsável pelo enriquecimento das famílias Freitas e Guglielmi. Tais famílias constituem grupos que iniciam suas atividades diretamente vinculados ao Estado. Inicialmente como empreiteiros, depois, como vendedores do carvão às empresas estatais e, posteriormente, como beneficiários dos subsídios públicos. Nas duas primeiras fases, o superfaturamento das encomendas estatais, especialmente a ampliação e a manutenção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e da Usina Jorge Lacerda, é a regra. No período da venda do carvão ao Estado, que se estende até hoje, novamente identifica-se o superfaturamento. Como afirma um ex-chefe de compras da antiga empresa Freitas/Guglielmi¹⁰², “Entre os anos 40 e 50, quando o carvão ia para o Rio de Janeiro, de vez em quando vinham reclamações de lá, pois oficialmente era embarcado um certo número de toneladas de carvão, embora só chegassem no Rio 2/3 da quantidade embarcada. A desculpa que se dava à Companhia Siderúrgica Nacional era que o vento no porto de Laguna era muito forte, fazendo cair no mar o suposto carvão embarcado”. Na última fase, e aí sim a explicação para a diversificação produtiva na região, especialmente a cerâmica, aparece o crédito estatal. Não há um único, entre os três maiores grupos do sul de Santa Catarina, que não se beneficiou significativamente do crédito, do incentivo e dos subsídios estatais, em nível tanto federal quanto estadual.

O surgimento do Grupo Eliane, da família Gaidzinski, é uma ilustração da dimensão despropositada da vinculação entre o carvão e a diversificação industrial no sul do Estado. Os Gaidzinski não têm nenhuma ligação com o carvão, nem produzindo-o, nem transportando-o, nem beneficiando-o; aproveitaram-se, e ainda o fazem muito bem, das facilidades estatais, não para a região, como afirmam, mas preponderantemente para o respectivo enriquecimento privado, constituindo o estuendo patrimônio que tem hoje o Grupo Eliane¹⁰³.

A representação parlamentar do sul de Santa Catarina na Câmara Federal expressa indubitavelmente a relação dos grupos econômicos com o Estado. O Deputado Ruberval Pilotto representa o Grupo Cecrisa; Jarvis

¹⁰² Entrevista concedida ao autor em agosto de 1992. A fonte exigiu que seu nome fosse mantido no anonimato.

¹⁰³ De acordo com o "Balanço Anual", da *Gazeta Mercantil*, 1992, o patrimônio líquido do Grupo Eliane (80º grupo privado do Brasil), correspondia, em 12/91, a 160 milhões de dólares, tendo um crescimento patrimonial de 3.800% em relação ao patrimônio líquido de 1971 (4 milhões de dólares).

Gaidzinski, o Grupo Eliane; e o ex-Deputado e ex-Prefeito de Criciúma, Eduardo Pinho Moreira, defende os interesses do Grupo Guglielmi.

O interessante livro de Nazareno José de Campos¹⁰⁴ resgata, ao referir-se às terras comunais (de uso comum, público) no sul de Santa Catarina, a apropriação de parte delas pelos Freitas e Guglielmi: "entre os municípios de Tubarão e Gravatal extensas áreas de terras foram utilizadas comunalmente, conhecidas por Campo da Pirituba, que fazia fundos com rio Capivari e divisa sul com a fazenda Revoredo que aliás foi também parte integrante dessa área comunal... Os terrenos particulares faziam fundos com o campo e muitos requeriam propriedades ou simplesmente a cercavam, aumentando assim seus domínios. No entanto, a população que se utilizava da área, por diversas vezes derrubava as cercas e soltava ali seu gado... Informações mais aprofundadas a respeito da questão foram cedidas por Valmor Zacaron, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tubarão, que afirma terem existido inicialmente 2.750 ha, sendo que 1.500 ha foram tomados por S. Guglielmi e D. Freitas, mineradores de Criciúma" (CAMPOS, 1991: 85).

Mamigoniam, portanto, não identifica em Santa Catarina nem o Estado, nem a exploração do trabalho na acumulação de capital, mas sim a ação privada, a partir da "pequena produção mercantil", juntamente com o pioneirismo dos imigrantes que, através da reconversão dos excedentes e, posteriormente, dos lucros, dão origem aos grandes grupos catarinenses.

Mantendo-se refém da lógica interpretativa de Mamigonian, Marcos Aurélio da Silva, no artigo *Desenvolvimento e Competitividade das Firms de Equipamentos Elétrico do Nordeste Catarinense*. In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina (Capes/MEC, Florianópolis, 1997), equivoca-se duplamente "... fornecimento de produtos diferenciados ..." (p. 484), subestimando outros fatores como a ação estatal e as relações de trabalho no setor; em segundo lugar, ao referir-se ao estudo que desenvolveu na Dissertação de Mestrado que originou esta obra, atribui-lhe influência dos periféricos ou dependentistas, quando na verdade, o trabalho demonstra a insuficiência dessas interpretações e outras, para explicar a complexa realidade catarinense.¹⁰⁵

¹⁰⁴ CAMPOS, Nazareno José de. *Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC, 1991.

¹⁰⁵ Certo de sua seriedade e de sua laboriosa busca pelo saber científico, recomendo ao autor do artigo uma releitura, atenta deste livro.

Paul Singer

O economista Paul Singer¹⁰⁶ analisa o processo de desenvolvimento econômico e a evolução de cinco cidades brasileiras: São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Neste trabalho aborda-se, especificamente, a sua análise sobre a evolução econômica de Blumenau.

A interpretação de Singer difere da visão de Mamigonian quanto às razões que permitiram a industrialização de Blumenau. Singer identifica que, nos primórdios da industrialização catarinense, Blumenau é, especificamente, a expressão de uma economia originariamente camponesa, com crescente inserção na economia nacional.

Sobre o livro de Singer, Florestan Fernandes, no prefácio do texto, faz um alerta que se entende como fundamental para a análise de países que se industrializam em época posterior à clássica, na formação do capitalismo. "Uma ilusão histórica tem guiado e prevalecido quase intocável: a de que o Brasil organiza-se como sociedade nacional, da mesma maneira que as demais Nações que comandaram a *expansão do mundo ocidental moderno*. Essa ilusão levou a Colônia a identificar-se, primeiro com o destino histórico da Metrópole, em seguida com as possibilidades materiais e humanas das sociedades nacionais hegemônicas" (GA) (SINGER, 1977: 04). Presume Fernandes que o Brasil faz parte das sociedades nacionais dependentes¹⁰⁷, sendo o seu subdesenvolvimento associado aos países do centro do mundo capitalista.

Singer, na introdução, afirma que o objetivo da sua obra, "...é a análise do processo de desenvolvimento econômico, encarado sob o prisma da evolução urbana" (Idem, ibidem p. 07). Presente, também, no estudo do autor, a divisão do trabalho entre campo e cidade.

Para o autor, o processo de industrialização é desigual, na medida em que atinge somente algumas regiões do País, excluindo outras que atuam somente como fornecedoras de matérias-primas e alimentos.

Na análise da economia colonial, Singer discorda das análises dos "dualistas", que vêem nos países subdesenvolvidos "...um setor moderno, adiantado ou capitalista, e um setor atrasado, ou pré-capitalista. No Bra-

¹⁰⁶ SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1977.

¹⁰⁷ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*, 1991, DEPENDÊNCIA – "Sistema de relações econômicas, financeiras, políticas e culturais que mantêm as nações subdesenvolvidas subordinadas aos grandes centros do mundo desenvolvido. A situação de dependência atinge especialmente os países de passado colonial recente, além dos que se iniciaram mais tarde no desenvolvimento industrial, estruturando-se como um sistema periférico que se estende pelo chamado Terceiro Mundo (África, Ásia e América Latina).

sil o pressuposto *dualista* foi utilizado principalmente por Ignácio RANGEL e Gilberto PAIM¹⁰⁸ (GA) (Idem, *ibidem*, p. 13). Já Singer caracteriza uma economia colonial como tendo dois segmentos, o setor do mercado externo (produz artigos coloniais para o mercado mundial) e o setor de subsistência, tendo ainda a possibilidade da existência de um terceiro, o do mercado interno, caso não seja possível importar determinados bens. "A diferença básica entre os setores de Subsistência e de Mercado Interno é que neste último quase toda a produção se destina ao mercado, ao passo que no primeiro uma parte ponderável da produção se destina ao auto-consumo" (Idem, *ibidem*, p. 14).

É importante ressaltar que Singer, já na introdução, menciona que o desenvolvimento depende significativamente da ação do Estado, tais como: aumento ou redução de tarifas, manipulações cambiais, subsídios. "Ora, o Estado na sociedade colonial reflete os interesses da classe dominante e, no conjunto daqueles, sobressaem os do grupo ligado ao Setor de Mercado Externo. Toda a política governamental se encaminha no sentido de promover o Setor de Mercado Externo que, como dissemos, é o que lidera a economia global" (Idem, *ibidem*, p. 15). Vê-se que o autor, diferentemente das interpretações analisadas até agora, introduz o Estado como um elemento importante, cujas ações são ditadas pelos interesses das classes dominantes, já no período do Brasil Colônia.

Ao iniciar o estudo sobre o desenvolvimento econômico de Blumenau, Singer contextualiza o desenvolvimento de Santa Catarina caracterizando o Estado como sendo composto por regiões independentes, com pouco contato entre si, e que foram, durante o período colonial, uma zona de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos anos 60 deste século tem-se uma divisão territorial bastante distinta. Considera, o autor, que o Estado tem praticamente sete capitais regionais, Norte/Joinville, Vale do Itajaí/Blumenau, Litoral-Centro/Florianópolis, Sul/Criciúma, Planalto/Lages, Rio do Peixe/Joaçaba e Oeste/Chapecó. "Verifica-se, pois, que Santa Catarina não apresenta *uma* zona de concentração urbana e industrial, como é o caso de São Paulo, Minas, Pernambuco, ou menos independente. É interessante notar ainda que Florianópolis, apesar de capital do estado, encabeça uma zona economicamente inexpressiva, na qual não há mais nenhuma aglo-

¹⁰⁸ RANGEL, Inácio. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Salvador, Belo Horizonte, Livraria Progresso Editora. *Desenvolvimento e Projeto*, 1957, separata Nº 9 da *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade de Minas Gerais. PAIM, Gilberto. *Industrialização e Economia Natural*, Rio, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

meração urbana de vulto" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 83-84). Essa dispersão dos centros urbanos em Santa Catarina leva o estado a ter dificuldades de organização de um mercado comum, dada a separação geográfica desses centros.

Singer destaca, também, que no início dos anos 60, o Estado ainda era predominantemente agrícola, tendo uma relativa industrialização, com destaque para alimentos, têxteis, madeira e mobiliário.

Retomando seu exame sobre Blumenau, Singer passa a analisar o início do processo de colonização, discorrendo sobre os fatores determinantes da vinda dos alemães para o Brasil. Introduz, também, a forma pela qual a imigração tornou-se um negócio virtualmente lucrativo, no qual se envolvem as companhias de transporte marítimo, recrutadores e companhias de colonização: "interessam-nos sobretudo as companhias de colonização, pois Blumenau nasceu precisamente de um empreendimento colonial desta espécie" (Idem, *ibidem*, p. 88).

A lógica das companhias é o retorno – a longo prazo – do dinheiro investido na viagem, na instalação, no fornecimento de terras e no crédito inicial aos imigrantes, bem como em toda a infra-estrutura prévia, nas regiões de colonização. "A condição de êxito do negócio era a introdução do maior número possível de colonos no empreendimento. Quanto maior fosse o número de habitantes do núcleo colonial, maior seria o subsídio recebido, mais rápido seria o seu desenvolvimento econômico (e conseqüente valorização das terras) e mais depressa se ultrapassaria o perigoso estágio inicial da colonização" (Idem, *ibidem*, p. 89).

Blumenau recebe, entre 1860 e 1870, anos de maior fluxo imigratório, o correspondente, respectivamente, a 26,5% e 16% dos imigrantes alemães que vêm para o Brasil.

Ao referir-se à vinda do Dr. Blumenau – fundador, que empresta seu nome à cidade – para o Brasil, em 1846, Singer relata, curiosamente, que Blumenau, Doutor em Química pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Erlangen (1844) vem ao Brasil não para fundar uma colônia, como acaba fazendo, mas sim para ser professor na Escola Politécnica do Rio, das cadeiras de Mineralogia e Química¹⁰⁹. Aqui chegando descobre que tal escola sequer existe.

Em 1848, o Dr. Blumenau apresenta o projeto de colonização à Assembléia Provincial de Santa Catarina que, após uma negativa, acaba por

¹⁰⁹ De acordo com Singer, o Dr. Blumenau vem ao Brasil a convite de Johann Jakob Sturtz, na condição de Cônsul Geral do Império do Brasil na Prússia (Idem, *ibidem*, p. 94).

aprova-lo, embora sem apoio financeiro da província. "Em outras palavras, a companhia de colonização com a qual se fizesse algum acordo poderia receber concessões de terra, mas não subsídios" (Idem, *ibidem*, p. 95).

Em 1852, ocorre a fundação da colônia, e, nesse período, praticamente toda a produção é para o consumo próprio. Na época da fundação, de acordo com Singer, origina-se, também, a economia artesanal, com atividades de marceneiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates. O surgimento da economia artesanal redundava na ampliação do mercado interno. Destaca, ainda, que o comércio da colônia com o exterior é deficitário. "O que significa este *déficit*? Significa que mesmo reduzindo ao máximo suas importações, a colônia ainda não conseguia cobri-las com suas vendas para fora" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 100).

No ano de 1854, ocorre a primeira ajuda estatal à colônia. Com a promessa de, em 10 anos, Blumenau agregar mais 4.000 imigrantes na colônia, o Estado efetiva a construção da estrada ligando Blumenau a Itajaí. "O governo adiantou-lhe 25 contos por conta dos prêmios a que faria jus e se comprometeu a pagar 8 contos anuais, até um total de 32, de 1858 em diante. Nos anos seguintes Blumenau conseguiu novos adiantamentos, em parte, provavelmente para atender os prejuízos decorrentes de grande cheia do Rio Itajaí em fins de 1855" (Idem, *ibidem*, p. 102).

A colônia passa por dificuldades devido ao fato de não se vincular a uma economia de mercado e à conseqüente divisão nacional ou internacional do trabalho, sendo suas exportações pequenas e as importações significativas (estas pagas com dinheiro do exterior). Tendo em vista tais dificuldades, o Dr. Blumenau recorre ao governo imperial, propondo-lhe a compra da colônia: "De tudo isto tornava-se forçoso concluir que, como empreendimento particular, a colônia só poderia proporcionar lucros a longo prazo e após maciças inversões de capital, para as quais o Dr. Blumenau não possuía recursos. Propôs ele, portanto, ao governo imperial que este lhe comprasse a colônia" (Idem, *ibidem*, p. 103). O negócio ocorre em 1859, o governo ficando com 23,75 léguas quadradas de terras, todos os edifícios, estradas, pontes, plantações, bem como os débitos dos colonos com o Dr. Blumenau. Quanto ao Dr. Blumenau, couberam-lhe 8.500 jeiras¹¹⁰, 35 contos em dinheiro e o cargo de diretor da colônia, recebendo salários do poder público.

Com essa transformação, segundo Singer, aumentam gradualmente os investimentos públicos na colônia. Para que se avalie, entre 1860 e

¹¹⁰ Medida agrária que varia, segundo o país, de 19 a 36 hectares.

1882 o governo imperial investe 2.468 contos. Nos 10 anos anteriores o Dr. Blumenau investira somente 85 contos. Em virtude desse fato, há um desenvolvimento considerável da colônia.

O desenvolvimento de Blumenau, tendo como conseqüência a vinda de novos imigrantes, faz com que haja aumento da população, ampliação do mercado interno e maior divisão social do trabalho. Dada a nova dinâmica imprimida na colônia a partir dos anos 60, altera-se também a relação entre exportação e importação, revelando uma maior integração entre Blumenau e o mercado nacional, possivelmente, segundo Singer, "...através da criação de liames comerciais sistemáticos com o Rio, então o principal centro do mercado nacional" (Idem, *ibidem*, p. 108).

Entre os anos de 1870 e 1879, ocorre uma dispersão de imigrantes por colônias diversas, dadas as facilidades de ocupação das terras. Nesse sentido, Blumenau passa a atender ao mercado regional e vai reduzindo suas exportações para o Rio de Janeiro. Singer observa que existe geração de excedentes pelos camponeses que, entretanto, não conseguem introduzi-los no mercado nacional, por não se constituírem em bons tipos de produtos para a exportação. "...os blumenauenses – como os demais colonos da área – assentavam sua economia na pequena produção camponesa auto-suficiente, onde o que se transaciona é apenas o *excedente*. Ora, é óbvio que quase todos os colonos produziam o mesmo tipo de excedente, isto é, os *mesmos* valores de uso: açúcar, farinha de mandioca, arroz, laticínios, etc. Não é possível organizar trocas das mesmas utilidades" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 111).

Para Singer, portanto, Blumenau novamente encontra-se numa situação econômica difícil, com riscos de estagnação. Para o autor, a solução será: "...estabelecer dentro da área colonial uma divisão de trabalho não mais baseada na equação: *economia subsistência-artesana-to*, mas na equação: *economia de mercado-indústria*. Tão logo as condições o permitiram, isto é, de 1880 em diante, esta solução foi aplicada..." (GA) (Idem, *ibidem*, p. 111).

O período designado por Singer como sendo o de início da industrialização, entre 1883 e 1914, caracteriza-se por um crescimento acentuado da população de Blumenau, determinado não por novos imigrantes, mas sim por migrações internas.

A crescente inserção no mercado nacional e a ampliação da divisão do trabalho em cidade-campo são as maiores razões da industrialização de Blumenau no período. O aumento do mercado de Blumenau para importados (máquinas e equipamentos), com a conse-

qüente elevação da industrialização, gerando excedentes da produção comerciável, é a base para o salto industrial. "Na medida em que a população se ia adensando e que crescia o excedente de produção comerciável, iam amadurecendo as condições para o salto da industrialização" (Idem, *ibidem*, p. 116).

Entre 1880 a 1897, observa-se, segundo o autor, um crescimento de indústrias voltadas para o mercado interno, mas o desenvolvimento dessas empresas depende do aumento da população. Nesse período surgem muitas indústrias, entre elas as empresas Hering, Karsten e Garcia.

No período em análise, segundo Singer, cumpre papel importante o vendista, apesar de que ele, "...não era um comerciante especializado, mas um agricultor que dedicava seu tempo sobrando ao comércio (provavelmente porque sua propriedade estava localizada junto a uma via de acesso ou a uma vila). É claro que este sistema de trocas é expressão de uma economia de subsistência com elevado grau de produção para o autoconsumo" (Idem, *ibidem*, p. 118). Observa-se que o vendista tem uma atuação modesta, segundo Singer. Além do aspecto comercial, o crédito também cumpre papel importante no período, especialmente após a inauguração da Caixa Econômica, em 1907, denominada "Sindicato Agrícola".

Antes de passar a analisar a integração de Blumenau à economia nacional, período subsequente ao do início da industrialização, afirma Singer: "Verifica-se, pois, que entre 1907 e 1909 concluíram-se vários empreendimentos – estrada de ferro, banco e usina de energia elétrica – que haviam de proporcionar as condições para um novo impulso industrializador" (Idem, *ibidem*, p. 119).

Entre 1914 e 1950, Blumenau se integra ao mercado nacional, ao mesmo tempo em que ocorre uma redução da imigração e um aumento do crescimento populacional por natalidade.

A 1ª Guerra Mundial marca a aceleração do processo de substituição de importações no Brasil, pelo fato de os fornecedores internacionais estarem diretamente envolvidos na fabricação de armamentos.

A Guerra faz com que se reduzam significativamente as importações em Blumenau, evidenciando o seu isolamento da economia nacional. No âmbito das exportações nessa cidade, verifica-se uma ampliação, o que significa para Singer, "que os produtos de Blumenau não substituíram, pelo menos em grau significativo os produtos importados em falta, durante a Guerra, em outros lugares do país. O que havia era um processo lento e sistemático de integração da economia blumenauense no todo nacional, processo este que já vinha desde o começo do século e

que a Guerra não acelerou nem diminuiu" (Idem, ibidem, p. 124). Para ilustrar tal situação, vejamos alguns dados importantes: 82% das pessoas se dedicam à agricultura; 5% à indústria; 4% aos serviços domésticos e 2,3% ao comércio, sendo Blumenau o principal produtor agropecuário do Estado.

A Estrada de Ferro Santa Catarina, que liga inicialmente Blumenau ao porto de Itajaí, é ampliada no período, tendo uma importância fundamental para a inserção crescente dessa cidade na economia nacional.

Vinculando diretamente a lenta inserção de Blumenau à economia nacional e à rápida industrialização no eixo Rio-São Paulo, Singer identifica oportunidades para outras regiões, especialmente na produção de alimentos e matérias-primas para o Sudeste. A energia elétrica tem papel importante nesse período, dando maiores condições para a indústria local¹¹¹.

Ao sintetizar o processo industrial de Blumenau, o autor observa que o desenvolvimento ocorre inicialmente voltado para o mercado local, e, num segundo momento, para o nacional. As fases desse desenvolvimento industrial são a da indústria artesanal (1850-1880); a da pequena indústria (1880-1914); e a da grande indústria (1914/18 em diante).

Com relação a uma possível disputa entre as indústrias de Blumenau e São Paulo, afirma Singer: "É importante observar que a indústria de Blumenau não concorre, via de regra, com a de São Paulo e a do Rio. As empresas que atingem estágio de *grande indústria*, possuindo participação ponderável no mercado nacional, são as que desempenham papel pioneiro em ramos virgens ou quase virgens no Brasil...A condição de sucesso da penetração no mercado nacional parece ter sido *abrir* mercados como estruturas monopolísticas ou oligopolística (oferta concentrada em uma ou poucas empresas)" (GA) (Idem, ibidem, p. 130).

Ao encerrar a análise do desenvolvimento econômico de Blumenau, Singer afirma que a cidade vive um impasse, em virtude da debilidade da expansão da indústria têxtil, apesar da vantagem histórica dada pela amplitude de seu mercado regional. Compara a situação de Blumenau com a de Joinville, onde identifica uma indústria diversificada, e que tende a superar Blumenau na participação industrial de Santa Catarina. "Considerando-se este fato, é imperioso concluir que Joinville possui um

¹¹¹ Segundo Singer: "A história da produção de energia elétrica em Blumenau dá um exemplo interessante de *imperialismo paulista*" (GA) (Idem, ibidem, p. 128), pois a Usina do Salto tem apoio financeiro inicial de uma empresa de São Paulo que se associa ao projeto. Entretanto, posteriormente, os "capitalistas" de São Paulo negam-se a continuar os investimentos, contrariando os interesses dos industriais e comerciantes de Blumenau.

parque industrial melhor adaptado à evolução geral da indústria brasileira que Blumenau. Se a tendência até o momento prosseguir, Joinville se tornará, com o tempo, o centro de indústria pesada de Santa Catarina, ao passo que Blumenau, juntamente com Brusque, será o centro de indústria leve, com possibilidades de expansão relativamente mais limitadas" (Idem, *ibidem*, p. 134).

Ao finalizar sua análise sobre o período colonial e a industrialização de Blumenau, afirma que as cidades, no período colonial, representam muito mais um posto avançado da indústria estrangeira, não "caracterizando uma autêntica divisão do trabalho entre campo e cidade" (Idem, *ibidem*, p. 361). Afirma, ainda, a incapacidade da economia colonial em "desenvolver um grau mais elevado de divisão de trabalho *dentro* da economia nacional, na medida em que esta está mais profundamente inserida numa divisão de trabalho internacional" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 361)¹¹².

A crítica que se faz a Singer concentra-se na atuação parcial atribuída à intervenção estatal, cuja presença é registrada somente no período colonial, definido como "fase da pequena indústria". Após o início de tal fase, o agente estatal é desconsiderado nas análises do autor. Outro aspecto refere-se à pouca significância dada por Singer aos vendedores no processo de acumulação de capital em Blumenau. Atribui-lhes um papel secundário. Finalmente, em sua análise das três fases da industrialização, Singer não faz nenhuma menção à exploração do trabalho, fato que se considera fundamental para a explicação da industrialização catarinense e da constituição dos grupos privados.

Entende-se, todavia, que o Estado continua a atuar em apoio ao enriquecimento privado. Entretanto, para Singer, o Estado afasta-se, ou reduz a ação econômica em Blumenau, pois o autor acredita que a "acumulação de capital, tanto numa empresa como numa região, se faz pela reinversão de uma parte do excedente. Quanto maior o excedente, tanto maior a reinversão e mais intensa a acumulação" (Idem, *ibidem*, p. 08). A visão do autor não desconhece a ação estatal, mas a subestima, não lhe atribuindo o significativo papel que, de fato, possui. Insiste-se, com base em Xavier, que a ação estatal no Brasil é a responsável maior pela industrialização nacional, incluindo Santa Catarina e, especificamente, Blumenau, e não a "constante reinversão dos excedentes", como afirma Singer.

¹¹² As posições expressas por Singer no trabalho ora em análise, foram reafirmadas em palestra proferida pelo autor no 2º semestre de 1984, na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Industrialização e Ação Estatal

Jurandir Antônio Xavier, ao analisar a industrialização brasileira, considera-a como: "uma industrialização capitalista de terceira geração que não ocorre à época histórica das industrializações capitalistas, mas, das revoluções proletárias, das crises da totalidade das relações capitalistas de produção e das guerras imperialistas na terceira partilha do mercado capitalista mundial. É uma industrialização capitalista opositiva, de um lado, à própria revolução proletária, de outro, ao próprio desenvolvimento capitalista especificamente em curso. Portanto, a industrialização capitalista não surge espontaneamente no curso natural do desenvolvimento capitalista da economia brasileira, ao contrário, resulta, sob a condução do Estado nacional, da superação específica da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas, enriquecidas no período precedente, sendo, ela, a industrialização capitalista, esse próprio movimento. Ocorrendo sob o Estado, a industrialização não surge na economia nacional em decorrência de qualquer determinismo histórico próprio do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, a industrialização capitalista foi uma especificidade negada no próprio curso natural do desenvolvimento que se apresentou como expansão da produção agrícola. A industrialização capitalista veio a emergir preponderantemente depois de desagregada a economia capitalista dos cafeicultores sob a condução do Estado nacional. Em consequência, sob métodos que, de um lado, suprimiram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, então formada, e, de outro, reconstituíram especificamente o parasitismo da riqueza capitalista, em formação. Por conseguinte, a industrialização capitalista da economia nacional foi um movimento determinativamente opositivo ao desenvolvimento capitalista específico da economia nacional e só se manteve especificamente industrial, enquanto o Estado, sustentando-o, logrou contrapor-se, ao curso parasitário da própria acumulação de capital, historicamente específico. E, no entanto, o Estado só logrou contrapor-se, promovendo contraditoriamente, na formação de capital financeiro no desenvolvimento capitalista especificamente industrial, o próprio parasitismo" (XAVIER, 1989: 53). Portanto, para o autor, a industrialização brasileira foi conduzida preponderantemente pelo Estado.

Em Santa Catarina a ação estatal é um fato concreto, como foi destacado pelo próprio Singer, mas não foi somente isso. Desde a co-

lonização, os governos catarinenses sempre estão vinculados ao processo de acumulação de capital. Marli Auras¹¹³ analisa profundamente a história da dominação política e econômica das oligarquias catarinenses, desde o começo do século, evidenciando o estreito vínculo das ações governamentais com a acumulação de capital em Santa Catarina.

Com relação aos vendeiros, entende-se que eles têm um papel muito mais relevante do que afirma Singer. Em geral, todos os trabalhos analisados identificam neles uma das bases da acumulação de capital no Vale do Itajaí. Ao atribuir uma maior importância ao papel desempenhado pelos vendeiros, emerge, também, a subordinação dos camponeses em relação a eles. De acordo com Seyferth¹¹⁴, aí está a base da acumulação para a industrialização. Logo, os comerciantes não têm um papel secundário, mas sim fundamental no processo de industrialização de Blumenau.

Antônio Barros de Castro

O autor, em trabalho clássico sobre a economia brasileira¹¹⁵, analisa em poucas páginas a experiência da industrialização de Blumenau.

Globalmente, seu estudo sobre a cidade traduz-se numa divergência com Singer, centrada na visão de Blumenau. Viu-se que Singer atenta para o impasse da economia blumenauense cuja dependência do setor tradicional faz com que Blumenau seja superada por Joinville e perca o lugar de principal centro industrial de Santa Catarina. Já Castro não constata tal problema, pois, para ele, Blumenau integra-se ao mercado nacional a partir de bens superiores, sem concorrentes.

A análise encontra-se no capítulo 5 – "A Industrialização Descentralizada no Brasil", especificamente no item – "As indústrias regionais e a industrialização central". O autor estuda a industrialização de Blumenau, sob o título: "Blumenau: uma experiência bem sucedida de indústria regional-nacional" (CASTRO, 1975: 116).

¹¹³ AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelo Pequenos"*, Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 1992, Mimeografado.

¹¹⁴ SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Além no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*, Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

¹¹⁵ CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Antes de estudar o caso da industrialização de Blumenau, Castro examina, de forma geral, a relação das indústrias regionais com a industrialização nacional (central). Afirma que as indústrias do centro fazem, inicialmente, pouca solicitação às periferias, e as empresas regionais "...colaboram desde o início do século na substituição de importações em escala nacional. Algumas destas empresas superando renovados obstáculos chegaram à atualidade" (Idem, *ibidem*, p. 101).

O autor vai apontar, ainda, alguns elementos desfavoráveis para as indústrias regionais: dificuldades de capital e de mão-de-obra; infra-estrutura fraca; distância dos mercados. Castro as analisa a partir da relação centro-periferia. "A importância desses fatores irá mudando com o tempo, em regra, contra o interesse das áreas periféricas. As dificuldades existentes para levantamento de recursos, por exemplo, levariam as indústrias regionais a continuarem *fechadas* – o que contrastaria crescentemente com a estrutura de propriedade das empresas centrais. Até o início dos anos 50, os investimentos governamentais em serviços de utilidade pública se concentrariam na região central, acentuando, pois, as desvantagens da periferia" (Idem, *ibidem*, p. 102). Com a 2ª Grande Guerra, essas desvantagens reduzem-se substancialmente, dada uma ampliação significativa das manufaturas, em virtude da interrupção do fluxo de mercadorias importadas. Como as empresas regionais têm dificuldades competitivas, elas não ultrapassam a órbita das indústrias tradicionais.

Castro constata, também, que durante o período de substituição de importações há um avanço nas indústrias da periferia, tendo em vista a introversão da economia nacional. Entretanto, nos anos 50, com a extroversão do centro da economia nacional, as indústrias regionais são colocadas em xeque, na medida em que os principais centros regionais do Brasil (SP, RS, BA, RJ) lançam nas regiões periféricas os seus produtos. Além disso, as indústrias regionais-nacionais têm outras dificuldades: são concebidas para mercados limitados, sem condições de, a médio prazo, alterar tal situação. Além do mais, tinham de competir com empresas que superaram a crise no próprio centro.

Ao analisar especificamente o caso da industrialização de Blumenau, Castro afirma que ela tem um grande poder de inserção na industrialização brasileira, mesmo sendo um "centro industrial periférico" (Idem, *ibidem*, p. 116).

O autor afirma que a colonização de Blumenau é considerada exitosa, tendo como principal característica a expansão para o mercado interno.

Castro, baseando-se em Mamigoniam, afirma existirem três zonas industriais em Santa Catarina: a da colonização alemã; a da exploração do carvão; e as do centro e do oeste, com a existência da indústria da madeira e dos alimentos. Dada essa característica, afirma: "Começamos por negar a existência de uma economia catarinense. O Estado (como assinala o próprio SINGER) é fundamentalmente desintegrado" (Idem, *ibidem*, p. 117).

Entre as dificuldades para a industrialização nas zonas de colonização alemã, o autor aponta o problema do mercado, isto é, o escoamento dos excedentes. "De pouco valia o elevado potencial produtivo das terras ocupadas: produzindo aproximadamente os mesmos bens, os colonos praticamente não tinham como comerciar entre si. Frente às dificuldades inerentes a tal situação seriam tentadas duas soluções: a diversificação das atividades mediante o desenvolvimento artesanal-manufatureiro e as exportações" (Idem, *ibidem*, p. 118).

A diversificação artesanal-manufatureira tem um papel importante, entretanto, não se expande, dados os limites do mercado colonial. As exportações são uma saída mais viável, apesar dos altos custos dos transportes desde Blumenau até o mar, especialmente. Todavia, tendo em vista que suas exportações se limitam somente a produtos de baixo valor (manteiga, carnes preparadas, queijo, couro e fumo), seu desenvolvimento está condicionado e limitado à concorrência com outras regiões. Para Castro, Blumenau não pode continuar a insistir em tal modelo de desenvolvimento, pois passará por sérias dificuldades. "Veremos, então, como aquela área logrou amplamente escapar aos problemas que se abateriam sobre outras regiões" (Idem, *ibidem*, p. 119).

É nessa perspectiva que Blumenau, segundo Castro, busca seu próprio caminho, depois de passar por duas experiências: artesanato diversificado, atendendo às necessidades locais, e exportação de produtos primários. Caso continue nessa lógica, caminhará, também, para uma "crise periférica", inerente à moderna industrialização.

A saída para a industrialização blumenauense está colocada na produção de "bens superiores", pelo fato de não necessitar competir com os similares nacionais. "Assim fazendo, Blumenau antecipadamente incorporava um dos mecanismos mais característicos da moderna industrialização brasileira: o crescimento por diversificação. Sua opção se tornara particularmente oportuna a partir do colapso das importações verificado em 1929. Sendo os artigos leves de consumo praticamente banidos da pauta de importações e não havendo similares nacionais, os pioneiros blumenauenses tinham diante de si as melhores perspectivas" (Idem, *ibidem*, p. 120).

Dadas essas características da indústria de Blumenau, Castro alega não poder concordar com Singer, que afirma estar a "indústria de Blumenau num impasse, devido às debilidades das taxas de expansão da indústria têxtil". Castro afirma: "A especialização em produtos de alta qualidade, bem como a versatilidade da indústria da área, permitem atingir faixas dinâmicas de mercados *globalmente* estancados - e, incidentalmente, asseguram certas condições para o ingresso no mercado externo" (GA) (Idem, *ibidem*, p. 122).

Em termos globais, a crítica feita por mim a Singer aplica-se, também, a Castro, isto é, à exclusão analítica da atuação estatal no processo de acumulação, bem como da exploração do trabalho, essa última minorada ou mesmo ignorada. Entretanto, é na sua divergência com Singer, com relação ao impasse ou não da indústria de Blumenau, que foi empreendida a restrição maior à interpretação de Castro.

Tem-se como uma das hipóteses básicas deste trabalho, o papel que o Estado desenvolve na acumulação de capital em Santa Catarina, especialmente, dada a maior organização do aparelho estatal catarinense, a partir dos anos 60. Especificamente, com relação à existência ou não de impasse na indústria de Blumenau, verifica-se que, de fato, ele acaba por ocorrer, na medida em que Blumenau, gradativamente, perde para Joinville a condição de principal centro industrial do Estado, mesmo considerando-se o fato de produzir bens "superiores", como destaca Castro.

Uma ilustração de tal fato refere-se ao ingresso da Hering no setor agroindustrial (Ceval) e mesmo, mais recentemente, de empresas daquela cidade voltarem-se para a produção e tecnologia, fundamentalmente com o apoio estatal. Tal alteração é significativa: embora ainda seja notório o predomínio da indústria têxtil e de vestuário em Blumenau, mas com uma crescente diversificação produtiva das empresas. O Grupo Hering, o maior de Santa Catarina em 1991, com um patrimônio líquido declarado de 600 milhões de dólares, com um total de 28.300 funcionários, tem 79,9% de seu faturamento baseado no setor alimentar, e somente 20,1% no setor têxtil¹¹⁶. Destaca-se que a inserção do Grupo Hering no setor alimentar é realizado com abundante incentivo fiscal.

Ressalte-se, ainda, que a Ceval, desde a fundação, em 1972, transformou-se na maior empresa de Santa Catarina em apenas 20 anos, crescendo rapidamente, tal como todas as empresas do setor de produção de óleo de soja. "O crescimento da soja teve início em 1972, quando o presi-

¹¹⁶ Fonte: Balanço Anual - 1992 - *Gazeta Mercantil*.

dente do Estados Unidos, Richard Nixon, decretou embargo de alimentos à União Soviética. O preço da commodity, cotado a US\$ 100 a tonelada, disparou para US\$ 600 em três meses. No Brasil, a possibilidade de utilizar a soja como alavancagem financeira – para pegar empréstimos subsidiados junto ao BNDES e crédito barato através de Antecipações de Contrato de Câmbio – levou ao superdimensionamento do parque industrial, sem a contrapartida no fornecimento da matéria-prima¹¹⁷.

Finalmente, cabe destacar que a Ceval, bem como outras empresas do setor, é praticamente gestada no âmbito dos "programas/diagnósticos setoriais", desenvolvidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, especialmente nos anos 70. "O papel do empresário é etimologicamente empreender, mas vão-se longe os dias em que o *laissez faire* era a regra para os poderes públicos. Hoje, nenhum governo, através de seus mecanismos diretos e indiretos de atuação, pode desconhecer as tendências que se imprimem no setor econômico"¹¹⁸(GA).

Observa-se, portanto, que Castro precipita-se quanto à continuidade do domínio econômico de Blumenau em relação a Joinville, e especialmente quanto à continuidade daquela economia concentrar-se no setor têxtil. É importante ressaltar que tal alteração, no caso do Grupo Hering, ocorre sob o patrocínio do poder público.

Os Desenvolvimentistas

Os desenvolvimentistas, mais do que economia política (análise sistemática da economia), fizeram política econômica, entendida como propostas de ações concretas para a ação governamental em Santa Catarina. Nesse sentido, preponderam em tal grupo, mais a vontade e a necessidade do "desenvolvimento", entenda-se industrialização, do que propriamente a análise aprofundada da com-

¹¹⁷ Na *Folha de S. Paulo*, "Quatro empresas dominam a produção de óleo de soja", de 10/5/93, 2(1).

¹¹⁸ CEAG/SC – CEBRAE – BRDE – SIC – CODESUL – PROCAPE. *A Indústria da Soja em Santa Catarina: análise técnico-econômica*, Florianópolis, 1976.

plexa teia de relações presentes na sociedade catarinense. Portanto, na história da economia política catarinense, os desenvolvimentistas, mais do que analisá-la, têm participação decisiva, atuando nos diversos governos estaduais, especialmente a partir dos anos 60.

Os formuladores dessa corrente introduzem em suas análises e propostas a necessidade do planejamento econômico, objetivando alcançar o desenvolvimento estadual, notadamente no setor industrial. Os desenvolvimentistas explicitam em seus trabalhos a necessidade da intervenção do Estado na economia por meio de planejamento, criação de infra-estrutura, crédito e educação, com o objetivo de auxiliar, para eles, a pioneira ação do empresariado catarinense. "Desde 1957, A Fiesc, estimulada pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI, procurava formar seu quadro técnico fortemente influenciado pela Cepal" (AURAS, 1991: 330-31). A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) é um organismo criado pela ONU, tendo como meta auxiliar, via planejamento, a superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. É nessa escola que os desenvolvimentistas catarinenses buscam sustentação teórica e técnica.

Além das interpretações e propostas realizadas, para a superação do subdesenvolvimento do Estado, os desenvolvimentistas catarinenses são, também, muito ativos na defesa da burguesia local, interpretando-a como empreendedora e inovadora, sendo essa uma das premissas para a construção da categoria *modelo catarinense de desenvolvimento*.

Tal peculiaridade, também chamada de *modelo empresarial catarinense*¹¹⁹, está baseada na diversidade produtiva existente em Santa Catarina, devido, especialmente, à iniciativa empresarial e ao gosto, vontade e aptidão ao trabalho dos trabalhadores locais. "Há quem veja o *modelo catarinense* como a luz no final do túnel do desafio do desenvolvimento nacional. *Catarinizar* o Brasil é uma perspectiva – uma missão política – dos arautos das virtudes da *catarinidade*" (GA) (AURAS, 1991: 313). Esse modelo tem como características básicas: um Estado que corresponde a somente 1,1% do território nacional, sustentado na pequena propriedade rural, mas com grande produtividade; a pequena e a média empresa que, com trabalho, dedicação e principalmente perspicácia empresarial, constituíram-se nos alicerces das grandes em-

¹¹⁹ Sob tal denominação a RBS TV (afiliada da Rede Globo de Televisão), apresentava semanalmente um programa matutino no qual, a cada edição era focada uma empresa de Santa Catarina considerada de sucesso no respectivo setor.

presas hoje existentes no Estado. "Dentro do cenário brasileiro, Santa Catarina, com uma modesta extensão de terra de 95 mil quilômetros quadrados e população de apenas 4 milhões e 500 mil pessoas, ganha destaque em vários setores. Pulou recentemente do nono para o quinto lugar no ranking nacional de exportação, mostrando que seus produtos possuem padrão para buscar lá fora, em mercados exigentes, os consumidores que escasseiam no Brasil"¹²⁰. Além do exposto, observa-se, segundo os desen-volvimentistas, boa distribuição da renda, além de poucos problemas sociais.

A crítica que se faz quanto à concepção do *modelo catarinense de desenvolvimento*, refere-se ao fato de no Estado de Santa Catarina, tal como em outras regiões do País, a acumulação de capital ser processada da mesma forma, isto é, tendo, de um lado, um pequeno número de grandes grupos econômicos, de porte internacional, com patrimônios volumosos e, de outro, uma classe trabalhadora, ou mesmo pequenas empresas e proprietários rurais, com sua participação, na riqueza social gerada, minorada gradativamente¹²¹. Tem-se, portanto, em Santa Catarina um quadro que, de acordo com os dados expressos, reflete um crescente empobrecimento social, que pode ser ilustrado pela crescente favelização das principais cidades do Estado, contraposto pelo aumento considerável do patrimônio dos grandes grupos, o enriquecimento privado. Dessa forma, o chamado *modelo catarinense de desenvolvimento* é muito mais uma peça de marketing político, uma retórica gestada pelos intelectuais orgânicos do desenvolvimentismo¹²² de Santa Catarina, do que uma realidade econômico-social efetiva, sem, no entanto, desconsiderar-se as peculiaridades econômicas e sociais desse Estado.

¹²⁰ Revista *Expresso*, Florianópolis. Ano 2, Nº 24-1992.

¹²¹ De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil/91-IBGE, com base no Valor da Transformação Industrial, as Rendas do Trabalho – RT (salários, retiradas e outras remunerações) e as Rendas da Propriedade – RP (lucros, juros e aluguéis) foram em Santa Catarina (SC) e no Brasil (BR), respectivamente:

1980 – SC – RT= 22% e RP= 78% – BR – RT= 24% e RP= 76%;

1985 – SC – RT= 18% e RP= 82% – BR – RT= 18% e RP= 82%;

1990* – SC – RT= 12% e RP= 88% – BR – RT= 12% e RP= 88%;

Os dados acima ilustram o quanto é falacioso afirmar que, em Santa Catarina, a distribuição da renda pode ser considerada um modelo para o País. Comparando Santa Catarina e o Brasil com outros países, temos: Estados Unidos, entre 1970-1990 tem-se Rendas do Trabalho (RT) acima de 60%; Japão passou a RT de 55% em 1970 para acima de 65% em 1990; França = acima dos 50% (Fonte: Centre D'etudes Prospectives et D'informations Internationales. *Économie Mondiale 1990-2000: l'impératif de croissance*, Rapport ou Cep II en Collaboration Avec L'équipe Mimosa de L'ofce. Economica, 1992, Paris).

(*) Dados preliminares.

¹²² O reconhecimento do modelo *catarinense de desenvolvimento* não é exclusivo dos desenvolvimentistas. Os schumpeterianos também contribuíram decisivamente para a instituição de tal denominação.

Outros aspectos que tornam a existência do *modelo catarinense de desenvolvimento* absolutamente questionável, centram-se nas condições às quais são submetidos os trabalhadores catarinenses. Situações como a intensidade descontrolada da jornada de trabalho; a segurança precária; o intenso controle sobre o trabalhador; etc, que evidenciam serem as relações de trabalho no Estado de Santa Catarina tão indignas e exploratórias quanto em outras regiões do País. Também quanto às atividades internas à fábrica, o trabalhador catarinense não se diferencia em relação aos trabalhadores brasileiros em geral.

Anita Moser¹²³, ao analisar o trabalho feminino catarinense, observa a profunda alteração que ocorre no município de Rodeio, interior de Santa Catarina, próximo a Blumenau, no Vale do Rio Itajaí, com a instalação de uma seção de costura de malhas do grupo Hering, em 1974. A autora relata com detalhes as condições do processo de trabalho na fábrica e o controle exercido sobre ele. A dominação sobre o trabalhador catarinense expressa-se claramente com a resposta do encarregado de um dos setores da fábrica a Moser: "O responsável pelo setor Tempos e Movimentos esclarece o seguinte: (Nossa missão é manter padrões e, caso não estejam sendo mantidos, avisa-se à instrutora e à encarregada; nunca atuamos diretamente com as pessoas. Aqui em Rodeio foi fácil impor esses padrões: o italiano é um pessoal obediente; adapta-se. Sempre conseguimos os nossos objetivos. Estou muito satisfeito. A fábrica me deu tudo o que poderia imaginar. Só tive lucro, só aprendi)" (MOSER, 1985: 75).

Terezinha Gascho Volpato¹²⁴ narra as condições precárias para o mineiro que trabalha diretamente na extração do carvão, na região sul de Santa Catarina. "No processo extrativo do carvão, a pirita é o resíduo, o resto não aproveitado até o presente. É uma espécie de lixo industrial largado sobre o solo nas imediações das bocas de minas onde se processa a pré-lavagem do carvão. É o resíduo poluidor. No processo de trabalho pode-se afirmar que também existe um resto ao final de alguns anos de trabalho. Tal qual a pirita, o trabalhador se reduz a um bem inaproveitável: homem precocemente envelhecido, doente, ou mutilado, estigmatizado socialmente" (VOLPATO, 1984: 01). Vê-se, pois, que tam-

¹²³ MOSER, Anita, *A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial*, Porto Alegre, Edipaz, 1985.

¹²⁴ VOLPATO, Terezinha Gascho, *A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma*, Florianópolis, Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.

bém quanto às condições de trabalho a realidade econômica catarinense é tão ou mais cruel do que a dos demais trabalhadores brasileiros, demonstrando a falaciosidade, também nesse aspecto, do chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*.

Ressalte-se, ainda, que além da significativa produção acadêmica proselitista sobre o *modelo catarinense de desenvolvimento*, compreendido como o papel "revolucionário-produtivo" do empresariado catarinense e o "pacifismo dos trabalhadores", os desenvolvimentistas foram, sem uma única exceção, ideólogos e burocratas do aparelho estatal catarinense ou de empresas. Até nossos dias, todos ocupam um relevante papel na estrutura estatal ou privada e permanecem propugnando as vantagens do aludido *modelo catarinense de desenvolvimento*.

Como é visto, o suposto "modelo catarinense" é, na verdade, mais um argumento de marketing, uma ideologia desenvolvida pela burguesia catarinense para falsear uma realidade econômica excludente, concentradora, na qual o empresariado, particularmente os grandes grupos, apoderam-se do aparelho estatal para, através dele, ampliar seu enriquecimento privado.

A expressão "gente da terra catarinense", usada com muita frequência por empresários, jornalistas e políticos desse Estado, e que traduz com clareza a idéia do não conflito de classes, ou de sua inexistência, é um chavão que traz em si uma conotação de harmonia, de convivência pacífica entre as classes sociais e que, ao longo dos anos, com seu uso freqüente nos meios de comunicação, acaba por se tornar uma espécie de refrão estadual, com o qual se busca identificar a sociedade como corpo único¹²⁵.

Gente da terra catarinense, gente catarinense, ou gente da terra da gente são jargões criados pela classe dominante catarinense e

¹²⁵ Numa milionária campanha publicitária do Governo do Estado, lê-se: "Não é novidade para ninguém que o Brasil passa por um momento difícil em sua economia. Recessão, desemprego, queda significativa na arrecadação de impostos e dívidas contraídas no passado são obstáculos que cada governante deste país precisa transpor para levar adiante a sua administração.

Em Santa Catarina, este quadro não é diferente.

Diferente, é a qualidade pessoal e a disposição para a luta de nossos trabalhadores. É a visão de futuro e coragem de nossos empresários. É a tradição que *nossa gente* tem de enfrentar as dificuldades de cabeça erguida e mangas arregaçadas. E é, também, o amor e a dedicação que o Governo do Estado vem demonstrando a cada dia destes dois últimos anos por *nossa terra* e por *nossa gente*, encarando as adversidades não como obstáculos intransponíveis mas como desafios que precisam ser vencidos e que, quando superados, servem de estímulo e de força para enfrentar os próximos". Governo do Estado de Santa Catarina/Informe Publicitário. "PLANO SIM – Dito e Feito: 2 anos de amor a Santa Catarina", *Diário Catarinense*, 19/4/93.

seus ideólogos, neste caso, os desenvolvimentistas¹²⁶, e que buscam, na verdade, ideologizar as desigualdades sociais, determinadas pelas relações capitalistas de produção, que aqui são tão ou mais selvagens que em outras regiões desse País. "As elites catarinenses costumam proclamar que Santa Catarina (SC) é um estado *sui generis, diferente do resto da nação*, ocorrendo aqui uma *ausência de conflitos*, uma *perfeita distribuição de terras (estado minifundiário)* uma *ótima distribuição espacial da população e da produção* uma *economia que não é afetada pelas crises da economia brasileira*. Enfim, Santa Catarina é um estado com *grande equilíbrio* sendo *o catarinense um homem trabalhador e pacífico*" (GA)¹²⁷.

Destaco e analiso, a seguir, o trabalho de alguns desenvolvimentistas mais destacados.

Alcides Abreu

Esse autor pode ser considerado um dos idealizadores dos desenvolvimentistas. Com formação em Direito e Economia, escreve diversos trabalhos, especialmente relatórios e levantamentos encomendados por órgãos governamentais e empresariais. Tem, ainda, atuação direta no governo do Estado e na Federação das Industriais do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Coordenou, em 1962, a implantação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), atual Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), do qual foi o primeiro presidente. "Para criar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento capitalista em Santa Catarina, na gestão Celso Ramos (1961-65), criou o Plano de Metas do Governo – Plameg, tendo sido Alcides Abreu (ativo intelectual orgânico da burguesia catarinense, integrante dos quadros da Fiesc praticamente desde sua fundação) nomeado Secretário Executivo" (AURAS, 1991: 332).

¹²⁶ Existem livros com essas denominações, que são, inclusive, indicados para o 2º Grau e como bibliografia para o Concurso Vestibular da UFSC, UDESC e ACADEMIA, entre os quais: PIAZZA, Walter F. e HUBENER, Laura Machado, "*Santa Catarina: história da gente*", Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983, 19ª edição e LAGO, Paulo Fernando, "*GENTE DA TERRA CATARINENSE: Desenvolvimento e Educação Ambiental*", Florianópolis, Editora da UFSC/FCC/Lunardelli/UDESC, 1988.

¹²⁷ LISBOA, Armando de Melo. *Desmistificando "Santa" Catarina*, Florianópolis, mimeo, 1987.

A importância do autor¹²⁸, para a economia e para a política catarinense, é expressa integralmente em "Ensaio Sobre a Economia Catarinense", de 1970. Uma ilustração da ativa atuação do autor na estrutura burocrática catarinense, evidencia-se com a sua participação no "Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento – Panorama Infra-estrutural de Santa Catarina/As Comunicações", promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) – Delegacia de Santa Catarina, em 1970. Com relação à Adesg, cabe ainda observar que ela constitui-se, juntamente com a Fundação Nereu Ramos, de acordo com Itamar Aguiar¹²⁹, na "central de inteligência das elites catarinenses", tendo em seus quadros diversas personalidades da sociedade catarinense, entre os quais destaca-se, até hoje, a participação de Abreu, ocupando postos diversos na entidade: "...em torno da ADESG-SC estarão reunidos os principais atores que vão estar ao lado da candidatura de Esperidião Amin ao governo, bem como as principais personalidades que congregavam a ordem vigente no estado" (AGUIAR, 1991: 200). A atuação de Abreu sempre esteve ligada às elites catarinenses, em seus organismos de classe e planejamento estadual.

O primeiro trabalho de Abreu, embora não seja objeto específico desta análise, deve ser mencionado, muito mais pelo inusitado da temática, do que pelo conteúdo nele expresso: *Liberdade, Capitalismo, Prosperidade*¹³⁰ constitui-se numa compilação geral de autores, versando sobre o conflito inerente à época – Guerra Fria –, em que o autor manifesta-se em apoio ao desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas. "Para mim, a liberdade se garante no capitalismo. E, o capitalismo, pelos seus métodos e pelos meios que lhe são próprios, institui a prosperidade, a riqueza e o bem estar" (ABREU, 1954: XI). Para o autor, no debate entre capitalismo e socialismo, o primeiro é indiscutivelmente a ordem natural da sociedade e, por isso, o melhor. Não há sequer a possibilidade de um sistema intermediário entre os dois. O capitalismo é um modelo de

¹²⁸ "Alcides Abreu se graduou Bacharel em Direito em 1950. Bacharel em Filosofia em 1960. Especialização em Direito em 1950. Especialização em Direito e Ciências Econômicas na Universidade de Paris em 1951/52. Doutor em Direito em 1955, pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Professor Catedrático de Teoria Geral do Estado, da Faculdade de Direito da UFSC. Professor de Sociologia Geral da Faculdade de Educação da UDESC e Professor de Ética Geral da Faculdade de Serviço Social da UFSC. Ocupou vários cargos de destaque junto à administração estadual, particularmente ligados à política de desenvolvimento econômico-social". (ABREU, 1970: 09).

¹²⁹ Ver AGUIAR, Itamar, *As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*, Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC. 1991. Mimeografado.

¹³⁰ ABREU, Alcides, *Liberdade, Capitalismo, Prosperidade*, Florianópolis, Empresa Gráfica Grajaú Ltda, 1954.

sociedade, pois, para o autor, ele "é realista. Pune como premia; adverte como castiga. E, sobretudo, cria. E cria sobre fundamentos positivos e não meramente conjecturais: interesse pessoal, concorrência e liberdade" (Idem, *ibidem*, p. 84).

Em 1962, Abreu assume a coordenação da constituição do antigo BDE atual Besc. "O Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) nasceu para antecipar o futuro, define o primeiro presidente do Banco, Alcides Abreu, autor dos estatutos".¹³¹

Em "Panorama da Economia Catarinense"¹³², analisa aspectos gerais da sociedade catarinense, tais como: posição geográfica, recursos naturais, humanos e outros. Nessa, como nas demais obras, está presente a pregação sobre a necessidade da intervenção do Estado na economia, via planejamento e incentivos creditícios e fiscais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico, isto é, a industrialização.

A composição setorial da economia catarinense, de acordo com dados da Secretaria da Fazenda, de 1968, expressos pelo autor, aponta ser Santa Catarina, ainda, predominantemente rural. A produção do setor primário correspondia a 38,26% do PIB do Estado, o terciário a 32,12% e o secundário a 29,62%. Entretanto, o secundário – predomínio do tradicional – cresceu 8,9% a.a. entre 1949 e 1959, embora em índices menores que a economia nacional (10,4 a.a.), superando o primário (4,8% a.a.) e o terciário (5,8% a.a.).

Quanto à superação do atraso industrial de Santa Catarina, via industrialização, sob predomínio dos ramos dinâmicos, afirma Abreu: "O setor secundário no período 1950/60 aumentou sua participação relativa na absorção de mão-de-obra e elevou sua produtividade em relação à década 1940/50. Mesmo assim, segundo trabalho da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, *Plano de Industrialização Regional*, a produtividade marginal da mão-de-obra catarinense em todos os níveis, através da adoção de instrumentos de trabalho mais adequados e de assistência técnica, administrativa e financeira aos empresários é tarefa urgente e decisiva, já que no fundo o desenvolvimento econômico é função do aumento de produtividade" (ABREU, 1970: 20). É importante perceber que Abreu capta a necessidade da ação estatal-desenvolvi-

¹³¹ Entrevista de ABREU, na publicação comemorativa dos 30 anos do Besc, "*Besc – O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho*", 1992.

¹³² Ver ABREU, Alcides, *Panorama da economia catarinense*, et alli, *Ensaio Sobre a Economia Catarinense*, Florianópolis, 1970.

mentista para a superação do subdesenvolvimento, objetivando a industrialização, em especial no setor dinâmico da economia, evidenciando, com isso, a impossibilidade da industrialização via ação econômica exclusiva da burguesia.

A concepção de centro-periferia da economia catarinense, em relação à economia nacional, também está expressa no pensamento de Abreu, com base na teoria cepalina da dependência nacional em relação aos países centrais. A superação de tal situação seria feita via industrialização, na ação conjunta de empresários e governo. "Em regime de livre empresa, como o nosso, a expansão econômica depende sobretudo da confiança. Confiança do empresariado no governo e do governo no empresário" (Idem, *ibidem*, p. 21). Abreu é um dos grandes defensores e mesmo gestor dos programas de crédito ao empresariado catarinense, tais como o Fundesc, criado em 1963 pelo BDE, sob sua direção. "...um plano específico para estimular o crescimento de empresas catarinenses, principalmente as indústrias. Na primeira metade da década de 70, foi um dos impulsos mais importantes na ampliação das empresas que hoje são as gigantes do estado, como Embraco, Hansen, Tupy, Weg, Ceval ou Consul"¹³³.

Entre as necessidades estaduais, para alcançar o desenvolvimento, o autor aponta as seguintes: integração estadual; modernização administrativa; infra-estrutura; - transportes, comunicação, energia e saneamento básico; - modernização; expansão e diversificação industrial e agrícola; e, ainda, "...estruturação de um sistema financeiro para o desenvolvimento, incluindo a captura sistemática dos incentivos fiscais federais..." (ABREU, 1970: 23). Observa-se claramente a necessidade da preponderância da ação estatal, para alcançar o "desenvolvimento" da economia e sociedade catarinenses.

Ao Golpe Militar de 1964 (conceituado pelo autor como revolução), Abreu rende muitas homenagens, em especial elogia o fato de o Golpe ter instituído em definitivo o planejamento econômico, como via da industrialização. "Esta revolução consignou e realiza o conjunto de reformas que mudarão a face do país, alimentando o povo de energias novas e de certeza na consecução de objetivos sempre perseguidos, de integração e prosperidade. O planejamento agora chegou para ficar. Nele, o Estado é instrumento, definidor de oportunidades para os desempenhos privados, suporte das ações empresariais e individuais; denomina-

¹³³ Ver "Besc - O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho", 1992.

dor comum dos interesses coletivos, agente, enfim, do desenvolvimento para o homem" (Idem, ibidem, p. 30). Ressalte-se, entretanto, que o planejamento de forma sistemática emerge no Brasil já nos anos 50, acentuando-se no período militar.

Outrossim, nesse artigo Abreu constata que o subdesenvolvimento, expresso especialmente na relação periférica da economia catarinense com a nacional, deve-se à falta de industrialização e à insipiência do ramo dinâmico da indústria catarinense, propondo como via de superação a ação estatal, baseada no planejamento, no crédito e nos incentivos fiscais. O autor vê a ação do Estado como complementar à ação privada, pois ela também teve e tem um papel significativo na economia catarinense.

Finalmente em *O Caminho do Homem – proposta para uma proposta para Santa Catarina*¹³⁴, Abreu descreve uma série de desejos do que seria, para ele, uma nova sociedade, baseada não no "TER" mas no "SER". No subtítulo, o trabalho é definido como: "Propostas sistêmicas ou os conteúdos básicos dos programas específicos para a construção da Sociedade desejada (período 1983/março 1987)" (ABREU, sem data: 3º caderno/1.1). Essa obra, composta de 4 cadernos, aponta uma série de desejos do que seria, para ele, uma sociedade ideal, em seus múltiplos aspectos, políticos, econômicos, sociais, educacionais, etc., questões estas que extrapolam o objeto específico desta análise. Contudo, a título de demonstração das múltiplas facetas de Abreu, é cabível citar Aguiar que se refere à "Carta dos Catarinenses"¹³⁵: "A essência teórica da Carta, principalmente na sua introdução, fora retirada da obra do intelectual das elites, professor Alcides Abreu, denominada *O caminho do homem – proposta para uma proposta para Santa Catarina*, elaborada antes das eleições. O documento incorpora, de outro lado, algumas palavras-de-ordem das oposições e procura mascarar a questão de classe, minimizando o seu conteúdo político-ideológico, usando expressões como *ação conjunta, consulta, delegar, descentralização, inovar, integrar, distribuição, participação, organização*, etc., até bem pouco tempo excluídas da cartilha do esquema dominante e do regime autoritário"(GA) (AGUIAR, 1991: 66).

Finalmente, quanto a Abreu, cabe afirmar que sua mais recente investida pública foi a candidatura a vice-prefeito de Florianópolis (SC),

¹³⁴ ABREU, Alcides, *O Caminho do Homem – proposta para uma proposta para Santa Catarina*, Florianópolis, Imprensa Universitária, sem data, 4 cadernos.

¹³⁵ "Carta dos Catarinenses", denominação da proposta de programa de governo do então candidato Esperidião Amin (PDS), depois eleito governador do Estado de Santa Catarina (1983 a 1987).

nas eleições de 1992, pelo Partido Liberal (PL), tendo como candidato a prefeito Péricles Prade. O contraditório é que Abreu candidata-se pelo partido que, em suas linhas programáticas, mais ataca, critica e denigre a ação do Estado, considerando-o como perdulário, agindo contra as leis de mercado, agente este – o Estado – que, em seus trabalhos, foi tão reivindicado à ação econômica, como forma de superar o subdesenvolvimento da economia catarinense.

Portanto, Alcides Abreu constitui-se em um dos primeiros "estudiosos" da realidade econômica catarinense, podendo ser considerado um propagador do pensamento desenvolvimentista em Santa Catarina, bem como um dos ideólogos da elite empresarial catarinense.

Quase no mesmo período de Abreu, surge outro desenvolvimentista, Fernando Marcondes de Mattos, com diversas obras publicadas, tendo também um papel de destaque na formação ideológica da "gente catarinense", servindo às classes dominantes desde então.

Fernando Marcondes de Mattos

Esse autor, com formação em Direito e Economia, leciona há muitos anos a Disciplina Economia Catarinense, do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Fez curso em Problemas de Desenvolvimento Econômico, organizado pela Cepal, assim como atua em instituições de desenvolvimento estadual e regional, tais como Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc) e Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul). Em 1986 é candidato a vice-governador do Estado, na chapa do PFL, junto com Vilson Kleinübing, pretendente a Governador (derrotados no pleito). Seu livro *SANTA CATARINA – Tempos de Angústia e Esperança* é reeditado nessa época, servindo como subsídio programático para os então candidatos. Posteriormente, entre 1990-92, o autor é Secretário da Fazenda de Estado, quando desta feita converte-se numa espécie de supersecretário do então Governo de Vilson Kleinübing (PFL).

Como exposto anteriormente, Mattos tem intensa atividade na economia e política estaduais. Tal como Abreu, Mattos constitui-se também num dos ideólogos das elites catarinenses, contribuindo significativamente para a constituição da categoria *modelo catarinense de desenvolvimento* e do pensamento desenvolvimentista no Estado.

Observa-se a influência cepalina no pensamento de Mattos¹³⁶, emergindo a preocupação com a superação do subdesenvolvimento, via industrialização, com a efetiva participação do Estado enquanto agente planejador e incentivador das atividades econômicas. Está presente, também, a visão empreendedora do empresário catarinense, consubstanciando o chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*.

Em seu livro *A Industrialização Catarinense: análise e tendências*, tese de Livre Docência, apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o ex-governador Celso Ramos (PSD) – 1961-1965 – no prefácio, discorre: "...não me poderia furtar à prazerosa anuência a essa distinção, sobretudo porque, enquanto desempenhei, com plena consciência de minhas responsabilidades, o cargo de Governador do estado, tive no autor deste excelente trabalho um dos meus mais eficientes colaboradores".

Nessa obra, Mattos faz a defesa do desenvolvimento econômico, via industrialização, e afirma a necessidade da intervenção governamental para apoiar a indústria, ainda incipiente no Estado, tal como expresso por Abreu. Constata o subdesenvolvimento da economia catarinense, contrapondo-a com o desenvolvimento (industrialização): "...a consciência de que o desenvolvimento historicamente tem vindo sempre acompanhado de intenso processo industrial, deve estar sempre nas atitudes dos governos estaduais. Dentro desse mesmo raciocínio de idéias, inclui-se o Estado de Santa Catarina, que deve fazer o máximo possível para expandir a sua produção manufatureira com vistas a obter melhores benefícios nas relações de troca com os demais estados federativos" (MATTOS, 1968: 29).

Evidencia-se, também, em Mattos, a percepção de que a economia catarinense estabelece com o centro do País (eixo Rio-São Paulo) uma relação de centro-periferia, embora não aprofunde a análise em torno de tal matriz interpretativa.

Em trabalho sobre a industrialização catarinense¹³⁷, a economia do Estado é analisada pelo autor de forma predominantemente descritiva, preponderando o estudo do setor específico e os diversos ramos (têxtil, alimentar, madeireiro, metalúrgico, mecânico e material elétrico) que mais se destacavam naquela época.

¹³⁶ MATTOS, Fernando Marcondes de, *A Industrialização Catarinense: análise e tendências*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1968; *SANTA CATARINA: Nova Dimensão*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1973; *SANTA CATARINA: Tempos de Angústia e Esperança*. 2ª edição. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1986.

¹³⁷ *"A Industrialização Catarinense: análise e tendências"*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1968.

Tal como visto em Abreu, nos anos 60, Santa Catarina ainda é um Estado predominantemente primário. Na indústria emergente, observa-se a preponderância do ramo da madeira (27,0%), têxteis (21,0%) e produtos alimentares (15,0%). Enquanto no Brasil têm-se os setores químico (19,0%), metalúrgico (10,0%), produtos alimentares (13,0%), têxtil (12,0%) e material de transporte (12,0%), (dados do ano de 1962, expressos por Mattos).

Para superar tal estágio, Mattos vai, no item "Estratégia de Desenvolvimento Industrial", propor uma intensa presença estatal, baseada especialmente em três ações: 1 – possibilitar ao empresário nacional o acesso ao financiamento externo; 2 – auxiliar o empresário brasileiro na associação a grupos estrangeiros, via empréstimos e incentivos; 3 – financiar programas de fusão e modernização de empresas.

Para ele, portanto, o subdesenvolvimento só pode ser superado via industrialização. "Para que a industrialização seja possível no ritmo reclamado pela urgência do desenvolvimento, torna-se imprescindível que os governos desempenhem uma função voltada para esses objetivos, muito mais ativa do que exerceram até agora, principalmente no Estado de Santa Catarina" (Idem, *ibidem*, p. 145). Embora a ação da iniciativa privada seja fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina, para o autor os governos devem ter uma ação complementar aos empresários, dada a dificuldade de capitalização dos empresários.

Seu trabalho, *SANTA CATARINA: nova dimensão*¹³⁸, versa sobre múltiplos aspectos da realidade catarinense, preponderando a descrição de dados diversos sobre a realidade local, embora contenha noções analíticas, como já se fez menção, tais como: **modelo catarinense de desenvolvimento** (o empresário estadual é empreendedor e inovador); a economia catarinense estabelece uma relação de periferia com o centro da economia nacional; e a importância da industrialização na busca da superação da condição supracitada.

No prefácio do ex-governador Colombo Machado Sales, é evidenciado seu histórico vínculo com o poder constituído de Santa Catarina: "Neste meu reencontro com o ex-aluno de Estatística do ano de 1956, vejo, não somente o aluno promissor de ontem, mas sobretudo o jovem do meu tempo, que, comigo, entende ser *esta a nossa responsabilidade: construir o futuro das gerações*, pois nisto reside, e aqui identifico,

¹³⁸ MATTOS, Fernando Marcondes de. *SANTA CATARINA: nova dimensão*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1973.

a resposta síntese dos catarinenses aos desafios do nosso tempo, tese que sustentei no meu programa de Governo..." (GA).

Nesse trabalho, Mattos analisa Santa Catarina no contexto da Região Sul e do Brasil; as regiões que compõem o Estado; a capital; a estrutura econômica e os empregos; a demografia; a necessidade do planejamento/revisão dos Planos Governamentais instituídos até 1973; a modernização administrativa; e as finanças governamentais.

Faz-se premente mencionar a defesa, feita por Mattos, do regime de exceção de 1964. A introdução de seu livro é uma reverência incondicional ao referido regime, por ele chamado de Revolução de 64: "O clima de tranqüilidade e de favoráveis expectativas, criado pela Revolução, tornou possível a Santa Catarina mostrar sobejamente, a partir de março de 64, que este estado, consciente de sua responsabilidade perante o Brasil e a história, compreendeu a sua grandeza e aceitou o desafio de ser grande" (MATTOS, 1983: 14). Tal apologia, se para a sociedade catarinense não tem razão de ser, para os grandes grupos empresariais de Santa Catarina de fato diz respeito, pois "Nesses nove anos os financiamentos e os incentivos totais concedidos à indústria pelos órgãos estaduais e regionais de crédito, para projetos de expansão e de novas fábricas, superaram a elevada cifra de 600 milhões, muitas e muitas vezes superior a tudo quanto se tinha aplicado até então" (Idem, ibidem, p. 17). A lógica cepalina-desenvolvimentista, da qual se sustenta, faz com que defenda os financiamentos desmedidos do poder público, para o privado como saída única para o desenvolvimento da "pioneira iniciativa privada" do Estado de Santa Catarina.

Não estranho, portanto, que em *Santa Catarina: nova dimensão* (1973), tal como no anterior, *A Industrialização Catarinense* (1968), Mattos desenvolva, de uma forma mais acabada, a necessidade do planejamento governamental para superar a falta de industrialização. "O poder público desempenha o seu papel de duas formas principais: aplicando os seus recursos em obras prioritárias e exercendo, de múltiplas formas, estímulos e desestímulos ao setor privado" (Idem, ibidem, p. 30). Novamente uma ilustração da importância atribuída ao Estado, objetivando alcançar o desenvolvimento econômico catarinense.

Na relação "centro-periferia" da economia catarinense em relação à nacional, o autor arremata: "O desenvolvimento nacional condiciona o desenvolvimento de Santa Catarina – Estado de economia periférica" (Idem, ibidem, p. 67). Embora não atribuindo maior importância à condi-

ção periférica para a formação e o desenvolvimento de Santa Catarina, Mattos identifica a relação, mas não a explica, e nem localiza quais as causas de tal situação, como o fazem Silva e CEAG.

Ao constatar que Santa Catarina tem sua participação regional na renda reduzida entre 1947/67, Mattos reafirma a necessidade da industrialização, embora essa deva estar concentrada especialmente no setor dinâmico da economia, pois o mesmo setor desenvolve-se com maior tecnologia e produtividade.

Contrariamente à maioria dos autores analisados neste trabalho, Mattos vê em Santa Catarina a integração entre as regiões: "Cada região tem uma determinada função no interior da unidade estadual. Embora possa uma ou outra estar voltada quase que inteiramente para o exterior (do estado), não há dúvida que todas elas se influenciam. As partes não apenas se somam para dar o resultado estadual. Elas interagem para elevar este resultado" (Idem, *ibidem*, p. 93).

No capítulo 9, "Santa Catarina e Seus Empregos", o autor dá um panorama geral dos principais setores e empresas do Estado. Ao referir-se à Fundação Tupy, de Joinville, afirma: "A Tupy assina com o BNDE o maior financiamento já concedido por esta instituição financeira e parte para ser a maior fundição da América do Sul" (Idem, *ibidem*, p. 267). Ilustra-se, com essa referência a uma das principais empresas do Estado, a importância da intervenção estatal para o enriquecimento privado, preponderantemente a partir dos anos 60, embora o autor não mencione o ponto de ruptura no desenvolvimento da economia catarinense, qual seja: a acumulação em Santa Catarina toma novo impulso a partir dos planos de governo elaborados no período do Regime de 64, com a intensificação do planejamento, reforma no Sistema Financeiro Nacional e controle político e sindical sobre os trabalhadores.

Outra variável que requer atenção, nesse livro, refere-se à "Política de Reprivatização", capítulo 11, no qual é defendida a reprivatização de certas atividades governamentais: "A contratação de serviços é o caminho mais lógico a ser percorrido por uma administração dinâmica. Assim como o Governo contrata a execução de obras, por que não contratar a manutenção de serviços essenciais à vida da comunidade? O Governo só terá a ganhar se executar, de forma indireta, atividades relacionadas, entre outras, com transporte, conservação, limpeza e outras assemelhadas" (Idem, *ibidem*, p. 358). Entretanto, o que se observa na realidade, no caso do serviço público, é que esse processo vem sendo acompanhado de uma maior sobrecarga aos contribuintes, pois o

superfaturamento e a prática de preços abusivos por prestadoras de serviços contratadas é uma constante.

Enfim, *SANTA CATARINA: nova dimensão*, é um trabalho geral sobre a situação econômica e social desse Estado no início dos anos 70, na qual Mattos, mais uma vez, demonstra o seu comprometimento com as classes dominantes catarinenses, fazendo a apologia ao chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*. Vê o Estado como o agente do desenvolvimento catarinense, juntamente com a iniciativa pioneira e empreendedora do empresariado, excluindo completamente de sua análise os trabalhadores. Por conseguinte, não analisa as classes sociais e seus conflitos, inerentes a uma sociedade capitalista. Quanto ao Estado, entende-o não como o representante das classes dominantes, mas como o agente planejador, articulador do desenvolvimento integral da sociedade catarinense.

Seu último trabalho de relevância, *SANTA CATARINA: tempos de angústia e esperança*, com o subtítulo "subsídios para um programa de governo", serviu como programa de chapa de Wilson Kleinübing (PFL) e o próprio Mattos, candidatos a governador e vice, nas eleições de 1986.

Nessa obra, já em segunda edição, a apresentação é do então Ministro da Educação, Jorge Konder Bornhausen (PFL), que afirma ter o autor revisto e ampliado a referida edição para servir de subsídio ao programa de governo da chapa supracitada, vindo a constituir-se no "Plano 90"¹³⁹. "Certamente, as suas angústias e esperanças é que o levaram a optar decididamente pelo engajamento político, que abriu amplos espaços para colocar e discutir as suas idéias e os seus ideais. O Plano 90, que os candidatos a Governador e Vice-Governador do estado, Wilson Kleinübing e Fernando Marcondes, estão debatendo com toda a sociedade catarinense, contém muitas dessas idéias". Embora não sendo objeto específico deste estudo, cabe mencionar que o referido trabalho, em sua segunda edição, a rigor é muito mais *reduzido* do que ampliado, e sofre somente revisões de ordem numérica (atualização dos números).

Numa análise mais atenta, o que se observa é que as supressões realizadas, da primeira para a segunda edição, referem-se, entre outras, principalmente às referências elogiosas feitas na versão inicial ao governo militar do Gal. Ernesto Geisel. Comparando-se algumas passagens:

¹³⁹ Denominação da proposta de governo da candidatura de Wilson Kleinübing/Fernando Marcondes de Mattos.

1 – No item "A Busca e a Resposta", referente ao problema da pobreza, afirma: "Do Governo para o próximo quadriênio reclama-se, assim, uma consciência fortemente preocupada com a maioria, sob pena de sua alienação do próprio povo e um distanciamento da sua própria razão de ser. *Conforme o Presidente Geisel. Toda a sociedade moderna tem de preocupar-se com o bem estar de grande número... ou, então, segundo Cavalcanti de Albuquerque, do IPEA, o maior desafio de ordem econômico-social que se terá de enfrentar, por algum tempo, no futuro, é, certamente o da pobreza*" (GA) (MATTOS, 1978: 19-20). Já na segunda edição, tem-se: "Do Governo para o próximo quadriênio reclama-se, assim, uma consciência fortemente preocupada com a maioria, sob pena de sua alienação do próprio povo e um distanciamento da sua própria razão de ser. O maior desafio de ordem econômico-social que se terá de enfrentar, por algum tempo, no futuro, é, certamente, o da pobreza." (MATTOS, 1986: 13-14). Nesse caso, observa-se a simples exclusão da citação do Gal. Geisel e a mais acintosa apropriação da idéia do IPEA, com o simples recurso de suprimir-lhe o nome, antes citado.

2 – Na página 45-46 da edição de 1978 há uma citação relativa a uma palestra proferida por Nelson Chaves, na ESG - set/75. Na edição revista (p. 37-38), tal passagem desaparece.

3 – A referência ao II PND, plano de governo do Gen. Geisel, presente em sua 1ª edição, como citação, na página 51-52, é simplesmente transcrita na segunda edição, páginas 43-44, e a fonte (II PND) não é mencionada.

4 – Deliberada, ainda, é a supressão, na 2ª edição, dos elogios feitos ao PROCAPE, na 1ª edição de seu livro: "A necessidade de *recursos financeiros próprios* tende a se tornar cada vez mais aguda. Os níveis de endividamento das empresas no Brasil, de um modo geral, são muito elevados. Recursos de financiamento existem. A maior dificuldade está em obter recursos de capital para acompanhar a necessária expansão das indústrias sem derivar-se para o desequilíbrio econômico-financeiro. O Governo estadual deve ter uma presença fundamental neste assunto, inclusive usando seu poder de aglutinação e influências. O Procape é um instrumento absolutamente imprescindível neste elenco de providências." (GA) (MATTOS, 1978: 93). Na 2ª edição (p. 85), a apologia ao Procape simplesmente desaparece. Tal fato deve-se, obviamente, ao escândalo que foi esse programa, usado abertamente nas eleições estaduais de 1982, para obter apoio à candidatura de Esperidião

Amin (PDS), e que resultou na famosa CPI do Procape, instaurada em 1983 pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina¹⁴⁰.

5 – Ocorre, também, a supressão de uma das partes do capítulo IV – "As Variáveis", precisamente a *variável política*, expressa na 1ª edição na página 141. Ao analisar esse tópico, Mattos afirma a necessidade de Santa Catarina ter uma representação, no primeiro e no segundo escalão do governo federal, mais expressiva e representativa que a existente naquele momento. "Sendo assim, as decisões do Planalto são quase mais importantes para o nosso destino do que as decisões da Praça XV¹⁴¹. A *Variável Política* está em que o ritmo e o conteúdo do *desenvolvimento* catarinense dependerão das pessoas que estiverem aqui, no Palácio Rosado, é certo, mas também da nossa capacidade em colocar os catarinenses no Palácio do Planalto. Muito oportuno, portanto, o movimento encabeçado pelo então futuro Governador Jorge Bornhausen, reivindicando uma maior presença de Santa Catarina nas decisões nacionais" (GA) (MATTOS, 1978:141-2). Dois aspectos podem ser observados nessa referência, encontrada na 1ª edição do livro de Mattos e suprimida na 2ª edição. Primeiro: o autor defende a necessidade da classe dominante catarinense fazer-se presente no aparelho do Estado em nível federal, pois é naquele que se encontra a maioria dos recursos disponíveis para o "desenvolvimento de Santa Catarina"; segundo: a exclusão da "Variável Política", da segunda edição de 1986, evidencia que essa falta de representação já não é mais um problema, pois Santa Catarina tem, entre outros, o próprio Jorge Bornhausen no primeiro escalão do governo federal.

Após essas considerações iniciais sobre a obra de Mattos, evidencia-se seu oportunismo histórico, registrado na 1ª edição de *SANTA CATARINA: tempos de angústia e esperança*, de 1978, o que vem demonstrar o seu vínculo com os governos militares e com os representantes do Regime de 64, em Santa Catarina, bem como a apologia que faz a eles. Num segundo momento, no período da transição para a democracia, já no governo da "Nova República", Mattos suprime da segunda edição de seu livro as boas referências ao regime militar, postando-se como um "democrata".

¹⁴⁰ Informações mais detalhadas sobre a CPI do Procape, ver: AGUIAR, Itamar, "As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no Confronto com as Oposições", Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991, p. 145; Mimeografado e AURAS, Marli, *PODER OLIGÁRQUICO CATARINENSE da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos"*, Tese de Doutorado, PUC/SP, S Paulo, 1991, p. 88. Mimeografado.

¹⁴¹ Sentido figurado, posto que a antiga sede do governo do Estado de Santa Catarina era situada na Praça XV de Novembro – Palácio Cruz e Souza, também conhecido como Palácio Rosado.

Quanto à obra ora em análise, nas suas duas edições, são necessárias algumas observações nos seus aspectos globais.

Como indica já o título da obra: *...tempos de angústia e esperança*, Mattos relaciona, inicialmente, uma série de "angústias" sobre a realidade catarinense, contrapondo-as a um rol de "esperanças". "**Angústia** é a constatação de que as mulheres e as crianças são as principais vítimas da fome em qualquer parte do Mundo e também em Santa Catarina e que parcela apreciável das crianças catarinenses sofre de crescimento físico e desenvolvimento muitíssimo retardados" *...Esperança* é o extraordinário potencial empresarial de Santa Catarina, representado pela maior densidade de pequenos e médios estabelecimentos industriais do Brasil... **Esperança** é a certeza de que Santa Catarina, pela sua gente e pela sua terra, não falhará, com sua contribuição, à solução dos grandes desafios brasileiros" (GA) (MATTOS, 1978: 12-3).

Observa-se o recorrente discurso mistificador de Mattos, ao dar-se à prosa apologística do empresariado catarinense, quando lhe atribui a condição de "esperança" da população catarinense, face ao seu espírito empreendedor.

Quanto ao conteúdo propriamente dito dessas obras (2 edições), verifica-se que continua a predominar o caráter descritivo da "realidade" catarinense, e a abordagem analítica concentra-se predominantemente na necessidade do planejamento governamental, objetivando alcançar, agora, não mais somente a industrialização, mas sim a superação de suas "angústias".

Nos textos analisados, Mattos estuda "O Homem – explosão populacional e urbana e os desempregados –, O Meio – a degradação ambiental, congestionamento dos espaços urbanos e deterioração dos indicadores sociais –, As Regiões – as diversas macrorregiões do Estado –, As Variáveis – demográfica, histórica, geográfica, econômica, regional, nacional e política¹⁴² –, O Sistema Agrícola – solo agricultável, minifúndio, áreas e produtos agrícolas –, O Setor Industrial – eixos e ramos industriais –, e A Ação – desenvolvimento pelo planejamento" –, caracterizando descritivamente os aspectos, acima apontados, da realidade catarinense.

Nessa obra, após algumas experiências de planos de governo¹⁴³, o autor reafirma a necessidade desses planos para superar suas "angústias" e continuar o ciclo industrializante da economia catarinense.

¹⁴² Excluída da 2ª edição, como já foi mencionado.

¹⁴³ No capítulo nove, serão analisados os planos econômicos adotados em Santa Catarina, a partir dos anos 60.

"Se tivermos condições de fazer com que os diversos órgãos atuantes na área industrial, tanto na área privada quanto na pública, e nesta nos três níveis (Besc, Badesc, BRDE, Banco do Brasil, Celesc, Telesc, Eletrosul, DER, Casan, Secretaria de Indústria e Comércio, Sudesul, Codisc, UFSC, UDESC, FIESC, Senai, Prefeituras Municipais, BNDES e outros), funcionem harmonicamente, não apenas em torno dos grandes objetivos, mas principalmente em torno de projetos específicos, Santa Catarina terá condições de apresentar um desempenho industrial sem dúvida surpreendente" (Idem, ibidem, p. 190). Destaca-se a estrutura montada para garantir e ampliar a acumulação de capital no Estado.

Observa-se ainda nesse trabalho, em suas duas edições, a pregação ufanista da necessidade de tanto o Brasil quanto Santa Catarina expandirem seus mercados, via exportação¹⁴⁴.

Tal como em suas obras anteriores, a apologia ao empresariado catarinense está presente, assim como também ao denominado *modelo catarinense de desenvolvimento*, considerado um exemplo a ser seguido pela economia brasileira. Novamente Mattos faz muito mais considerações que análise sistemática da realidade, tratando de enaltecer os dirigentes políticos catarinenses diretamente vinculados ao período militar e aos empresários catarinenses, constituindo-se num ideólogo orgânico das classes dominantes catarinenses.

Além do exposto, é importante observar que Mattos, a partir de meados dos anos 70, ingressa na atividade empresarial, mais precisamente em 29 de julho de 1974, quando cria a empresa Inplac - Indústria de Plásticos S. A., localizada no município de Biguaçu (SC), pertencente à região da grande Florianópolis¹⁴⁵. O que se pode deduzir, dada sua influência nos aparelhos burocráticos de Santa Catarina, bem como a partir de dados concretos, é que tal empresa não surgiu a partir da ação "pioneira" de Mattos, mas sim através de considerável ajuda do aparelho estatal, via créditos, incentivos, isenções, etc.¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Nos anos 80, tivemos a ampliação crescente do mercado exportador catarinense, em razão, especialmente, da redução do mercado interno e da isenção de ICMS concedida pelo governo catarinense às exportações. Em consequência, SC exportou, em 1992, 1 bilhão 432 milhões de dólares FOB, obtendo a sexta posição nacional em exportações (*Diário Catarinense*, 27/12/92, p. 4 - Caderno de Economia).

¹⁴⁵ De acordo com HOELLER, Grace Cristini, *Análise de Desempenho e Estratégias de Crescimento da INPLAC - "Indústria de Plásticos S/A" no Período Compreendido entre 1986 e 1988*, Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, 1990. Mimeografado.

¹⁴⁶ Conforme Relatório de Atividades do BNDE/1977, (p. 76 e 81), a INPLAC recebeu do BNDE, somente em 1977, via BADESC, dois financiamentos.

A mais recente investida empresarial de Mattos refere-se ao megaprojeto turístico denominado "Costão do Santinho"¹⁴⁷, com 750.000 m², onde 70.000 são áreas construídas, com investimentos previstos de 35 milhões de dólares.

Em suma, Mattos tem no desenvolvimentismo e, atualmente, no liberalismo¹⁴⁸, a base teórica de sustentação de seu pensamento. Mattos e Abreu são os dois principais ideólogos da ação estatal-desenvolvimentista em Santa Catarina, constituindo-se nos primeiros "estudiosos" da economia política catarinense sob tal enfoque.

Paulo Fernando Lago

O autor é geógrafo formado no Rio de Janeiro, atuando em Santa Catarina desde o final dos anos 50. Trabalha como pesquisador, assessor de empresas e de setores governamentais.

Para este estudo utilizam-se, como objeto de análise, as três publicações mais citadas de Lago¹⁴⁹.

Em *SANTA CATARINA – A terra – O homem e A economia*, Lago faz um resgate histórico das características geográficas, ocupação do território e aspectos básicos da produção e da distribuição das riquezas do Estado. Concentra, contudo, a sua análise na descrição da situação sócio-econômica de Santa Catarina, com base em dados estatísticos compreendidos entre 1950 e 1960.

Ao tratar da ocupação da região oeste de Santa Catarina, Lago afirma: "O problema da posse de terras no vale do Rio do Peixe foi dramático, gerando a difusão de pequenas propriedades paralelamente à formação de grupos econômicos residuais que até hoje são reconhecidos como "caboclos", sem-terra, freqüentemente em estado de penúria econômica

¹⁴⁷ Maiores informações sobre o Costão do Santinho, ver reportagem de SENA, Mariano, "Megaprojetos Turísticos Beneficiam só a Elite", Florianópolis, ZERO, 27/11/92, p. 8 e 9.

¹⁴⁸ Quando acumulou a Secretaria da Fazenda do governo Vilson Kleinübing, Mattos manifestou-se favoravelmente a redução do aparelho estatal, devendo o governo estadual passar para a "iniciativa privada" parte de seus serviços, dados os entraves da máquina estatal. Verificou-se, também, que sua atuação como secretário foi permeada por conflitos com os trabalhadores do serviço público estadual, aos quais impôs um violento arrocho salarial.

¹⁴⁹ LAGO, Paulo Fernando, *SANTA CATARINA: A terra, o Homem e a Economia*, Florianópolis, Empresa da Revista dos Tribunais, 1968, *GENTE DA TERRA CATARINENSE: Desenvolvimento e Educação Ambiental*, Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli/UEDESC, 1988, e *A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1991.

e marginalidade social. Muitos deles são oriundos desses antigos ocupantes desalojados de suas rudimentares roças pela organizada empresa que adquiriu, a preços vis, a mais valorizada faixa de terras que acompanha o fértil vale" (LAGO, 1968: 110). O que se observa é que o autor identifica, capta o fenômeno, entretanto, não o explica no âmbito das relações entre as classes sociais, entre trabalhadores e capitalistas. Trata simplesmente de descrevê-lo, pois explicá-lo significaria vincular a ação da empresa, cuja constituição da propriedade foi contraposta à expropriação dos colonos de suas posses, que passam a se constituir em trabalhadores sem-terra. Reconhecer tal conflito seria denunciar elementos da luta de classes, fato que, devido à sua vinculação com as classes dominantes catarinenses, não poderia ser reconhecido, pois, em Santa Catarina, as desigualdades de classes inexistem para a burguesia. O que existe são empreendedores (empresários) e colaboradores (trabalhadores)¹⁵⁰.

Lago enfatiza nesse trabalho os problemas históricos da infraestrutura catarinense, em especial o da energia elétrica e o das vias terrestres. A última possibilitaria uma maior circulação das mercadorias e a primeira uma maior capacidade de produção industrial, esta ascendente, segundo o autor.

Quanto ao setor elétrico, o autor dedica especial atenção à produção carbonífera do sul de Santa Catarina, por ser essa região fornecedora da matéria-prima para as termoelétricas, ali também instaladas.

Prossegue, mencionando a ação da iniciativa privada e a do Estado: "...a intervenção estatal vem se pautando por um caminho teoricamente correto; o de assumir as responsabilidades cada vez mais absorvedoras na programação e controle da energia elétrica. As resistências da iniciativa particular não são tão eloqüentes nesse aspecto, sobretudo porque as empresas particulares se beneficiam da investida estatal, assegurando a distribuição da energia produzida pela entidade superior... Em alguns exemplos, a ação do governo deve-se restringir a auxiliar a pioneira iniciativa particular" (Idem, *ibidem*, p. 237). Ressalte-se que Lago enfatiza a importância da ação estatal como complementar ao pioneirismo da ação empresarial, evidenciando o claro enaltecimento ao empresariado catarinense, bem como tornando explícita sua abordagem estatal-desenvolvimentista.

¹⁵⁰ Colaboradores é a expressão que os empresários catarinenses costumeiramente usam para referir-se aos trabalhadores, obviamente objetivando camuflar a relação de exploração existente. Com essa expressão, o trabalhador parece mais um sócio da empresa do que um simples operário assalariado.

Ainda nessa primeira obra analisada, Lago faz uma descrição atenta e reconhece virtudes sobre a evolução econômica de Santa Catarina, destacando o papel dos imigrantes inovadores como importantes para o desenvolvimento desse Estado. Todavia, também considera Santa Catarina como periférica em relação à economia nacional: "Tais resultados, sem se considerar os montantes absolutos de vendas realizadas, segundo recenseamento de 1960, embora não conclusivos, trazem fortes indicativos da condição *periférica* de Santa Catarina entre os da região Meridional... O sentido ainda marcadamente horizontal do desenvolvimento econômico catarinense está, assim, dentro da configuração que decorre também de sua condição de *região periférica*, em relação aos centros dinâmicos do país" (Idem, *ibidem*, p. 376-7). Verifica-se, pois, que Lago, juntamente com Abreu e Mattos, é um dos primeiros autores a identificar a formação e desenvolvimento da economia catarinense como periférica em relação à economia nacional.

Em *GENTE DA TERRA CATARINENSE: desenvolvimento e educação ambiental*¹⁵¹, com o prefácio de Zuleika M. Lenzi, ex-Secretária de Cultura do Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB - 1986-1990), realiza um trabalho de maior densidade sobre a sociedade catarinense.

Nessa obra defende, de forma efetiva, o papel que teve o empresariado estadual na constituição da estrutura econômica catarinense. O livro divide-se em duas grandes partes. Na primeira, "A Moldura do Quadro das Relações Homem/Ambientes Catarinenses", analisa a ocupação territorial luso-brasileira e açoriana, a colonização estrangeira (alemães e italianos), enfim, aspectos geográficos e sociais do período colonial do Estado de Santa Catarina. Em "Mudanças e Perspectivas das Relações Homem/Ambientes catarinenses", segunda parte, o autor continua a estudar as relações homem/natureza no Estado, dedicando maior atenção à estruturação econômica, analisando setorialmente a formação e o desenvolvimento da economia catarinense.

Porém, é sobretudo no 17º capítulo, "A Criatividade Técnica dos Colonizadores: Aprontando a Industrialização" que o autor define a sua defesa do papel que considera fundamental do empresariado catarinense, visto como o grande responsável pelo desenvolvimento econômico local.

¹⁵¹ LAGO, Paulo Fernando, *GENTE DA TERRA CATARINENSE: desenvolvimento e educação ambiental*, Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli/UEDESC, 1988.

"Os economistas, em particular, costumam defender o que chamam de *quarto fator* (GA). Além dos três, indiscutíveis, *Terra-Capital-Trabalho*, apontam mais um: o *fator empresarial*" (LAGO, 1988 247). Considera os empresários como seres incomuns, dotados de capacidades tais que lhes credenciam a serem os responsáveis pela produção, inovações tecnológicas, enfim, a própria direção da sociedade. "Assim, quando identificamos indivíduos incomuns, na figura do empresário – o quarto fator da produção – estamos apenas reconhecendo variações individuais do mesmo potencial de percepção da forma biológica *Homo sapiens*" (Idem, ibidem, pp. 247-8).

Ao longo do capítulo é resgatada uma série de experiências de famílias de imigrantes e produção nas respectivas regiões, tentando evidenciar o papel inovador e empreendedor do empresariado local, caracterizando a visão schumpeteriana sobre a burguesia catarinense.

Está presente, também, nesse trabalho de Lago, a categoria *modelo catarinense de desenvolvimento*, considerada por ele como "...resultante de esquemas gerais de fixação de grupos humanos, segundo as características diferenciadas de localização, no espaço e no tempo, de objetivos buscados e atingidos em função de acervo tecnológico aplicado" (Idem, ibidem, p. 343). Torna-se claro que o propalado *modelo catarinense* não consegue ir além de uma abstração genérica e superficial, na medida em que não são definidas com precisão quais as variáveis que o compõem, como evoluiu, e o que o diferencia do modelo de desenvolvimento brasileiro.

As análises de Lago trazem de forma mais aprofundada e destacada, a necessidade da preocupação ambiental, em especial na sua última obra¹⁵², onde defende a necessidade da busca de um desenvolvimento sustentável, trabalho esse que se diferencia substancialmente dos anteriores, no que diz respeito ao objeto de análise, pois concentra-se basicamente na questão ecológica.

Por fim, percebe-se qual é a principal concepção de Lago, ou seja, com relação à realidade sócio-econômica de Santa Catarina: considera o empresariado catarinense como empreendedor e inovador, sendo o responsável maior pelo desenvolvimento local, muito embora localize na intervenção do Estado a possibilidade de exploração mais ampla das

¹⁵² LAGO, Paulo Fernando, *A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1991.

características empresariais (pionerismo, iniciativa). Pelo exposto até aqui, pode-se classificá-lo como um desenvolvimentista¹⁵³.

Nesse sentido, tal como os autores já analisados, este exclui os conflitos de classe presentes na sociedade catarinense e localiza na ação estatal a busca do bem comum, desconsiderando a sua contribuição para a ampliação do enriquecimento privado¹⁵⁴.

Além de Abreu, Mattos e Lago, tem-se ainda, na perspectiva desenvolvimentista, o livro editado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, "Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina".

Secretaria do Desenvolvimento Econômico IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO

Também dentro da lógica interpretativa desenvolvimentista, encontra-se o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e outros¹⁵⁵. Essa obra consiste numa ampla descrição da evolução econômica de Santa Catarina, compreendendo o período entre 1949 e 1970, analisando os setores que mais se destacam, objetivando, a partir daí, orientar uma política de incentivos creditícios, para ampliar a industrialização catarinense.

Na apresentação do referido trabalho, feita pelo então Secretário do Desenvolvimento Econômico, Hoyêdo de Gouveia Lins, tais propósitos são explicitados. "Nesse sentido, precisava-se conhecer as respostas a uma série de perguntas, antes e a partir da operação dos mecanismos do fomento industrial instituídos no estado por iniciativa governamental (o BRDE, o Besc, o Fundesc)..." (SDE, 1974: 05). Evidencia-se, dessa forma, a preocupação por parte dos organismos governamentais com a

¹⁵³ Além dos trabalhos publicados por Lago, que afirmam sua visão estatal-desenvolvimentista, cabe observar ainda que ele ocupou funções diversas nas estruturas burocráticas do aparelho estatal catarinense.

¹⁵⁴ Em palestra proferida no seminário "Santa Catarina em Debate", promovido pelo Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, no dia 27/10/92, Lago, ao ser questionado sobre o porquê da exclusão das classes sociais e da intervenção do Estado de suas análises sobre a economia e a sociedade catarinenses, afirmou: "Essa não deve ser a preocupação de economistas, mas sim de sociólogos". Tal afirmação evidencia claramente a sua visão sobre o objeto de investigação da economia (as classes e/ou Estado), mas o planejamento, a estruturação produtiva pública ou privada, objetivando a acumulação.

¹⁵⁵ Secretaria de Desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, *Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina*, Florianópolis, 1974.

busca de incentivo à ação privada em Santa Catarina, pois, como ainda afirma Lins: "Assim, na prática, o processo foi acionado em função de um convencimento: o de que o Empresário Catarinense era potencialmente capaz de investir e, portanto, de correr riscos. E mais: o de que ao Governo é lícito – porque titular do dever de apoiar o esforço empresarial – correr riscos com ele, o Empresário. Em outras palavras: a sistemática adotada foi a de financiar empresas, confiando na capacidade dos Empresários" (Idem, ibidem, p. 06).

As transcrições anteriores elucidam a visão dos burocratas do governo estadual, no que diz respeito à ação estatal como sustentáculo da acumulação privada em Santa Catarina. O empresário catarinense é caracterizado como o "empreendedor" e o "inovador", aquele que investe e corre riscos próprios, embora necessite do "apoio do governo". O que se verifica, pelo que este trabalho vem explicitando, é o uso significativo da ação estatal para o enriquecimento privado. É evidente que as ações do setor privado e estatal não são necessariamente excludentes, mas afirmar que o empresário catarinense, empreendedor, inovador, tem iniciativas com riscos próprios é, no mínimo, falsear a realidade passada e presente, pois os governos federal e estadual têm longa história de financiamentos e incentivos injetados nas contas correntes empresariais.

O trabalho dos desenvolvimentistas tenciona colher subsídios sobre a realidade econômica local para, a partir deles, elaborar programas diversos, objetivando o desenvolvimento da economia catarinense, buscando a industrialização definitiva do Estado.

É observado pela SDE, com base na estrutura da renda interna, que Santa Catarina tem, em 1960, uma participação setorial predominantemente rural: 1º – Agricultura 42,6%; 2º – Serviços 38,1% e 3º – Indústria 19,3%. Portanto, nesse período, Santa Catarina ainda é um Estado predominantemente agrícola, tendo a indústria catarinense uma participação de somente um quinto da renda interna. Em 1969, percebe-se, em 1º, o setor terciário, com 44,0%, seguido do setor primário, com 32,0%, e setor secundário, com 24,0%, observando-se uma significativa alteração, em especial a evolução do terciário e a redução do primário. "Se se analisa mais de perto o desempenho da economia catarinense sob a ótica de sua evolução estrutural, verifica-se que as grandes modificações ocorreram na década de 1960/1970, de modo especial na segunda metade desse período" (Idem, ibidem, p. 18).

Importante, também, no trabalho citado, é o comportamento das indústrias dinâmicas e tradicionais, pois em 1959 a indústria tradicional

responde por 78,8% da produção industrial e a dinâmica por somente 21,1%. Porém, em 1970, há uma alteração de relevo, com as dinâmicas passando para 31,3% e as tradicionais reduzindo sua participação para 68,7%, evidenciando que a industrialização catarinense, especialmente a constituição dos grandes grupos privados de porte nacional e internacional, tem a sua constituição definitiva exatamente no período em que a ação estatal se faz presente, via créditos, subsídios e investimentos em infra-estrutura.

Comparando a participação entre as indústrias tradicionais e dinâmicas em Santa Catarina e no Brasil torna-se mais clara tal constatação, pois a ação estatal, no País e no Sudeste em particular, é bastante anterior à ocorrida em Santa Catarina. No Brasil, em 1969, as tradicionais correspondem a 50,5% e as dinâmicas a 49,5% da produção industrial.

Ao referir-se às pequenas, médias e grandes indústrias, o estudo do SDE evidencia sua preocupação maior com a análise da realidade e a perspectiva de criação de políticas de incentivo. "Talvez fosse conveniente formular a hipótese de que o processo de desenvolvimento industrial catarinense deveria ser orientado no sentido de incentivar a ampliação da média e grande indústria entre 1970 e 1973, quando o número de estabelecimentos com mais de 500 empregados cresceu em mais de 50% (o que parece dar maior peso à hipótese sugerida), a fim de diminuir a importância relativa dos pequenos estabelecimentos, sem dúvida ainda muito importantes na atividade de transformação do estado" (Idem, *ibidem*, p. 36). Observa-se, portanto, que a preocupação das políticas econômicas dos organismos financiadores privilegia o processo de centralização do capital¹⁵⁶, fato que se evidencia devido à portentosa base patrimonial dos grandes grupos empresariais em Santa Catarina¹⁵⁷.

Tal proposição, a de incentivar as grandes empresas, induz também, a mais uma vez negar a existência do chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*, que propugna exatamente uma economia sustentada em pequenas e médias indústrias e propriedades agrícolas. Dessa forma, caso exista, parece não ser do agrado das políticas governamen-

¹⁵⁶ Para Marx, o modo de produção capitalista constitui-se num constante processo de concentração e centralização do capital. Concentração significa o volume crescente de meios de produção (máquinas, equipamentos, matéria-prima), que é comandado pelos capitalistas. Centralização é o processo em que crescentemente um maior volume de capital é apropriado e dirigido por menor número de capitalistas, tendo nesse último caso um papel fundamental o crédito, pois possibilita que os capitalistas mais fracos sejam incorporados pelos mais fortes. Karl, MARX. *O Capital*, I, cap. XXIII.

¹⁵⁷ A análise da evolução patrimonial dos grandes grupos econômicos de Santa Catarina está presente na 2ª parte deste trabalho.

tais que tal modelo continue a existir. Por outro lado, como em verdade é inexistente, por que as lideranças políticas e empresariais desse estado, até nossos dias, continuam a fazer-lhe menção? Parece ser claro que o *modelo catarinense de desenvolvimento* é muito mais um argumento ideológico gestado pelas elites empresariais, para manter a hegemonia sobre a sociedade catarinense do que uma realidade econômica totalmente distinta da economia nacional, como desejam fazer crer. A próxima referência encontrada no trabalho analisado é ilustrativa: "Em resumo, pode-se destacar nesse Quadro que os ramos Têxtil, Mobiliário, Metalúrgico, Papel e Papelão, Produtos de Matéria Plástica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte da indústria catarinense apresentam sua produção concentrada em grandes empresas em proporção muito semelhante ou até superior, em alguns casos, à de estados tidos como industrialmente mais desenvolvidos" (Idem, ibidem, p. 42).

Está presente, também, nesse trabalho do SDE, embora com menor ênfase, a visão de que Santa Catarina é periférica em relação à economia nacional, com o centro (Sudeste) influenciando preponderantemente a constituição econômica catarinense.

Enfim, o estudo analisado constitui-se, claramente, em mais uma base para as políticas desenvolvimentistas praticadas no Estado de Santa Catarina, especialmente a partir dos anos 60. É um trabalho elucidativo da hipótese principal defendida: nesse Estado (assim como no Brasil) os agentes privados tiveram seu enriquecimento sustentado, fundamentalmente, pela ação estatal, em suas múltiplas formas, e não pelo "pionerismo" do empresariado catarinense, como se difunde, ao falar-se do "modelo catarinense de desenvolvimento".

Evidencia-se, ainda, que a política deliberada por parte do governo estadual catarinense rompe com o padrão de acumulação presente até os anos 50, qual seja: superação da acumulação sustentada pelas pequenas e médias empresas, base do que se convencionou chamar de *modelo catarinense de desenvolvimento*. A lógica expressa no livro da SDE/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO objetiva exatamente a alteração desse padrão, via processo de centralização do capital, o que vem a constituir, nos anos seguintes, os grandes grupos econômicos hoje existentes no Estado de Santa Catarina.

O Ibagesc (Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina), atualmente Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), organismo que ela-

bora muitos dos planos de implantação e expansão das empresas catarinenses, não se limita às pequenas e médias empresas. O antigo Cebrae (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa), é um organismo inicialmente vinculado ao BNDE, e objetiva desenvolver projetos, pesquisas, estudos e consultorias em todos os setores da economia. "Trata-se de um organismo que, pela sua rede de executores, se estende por todo o território nacional, atuando em todos os setores da economia na busca da melhor gestão empresarial"¹⁵⁸.

Neste capítulo, foram analisadas as principais contribuições dos desenvolvimentistas catarinenses, Abreu, Mattos, Lago e SDE/Ibagesc-Cebrae/BRDE-AGFLO, autores e organismos que se constituem, especialmente a partir dos anos 60, nos principais ideólogos das políticas econômicas desenvolvimentistas aplicadas pelo governo do Estado de Santa Catarina.

São os desenvolvimentistas, os schumpeterianos e as oligarquias catarinenses (há um século no poder político de Santa Catarina) que gestam o conceito de *modelo catarinense de desenvolvimento* e também a expressão *gente da terra catarinense*. Ambas tentam caracterizar, primeiro, um Estado que seria modelo de desenvolvimento para a economia nacional, aparentemente baseado nas pequenas e médias empresas e nos minifúndios, com uma equilibrada distribuição de renda, somada à grande diversificação produtiva; e, segundo, disseminar, tanto em nível estadual como nacionalmente que, em Santa Catarina, os conflitos de classe inexistem, pois predomina a *gente catarinense*, com ausência de diferenciações.

A crítica aos desenvolvimentistas catarinenses sustenta-se, inicialmente, no fato de efetuarem mais do que uma análise da economia ou propriamente da economia política catarinense ou mesmo da política econômica. Instalam-se no aparelho estatal, de onde concebem projetos e planos voltados para a acumulação privada de capital. O conseqüente enriquecimento privado gera uma sociedade não da *gente da terra catarinense*, mas de *gente* proprietária de um gigantesco patrimônio privado e de *gente* proprietária somente da força de trabalho.

Cabe-lhes, ainda, uma crítica radical, pois, mais que analistas econômicos, eles se constituem em ideólogos das classes dominantes catarinenses, sustentados em seus supostos conhecimentos técnicos. As concepções de Abreu, Mattos e Lago têm influência direta no processo

¹⁵⁸ Conforme Relatório de Atividades do BNDE, Rio de Janeiro.

de acumulação de capital no Estado de Santa Catarina que apresenta, hoje, de um lado, uma economia dominada por duas dezenas de grandes grupos econômicos de porte internacional, que se apropriam de mais de 50% do PIB industrial catarinense e da maioria da renda gerada em Santa Catarina, e, por outro lado, milhares de sem-terra, trabalhadores com salários que caracterizam uma verdadeira superexploração (não permitem sequer a reprodução das condições elementares da vida) da força de trabalho, e favelização dos principais centros urbanos do Estado. Temos, enfim, um crescente *enriquecimento privado* e um significativo aumento do *empobrecimento social* da maioria da sociedade catarinense.

Portanto, o que os desenvolvimentistas de fato realizam com suas políticas de incentivo à iniciativa privada catarinense é possibilitar não o desenvolvimento integral de geração e da distribuição da riqueza, como propõem em seus estudos, mas única e exclusivamente a construção de uma lógica de acumulação de riquezas, absolutamente excludente quanto à participação da sociedade na distribuição da riqueza gerada.

Uma ilustração da lógica da atuação desenvolvimentista em Santa Catarina, refere-se aos trabalhos desenvolvidos/ou coordenados por José Müller¹⁵⁹. Na região sul de Santa Catarina é onde se verifica, de forma mais efetiva, a ação estatal direta. A intervenção do Estado, especialmente em nível federal, fez-se presente desde o começo deste século. Nessa região, o Estado fez e manteve a infra-estrutura, extraiu, comprou (para uso em termoelétrica e siderúrgica) e beneficiou o carvão. Enfim, o agente estatal teve, aí, um papel preponderante no desenvolvimento dessa região. Os trabalhos desenvolvidos ou coordenados por José Müller vão identificar, na intervenção do Estado (na forma de enclave), exatamente a razão da crise da referida região. "A era do carvão e da ferrovia do carvão, desde o final do século passado, alterou a realidade apenas na aparência, pois o transporte ferroviário, em termos sócio-históricos, somente conduz matérias-primas para fora da região, como também ocorre com as usinas termoelétricas e outras iniciativas comandadas pelos braços do polvo estatal e/ou privado, pouco deixando à região, à sociedade regional e, pelo contrário, inibindo as esperanças dos nossos filhos. As perspectivas de reaplicação dos lucros em favor do homem,

¹⁵⁹ MÜLLER, José et alii, *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município de Tubarão*, FEESC e Prefeitura Municipal de Tubarão. MÜLLER, José et alii, *Termos de Referência: Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina*, Tubarão, FEESC/SUDESUL, AMSESC e AMUREL, 2 volumes, 1976.

da natureza e de iniciativas locais e regionais existem, mas, são ainda possibilidades a concretizar" (Plano Diocesano de Pastoral, 1986/1990, 1990:49). Ou como afirmam os "Termos de Referência": "Ao secular isolamento natural adicionou-se, como fator de estrangulamento, a instauração de modelo econômico-produtivo e de apoio infra-estrutural caracteristicamente de enclave, drenando o produto e os excedentes de ambas as microrregiões para fora da região" (MÜLLER, 1976:71). Pelo exposto, observa-se que o agente estatal é responsabilizado pela quase totalidade dos problemas existentes na região, tanto pelo passado quanto pelo presente. Os gigantescos grupos privados (Eliane, Cecrisa e Guglielmi, entre outros) são isentos por Müller da responsabilidade da estagnação econômica da região, apesar do crescente aumento de seus patrimônios privados.¹⁶⁰

Por último, cabe observar que a própria lógica desenvolvimentista pode ser questionada, na medida em que Abreu, Mattos, Lago e SDE atribuem à burguesia catarinense o caráter de empreendedora, inovadora, enfim, um exemplo da livre iniciativa. Questiona-se, por fim, por que uma burguesia com todas essas "qualidades" necessitaria da ação estatal para desenvolver-se, para ampliar seu parque, sua capacidade produtiva; não seria ela capaz de fazê-lo por conta e risco próprios, nos termos que os defensores da livre concorrência sustentam ?

Entende-se que o fato de os desenvolvimentistas chamarem o aparelho estatal para intervir na acumulação privada de capital, pode sustentar a hipótese de que a burguesia catarinense é incapaz de fazê-lo por si só. Logo, verifica-se que a ação empreendedora dessa burguesia é absolutamente limitada, pois seu enriquecimento depende da ação estatal. Portanto, a ação empreendedora da burguesia catarinense tem de ser relativizada, pois, sem o volumoso apoio estatal que obteve ao longo dos anos, juntamente com a superexploração do trabalho imposta à classe trabalhadora catarinense, não constituiria os imensos patrimônios privados que hoje ela detém.

¹⁶⁰ Em seus estudos sobre a influência da imigração italiana na origem e no desenvolvimento de Tubarão e região, Amádio Vettoreto, lamentavelmente - demonstrando desconhecer a essência da engrenagem do funcionamento da sociedade capitalista - também incorre na equivocada interpretação de atribuir ao agente estatal o subdesenvolvimento da região (VITORETTI, Amádio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992.).

**A AÇÃO ESTATAL:
ENRIQUECIMENTO PRIVADO VERSUS
EMPOBRECIMENTO SOCIAL**

Após examinar a economia política catarinense, tendo sido expostas as variáveis básicas das seguintes matrizes: Periféricos (SILVA e CEAG); Schumpeterianos (CUNHA, HERING, BOSSLE e VIEIRA FILHO); as das demais contribuições (MAMIGONIAM, SINGER E CASTRO) e, ainda, as dos desenvolvimentistas (ABREU, MATTOS, LAGO e livro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico), ilustrar-se-á, agora, a intervenção do Estado, em Santa Catarina (Planos de Governo), a favor do enriquecimento privado, bem como o conseqüente empobrecimento social.

Na análise sobre a economia política catarinense, foram observadas distintas periodizações sobre as fases do processo de acumulação de capital em Santa Catarina. Em tal processo, todavia não se reconhecem como adequadas tais periodizações. Constatou-se que os autores analisados definem, como fases distintas da evolução econômica de Santa Catarina, períodos em que se observa a inserção estadual na economia nacional, com destaque para 1ª Grande Guerra Mundial, crise de 1929 e 2ª Grande Guerra Mundial.

Criticam-se tais definições por se entender que o ponto de vista que considera a maior inserção da economia catarinense na economia nacional não caracteriza uma alteração na lógica da acumulação de capital. Apesar da crescente importância da economia catarinense no âmbito nacional, os fatos apontados como responsáveis pela mudança dos períodos analisados não alteram a base da acumulação de capital, isto é, a responsabilidade de sustentação de tal processo. Reconhece-se que, do período colonial até meados dos anos 50, mesmo considerando-se todas as modificações ocorridas nesse longo espaço de tempo, a acumu-

lação de capital em Santa Catarina está, principalmente, sob responsabilidade dos agentes privados¹⁶¹, isto é, da burguesia catarinense, razão pela qual não se considera a existência de períodos distintos, como apontados pelos periféricos, schumpeterianos, e mesmo Mamigoniam, Singer e Castro.

São divididos em dois os períodos da economia catarinense: 1º – da colonização a 1955; e, 2º – 1955 aos anos 90. Dentro do primeiro período, a preocupação maior é a ocupação territorial do Estado (açorianos) e, no aspecto econômico, a representatividade é pequena, não obstante a produção de limitados excedentes destinados ao centro econômico (Região Sudeste). Observa-se, ainda, a chegada de imigrantes não portugueses – alemães e italianos, especialmente – que, nas diversas fases de ocupação territorial, deram impulsos distintos à colonização de Santa Catarina. A 1ª Grande Guerra Mundial leva Santa Catarina à sua primeira inserção destacável na economia nacional. A ampliação dos mercados da economia catarinense é catalisada com a crise de 1929 e atinge o auge com a 2ª Grande Guerra Mundial. Nesse grande período, verifica-se como insofismável o papel dos imigrantes no processo de acumulação de capital em Santa Catarina, como também o fato de a economia catarinense estabelecer uma relação periférica com o centro da economia nacional, da mesma forma que a maioria das regiões do País. Entretanto, interpreta-se que nem o imigrante-empresário nem somente os excedentes primário-periféricos, bem como a pequena produção mercantil ou camponesa são suficientes para explicar a radical alteração na acumulação de capital em Santa Catarina, notadamente a partir dos anos 60.

Portanto, aqui são classificados dois grandes períodos da economia catarinense, a saber:

1º – abrangendo desde o período colonial até meados dos anos 50 – caracterizado pela acumulação de capital sustentada pela ação dos agentes privados, considerados como a incipiente burguesia local.

2º – abrangendo de 1955 aos nossos dias – configurado pela acumulação de capital, fundamentada, preponderantemente, a partir da ação do agente estatal, via mecanismos de crédito, incentivos, isenções.

¹⁶¹ Obviamente que, neste trabalho, identifica-se o Estado atuando em benefício da acumulação privada de capital, desde o processo de ocupação territorial de Santa Catarina, através de mecanismos diversos, tais como a coerção aos trabalhadores, repressão, favorecimento na distribuição de terras, enfim, benefícios direcionados a aqueles que estão no poder ou próximos a ele. Entretanto, quanto a intervenção econômica, propriamente dita, direta e indireta, passa a se verificar somente a partir de meados dos anos 50.

Ao comparar a situação da economia catarinense, em relação à nacional, a publicação comemorativa de aniversário do Besc é esclarecedora: "*O estado está perdendo substância*", constatava o então governador Celso Ramos, logo ao assumir o cargo, em 1961. E ele comprovava o diagnóstico com números irrefutáveis. Em 1947 o estado participava com 3% da renda nacional. Em 1958 a marca baixava para 2,6%. De fato, a década de 50 foi um tanto obscura para a maioria da sociedade catarinense, ao contrário do astral (sic) brasileiro na época dos anos dourados. Dentro de seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek prosseguia com a industrialização, as novas estradas e a construção de Brasília... De fato Santa Catarina parecia estar de fora desses tempos brilhantes"¹⁶². (GA).

O final da década de 50 e o início dos anos 60 significaram um ponto de ruptura - crise da acumulação - para a economia dos três estados do Sul, mormente para Santa Catarina. Após o incremento nos fluxos de investimentos públicos e privados, os primeiros de maior relevância, norteados pela ação econômica do período JK, de 1950 a 1955, constatou-se que os tais investimentos privilegiaram principalmente o Sudeste do País, acabando por aprofundar as desigualdades regionais. É nesse contexto de acentuadas diferenças com relação ao Sudeste do País, este beneficiando-se do maior fluxo de investimentos, que aqui se define o novo e mais significativo período da economia catarinense, o estatal industrial¹⁶³.

Pedro Dutra Fonseca¹⁶⁴ analisa com clareza a situação das economias dos três estados do Sul no final dos anos 50, quando ocorria o impasse entre o aprofundamento da condição de economias periféricas em relação a São Paulo, especialmente, ou a ruptura com tal situação a partir da ação estatal-desenvolvimentista. O autor deixa claro que as elites regionais, especialmente a gaúcha, tinham clara percepção da situação na qual se encontravam. É daquele contexto, na busca da superação da situação periférica das economias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que emerge com definitiva clareza a necessida-

¹⁶² Expresso em Banco do Estado de Santa Catarina. *BESC – O saldo positivo de 30 anos de trabalho*, 1992.

¹⁶³ Já se mencionou que Xavier, em *O Capitalismo Financeiro no Brasil*, 1989, define dois grandes períodos para a economia brasileira. O período agroexportador e o estatal industrial. Capta-se aqui que o período estatal-industrial, para os três estados do Sul, e, neste caso, para Santa Catarina, passa a ocorrer somente a partir de meados dos anos 50, diferentemente, portanto, do período estatal-industrial da economia brasileira (Sudeste especialmente) que, para o autor mencionado, caracteriza-se a partir da crise de 1929.

¹⁶⁴ FONSECA, Pedro Dutra. *Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE*, Porto Alegre, BRDE, 1988.

de da ação estatal, para superar tal quadro: "...pode-se enfatizar a penetração do desenvolvimentismo na Região Sul, com relativa força, na década de 1950. E, apesar das características específicas da formação econômica e política de cada estado, há alguns aspectos definidores que acompanharam esta tomada de consciência dos políticos, técnicos e empresários locais. Entre estes, destacava-se a concepção de que as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao Governo Federal – cabendo, portanto, aos governos locais ampla tarefa no que tangia à formulação de metas e execução de programas. Esta consciência, manifesta e majorada com o aprofundamento das desigualdades regionais desde o Plano de Metas, para execução de suas propostas encontraria um problema essencial: o financiamento dos projetos de impacto, necessários para o *desenvolvimento harmônico*. É dentro deste contexto que nos três estados fundam-se secretarias ou gabinetes de planejamento e bancos estaduais e/ou de desenvolvimento, assim como órgãos especializados na esfera dos executivos estaduais voltados a setores específicos da economia. É também dentro deste contexto que surge e se concretiza a idéia de fundar um banco regional de fomento às atividades produtivas da Região – o futuro BRDE" (GA) (FONSECA, 1988: 38-39). Por isso, o autor evidencia o impasse, isto é, a tendência à estagnação ou mesmo regresso das economias dos três estados do Sul.

Faz-se premente destacar, ainda, que era reconhecida, principalmente por parte do Rio Grande do Sul, dadas as características de sua economia, que a região Sul, em sua totalidade, estabelecia uma relação periférica com o centro, especialmente com São Paulo. Em Franklin de Oliveira¹⁶⁵, tal situação tomou a forma de uma análise mais sistemática: "Membro da equipe de Brizola, Oliveira centrava-se no processo de pauperização causado, entre outros motivos: pelas relações de troca desfavoráveis entre o Rio Grande do Sul e o resto do país; pela política de exportação do estado; pelo atraso frente ao eixo dinâmico da economia brasileira e pela conseqüente descapitalização. O livro enumerava vários argumentos que assemelhavam a economia gaúcha à nordestina. Entretanto, ao mostrar as diferenças entre as duas economias, não hesitou em lembrar vários aspectos nos quais a problemática local era mais complexa e de difícil superação do que na outra região. Entre estas, a concorrência intensificada do *parque industrial paulista no interior do*

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

próprio mercado regional, de onde o Rio Grande do Sul vem sendo expulso. Assim, este estado, ao contrário do Nordeste onde a indústria não era destacada, assistia não só à estagnação, mas à regressão" (GA) (Idem, *ibidem*, pp. 41-42).

Em Santa Catarina os desenvolvimentistas, como já se afirmou, defendem também, no final dos anos 50, a necessidade de intervenção do Estado para o desenvolvimento econômico estadual. Tal atuação deveria vir a auxiliar na alteração da dinâmica econômica de Santa Catarina, especialmente no processo de centralização do capital. Identificam, os desenvolvimentistas desse Estado, a necessidade de alteração da relação periférica, via ação estatal, basicamente.

A rigor, a constatação da necessidade de interferência do Estado, via planejamento econômico, passa a ocorrer não através do aparelho do Estado, mas inicia-se a partir dos reclamos da burguesia catarinense. Ou melhor, apesar da existência do planejamento em Santa Catarina remontar a meados dos anos 50, com o Plano de Obras e Equipamentos (POE), é a partir de 1960, com o Plano de Metas do Governo (Plameg I), que o planejamento governamental estadual se consolida e se expande. Entretanto, quem faz a primeira incursão, numa análise geral da sociedade catarinense e na defesa da necessidade premente do planejamento, é a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), com seu *Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina*¹⁶⁶, no qual se afirma que a economia não pode ser regida somente por interesses particulares, reivindicando o planejamento global. "A Federação das Indústrias de Santa Catarina, no exercício de seu indeclinável dever de velar pelos interesses da classe industrial, vem de longa data tomando conhecimento ativo e crítico do processo cultural brasileiro em seus aspectos globais. Os estudos e análises a que se viu obrigada a realizar sob este aspecto, muito cedo levaram-na a reconhecer que a visão particularista dos problemas industriais não apresentava sequer para a indústria, solução satisfatória, ainda que racional e lógica. Antes, o próprio equacionamento adequado do processo da industrialização estaria na dependência de um projeto global econômico e social do Brasil"¹⁶⁷. Como já foi observado, o empresariado catarinense, ao reconhecer a sua im-

¹⁶⁶ FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina: documento básico*, 1960.

¹⁶⁷ Afirmações de Celso Ramos, então Presidente da Fiesc. Foi governador do Estado no período de 1961 a 1965, onde adotou os resultados do Seminário promovido pela Fiesc como a base do Plano de Metas do Governo (Plameg I).

possibilidade de dar continuidade à acumulação de capital, por conta e riscos próprios, chama pela intervenção estatal para superar sua crise no período em análise.

Portanto, é a partir dos anos sessenta que o Estado catarinense passa a ter uma atuação econômica mais significativa, mesmo porque é dessa época a própria reestruturação dos aparelhos estatais dos estados da federação. Tal período caracteriza-se pela notória e crescente participação do governo estadual catarinense na busca da ampliação da acumulação de capital privado. Especificamente, passam a ser realizados os planos de desenvolvimento governamentais; criam-se as instituições financeiras estaduais e regionais; bem como há a reestruturação e ampliação da infra-estrutura, melhoria e readequação da educação, objetivando-se à ampliação da mão-de-obra produtiva do Estado de Santa Catarina.

Não se desconsidera a ação estatal no período anterior (até meados de 1950), em suas múltiplas formas, como já afirmado na 1ª parte deste trabalho. Entretanto, considera-se que o próprio aparelho estatal, no início dos anos 60, passa por profundas modificações que lhe possibilitam uma intervenção mais incisiva como suporte ao enriquecimento privado em Santa Catarina.

O agente estatal passa, a partir de então, a agir com incentivos, créditos, investimentos diretos, planejamento, formação profissional, infra-estrutura, etc., na constante ampliação do enriquecimento privado em Santa Catarina, embora alegando abranger as múltiplas necessidades da "gente da terra catarinense".

A ingerência estatal, agora direcionada para o crescimento privado, criou o substrato necessário ao desenvolvimento do parque produtivo catarinense, alterando a composição setorial, o volume de empregos, a passagem do predomínio dos ramos tradicionais para os dinâmicos, mas, numa amplitude muito maior, o agente estatal tornou-se o sócio maior da constituição dos portentosos grupos econômicos de Santa Catarina, evidenciando a prática de um modelo excludente e concentrador de rendas.

Foram os recursos da sociedade catarinense, via Estado e agentes financeiros estaduais, regionais e mesmo federais, que possibilitaram o estupendo enriquecimento privado dos que, hoje se constituem nos grupos de porte internacional. A socialização da constituição dos empreendimentos privados catarinenses redundou, entre outras, após duas décadas e meia de atuação deficitária do Estado e seus agentes, na intervenção do Banco Central do Brasil no Banco do Estado de Santa Catarina

(Besc)¹⁶⁸, e no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc)¹⁶⁹, bem como no completo endividamento do governo estadual catarinense. Por outro lado, enquanto as instituições públicas estaduais e mesmo federais vão encerrar os anos 80 absolutamente desprovidas de fundos próprios para sequer funcionar em mínimas condições, verifica-se, concomitantemente, o vertiginoso aumento do patrimônio dos grupos privados de Santa Catarina e o acentuado empobrecimento da sociedade catarinense.

Após o estudo dos mecanismos de intervenção do agente estatal, analisar-se-á, a seguir, o comportamento dos distintos ramos da economia catarinense, considerando a repartição da renda, bem como a performance das(os) empresas/grupos dos respectivos ramos¹⁷⁰.

Deve-se ressaltar que, apesar de o Estado de Santa Catarina já ter uma incipiente industrialização, com tal setor participando da estrutura da renda interna setorial com 17,1% em 1939, 20,5% em 1955 e decrescido para 19,3% em 1960¹⁷¹, constata-se a sua estagnação ou mesmo regresso, pois "Faltavam aqui todos os elementos políticos, instrumentais e de infra-estrutura possibilitadores da adoção e execução de um agressivo plano de inversões que viessem a prepará-lo para a industrialização"¹⁷². Nota-se claramente que os organismos estatais, tal como se observa na citação supracitada, reconhecem que a industrialização não se daria em termos definitivos sem uma intervenção efetiva do Estado em nível estadual, buscando ampliar as condições para tal realização.

Analisada a situação estrutural que Santa Catarina apresentava em meados dos anos 50, bem como a crise de acumulação por que passava a burguesia catarinense naquele momento, além do apelo à intervenção estatal, para superar tal processo, passa-se a ilustrar os diversos planos de governo aplicados na economia catarinense a partir desse período.

¹⁶⁸ O Besc sofre intervenção do Banco Central de fevereiro de 1987 a junho de 1988, no governo Esperidião Amin (ex-PDS, PPR, atual PPB) devido, especialmente, à inadimplência dos seus devedores, tendo, em 1986, encerrado o exercício com um prejuízo de 454 milhões de cruzeiros (em valores de dezembro de 1992/dólar oficial = US\$ 65 milhões), tendo dívidas a receber de mais de 2 bilhões de cruzeiros (em valores de dezembro de 1992/dólar oficial = US\$ 300 milhões).

¹⁶⁹ O Badesc sofre intervenção entre outubro de 1990 e junho de 1991, "...com o aprofundamento da recessão, um número grande de empresas deixou de pagar o Badesc, que ficou sem condições de honrar seus débitos com o BNDES", afirma Adolar Pieske, presidente do Badesc. Em *Expresso*, Ano 2 - Nº 21 - 1992.

¹⁷⁰ Esta parte do trabalho teve contribuição especial dos acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, da disciplina Economia Catarinense, ministrada pelo autor deste trabalho no 2º semestre de 1992.

¹⁷¹ Fonte: Fundação Getúlio Vargas e IBAGESC.

¹⁷² Mencionado em Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda/GEPAC, 1992.

Planos de Governo

Com relação aos Planos de Governo, têm-se: “Plano de Obras e Equipamentos (POE)”;

“Plano de Metas do Governo I (Plameg I)”;

“Plano de Metas do Governo II (Plameg II)”;

“Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD)”;

“Governar é Encurtar Distâncias”;

“Plano de Ação”;

“Carta dos Catarinenses”;

“Rumo à Nova Sociedade Catarinense”;

“Governo de Santa Catarina”;

e “Plano Sim”.

Os temas que agora serão abordados, ou seja, os Planos de Governos, tiveram a fundamental colaboração dos alunos de Ciências Econômicas da UFSC, entre eles: Luciano João Santos, Margarida Berns, Felipe Tawerney Zanella, Andréia Turnes, Olívio Alberto Teixeira.

Plano de Obras e Equipamentos (POE) 1956-1960

Governo Irineu Bornhausen (UDN)

Esta foi a primeira experiência de planejamento estatal em Santa Catarina. Concentrou-se na ampliação e nas melhorias infra-estruturais. Do total dos recursos investidos, 45% foram para as estradas de rodagem, 35% para a energia elétrica e os 20% restantes, para a agricultura, a educação e a saúde.

Os recursos para financiar tais investimentos originaram-se do aumento de 20% do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC).

Quanto aos resultados do POE, ressalta Fonseca: "Apesar das possíveis críticas ao POE no que tange aos problemas de sua execução e à viabilidade de alcançar suas metas, não resta dúvida que se trata de instrumento fundamental para evidenciar a preocupação das elites catarinenses quanto à perspectiva do desenvolvimento econômico, consciência esta manifestada com mais nitidez com o Plameg, do governo Celso Ramos, de 1961 a 1965" (FONSECA, 1988: 37). Enfim, pode-se considerar o POE como a primeira tentativa de concretização da idealização do planejamento estatal em Santa Catarina. O Plameg I passa a se constituir de fato numa concretização do planejamento, com resultados mais efetivos para a superação da crise de acumulação de capital no Estado.

A crítica ao POE, projeto inicialmente previsto para 10 anos (1955-65), deve ser entendida também em virtude das divergências políticas entre os grupos liderados por Irineu Bornhausen (UDN-POE) e Celso Ramos (PSD-Plameg I), ambos oligarcas adversários.

Plano de Metas do Governo I (Plameg I) 1961-1965 Governo Celso Ramos (PSD)

Fruto, como já se observou, das conclusões do "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", promovido em dezembro de 1960, o PLAMEG I foi uma experiência de planejamento mais ampla que o POE por múltiplos aspectos, entre os quais, o reconhecimento pela burguesia catarinense de que a ação individual de cada empresário não conseguiria superar os entraves à industrialização local. Segundo Sérgio Schmitz¹⁷³, "O ano de 1961 assinala, no Estado, a primeira tentativa de planejamento global das ações do Governo Estadual. Refere-se à Lei 2.772, de 21 de julho de 1961, que dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual para o quinquênio 1961/1965. Instituído pela lei acima citada, o Plameg destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do estado. O mesmo diploma legal autorizava o Poder Executivo a dispender, para a execução do Plano no Período governamental, recursos até a importância de dezessete milhões e quinhentos mil cruzeiros (quase 100 milhões de dólares), destinados aos investimentos que objetivassem a melhoria das condições de vida do homem; a infraestrutura; a expansão agrícola e industrial, discriminadas em setores" (SCHMITZ, 1985: 20).

Os recursos para os investimentos eram oriundos de 35% da arrecadação estadual prevista para o período.

Os três grandes programas setoriais do Plameg I eram classificados nos seguintes tópicos: O Homem, O Meio e A Expansão Econômica. Schmitz, ao analisar o Plameg I, revela o montante de recursos e a

¹⁷³ SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965)*, Florianópolis, Ed. da UFSC/FESC/UEDESC, 1985.

finalidade desses programas. Em 1965, de todos os recursos investidos, 78% foram aplicados no **Meio** (Energia, Rodovias e Obras de Artes) e em **Expansão Econômica** (armazenagem, fomento agropecuário, abastecimento, participação em empreendimentos pioneiros e Banco do Estado. Os 22% restantes foram destinados ao **Homem** (educação e cultura, justiça e segurança pública, saúde pública e assistência social e serviços de água e esgoto). Observa-se, claramente, que os programas vinculados diretamente à acumulação de capital (expansão econômica) obtêm a ampla maioria dos recursos, enquanto os de caráter social têm participação limitada.

Fonseca, ao comentar a acumulação de capital no período do Plameg, afirma: "O desenvolvimento catarinense, nesse anos, assumiu franco caráter industrializante. Antes de assumir o governo, Celso Ramos fora presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, na qual realizou um seminário Sócio-Econômico, cujos resultados evidenciavam a necessidade de melhor conhecer a economia estadual. Para tanto, distribuíram-se questionários a líderes municipais e do empresariado, a fim de detectar suas necessidades e problemas. Assumindo o governo, criaram-se seis fundos com o fito de assegurar o alcance das metas: Fundo Estadual de Educação, de Aparelhamento da Justiça e Segurança Pública, de Assistência aos Municípios, de Obras e Equipamentos, de Saúde Pública e de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial. A maior parte desses fundos contou com verbas de impostos em porcentagens estabelecidas em lei, além das provenientes de taxas e contribuições de melhorias" (Idem, *ibidem*, p. 38). Verifica-se que o Plameg, bem como o POE, foram financiados pela sociedade catarinense com pesada tributação.

O Plameg I marca, também, durante a sua aplicação, o período de surgimento de duas instituições públicas que vão propiciar as condições creditícias ao processo de industrialização de Santa Catarina. É fundado, em 1962, o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), atual Banco do Estado do Santa Catarina (Besc). O BDE, posteriormente Besc, foi, indubitavelmente, fundamental para a acumulação privada de capital no estado. "A história do Besc é a própria história de Santa Catarina. Desde que surgiu, em 1962, o Banco é a referência chave de qualquer narrativa sobre o crescimento do estado. Ele foi a espinha dorsal do Plameg, o Plano de Metas do governo Celso Ramos que mudou definitivamente o perfil catarinense... E continua sendo o principal veículo do crescimento do estado, levando crédito e

apoio a pequenos empresários ou produtores rurais espalhados por todo o território barriga-verde. *Só que agora com experiência de quem já ajudou a transformar alguns pequenos empresários catarinenses do passado em gigantes internacionais como Sadia, Perdigão, Ceval, ou Weg*" (GA) (Besc, 1992: 20). Constatase, portanto, o reconhecimento, por parte do próprio banco, de que sua atuação se direcionou no sentido de instrumentalizar o enriquecimento privado em Santa Catarina, desprezando sua própria função institucional, cuja característica deveria ser, fundamentalmente, a social.

Ainda em 1962, é fundado, numa união dos três estados do Sul do Brasil, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), objetivando, como já se mencionou anteriormente, superar a crise de acumulação de capital dessa região. Cabe observar que, com relação à fundação do BRDE, houve uma forte oposição da burguesia paulista e mesmo do governo federal. "Além disso, havia resistências do governo e do empresariado paulistas: os próprios governadores teriam contribuído ainda mais para acirrar os ânimos, pois antes de viajarem a Brasília, ainda em Curitiba, em entrevista coletiva à imprensa, fizeram unísono ao majorar a importância do convênio assinado: não se tratava da simples criação de um banco, mas de criar condições para enfrentar diretamente a expansão do *imperialismo paulista* (GA)" (FONSECA, 1988: 49). A posição dos governadores do Sul – Leonel Brizola (RS), especialmente –, reconhecia e criticava o imperialismo paulista.

Em 5 de dezembro de 1962, o presidente João Goulart, através do decreto 51.617, autorizava o funcionamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Entretanto, suas operações iniciariam-se somente no final de 1962. A ação efetiva do BRDE passa a ocorrer a partir de 1964, beneficiando-se de recursos repassados através do Acordo do Trigo¹⁷⁴.

O BRDE, nos primeiros anos, teve uma atuação reduzida para Santa Catarina e Paraná, privilegiando o Rio Grande do Sul. Entretanto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, Santa Catarina teve sua participação ampliada, no tocante ao volume de investimentos realizados.

¹⁷⁴ Maiores informações sobre a fundação e consolidação do BRDE, ver FONSECA, Pedro Dutra. *Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE*, 1988 e CAMPOS, José Hypólito Machado de. *BRDE: a Ação Governamental na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul*, s/d.

"Naqueles anos – início do *Milagre* –, Santa Catarina foi o estado mais beneficiado, chegando a agência de Florianópolis a responder por 40% do valor das operações contratadas, enquanto a de Porto Alegre alcançou 42%" (GA) (FONSECA, 1988: 73-74).

Ainda durante o Plameg I, são criadas a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituições que vão marcar profundamente, – via pesquisas e qualificação de força de trabalho –, a acumulação capitalista do Estado.

Outro programa criado no período do Plameg foi o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (Fundesc), instituído em 1963, e que atendia, especificamente, aos interesses das empresas, notadamente das indústrias. "Na primeira metade da década de 70, foi um dos impulsos mais importantes na ampliação das empresas que hoje são os gigantes do estado, como Embraco, Hansen, Tupy, Weg ou Consul" (BESC, 1992: 29). O Fundesc objetivava "...estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado... via aplicação de incentivos fiscais, subsidiamento de encargos financeiros e concessão de empréstimos... tendo como fonte de recursos o orçamento estadual e incentivos fiscais..." (GIESE, 1991: anexo 2). O Fundesc e todos os programas de incentivos à iniciativa privada estadual significaram a transferência do ônus do financiamento da acumulação privada para a sociedade catarinense, com a redução dos recursos públicos para a maioria da sociedade catarinense a favor das elites empresariais.

É evidente a alteração estrutural que passa a emergir, em Santa Catarina, a partir do Plameg. O papel do planejamento e do crédito, especialmente, foram decisivos para a nova dinâmica que passa a assumir a economia catarinense nos anos 60. Ressalte-se, entretanto, que se buscou caracterizar o Plameg como, simplesmente, a materialização dos anseios e desejos da maioria da sociedade catarinense, expressos no "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", promovido pela Fiesc: "Deve-se também ressaltar que o Plameg foi implantado no Estado após uma iniciativa desbravadora de realização de um Seminário Sócio-Econômico, onde se observou a participação direta do povo para apontar as suas necessidades e poder-se, a partir daí, realizar-se um plano de governo que satisfizesse essas necessidades. O Plameg realizou tão bom trabalho quanto dele em boa razão se poderia esperar" (SCHMITZ, 1985: 116).

Plano de Metas do Governo II (Plameg II) 1966-1970 Governo Ivo Silveira (PSD)

O Plameg II, desenvolvido por Ivo Silveira entre 1966-1970 foi, na verdade, a continuidade do Plameg I, mesmo porque Ivo Silveira representava a continuidade política de Celso Ramos. O novo governo vai dar, fundado nas mesmas bases do anterior, seqüência ao desenvolvimento de Santa Catarina.

As bases ideológicas do Plameg II foram a expansão econômica e o progresso social. Entendia-se que a primeira dependia das ações do governo, para que estas completassem e estimulassem a ação da iniciativa privada. Entretanto, ao se analisar os investimentos realizados entre 1966 e 1969, observa-se que o tópico expansão econômica, – englobando transportes, energia, comunicações, agropecuária e indústria – consumiu 77% dos investimentos, enquanto ao outro tópico, progresso social – educação, administração, saúde e saneamento, segurança, assistência e previdência, habitação e planejamento urbano – couberam os 23% restantes.

Os dados acima indicam o quanto a intervenção – direta e indireta – do Estado foi significativa na economia catarinense, em meados dos anos 60. Mostrou-se que quase 80% dos recursos do governo estadual foram gastos em setores diretamente vinculados com o que se chamou "desenvolvimento econômico", mas que era, em última instância, uma forma de superação da crise de acumulação privada em Santa Catarina.

Uma das providências governamentais bem percebidas, no final dos anos 60, foi o aumento de oferta de energia, criando condições próprias para a ampliação da industrialização.

Para orientar os investimentos do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc), foi necessária a constituição do Grupo Executivo Industrial (GEI), que tinha como objetivo gerenciar o Fundesc. A partir do Plameg II, incrementa-se a participação do governo federal nos investimentos em Santa Catarina.

O Fundesc, durante esse período, passa por algumas modificações, tornando-se mais dinâmico, visando à industrialização catarinense. "Com relação à avaliação do Plano, podemos dizer, muito sucintamente, que dos 4 grandes objetivos (melhoria dos meios administrativos, valorização dos recursos humanos, expansão econômica e melhoria das condições sociais), pretendidos, o Plameg II apresentou resultados bastante

expressivos no tocante aos auxílios à expansão industrial. Entre eles se sobreleva o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc), composto de recursos aportados das rendas estaduais e provenientes do aproveitamento dos incentivos fiscais criados pelo Estado, com o objetivo de ampliar o parque industrial catarinense por via da expansão das indústrias e da implantação de novas atividades industriais. Embora alterado, por dificuldades operacionais, seu objetivo original, que era o de servir de estímulo ao desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas, o Fundesc não deixou de ser o ponto alto da administração governamental nesse período, até hoje permanecendo como instrumento de grande influência no processo de expansão econômica do estado" (MATTOS, 1973: 322). O próprio Mattos reconhece que o planejamento, via Fundesc, acabou por concentrar a maioria dos recursos na "expansão econômica", desprezando o quadro de dificuldades regionais e, mais ainda, as desigualdades sociais.

Nesse período, de acordo com os dados disponíveis¹⁷⁵, mais precisamente no ano de 1967, a renda interna, segundo os setores de atividade, era assim repartida: Agricultura: 36,5%; Indústria: 18,4%; Serviços: 45,1%.

Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) 1971-1975 Governo Colombo Machado Sales (ARENA)

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) é uma versão estadualizada do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici, cujas metas são, no entanto, mais audaciosas. Pretende obter um crescimento do PIB em torno de 10 a 12%, enquanto a média nacional visa 9% a.a.. No âmbito federal, o programa de Metas e Bases e, no estadual, o Projeto Catarinense, foram concebidos exatamente para responder aos desafios da iniciativa privada, facilitando-lhe cada vez mais os seus ímpetos de crescimento.

O PCD constatava obstáculos ao desenvolvimento catarinense, entre eles: a desintegração sócio-econômica, a deficiência nos transportes, nas

¹⁷⁵ MATTOS, Fernando Marcondes de. *Santa Catarina: nova dimensão*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1973.

comunicações, no crédito e, especialmente, a "Insuficiência das elites (desconhecimento da realidade em sua dimensão dinâmica; ausência de perspectiva, falta de grandeza, medo à renovação e à modernização das estruturas do poder político)" (Idem, *ibidem*, p. 05). Denota-se, portanto, mais uma vez, o reconhecimento das elites catarinenses da necessidade da presença do aparelho do Estado, evidenciando, assim, a incapacidade destes em garantir, via ação própria, a acumulação de capital.

Definindo os entraves, o PCD objetivava: a modernização administrativa; a integração estadual; a modernização nos transportes e nas comunicações; a consolidação do sistema energético; a expansão industrial; e a construção de sólido sistema financeiro e de assistência técnica aos três setores da economia. É durante o PCD que se funda o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc)¹⁷⁶, a partir do Fundesc¹⁷⁷. Criou-se, também nesse período, o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (Codisc), composto por técnicos do aparelho estatal catarinense e representantes das empresas privadas de Santa Catarina.

A finalidade do Sistema Financeiro Estadual (industrialização), é demonstrada assim: "Além de suprir com crédito de médio e longo prazos as atividades prioritárias para o desenvolvimento catarinense, os organismos financeiros procuram dar orientação técnica, com vistas ao sucesso dos empreendimentos financiados... Para evidenciar o esforço de industrialização através de financiamentos, somente nos dois últimos anos ocorreram aplicações da ordem de Cr\$ 595.279.000,00, dos quais o sistema financeiro estadual alocou Cr\$ 376.657.000,00 (63%) na ampliação e modernização do setor secundário estadual"¹⁷⁸.

Destaca-se, também, no campo educacional, a preocupação em relação à formação de mão-de-obra técnica para atender às demandas da indústria catarinense. "Segundo o projeto, o sistema de formação de recursos humanos deve extrapolar o sistema formal e entrar no campo de formação e treinamento da mão-de-obra. Em cooperação com empresas e organismos especializados, o Estado implantará ou transformará os Colégios Técnicos Regionais em Centros de Treinamento Profissional, capazes

¹⁷⁶ "Existem várias maneiras de explicar o desenvolvimento de Santa Catarina. O Badesc é apenas a mais fácil delas", expresso em publicidade veiculada no jornal *Diário Catarinense* (especial), de 21/5/92.

¹⁷⁷ O Sistema Financeiro significou, além da criação do Badesc, a constituição e a ampliação das seguintes sociedades: Sociedade de Crédito Imobiliário; Sociedade Corretora de Valores Mobiliários; Fundo de Investimento da Companhia Catarinense de Crédito; Financiamento e Investimento; Sociedade Distribuidora de Valores; Administração de Valores Mobiliários; duplicação e modernização do Besc.

¹⁷⁸ Citado em: Governo do Estado de Santa Catarina. *Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais*, 1973.

de responder com presteza, flexibilidade e eficiência às flutuações da demanda do mercado de trabalho" (Idem, ibidem, p. 10). Observa-se, mais uma vez, que toda a lógica da ação do projeto é voltada ao atendimento das necessidades para a acumulação de capital privado.

O setor que obtém o maior volume de recursos é a agropecuária. Os setores subdividiam-se em: crédito rural; cooperativismo, armazenagem e comercialização; bovinocultura; suinocultura. Objetiva-se, com os investimentos nesse setor, a modernização rural.

O significado econômico do Projeto Catarinense de Desenvolvimento pode ser dimensionado a partir dos recursos investidos nos setores direta e indiretamente associados à acumulação de capital. Foram, durante o período de governo de Colombo Machado Sales, investidos na dinamização da economia 81,0% (BERNS, 1992: 06) de todos os investimentos realizados pelos governo, assim discriminados:

-Desenvolvimento-Expansão e Modernização Industrial	21,9%
-Telecomunicações	3,8%
-Energia	5,6%
-Transportes	21,0%
-Agricultura	22,7%
-Recursos Humanos e Tecnologia	6,2%

Os 19% restantes foram distribuídos entre a modernização administrativa, a integração estadual, o desenvolvimento microregional, o saneamento, a saúde pública, a segurança, a informação e as edificações.

Governar é Encurtar Distâncias 1975-1979

Governo Antônio Carlos Konder Reis (ARENA)

O período de governo em que o aparelho estatal catarinense ficou sob o comando de Antônio Carlos Konder Reis (PDS)¹⁷⁹ caracteriza-se, entre outras coisas, pela identidade e íntima relação com a ditadura militar. A condução da política econômica brasileira baseava-se no II Plano

¹⁷⁹ O ex-Vice-Governador (ex-PDS, PPR, atual PPB) de Vilson Kleinübing (PFL), é um dos representantes mais ativos da oligarquia Ramos-Bornhausen em Santa Catarina.

Nacional de Desenvolvimento (II PND), sendo a diretriz estadual, entre 1975 e 1979, uma adequação do II PND para os interesses dominantes em Santa Catarina.

O Plano de Governo de Antônio Carlos Konder Reis identificava que o desenvolvimento econômico, até aquele momento, em que pesassem ações limitadas do governo, era determinado, basicamente, pelo dinamismo e pela imaginação dos empresários e pela formação ordeira e capacidade de trabalho do povo catarinense.

Entre as diretrizes básicas do governo de Konder Reis, destacam-se: a ampliação do sistema de transportes e comunicações; a unificação das políticas de crédito e financiamento; o ordenamento das aplicações do Fundesc; a dinamização e a racionalização da tecnologia; a manutenção de estoques reguladores; as políticas regionais de desenvolvimento; a formação e o aprimoramento da mão-de-obra; e a ampliação da distribuição de energia elétrica. É de se ressaltar especialmente o setor de crédito, que tinha como objetivo, expresso claramente no II PND, a criação de grandes empresas, através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infra-estrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive área imobiliária) – ou a formação de conglomerados financeiros ou industriais financeiros. Portanto, a ação do Estado caracteriza-se, entre outras, por uma política de centralização do capital, desmistificando as bases do denominado modelo catarinense de desenvolvimento, cuja característica básica é o enaltecimento ao pequeno e médio produtor.

Destaca-se, nesse período, a ação do CEAG e do Badesc, na qual o primeiro realizava os estudos setoriais/perfis industriais de viabilidade econômica e o segundo financiava os investimentos nos setores considerados rentáveis. São evidenciados como tais os setores: metal-mecânico, têxtil, óleos vegetais, frigorificação e derivados, cerâmica de revestimento, louças e cristais, indústria de mobiliário, indústria de papel e papelão e indústria química.

Quanto à ação do Badesc, é importante destacar que, após a posse do Sr. Arlindo Plínio de Ness, comandante do grupo Chapecó e pessoa de enorme influência política e econômica em todo o oeste, na presidência do Badesc, a participação da Associação dos Municípios do oeste de Santa Catarina (Amosc), nos recursos liberados, aumentou significativamente. Observa-se, portanto, o uso de recursos financeiros sem os tão propalados critérios técnicos para a distribuição de tais recursos, por parte do presidente do Badesc.

Embora sem a quantificação setorial das inversões realizadas durante o período de governo de Antônio Carlos Konder Reis¹⁸⁰, identifica-se a continuidade da tendência anterior por parte do agente estatal na sustentação da acumulação de capital.

É durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis que se substitui o Fundesc pelo Procape¹⁸¹, bem como se institui pela Lei 5089, de 30 de abril de 1975, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (Cede), que, como órgão de assessoramento superior, tem como principal finalidade assessorar o governador na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação das atividades das secretarias integrantes da área econômica, segundo a orientação geral definida no Plano de Governo.

Plano de Ação 1979-1983 Governo Jorge Konder Bornhausen (PDS) e Henrique Córdova (PDS)

Pelo menos enquanto proposição, o plano de governo de Bornhausen indicava a necessidade de uma menor intervenção do Estado na economia, permitindo que leis de mercado regessem as relações econômicas. "...a ação governamental estará decidida e diretamente preocupada com o desenvolvimento de Santa Catarina, significando o fortalecimento de uma economia de mercado... ***o governo será assim juntamente com o mercado um agente alocador de recursos***, preocupado, contudo, com outros critérios alocativos, que não apenas o econômico..."¹⁸² (GA). Portanto, pelo menos em tese, o agente estatal deveria reduzir sua ação direta, permitindo ao mercado uma maior manifestação de suas leis reguladoras.

¹⁸⁰ A partir do Governo de Antônio Carlos Konder Reis, as informações quantitativas, com relação aos investimentos setoriais do governo, deixam de ser fornecidas de forma sistemática, daí a impossibilidade de precisar-se os gastos governamentais em níveis de secretarias ou mesmo de prioridades.

¹⁸¹ O Fundesc é substituído pelo Procape, "Após a proibição do Fundesc pela Lei Federal Complementar Nº 24/75, que impedia a manutenção ou criação de incentivos com base no ICM, o fundo foi transformado no sistema Procape. Como a lei resguardava direitos incorporados, o Procape administrou e garantiu a realização dos projetos em andamento ou aprovados pelo Fundesc até 1975" (Giese, 1991: 90).

¹⁸² Citado em Secretaria do Planejamento e Fazenda/Gerência de Programação, Acompanhamento e Controle (Gepac). *Industrialização em Santa Catarina, do Ponto de Vista do Planejamento Governamental*, 1992.

As diretrizes básicas desse plano dirigiam-se a três segmentos básicos de atuação: Campo Psicossocial; Campo Econômico; e Organização Administrativa e Planejamento.

No primeiro, haveria concentração nos seguintes setores: Educação, Habitação, Saúde, Saneamento, Segurança e Trabalho.

No segundo, as ações voltar-se-iam para a agricultura, a indústria e o comércio, com destaque para o fornecimento de incentivos às agro-indústrias e aos empréstimos de apoio e concessão de estímulo especial às indústrias básicas, como comunicações, energia, recursos naturais e transportes.

Com relação à organização administrativa e ao planejamento, o plano de governo destacava a necessidade de uma administração organizada, o desenvolvimento regional seguido de uma política de proteção ao meio ambiente.

Essas eram as propostas e os objetivos para os múltiplos aspectos da realidade catarinense que o "Plano de Ação" do governo Jorge K. Bornhausen propunha para a sociedade catarinense.

No tocante à indústria cabe ainda destacar a clara opção governamental em apoiar os investimentos industriais dinâmicos, objetivando, segundo a análise do Gepac, "...além da mudança da estrutura da indústria e melhoria da produtividade, criar novas fontes de emprego. Importante, também, será a diminuição conseqüente das relações de dependência com outros centros desenvolvidos, fazendo, por fim, com que o setor industrial sofra um crescimento em bloco, autônomo e auto-sustentado" (Idem, *ibidem*, p. 7).

O Procape seria o principal instrumento de apoio às empresas "Quanto às aplicações em capital de risco, vê o governo, no Procape, um agente promotor do desenvolvimento, cujo desempenho é de especial magnitude" (Idem, *ibidem*, p. 07).

Um dos aspectos mais marcantes do período de governo em análise foi o intenso uso do aparelho estatal catarinense para garantir a continuidade das oligarquias no poder político estadual. Jorge Konder Bornhausen e seu sucessor¹⁸³ se utilizaram de múltiplos mecanismos para eleger Esperidião Amin, Governador do Estado de Santa Catarina, nas eleições de 1982. "Através da análise dos relatórios do Tribunal de

¹⁸³ O Governador Jorge K. Bornhausen renunciou a seu cargo para concorrer, nas eleições de 1982 ao Senado Federal, assumindo o vice-governador, Henrique Córdova.

Contas do Estado, por exemplo, percebemos a anotação de uma série de distorções na aplicação do orçamento governamental, ao que tudo indica, também podem estar relacionadas com o período eleitoral: contratação de servidores sem concurso, verbas em grande número para divulgação de atos do governo acima dos limites permitidos por lei, como subvenção para a manutenção de empresas privadas, etc. Some-se a isto, e talvez o fato que deixe mais claro este sintoma, a declaração do então governador Henrique Córdova ao assumir o governo catarinense, que não se *portaria no governo como magistrado*, no que se referia ao pleito. Tal fato, é ainda mais relevante em função de suas posteriores declarações sobre o uso de dinheiro público para favorecer *indiretamente* a candidatura oficial. Além disso é provável ter havido igualmente a utilização para fins eleitorais de três importantes organismos estatais: Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, Secom; Banco do Estado de Santa Catarina, BESC; e Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas, Procape"¹⁸⁴ (GA).

Carta dos Catarinenses 1983-1987 Governo Esperidião Amin (PDS)

O programa de governo de Esperidião Amin, apesar de afirmar "Prioridade aos Pequenos", dará continuidade, tal como nos governos anteriores, ao incessante impulso à acumulação privada de capital.

Em sua "Carta dos Catarinenses", o compromisso expresso era de fortalecer a empresa catarinense. Os mecanismos para tal objetivo foram as isenções de ICM, juntamente com a ação direcionada do Sistema Financeiro Estadual. No período de governo em análise, os créditos à iniciativa privada no Estado totalizaram 1 bilhão de dólares.

No item relativo ao auxílio estatal aos agentes privados, observou-se uma intensa política de incentivos às exportações, que atingiram a média anual de 1 bilhão de dólares.

Ao analisar a situação do setor secundário, no período de governo de Amin, nota-se que no setor industrial os níveis de expansão foram

¹⁸⁴ AGUIAR, Itamar. *As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

bastante significativos. A indústria extrativa mineral apresentou acréscimos de 8,16%, a de transformação, de 15,36%, a da construção civil, de 4,99%. O crescimento observado foi sustentado pelo mercado interno, motivado pela recuperação da economia iniciada ao final de 1984 e fortalecida ao longo de 85, que proporcionou ganhos reais de salário, elevando a renda pessoal disponível e ativando a demanda doméstica pelos diversos bens de consumo.

A "Carta dos Catarinenses", com a chamada "prioridade aos pequenos", é estudada intensivamente por Marli Auras¹⁸⁵, especialmente no capítulo 7 de seu trabalho intitulado, "A Presença Política dos Trabalhadores Obriga as Forças Oligarcas a Percebê-los: Esperidião Amin e sua *Opção pelos Pequenos*", onde destaca: "Após mais de uma década de governantes nomeados por Brasília, foi resgatado, no início dos anos 80, com todos os *casuísmos*, o direito às eleições diretas para a escolha do governador do Estado. Enfim, em 1982, os detentores do poder tiveram que se submeter ao *cheiro do povo*, percorrer cidades e interiores, lançar mão de todo o seu arsenal coercitivo e persuasório, usar o aparelho governamental e o dinheiro público como grandes cabos eleitorais na campanha do candidato da situação. Este candidato tinha que ser, a qualquer custo, referendado pelas urnas, para que não ocorressem descontinuidades nas políticas de favorecimento aos grandes beneficiários do modelo econômico concentrador de rendas" (GA) (AURAS, 1991: 300-301).

A autora demonstra que, apesar de o discurso voltar-se aos pequenos, as ações governamentais continuaram a favorecer os grandes grupos empresariais de Santa Catarina e que, apesar das forças políticas catarinenses terem rivalidades entre si, "Todas são, no entanto (e nisso são coesas), ferrenhas defensoras das virtudes da iniciativa privada" (Idem, *ibidem*, p. 303).

Houve, ao longo do período de governo de Esperidião Amin/Victor Fontana (Grupo Sadia), uma ação efetiva para dar continuidade ao enriquecimento privado em Santa Catarina. "Em um contexto histórico de forte concentração do poder econômico e do poder político, a *opção pelos pequenos* não é apenas uma hábil peça de marketing político, a alcançar, pela televisão, cada uma das milhares de desassistidas famílias catarinenses, em tempos de *abertura* do Estado Autoritário. Tal *opção*

¹⁸⁵ AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos"*, Tese de Doutorado, PUC/SP, S Paulo, 1991. Mimeografado.

se, por um lado, é constrangida a reconhecer a presença do outro, ainda que de modo bastante difuso, e comprometer-se publicamente com o atendimento de suas carências – o que, por contradição, abre flancos para que os movimentos populares avancem e desmistifiquem a estratégia da tutela governamental sobre eles –, por outro lado, dada a continuidade do modelo econômico concentrador de rendas, oligopolizado, o investimento financeiro no *pequeno* tem fortes chances de fazer crescer, ainda mais, a riqueza dos grandes. Nas franjas do grande capital pode proliferar a *economia dos pequenos*, como um apêndice que poderá ser extirpado pelos grandes a qualquer momento, se for o caso. Que cooperativa de pequenos e pobres produtores rurais pode ameaçar o poder econômico da Sadia? A concepção de mundo difundida pelo aparelho governamental, acena, para os *pequenos*, com a possibilidade de que, através de seu trabalho e da ação mediadora do Estado, tornem-se grandes. Tal concepção busca reproduzir a desigualdade econômico-social, explorando, cada vez mais, o sobretrabalho dos subalternos" (GA) (Idem, ibidem, p. 315-316).

Uma ilustração da continuidade da intervenção do governo estadual catarinense em busca da ampliação da acumulação de capital, verifica-se com o aumento da dívida pública do Governo do Estado de Santa Catarina. Em 1970, a dívida do governo estadual era de US\$ 7,5 milhões de dólares, em 1982 havia aumentado para 598 milhões, crescendo 8.000%, em apenas 12 anos. Ao término do governo de Esperidião Amin/Victor Fontana, a dívida pública havia alcançado, segundo dados oficiais, 791 milhões de dólares¹⁸⁶.

Rumo à Nova Sociedade Catarinense 1987-1991 Governo Pedro Ivo Campos (PMDB) e Casildo Maldaner (PMDB)

O governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB)¹⁸⁷, apesar de pertencer a um partido opositor às forças oligárquicas

¹⁸⁶ O Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (PMDB), que sucedeu ao governo Amin, afirmou, em meados de 1988, que a dívida pública catarinense deixada por Amin era de 1 bilhão de dólares, o que corresponderia a um aumento de 67%, em relação ao governo anterior.

¹⁸⁷ Devido a vários afastamentos decorrentes do precário estado de saúde de Pedro Ivo Campos e posteriormente seu falecimento (1990) o vice-governador, Casildo Maldaner, cumpriu grande parte do mandato.

catarinenses, não alterou a lógica do enriquecimento privado em Santa Catarina. Mesmo porque o Coronel Pedro Ivo Campos era originário dos setores mais conservadores do PMDB, logo não representando maiores problemas para os grandes grupos catarinenses.

O governo do PMDB buscou, ao longo dos quatro anos de mandato, a recuperação econômico-financeira do governo estadual, com destaque para o saneamento do Sistema Financeiro Estadual (Besc, Badesc e BRDE, tendo os dois primeiros sofrido intervenção do Banco Central). "Pela primeira e única vez em sua história, o Besc, no final de 1986 início de 1987 esteve em situação pré-falimentar, consequência da política financeira desastrosa e pouco responsável que precedeu à instalação do Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, aliada a uma *política de terra arrasada* praticada nos últimos meses anteriores à transferência do Poder Executivo ao governo democrático e majoritariamente eleito pela legenda do PMDB"¹⁸⁸. (GA)

A preocupação inicial da administração peemedebista foi sanear o endividamento do governo estadual e do Sistema Financeiro de Santa Catarina a partir, especialmente, do arrocho salarial do funcionalismo público, reduzindo os gastos com pessoal para, em média (1987-1990), 51% das despesas públicas catarinenses no período. A busca do saneamento das finanças através do achatamento salarial dos funcionários públicos estaduais fez com que ocorressem conflituosas greves do funcionalismo, impondo significativo desgaste político ao governo do PMDB.

A luta dos trabalhadores estaduais contra as tentativas de arrocho salarial podem ser expressas pelas contas do governo no período: as despesas com pessoal (Secretaria da Administração e Planejamento) corresponderam, em 1987, a 25,6%; em 1988 foram reduzidas para 18,2%; em 1989, após muitas lutas dos trabalhadores, aumentaram para 38,7%; e, em 1990, permaneceram no mesmo nível do ano anterior.

É fundamental captar que o governo do PMDB, que em nada se diferenciou dos governos anteriores, não buscou com suas políticas econômicas alterar o modelo de desenvolvimento existente até então. Ao contrário, deu continuidade a um desenvolvimento concentrador de rendas, no qual os trabalhadores catarinenses, anualmente, tinham sua par-

¹⁸⁸ Secretaria da Fazenda. *4 Anos de Administração Financeira 1987-1990*, Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, Florianópolis, 1991.

ticipação na riqueza gerada cada vez mais reduzida. Tal lógica pode ser entendida também pelo modo como as administrações peemedebistas governaram, mesmo durante a ditadura militar, as principais cidades industriais de Santa Catarina, especialmente Blumenau e Joinville, agindo sempre como quando no governo do Estado e sendo, portanto, um dos responsáveis pela lógica do enriquecimento privado catarinense nos padrões vigentes até os dias de hoje.

A continuidade da lógica da acumulação concentradora e excludente, mesmo no governo do PMDB, pode ser ilustrada também pelo volume de financiamentos concedidos pelo Badesc. "...as aplicações do Badesc, por Fonte de Recursos, no atual Governo, caracterizando a injeção de recursos à economia catarinense, no montante de 163,0 milhões de BTNs, que equivalem atualmente a um valor superior a Cr\$ 23 bilhões, sendo que o BNDES, a principal fonte de recursos, foi responsável por 93% dos recursos aplicados..."¹⁸⁹. Essa cifra corresponde, em dólares, a aproximadamente 200 milhões, em valores de dezembro de 1992 e foram direcionadas para atender aos interesses de empresas de grande porte.

Para oferecer incentivos às empresas catarinenses, o governo estadual instituiu o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Proced), através da Lei Estadual Nº 7.320, de 08 de junho de 1988, que "...se constitui em um instrumento de política industrial para Santa Catarina, capaz de fortalecer a atual estrutura empresarial existente e oferecer novas oportunidades de investimentos a empresários locais e externos"¹⁹⁰. O Proced financiava até 70% dos investimentos fixos dos projetos, por um prazo de até cinco anos, com os incentivos variando de 30 a 75% do ICMS recolhido pela empresa.

Finalmente, é importante compreender que durante o Governo de Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner, a atuação governamental no âmbito das suas relações com o capital privado catarinense não alterou a lógica que sempre determinou a ação dos governos anteriores, ao contrário, apesar de ser um governo opositor às oligarquias catarinenses, continuou a manter e ampliar o enriquecimento privado em Santa Catarina, baseado na intensa intervenção do Estado.

¹⁸⁹ Secretaria Da Fazenda. *4 Anos de Administração Financeira 1987-1990*, Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, Florianópolis, 1991.

¹⁹⁰ Secretaria de Estado da Indústria do Comércio e do Turismo. *Manual de Instruções – PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense*, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, s/d.

Plano Sim 1991-1994

Governo Vilson Kleinübing (PFL)

De acordo com a Gazeta Mercantil¹⁹¹, o governo Kleinübing tinha três programas de incentivos às empresas catarinenses: o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec); Programa de Modernização da Indústria Catarinense (Promic); e, Programa de Descentralização das Atividades Produtivas (Prodap). Para esses programas, em junho de 1992, havia solicitações para 100 projetos, totalizando Cr\$ 2,28 trilhões.

Ainda na mesma edição do periódico, com a manchete "Por que a Brahma foi para Lages", o jornal afirma que as vantagens foram significativas: financiamento por parte do governo estadual, via conversão de ICMS, de US\$ 44 milhões, do total de 150 milhões de dólares, orçado para a implantação da empresa; a prefeitura de Lages concedeu um terreno de 1 milhão de metros quadrados, fez terraplanagem e acessos rodoviários. Enfim, de acordo com o programa, "a empresa poderá financiar até 75% do ICMS devido no primeiro ano de operação da fábrica, 70% no segundo, 60% no terceiro, 50% no quarto e 40% do quinto ao sétimo ano, observando-se, porém o limite de 50% do capital investido" (Gazeta Mercantil, 1992: 01). Portanto, vê-se que, apesar de toda a propalada crise de receitas por parte do governo estadual, com o conseqüente arrocho salarial, decadência dos serviços públicos, tais como saúde e educação, aos agentes privados toda a forma de benefícios é concedida no sentido de financiar os grandes grupos privados e em detrimento de soluções para os problemas sociais.

O governo do PFL, de Vilson Kleinübing, em verdade, por compromisso de proposta e por formação ideológica, mantém a mesma lógica dos governos anteriores, com intenso incentivo ao empresariado catarinense. Eis um exemplo: a ida de empresários à famosa Feira de Hannover, na Alemanha, ocorrida no mês de abril de 1993, foi financiada, quase na totalidade, pelo Badesc. "...isso só foi possível devido ao apoio do Badesc, que abriu uma linha de 74 créditos. Rubens Clasen, diretor de planejamento e sistemas do Badesc, diz que o banco abriu uma linha de crédito de 240 mil dólares para financiar micro e pequenas

¹⁹¹ *Gazeta Mercantil*, caderno especial, versando sobre "Incentivos Fiscais dos Estados", 04.06.92.

empresas, que queiram participar de eventos, para conhecer novos métodos de produção. O Badesc, com esta linha de crédito, quer facilitar a absorção de novas tecnologias por parte dos empresários catarinenses: para a feira de Hannover foram financiadas 60 empresas, num total de 140 mil dólares. Os restantes 100 mil dólares estão disponíveis para participação em outras feiras que ajudem a qualificar o parque industrial de Santa Catarina. O prazo dos financiamentos é de até 24 meses e juros de 12% ao ano e mais a correção monetária"¹⁹².

Governo de Santa Catarina 1995-1998

Governo Paulo Afonso Vieira (PMDB)

Indubitavelmente o Governo Paulo Afonso Vieira, ex-Secretário da Fazenda do Governo Pedro Ivo Campos, entre os representantes mais fortes das alas conservadoras do PMDB catarinense, venceu as eleições em Santa Catarina por margem pequena de votos num segundo turno bastante disputado com a ex-Deputada Federal e atual Prefeita de Florianópolis, Ângela Amin, em um pleito "sui generis", para Santa Catarina. Nessa eleição, pela primeira vez de forma explícita, houve uma ruptura pública e eleitoral entre Esperidião Amin, Senador da República (PPB), e a liderança maior no Estado e no Brasil, do PFL, o ex-Senador e ex-Embaixador do Brasil em Portugal e atual presidente do partido, Jorge Konder Bornhausen.

Essa composição, isto é, a união do PMDB, de Paulo Afonso Vieira, com adversários históricos da ex-ARENA, PDS e dissidência do partido que formou o atual PFL, permitiu a Vieira a vitória eleitoral, sem a qual, Ângela Amin seria a Governadora de Santa Catarina, permitindo à família Amin um amplo domínio sobre a política estadual, considerando ainda a força política do atual Senador da República, Esperidião Amin¹⁹³.

Aparentemente, a vitória de Paulo Afonso Vieira, representou a possibilidade de retomada do PMDB forte do passado, equiparado a lideranças tais como Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos. Entretanto, se

¹⁹² Jornal *Diário Catarinense*, 22/4/93, Florianópolis.

¹⁹³ Nas recentes pesquisas eleitoriais, o Senador aparece em 1º lugar com aproximadamente 50% das intenções de votos para a próxima eleição para Governador do Estado. Jorge Konder Bornhausen será candidato ao Senado na mesma chapa de Amim, ou seja, adversários em 1994, Bornhausen e Amim são aliados em 1998.

pela sua "inexperiência", ânsia pelo poder, ou mesmo egocentrismo, a nova liderança peemedebista (o mais jovem governador do País), iniciou seu governo numa aliança com o PFL, concedendo cargos a esse partido e a todos os setores do PMDB. Entretanto, gradativamente, Paulo Afonso Vieira foi reduzindo o poder da composição que o elegeu, formada pelo PMDB e PFL (os mais importantes), somados ao PDT e PSDB, e constitui sua base decisória no que ficou conhecido como a "República dos Fiscais"¹⁹⁴.

A ação estatal do chamado "Governo de Santa Catarina", em seus objetivos, não se alterou em muito em relação aos governos anteriores, isto é, criando e ampliando mecanismos de ação estatal para o empresariado catarinense. Entretanto, com a vitória em nível federal, de Fernando Henrique Cardoso as propostas de seu governo alteraram a relação entre municípios, estados e união, no que se refere ao endividamento e às rolagens de dívidas, isto é, iniciou-se um rígido controle sobre os gastos públicos¹⁹⁵.

Considerando as novas circunstâncias em relação à redução das possibilidades da ação estatal, como sustentáculo do enriquecimento privado no Estado de Santa Catarina, mas, por outro lado, a vinculação histórica dos grupos privados catarinenses e externos, e, por consequência, a continuada demanda desses grupos pelos empréstimos e pela facilidades fiscais subsidiadas, tomou o governo Paulo Afonso três medidas, entre outras, que marcaram sua administração e, por que não dizer, a história da política e da economia catarinense.

Com formas distintas, mas com objetivos comuns, isto é, buscar recursos para dar continuidade histórica à ação desenvolvimentista do Governo Estadual: 1 – Readequação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – Prodec e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina – Fadesc Lei Nº 9.885, de 19 de julho de 1995 e Lei Nº 10.068, de 30 de janeiro de 1996; 2 – Redução Linear dos Salários em 15% dos Servidores Públicos Estaduais, em de-

¹⁹⁴ A formação acadêmica de Paulo Afonso Vieira é Direito, entretanto sua atuação profissional é de fiscal de tributos estaduais, de onde escolheu os seus principais assessores de confiança, constituindo a referida "república".

¹⁹⁵ O Governo Federal criou mecanismos de controle sobre os endividamentos estaduais e municipais, como um mecanismo de controle macroeconômico (manter a inflação baixa), praticamente obrigando os governos estaduais e municipais a se reestruturarem em relação a antigas e clássicas formas de endividamento (emissão de títulos e rolagem de dívidas), tendo de partir deles os ajustes e as adequações necessários.

zembro de 1995, através do Decreto 124/95; 3 – Pagamento dos Precatórios, Lei Nº 10.168, de 11 de julho de 1996.

Prodec e Fadesc

Tais leis têm como objetivo dar continuidade aos programas anteriores tais como, Procape, isto é, "estimular o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, em consonância com a iniciativa privada, mediante concessão de apoio financeiro, crédito e econômico que garanta a geração de novas oportunidades de trabalho, visando: I – a implantação, expansão e reativação de empreendimentos industriais e agroindustriais; II – a implantação, expansão e reativação de programas cooperativos industriais, agroindustriais e de armazenagem de produtos agrícolas; III – estimular e intensificar a internacionalização da economia catarinense, incrementando e fortalecendo as atividades dos portos e aeroportos do Estado" (Prodec, Lei Nº 10.068 de 30 de janeiro de 1996, Art. 2º).

Os recursos que possibilitavam sustentar o Fadesc, são oriundos dos créditos e participações acionários, baseadas no ICMS, com variações de isenções de 75%, no 1º ano; 70%, no 2º ano; 60%, no 3º ano; 50%, no 4º ano; e 40%, do 5º ao 10º ano.

Como "parceiros" do Prodec/Fadesc, entre outros, estão os já conhecidos pelo seu papel desenvolvimentista: o Badesc e o BRDE, como agentes financeiros do Fadesc.

Redução Linear dos Salários

No final do ano de 1995, término do primeiro mandato, o Governo Paulo Afonso Vieira, na tentativa de conter os gastos da máquina pública com custeio, adota uma medida de grande repercussão na sociedade catarinense: a redução linear dos salários dos servidores públicos estaduais, como forma de "economizar" recursos públicos com gastos de custeio, para direcioná-los aos investimentos da máquina pública, sobretudo em infra-estrutura produtiva.

Essa medida causou um impacto significativo na sociedade catarinense, tendo setores favoráveis, entre os quais, grandes empresários, principais interessados em gastos governamentais em investimentos pelos possíveis retornos financeiros diretos e indiretos. Por outro lado, a revolta dos servidores públicos estaduais era evidente, considerando em particular.

O Golpe das Letras

*O Golpe das Letras*¹⁹⁶ não será objeto de análise profunda neste livro, aspecto já devidamente abordado por Moacir Pereira no seu livro já citado. Entretanto, cabe observar que, em meu entendimento, o caso dos precatórios de Santa Catarina não foi somente: “Uma desastrosa decisão de governo, movida por interesses políticos e inserida dentro de um projeto eleitoral...” (PEREIRA, p. 21), mas uma ilustração emblemática e desesperada (com as evidentes ilegalidades) da tentativa de manter a ação estatal desenvolvimentista do governo de Santa Catarina, mesmo numa época de profundo esgotamento da ação estatal, isto é, de crise financeira e administrativa do Estado.

O governador Paulo Afonso Vieira, numa perspectiva de retomada, fora de época, da ação estatal, falseou informações, omitiu dados, enfim, montou uma grande engrenagem de corrupção para que, em seu governo, o agente estatal já praticamente esgotado financeiramente, com dívidas e inchaço da máquina pública, pudesse dar continuidade à histórica ação desenvolvimentista do governo estadual catarinense.

Cabe destacar que, a partir da adoção do Plano Real, sobretudo com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o governo federal passou a adotar um intenso controle dos estados e municípios, especialmente sobre os seus processos de endividamento, coibindo portanto, facilidades até então existentes de financiamentos e endividamentos a governos estaduais que não tinham condições reais de sustentar tais compromissos.

Nesse sentido, o caso dos precatórios, no contexto deste livro, denota muito mais a necessidade de setores empresariais e governamentais de Santa Catarina manterem ativos os mecanismos históricos da ação governamental, no Estado, do que um simples caso de corrupção administrativa.

Finalmente, o Governo Paulo Afonso Vieira, pode vir a ser a evidência empírica e melancólica do fim de um ciclo onde o enriquecimento privado sustentou-se preponderantemente no agente estatal, devido à além do seu esgotamento, as novas relações que gradativamente parecem ir se consolidando entre empresas, Estado e sociedade. Em outras palavras, embora de forma lenta e gradual, em meu entender, essas relações vêm passando por profundas alterações, sobretudo com a crescente difusão da informação e articulação da sociedade civil, tendo um maior controle sobre o aparelho estatal.

¹⁹⁶ PEREIRA, Moacir. *O Golpe das Letras*. Santa Catarina, Editora Insular, 1997.

Enriquecimento Privado Versus Empobrecimento Social

Nesta parte do capítulo serão analisados os principais setores da economia catarinense e os respectivos grupos econômicos em atuação no Estado, evidenciando seus vínculos históricos com a intervenção estatal sob mecanismos diversos; bem como a ampliação das suas riquezas patrimoniais através da superexploração do trabalho.

Destaca-se, ainda, que os setores/grupos analisados representam os setores mais importantes da economia catarinense e, por tal razão, apesar de numericamente poucos, são ilustrativos da histórica relação parasitária do empresariado com a intervenção estatal e a subordinação superexploratória da força de trabalho.

Setor Metal-Mecânico/Grupo Tupy

A Fundação Tupy, empresa localizada em Joinville, nordeste de Santa Catarina, atuando na ramo mecânico/metalúrgico, alcança, nos anos 50, altos níveis de crescimento.

Fundada em 1938, a Fundação Tupy¹⁹⁷ é uma das empresas brasileiras por onde passaram o maior número de autoridades públicas. Prefeitos, Deputados, Senadores, Ministros de Estado e mesmo Presidentes da República passaram pela Fundação Tupy.

Possuindo, em dezembro de 1991, um patrimônio líquido declarado de 152 milhões de dólares, sendo o 84º grupo privado do Brasil¹⁹⁸, a Tupy foi uma das empresas catarinenses que mais fez uso da intervenção estatal para o seu enriquecimento.

A evolução da Fundação Tupy deve ser associada ao processo de industrialização da economia nacional, especialmente no pós-guerra, especificamente nos anos 50, com a instalação da indústria automobilística no Brasil. Tal processo abriu oportunidades de mercado para a produção da empresa catarinense.

¹⁹⁷ Sobre a história da Tupy, ver: TERNES, Apolinário. *A Estratégia de Confiança*, Joinville, (S.Ed.), 1988.

¹⁹⁸ De acordo com "Balanço Anual", da *Gazeta Mercantil*, 1992.

Ao longo de sua história, sob o comando da família Schmidt, precisamente com Albano Schmidt (1938-1958) e Dieter Schmidt (1958-1979), a Tupy buscou íntima relação com os governos, tanto estadual como federal. Eis algumas ilustrações de tal relação:

- Dieter Schmidt foi Secretário da Indústria e do Comércio de 1979 a 1981 (Jorge Konder Bornhausen/PDS – 1979-1983), quando morreu em acidente aéreo, sendo substituído na Secretaria por um ex-diretor da Tupy, o Sr. Nilson Wilson Bender.

- Presença, em 1960, do Almirante Lúcio Meira, presidente do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e do BNDE, para inauguração do forno túnel II.

- 1961 – empréstimo junto ao BID de 560 mil dólares, para pagamento em cinco anos.

- Inauguração, em 1968, do Centro de Processamento de Dados, com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva.

- 1965 – inauguração do pavilhão de recozimento, com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio do Governo Castelo Branco, Mário Thibau.

- Ainda em 1965, outro acontecimento importante, envolvendo diretamente a Tupy, é a campanha política que acabou por conduzir o então diretor-gerente, Nilson Wilson Bender, à prefeitura de Joinville. Político, já obtivera um mandato de vereador e, agora, com o apoio da Tupy, na medida em que Dieter Schmidt decidira investir firme na campanha, Bender exerce o cargo de prefeito no período de 1966/70.

- 1966 – Visita do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco à Tupy.

- 1967-1972 – Implantação do Plano D (duplicação), com investimentos previstos de 11 milhões de dólares, sendo 50% financiados pelo BNDE, tendo o mesmo banco avalizado um empréstimo de 1 milhão e 700 mil dólares no exterior.

- 1968 – aniversário de 30 anos da Tupy, com a presença do Ministro da Indústria e Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva, e do Ministro das Relações Exteriores, José Magalhães Pinto.

- 1969 – Implantação, por parte do Banco Nacional da Habitação (BNH), do conjunto residencial Boa Vista. Em razão do permanente crescimento do número de colaboradores, a Tupy realiza esforços especiais e consegue, no Banco Nacional de Habitação, em 1969, a implantação de um conjunto residencial no Boa Vista.

- 1972 – Inauguração do "Plano D", com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio, Marcos Vinícius Pratini de Moraes e do Presidente do BNDES, Marcos Pereira Vianna.

- 1972-1975 – Implantação do "Plano T", que são investimentos da ordem de 500 milhões de cruzeiros (cerca de 70 milhões de dólares), dos quais o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico financeira 215, a Tupy 152; empréstimos do exterior seriam de 54 milhões e outros 30 viriam de aumentos do capital social e de terceiros. O financiamento do BNDE foi assinado no dia 3 de abril de 1973 e saudado como o maior da história do Banco a uma empresa particular.

- 1975 – 1º de maio/Dia do Trabalho, comemoração com a presença do Presidente, General Ernesto Geisel, e a do Governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, entre outros.

- 1975 – Presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, para inauguração do Centro de Desenvolvimento Pessoal.

- 1978 – crise de endividamento. A crise financeira seria finalmente superada com aumento de capital e uma ampla renegociação (em 1978) da dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No momento mais crítico, a Tupy chegou a um grau de endividamento de 2,5, significando que, para cada cruzeiro de capital próprio, devia 2,5 cruzeiros a terceiros.

- 1991 – Adolar Pieske, funcionário da Tupy, de 1973 a 1991, assume a presidência do Badesc.

Esses são alguns exemplos, ao longo da história da Tupy, de seus estreitos vínculos com o aparelho estatal catarinense. O resultado de tal relação é a significativa expansão patrimonial tida pela empresa ao longo de sua história.

O crescimento patrimonial, de 1971 a 1981, foi de aproximadamente 650%. Nesse mesmo período, a economia catarinense, que cresceu em altos níveis, teve um crescimento do PIB de somente 213%, enquanto o Brasil cresceu no período somente 130%¹⁹⁹. Em 1971, a Tupy tinha um patrimônio líquido declarado de 17 milhões de dólares, passando a ter, em 1981, 125 milhões de dólares. Entre 1981 e 1991, a situação patrimonial da empresa permaneceu estagnada.

Deve-se observar, ainda, que, de acordo com dados da Celesc,²⁰⁰ a Fundação Tupy era a maior empresa devedora para a distribuidora de

¹⁹⁹ Fonte: IBGE, FGV, FEE, IPARDES, SEPLAN/SC.

²⁰⁰ CELESC, relatório de contas em atraso, 9/3/92.

energia catarinense, tendo um débito de Cr\$ 861.515.740,00 (29/2/92), correspondendo, em valores de dezembro de 1992, a um débito de aproximadamente 1 milhão de dólares.

Ainda quanto à relação da Fundação Tupy com o agente estatal, destaca-se o trabalho de René Raul Rodriguez Vergara²⁰¹, no qual demonstra que, entre 1963-1981, o BRDE respondeu financeiramente por 75% dos investimentos feitos em Santa Catarina, dos quais o setor metalúrgico beneficiou-se com 12%: "os financiamentos do BRDE corresponderam em média a 75% do valor de cada projeto de investimento contratado no período" (VERGARA, 1985: 14-15).

No âmbito do empobrecimento social, observa-se que, entre os anos de 1950 e 1960, a participação do trabalho²⁰² na riqueza gerada de Santa Catarina ficou na média de 28%. De todas as riquezas geradas em Santa Catarina entre os anos de 1950 e 1960, as Rendas do Trabalho (RT) ficaram, em média, na faixa dos 28%, enquanto as Rendas da Propriedade apropriaram-se de 72% de toda a riqueza estadual.

No ramo específico (metal-mecânico) de atuação da Tupy, observa-se, a partir dos anos 50, a redução crescente das rendas do trabalho. Em 1950, no ramo metalúrgico, as RTs eram de 32%; 1960 = 32%; 1970 = 27%; 1975 = 20%; 1980 = 24%; e 1985 = 23%. No setor supracitado verificou-se, entre 1950-1985, uma redução no montante da riqueza gerada de 9%. No ramo mecânico tinha-se, em 1950, uma participação dos salários de 41%, reduzindo-se para 23%, em 1985, totalizando uma perda de 18% contra o trabalho e a favor do capital.

Ilustra-se, por fim, que no ramo de atuação da Fundação Tupy, a participação dos trabalhadores ("colaboradores"), embora acima da média catarinense entre os anos 50-60, foi reduzida significativamente, na média dos dois setores, em 14%, entre 1950-1985.

Vê-se, portanto, que também no âmbito da relação capital versus trabalho, a Tupy busca ampliar seu patrimônio através da superexploração do trabalhador catarinense.

No município de Joinville, onde está sediada a Fundação Tupy, com uma população de 346.000 habitantes²⁰³ – a maior cidade de San-

²⁰¹ VERGARA, René Raúl Rodriguez. *O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1985. Mimeografado.

²⁰² Neste trabalho usarei os dados do IBGE (Censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985) no item relativo ao Valor da Transformação Industrial (VTI), dividi *Rendas da Propriedade – RP* – (Lucros, Juros e Aluguéis) e as *Rendas do Trabalho – RT* – (Salários, Retiradas e Outras Remunerações).

²⁰³ Fonte: Censo IBGE 1991.

ta Catarina–, existiam em 1992, 22.000 desempregados, um déficit de 20.000 moradias e, somente 5% da população dispunha de esgoto sanitário²⁰⁴.

Setor Carbonífero-Cerâmico Grupos Freitas e Guglielmi

Para a ilustração do enriquecimento privado no período (1960-65), considerando inclusive a carência de informações empresariais sobre o assunto será usada a análise de dois ramos que tiveram grande impulso nos anos 60, mesmo com uma significativa participação dos trabalhadores (RT) na riqueza gerada.

De acordo com o Censo de 1960, o ramo das Indústrias Extrativas de Produtos Minerais era o que, em Santa Catarina (RP = 69% e RT = 31%), tinha uma participação maior dos trabalhadores na riqueza gerada, com 61% de Rendas do Trabalho.

Tal fato explica-se por ser o ramo de extração de minerais, em todo o Estado, o que apresentava o maior número de trabalhadores organizados no âmbito da luta sindical. O movimento sindical catarinense alcançou, através dos mineiros, um marco histórico de lutas contra o capital. Entretanto, a luta dos mineiros catarinenses obteve, ao longo de sua história, um ganho que pode ser relativizado, porque as eventuais vantagens salariais alcançadas eram, genericamente, repassadas aos custos do carvão, pagos pelo governo federal, destinatário da produção. O que se verificou, portanto, foi que o aumento da participação dos trabalhadores na riqueza social da região não se deu somente a partir da conquista da parcela nos ganhos da renda da propriedade, mas a partir do repasse de tais aumentos para o governo federal, logo, para toda a sociedade – que compra o carvão da região.

Situada no sul de Santa Catarina, preponderantemente no município de Criciúma, a extração do carvão foi por muitos anos a principal atividade econômica da região. De meados dos anos 70 em diante, passa a ter grande importância econômica para a transformação de minerais não-metálicos (cerâmica).

²⁰⁴ Informações expressas em: *Diário Catarinense Especial* – "Joinville Rumo à Virada do Século", 30/3/93.

Vinculados historicamente ao carvão, destacam-se, hoje, os grupos econômicos Cecrisa e Guglielmi, originados de antigas famílias que iniciaram suas atividades em sociedade, tendo, posteriormente, desmembrado a parceria.

O Grupo Cecrisa atua especialmente no ramo cerâmico e, secundariamente, na comunicação, mineração, turismo, transporte e construção civil. A antiga família Freitas, proprietária do grupo, atuou inicialmente na construção civil (empreiteiras, que viviam de encomendas vantajosas da Rede Ferroviária Federal, que administrava a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina) e, num segundo momento, passou a atuar também na extração de carvão, tanto do metalúrgico quanto do energético, vendendo-os ao governo federal. Nesse mesmo processo, iniciaram-se as atividades da tradicional família Guglielmi, hoje o Grupo Guglielmi, com atuação em áreas diversas: extração de carvão, medicina, hotelaria e loteamento, agropastoril e construção civil.

Essas antigas famílias, que deram origem a esses grupos, tiveram sua evolução patrimonial claramente associada ao Estado. Inicialmente, via ação direta, contratando obras e comprando carvão. Num segundo momento, quando da diversificação dos investimentos (cerâmica, comunicação, agropastoril e outros), o agente estatal interveio ofertando o crédito, os subsídios, os incentivos em suas múltiplas formas.

Observa-se, a partir de 1970²⁰⁵, um crescimento vertiginoso desses grupos:

O Grupo Cecrisa tinha em 1971, de acordo com Cunha²⁰⁶, um Patrimônio Líquido de 5 milhões de dólares, e dez anos depois (1981) estava com um patrimônio de 83 milhões de dólares, tendo um crescimento patrimonial de 1600%, doze vezes o crescimento do PIB catarinense no período (130%).

A cerâmica foi um dos setores que mais receberam incentivos estatais para o seu crescimento. "A história do *Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul* confunde-se com a da indústria de cerâmica de revestimento. Desde 1962, financiando os mais diversos projetos de expansão e/ou aperfeiçoamento tecnológico das empresas, o BRDE acompanha de perto o desenvolvimento do setor, vivendo cada

²⁰⁵ Especialmente porque é desse período que se dispõe de maiores informações contábeis das empresas.

²⁰⁶ CUNHA, Idaulo José. *O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*, Florianópolis, Ed. Paralelo 27, 1993.

um de seus passos²⁰⁷. De todos os investimentos realizados pelo BRDE, entre 1962-1982, 12% foram para o setor cerâmico.

Os vínculos da Cecrisa com o Estado²⁰⁸ estendem-se a setores distintos, desde a obtenção do crédito, subsídios, incentivos, até o domínio sobre meios de comunicação (três TVs e nove rádios)²⁰⁹.

Para a expansão da indústria cerâmica catarinense tiveram papel significativo, também, os diagnósticos setoriais, elaborados pelo Cebrae/CEAG e outros, objetivando o acesso ao crédito fácil em organismos estaduais e federais de financiamento. Ao emitir as proposições, no âmbito da conclusão do "Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina", afirma tal relatório: "...assistência financeira às empresas já instaladas, principalmente no caso de capital de giro; desenvolvimento de esforços a nível governamental junto ao Ministério de Minas e Energia, para resolver os problemas de abastecimento de matérias-primas de minerais não metálicos; assistência financeira às empresas para seus novos planos de expansão e para implantação de novas unidades industriais; e criação de uma escola em nível técnico para aperfeiçoamento da mão-de-obra"²¹⁰.

Um dos mecanismos usados pelo Grupo Cecrisa, na busca de seu enriquecimento, é a concordata. Esse grupo já usou em diversas oportunidades dessa prerrogativa, lesando diretamente seus credores, sendo a última vez em janeiro de 1991. Na oportunidade, o grupo tinha um patrimônio de 1 bilhão de dólares, com dívidas entre 100 e 130 milhões de dólares. "...a Cecrisa brilha como um dos melhores exemplos de que a recuperação através de uma moratória legal bem conduzida, mesmo para portadores de dívidas maciças, é perfeitamente possível"²¹¹. Somente ao BADESC, a Cecrisa devia, na época da concordata, a importância de 50 milhões de dólares.

De acordo com o "Relatório de Contas em Atraso/Celesc – 9/3/92", as empresas do Grupo Cecrisa (Incocesa, Cecrisa, Cesaca, Portinari,

²⁰⁷ Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Informe Setorial: Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1988.

²⁰⁸ Destaca-se ainda que o Grupo Cecrisa teve representação importante no Congresso Nacional, tendo sido seu fundador, Diomício Freitas, Senador (nomeado pelo partido que governava o Estado no período, nesse caso a ARENA) entre final dos anos 60 e início dos anos 70.

²⁰⁹ Ver: Zero: "Dossiê: Oligarquias Dominam Rádio e TV em SC", Nº 1, Ano X, Florianópolis 25/9/92, Curso de Jornalismo da UFSC.

²¹⁰ CEBRAE – CEAG-SC/CODESUL/CODESC/SIC/BADESC/BESC. *Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1977.

²¹¹ Revista *Exame*: "A Revanche de um Antigo Campeão", março de 1993.

Eldorado) deviam de energia elétrica à Celesc, em 29/2/92, a importância de Cr\$ 2.900.000,00 (aproximadamente 400.000 dólares).

Além do histórico e parasitário vínculo da Cecrisa com o Estado, ocorre também no setor uma crescente superexploração do trabalho. As Rendas do Trabalho são: 1950 = 28%; 1960 = 36%; 1970 = 30%; 1975 = 19%; 1980 = 23%; e 1985 = 21%. Observa-se, portanto, uma redução da participação do trabalho na apropriação da riqueza gerada.

O Grupo Guglielmi estabeleceu, e mantém até os dias de hoje, íntima relação com o aparelho estatal, especialmente por ser o maior vendedor privado de carvão da região. Uma ilustração de tal proximidade evidencia-se com a aquisição da Companhia Siderúrgica Nacional (Próspera) em Criciúma, pelo Grupo Guglielmi, por um preço muito abaixo do valor patrimonial, com o devido pagamento sendo realizado com moeda podre (títulos governamentais). Verificou-se, também, por parte do novo proprietário da mina, a resistência em garantir os pouco mais de 200 empregos para os mineiros da antiga estatal, termo que fora acordado na compra. Tal impasse acabou exigindo a intervenção do governo estadual (pagando os mineiros) para efetivação das contratações.

Em função de o Grupo Guglielmi ser uma empresa de capital fechado, suas informações patrimoniais são de difícil acesso, razão pela qual não se pode ilustrar seu enriquecimento com base em dados mais precisos.

No âmbito das rendas da propriedade e do trabalho, verifica-se uma crescente perda por parte deste em favor daquelas. Se, em 1960 as Rendas do Trabalho (RT) chegaram a 61% do Valor da Transformação Industrial, em 1985 esta participação foi reduzida à metade, isto é, 33%. Vê-se, portanto, que a crise do setor carbonífero (redução da demanda por parte do governo federal), que atinge a região, afeta com muito maior intensidade os trabalhadores, que têm a sua participação na riqueza gerada cada vez mais reduzida.

Setor Agroindustrial-Cerâmico Grupo Portobello

Como já se verificou em outras ilustrações, o período de 1971-1981 é aquele em que ocorre a maior expansão relativa dos patrimônios empresariais privados de Santa Catarina. No governo de Jorge Konder

Bornhausen (1979-1983), entretanto, o Grupo Empresarial Usati/Portobelo expande sobremaneira seus patrimônios.

Entre 1971-1981, a Usati/Portobello cresceu, patrimonialmente, de acordo com Cunha²¹², 3.700%, sendo o grupo catarinense que mais se desenvolveu no período. Da análise da evolução histórica da empresa, depreende-se que é exatamente a partir de 1979 que tal grupo amplia substancialmente sua área de atuação, até então limitada ao plantio de cana e refinaria de açúcar²¹³. Em 1979, o Grupo Usati/Portobello passa a atuar também no setor cerâmico, com constantes ampliações do parque produtivo. Instalações de fábricas, caldeiras, fornos e outros, são uma constante a partir de então. A diversificação atinge, ainda, o setor alimentício (Portobelo Agropecuária). Na década de 80, continua a ampliação no setor cerâmico e outros.

O Grupo Usati/Portobello aparece algumas vezes como beneficiário do Procape, entre 1978 e 1983. Além, é claro, de beneficiar-se do crédito rural do Banco do Brasil, bem como dos incentivos à exportação, através do Finex (Financiamento à Exportação), dos quais a maioria dos grandes grupos catarinenses se beneficiaram.

O espantoso crescimento patrimonial declarado do Grupo Usati/Portobello verifica-se através da análise patrimonial de 1971 a 1989, no qual constata-se uma evolução de 8.700%.

No que diz respeito à relação capital versus trabalho, nos setores de atuação do Grupo Usati/Portobelo (alimentar e cerâmico), já se analisou, nos períodos de governo anteriores, a profunda concentração de renda.

Setor de Material Elétrico Grupo WEG

No âmbito do enriquecimento privado, nesse período, a WEG foi uma das empresas que mais cresceram patrimonialmente em Santa

²¹² CUNHA, Idaulo José. *O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*, Florianópolis, Editora Paralelo 27, 1993.

²¹³ No primeiro semestre de 1984, a imprensa catarinense, especialmente o *Jornal de Santa Catarina*, noticiou a existência de trabalho escravo mantido pela Usati. Representantes da empresa procuravam, nas cadeias do interior do Paraná, presos indigentes, que não podiam pagar fiança pelos delitos cometidos, assumindo a empresa tal custo, obtendo, em contrapartida, a liberdade dos detentos, que passavam a ter débitos com ela. Para saldar tais débitos, os ex-presos submetiam-se às determinações da Usati, isto é, passavam a trabalhar para ela.

Catarina, desde a sua fundação. A WEG, fundada em 1961, teve, desde o ano de sua fundação (1960) até 1986, uma inacreditável expansão patrimonial: 120.000%²¹⁴. Desde que se instalou, a WEG manteve íntima relação com os agentes estatais. "E multiplicavam-se as viagens a Brasília, para obter junto ao Ministério da Indústria e do Comércio e ao Consider, a elevação de cotas para a WEG, a fim de que a empresa pudesse efetivamente atender à demanda do mercado por motores elétricos. Nestas viagens, era comum encontrar-se nos gabinetes de Brasília com outros empresários catarinenses, especialmente Wittich Freitag, da Consul, que tinha igualmente o mesmo problema de fornecimento de chapas de aço para a sua fábrica de geladeiras, em Joinville relembra Eugênio José da Silva" (TERNES, 1986: p. 55). Apesar de buscar reconhecer no empresário "empreendedor-inovador" a responsabilidade do enriquecimento do Grupo WEG, Ternes, embora de forma tangente, menciona o auxílio estatal: "Os investimentos maciços que passam a ser realizados a partir de 1968, exigem, além de todos os recursos da própria empresa, subsídios de órgãos financeiros do governo, destinados à ampliação do parque industrial brasileiro. Destacam-se, neste momento, os financiamentos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE" (Idem, *ibidem*, p. 58).

Também amplia seu patrimônio através do apoio estatal às exportações. Constata-se, também, o "perfeito relacionamento" com o Banco do Brasil, especialmente no contato com gerentes, diretores e mesmo um ex-presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin: "então diretor administrativo do banco, que viria a presidir durante o mandato na presidência da República de João Figueiredo. Hoje Oswaldo R. Colin integra o Conselho de Administração da WEG" (Idem, *ibidem*, p. 76). Coincidência ou não, foi exatamente no último ano do governo do General Figueiredo, quando Colin presidia o Banco do Brasil, que em apenas um ano a WEG aumentou o seu patrimônio líquido em 137% (pois tinha em 1984 = Cr\$ 210.395 e 1985 = Cr\$ 499.622 (em Cr\$ 1.000) – valores atualizados pelo IGP)²¹⁵.

Entretanto, as condições de trabalho e os salários eram determinados pela empresa, que fornecia aos trabalhadores alimentação, vestuário e moradia (barracas de lona no meio dos canaviais) com preços exorbitantes e de aquisição obrigatória. Enfim, os ex-presos trabalhavam o mês todo e, ao final do período, dadas as dívidas com a reprodução da vida, recebiam salários que não lhes permitiam cobri-las totalmente, razão pela qual continuavam subordinando-se à Usati.

²¹⁴ Ver TERNES, Apolinário. *25 anos – História da WEG, S.A.*, Jaraguá do Sul, Gráfica Meyer, 1986.

²¹⁵ Fonte: TERNES, Apolinário. *25 anos – História da WEG, S.A.*, Jaraguá do Sul, Gráfica Meyer S/A, 1986.

Um dos históricos representantes do empresariado catarinense no âmbito do aparelho do Estado, tanto regional quanto federal, é o ex-governador do Estado, o Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Também na WEG, o ex-vice-governador cumpre papel importante. "A mesma comenda - o motor elétrico -, pela segunda vez, é entregue em 1979, ao governador Antônio Carlos Konder Reis, que presentemente integra o Conselho de Administração da WEG... A proposta para diversificar os interesses da WEG para a área da alimentação surgiu da parte do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, membro do Conselho de Administração da WEG, que alertou sobre esta possibilidade, utilizando-se também dos incentivos fiscais do governo para o setor" (Idem, *ibidem*, p. 111 e 125).

O próprio livro de Ternes, que narra a história da WEG a partir da versão dos donos do capital, reconhece em diversas passagens, como se viu, que o Estado fez-se muito presente no processo de acumulação de capital da empresa. Na relação capital versus trabalho, também se verifica uma das bases da acumulação do Grupo WEG.

Entre 1981/84, a economia brasileira passou por um dos períodos mais recessivos de sua história. A WEG teve, dada a subjugação dos trabalhadores, condições de repassar-lhes boa parte de seus prejuízos. "Fruto de um relacionamento correto e de alto nível com todos os colaboradores, que sentiam os efeitos visíveis da recessão pelo volume de estoques que continuavam a crescer na empresa, a WEG não teve dificuldades para obter um amplo acordo reduzindo-se a jornada de trabalho em 25% e em menores e diferentes porcentagens nos salários de todos os colaboradores, da presidência ao servente de serviços gerais, em momentos diferentes" (Idem, *ibidem*, p. 117). Observa-se, pois, que numa sociedade capitalista, na qual a lógica é regida pelos lucros, a empresa repassou, se não na totalidade, mas pelo menos em parte, os prejuízos aos trabalhadores.

Entretanto, apesar da crise ocorrida na primeira metade dos anos 80, observa-se que o Grupo WEG continuou a ampliar seu patrimônio. Entre 1980 e 1984, verifica-se um crescimento real do patrimônio líquido da WEG de 54%, portanto, muito menor do que o verificado até então, mas significativo para a profunda crise de acumulação verificada naquele período²¹⁶.

²¹⁶ Em 1981 a WEG associa-se a uma empresa de Blumenau que fabrica transformadores, passando, posteriormente, a assumir o seu controle acionário integral, criando a WEG Transformadores. Tal fato é relevante em razão de a WEG Transformadores ter, como seu maior comprador, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da CElesc. Na mesma lógica - encomendas estatais, - via CELESC - expande-se a Luminar S.A., com sede em Tubarão, sul do estado, que, de uma pequena empresa familiar, *através das encomendas estatais*, constitui-se numa das principais empresas (prestadora de serviços) do setor de material elétrico.

No que diz respeito às Rendas da Propriedade e do Trabalho no setor de material elétrico, onde atua a WEG, observa-se uma significativa concentração em favor do capital.

Entre os anos de 1960 e 1985, de acordo com os dados de que se dispõe, as Rendas do Trabalho nunca ultrapassaram a faixa dos 23% (1980), chegando a corresponder a somente 13%, em 1975. Na média, entre os anos supracitados, tem-se uma Renda do Trabalho correspondente a somente 18%. Aos proprietários do capital couberam, ao longo da história da WEG, em média, 82% de toda a produção de riquezas. Em outras palavras, no ano de 1985, com uma produção de motores elétricos prevista para aproximadamente 1 milhão de unidades, coube aos "colaboradores", na forma de salários, o correspondente, somente a 180 mil motores, enquanto os empresários "empreendedores e inovadores" apropriaram-se de 820 mil motores²¹⁷.

O Grupo WEG, em dezembro de 1991, era o 7º grupo privado catarinense em patrimônio líquido declarado (116 milhões de dólares), correspondendo ao 109º grupo privado brasileiro.

Verifica-se, pois, que também no caso do Grupo WEG a expansão patrimonial declarada é espantosa, superando em muito o crescimento da economia catarinense no período.

Setor de Material Plástico

Grupo Hansen

No período em análise, com relação ao enriquecimento privado, verifica-se, de acordo com os dados disponíveis para o ano de 1973, que já se encontram empresas catarinenses entre as 500 maiores do Brasil²¹⁸. Santa Catarina terá oito, totalizando um patrimônio líquido declarado, em valores atualizados para dezembro de 1991, de 122 milhões de dólares. As empresas que aparecem entre as quinhentas maiores do Brasil, são:

- Hansen US\$ = 35 milhões de patrimônio líquido
- Tupy US\$ = 27 milhões de patrimônio líquido

²¹⁷ Os números relativos à produção anual de motores da WEG estão expresso em TERNES.

²¹⁸ Fundação Getúlio Vargas. *500 Maiores*, 1974.

- Hering US\$ = 15 milhões de patrimônio líquido
- Consul US\$ = 13 milhões de patrimônio líquido
- Carlos Renaux US\$ = 9 milhões de patrimônio líquido
- Teka US\$ = 9 milhões de patrimônio líquido
- Battistela US\$ = 8 milhões de patrimônio líquido
- Cremer US\$ = 7 milhões de patrimônio líquido

Observa-se, portanto, que as empresas privadas catarinenses, depois de uma década de incentivos, subsídios e mesmo de uma conjuntura nacional favorável, já despontam entre as maiores do Brasil.

No âmbito das rendas, entretanto, dentro da mesma lógica de superexplorar a mão-de-obra obreira, dada a expansão da economia no período, entre os anos de 1970 e 1975, verifica-se uma significativa redução da participação das Rendas do Trabalho, na riqueza gerada. Em 1970, os trabalhadores apropriavam-se (média dos setores) de 26% do Valor da Transformação Industrial do Estado. Em 1975, tal participação reduziu-se para 19%, significando uma diminuição de 6% em apenas 5 anos na participação dos trabalhadores nos frutos da produção industrial catarinense.

Vê-se que, em 1973, a principal empresa catarinense é a Hansen, atuando preponderantemente no setor de produtos de matérias plásticas. Em 1991, o Grupo Hansen já é o 4º grupo privado de Santa Catarina e o 51º do Brasil, com um patrimônio líquido de 232 milhões de dólares²¹⁹.

No setor de atuação do Grupo Hansen é onde se verifica um dos índices de maior concentração da riqueza gerada em Santa Catarina. No setor de produtos de matérias plásticas, entre os anos de 1950 e 1985, as rendas do trabalho alcançam, na média, 14,5%, enquanto o capital se apropria, sob a forma de juros, lucros e aluguéis, de 85,5% da riqueza média gerada.

No período em análise, 1971-1975, é quando se observa, no setor de produtos de matérias plásticas, uma participação ainda menor das rendas do trabalho na apropriação na riqueza gerada. Em 1970, as rendas do trabalho participam de somente 13% do valor da transformação industrial catarinense. Em 1975, a participação dos trabalhadores reduziu-se para 11% do valor da riqueza gerada.

²¹⁹ *Gazeta Mercantil*. "Balanço Anual 1992".

Setor de Produtos Alimentares Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval

Destaca-se a significativa expansão, nos anos 70, das empresas catarinenses que atuam nesse setor de produtos alimentares, especialmente a Sadia, a Perdigão, a Chapecó e a Ceval (Hering). As empresas que atuam nesse setor apresentam, no período de 1971/1981, um dos maiores índices de crescimento entre as empresas do Estado. As principais empresas do setor cresceram, juntas, em apenas 10 anos, 6.000%. A Sadia teve uma evolução patrimonial declarada, entre 1971/81, de 970%; a Perdigão, de 2.220%; a Chapecó, de 1.300%; e a Ceval, de, 1.500%; aproximadamente.

Em dezembro de 1991, os três grupos (Sadia, Perdigão, Chapecó) mais a Ceval detinham um patrimônio líquido declarado de 1 bilhão e trezentos milhões de dólares²²⁰, aproximadamente.

No setor de produtos alimentares, constata-se também a intensa superexploração do trabalho, embora de forma ampliada, na medida em que a mesma atinge tanto os produtores integrados²²¹ quanto os trabalhadores que atuam diretamente na produção industrial interna da empresa. As rendas do trabalho, entre 1950 e 1985, corresponderam a somente 14%. Em média, os proprietários do capital apropriaram-se de 86% de toda a riqueza gerada no setor de produtos alimentares desde 1950. Apesar da sua apropriação média (1950/85) ser de 14%, observa-se que os trabalhadores vêm, historicamente, reduzindo a participação na riqueza social gerada. Em 1960, as rendas do trabalho correspondiam a 18% do valor da transformação industrial do setor produtor de alimentos do Estado de Santa Catarina. Em 1975, a parte apropriada pelos trabalhadores reduziu-se para 12% do valor da riqueza gerada. Em 1985, os trabalhadores participaram ainda menos da

²²⁰ *Gazeta Mercantil*. "Balanço Anual 1991".

²²¹ São famílias que, dada a pequena propriedade agrícola que possuem e as dificuldades de reprodução dessa propriedade, subordinam-se às empresas agroindustriais. Tal relação faz com que, em Santa Catarina, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs)-IBGE, verifique-se o maior índice relativo, no Brasil, de pessoas que trabalham e não recebem rendimentos. Tal pesquisa considera somente como recebendo rendimentos as famílias que participam do sistema integrado, uma pessoa (dada a baixa remuneração paga aos produtores integrados), enquanto, geralmente, toda a família, na produção integrada, atua e recebe. A PNADs (IBGE) de 1990 aponta que no Estado de Santa Catarina, havia, das 3.500.000 pessoas, "de 10 anos ou mais", 1.500.000 sem rendimentos (inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios), das quais 720.000 pessoas vivem do meio rural. Portanto, em 1990 aproximadamente 42% das pessoas de 10 anos ou mais trabalhavam e não recebiam qualquer remuneração, ou recebiam somente benefícios.

apropriação sob a forma de salários, retiradas e outras remunerações de toda a riqueza nova criada pelo setor. Nesse ano, couberam aos trabalhadores somente 10%. Tal processo ilustra a profunda superexploração à qual estão submetidos os trabalhadores catarinenses, nesse caso os do setor produtor de alimentos.

No que diz respeito às relações dessas empresas com os aparelhos estatais estadual e federal, constata-se um estreito vínculo entre a evolução patrimonial das mesmas empresas e os órgãos financeiros oficiais. De acordo com Vergara²²², o setor mais beneficiado com os financiamentos do BRDE, entre 1962 e 1982, foi o da indústria alimentar, com 19% de todos os financiamentos liberados pela instituição no período. Ainda com relação aos incentivos recebidos pelas empresas do setor, Giese²²³ evidencia o intenso uso dos mecanismos estatais para ampliar o enriquecimento privado das empresas supracitadas. "Durante a mesma década de 70, o poder estadual ofereceu aos industriais empréstimos e créditos subsidiados e facilidades no recolhimento de impostos devidos, ou mesmo a sua isenção. Neste período o ramo industrial que mais se beneficiou destas ações governamentais foi o dos produtos alimentares. A instalação de novas empresas (por exemplo, a Sadia e a Chapecó) foi financiada através de fundos estaduais como o Fundesc/Procape, permitindo também o reequipamento das fábricas já existentes" (Giese, 1991: 126).

Os mecanismos de auxílio estatal para o setor de produtos alimentares são diversos: crédito direto e indireto, subsídios, infra-estrutura (acesso aos pequenos produtores), educação (formação de técnicos para as empresas agroindustriais), incentivos à exportação e outros.

O setor agroindustrial catarinense destaca-se, também, por ter ao longo de sua história representantes diretos no governo estadual. Na primeira parte deste trabalho já se demonstrou tal inserção, destacadamente no caso de Atílio Fontana, fundador do Grupo Sadia, que atuou na empresa somente 2 anos, sendo o restante de sua vida "dedicada" à atuação política, de vereador, passando por vice-governador, chegando a Senador da República.

²²² VERGARA, René Raul Rodriguez. *O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1985. Mimeografado.

²²³ GIESE, Barbara. *A Atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)*, Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991. Mimeografado.

Entretanto, outros casos podem ser ilustrativos da participação direta de empresários do setor produtor de alimentos em órgãos públicos, tais como: Plínio A. de Nes (Grupo Chapecó), que foi Secretário do Oeste de Santa Catarina, no período de governo de Colombo Machado Sales e presidente do Badesc, entre 1976 e 1979; Victor Fontana (Grupo Sadia), Secretário da Agricultura, no governo de Antônio Carlos Konder Reis e vice-governador de Esperidião Amin Helou Filho; Ivan Oreste Bonato (Grupo Perdigão) foi Secretário da Fazenda, no governo de Antônio Carlos Konder Reis.

Do Grupo Hering (Ceval), não se identifica representação direta no aparelho estatal catarinense. Entretanto, a intervenção estatal foi um dos fatores determinantes da sua significativa acumulação, notadamente no caso da Ceval, empresa criada a partir dos incentivos governamentais estaduais e federais, solicitados a partir da realização dos diagnósticos setoriais²²⁴.

As empresas desse setor, apesar da profunda crise do Estado brasileiro, continuam a se beneficiar dos incentivos e subsídios para ampliar seus domínios patrimoniais. "O BNDES aprovou o financiamento de US\$ 12,3 milhões para a Frigobrás – empresa do Grupo Sadia, destinado à compra de um complexo industrial composto por uma fábrica de processamento e refino de grãos de soja e três unidades de armazenamento, em Mato Grosso do Sul. Sua aquisição permitirá ao Grupo Sadia aumentar em 37% sua capacidade de esmagamento de soja. O financiamento do BNDES corresponde a 60% do investimento total do projeto"²²⁵.

Tal lógica pode ser ilustrada pela posição internacional das empresas privadas de Santa Catarina, que se consolidaram mundialmente nos anos 80, enquanto o País como um todo e a grande maioria da população trabalhadora fica cada vez mais empobrecida. A Fundação Tupy é (1993) a maior fundição independente da América Latina; a Consul é a líder latino-americana na produção de refrigeradores; a Dohler é uma das maiores indústrias têxteis do País; restando, ainda, a Sadia, Perdigão, Ceval, Hering, Cecrisa, Eliane, Papel e Celulose Catarinense, Portobello, etc., todas empresas líderes nacionais e, na maioria dos casos, internacionais, nos respectivos setores.

²²⁴ CEAG/SC – CEBRAE – BRDE – SIC – CODESUL – PROCAPE. *A Indústria da Soja em Santa Catarina: análise técnico-econômica*, Florianópolis, 1976.

²²⁵ *Gazeta Mercantil*. "BNDES Financia Aquisição de uma Fábrica a Sadia", 6/11/92.

Entre os 300 maiores grupos econômicos do Brasil, em 1991, aparecem 17 com sede em Santa Catarina, (os valores são relativos a dezembro de 1991²²⁶), a saber:

01 – Grupo Hering	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 593,8
02 – Grupo Sadia	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 412,4
03 – Grupo Perdigão	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 332,6
04 – Grupo Hansen	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 231,8
05 – Grupo Eliane	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 156,2
06 – Grupo Tupy	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 152,2
07 – Grupo Weg	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 116,0
08 – Grupo Teka	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 104,8
09 – Grupo Chapecó	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 88,5
10 – Grupo V. Fraiburgo	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 74,2
11 – Grupo Artex	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 69,2
12 – Grupo Dohler	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 64,6
13 – Grupo Cremer	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 59,7
14 – Grupo Sulfabril	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 41,8
15 – Grupo Marisol	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 34,8
16 – Grupo Renaux	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 21,9
17 – Grupo Wetzel	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 14,6

Entre as maiores empresas, temos:

1 – Consul	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 205,8
2 – Embraco	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 148,3
3 – Papel e Celulose Catarinense	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 125,8
4 – Cecrisa/Cesaca/ Eldorado/Portinari	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 129,0
5 – Portobello	Patrimônio Líquido (US\$ milhões) = 62,1

Finalmente, o patrimônio declarado dos maiores grupos e empresas catarinenses perfazem, em dezembro de 1991, a espantosa soma de US\$ 3.225.500.000,00 (Três bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões e quinhentos mil dólares).

Numa rápida e superficial comparação da evolução patrimonial de 1973 (é a partir desse ano que há dados disponíveis) a 1991, 14 anos, portanto, observa-se que:

²²⁶ Fonte: *Gazeta Mercantil*, "Balanço Anual, 1992".

- o Grupo Hering aumentou seu patrimônio em 38 vezes;
- o Grupo Tupy aumentou seu patrimônio em 4 vezes;
- os Grupos Sadia e Perdigão os quais sequer apareciam, em 1973, entre as 500 maiores empresas (Conjuntura/FGV), passam a ser, em 1991, o 2º e 3º grupo privado do Estado.

Por outro lado, contrariamente ao afirmado pelos defensores do chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*, ao longo dessas décadas, a renda estadual cada vez está mais concentrada.

Artigo de Gilberto Montibeller²²⁷ constata que, a partir do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), construído a partir de indicadores que envolvem: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, concentração de renda (coeficiente de Gini), e outros, a maioria da população catarinense encontra-se em nível abaixo de países considerados pobres. "...com relação à renda per capita o Estado de Santa Catarina (US\$ 3.035,00 - 1987) sobressai, superando todos os países considerados, inclusive a Coreia do Sul (US\$ 2.690,00 - 1987), apresentada quase sempre como o exemplo das potencialidades do capitalismo, e em até seis vezes os países mais pobres da lista (e não mais pobres do mundo, que não estão aqui considerados, pois a preocupação foi relacionar apenas os que apresentam IDS superior a Santa Catarina). O outro lado da questão é, todavia, alarmante: o desenvolvimento social catarinense é inferior a quase todos os países da tabela, os quais, convém insistir, têm renda média muito inferior. Nações com renda seis vezes inferior apresentam-se socialmente superiores a Santa Catarina! O índice catarinense de 0,65, que resulta de uma taxa de alfabetização de 86,5%, esperança de vida de 72 anos e coeficiente de Gini 0,56 (numa escala que vai de zero a um) - revela-se no mesmo nível de países de reconhecidos problemas sociais como a Tunísia (0,63), El Salvador (0,68) e Filipinas (0,69); e ficamos incrivelmente distantes de sociedades latino-americanas como Chile (0,80), Peru (0,81) e Costa Rica (0,84)" (MONTIBELLER, 1991: 07-08).

Vê-se, pois, com base em estudos empíricos, que Santa Catarina não pode servir como exemplo de distribuição de renda, de boas condições sociais e outras, como difundem as elites do Estado. Estar acima do índice brasileiro (0,52) de IDS não é muito para um Estado que pretende ser a

²²⁷ MONTIBELLER, Gilberto. *Carência Social no Estado de Santa Catarina*. Atualidade Econômica. Florianópolis. Departamento de Ciências Econômicas, Ed. da UFSC, Ano 5,(19):6-9, set.out., 1991.

"Europa" brasileira. Nesse sentido, afirma Montibeller: "A estrutura de distribuição da renda, o grau de alfabetização e o nível geral de saúde (aqui medido pelo indicador Esperança de Vida ao Nascer) são o resultado, tanto das relações sociais de produção quanto da atuação dos Governos. Não basta produzir muito; importante é que o fruto da produção se espalhe pela sociedade como um todo" (Idem, *ibidem*, 1991: 09).

Aos trabalhadores catarinenses não foi permitido ter, sequer ao longo das últimas décadas, uma participação significativa nos aumentos de produtividade. Fenômeno contrário ao que afirma o ex-Deputado Federal (SP) e Economista do Partido dos Trabalhadores, Aloízio Mercadante, quando afirma que "O lucro pertence ao capital. É sua remuneração. Os aumentos de produtividade e os benefícios do desenvolvimento é que têm de ser repartidos entre os trabalhadores"²²⁸.

Entre 1950 e 1980, a relação entre aumento de produtividade e participação dos salários, na indústria de transformação de Santa Catarina, especialmente a partir de 1970, acabou privilegiando muito mais o enriquecimento privado do que os aumentos salariais. Ilustra o autor que, em 1970, a produtividade do trabalho foi, nas empresas com mais de 500 trabalhadores, 405,92 (em Cr\$ 1.000, inflacionados pelos IGP-DI médio de 1980 – FGV), enquanto o salário médio foi de 82,61, correspondente a 20% da produtividade. Em 1980, a produtividade foi de 873,53, enquanto o salário médio foi de 109,52, o que corresponde a 12,5% da produtividade. Principalmente a partir de 1970, a parcela de produtividade incorporada aos salários começa a decrescer, aumentando o grau de exploração do capital sobre os assalariados industriais. Portanto, em Santa Catarina, tal como no Brasil, com exceção de alguns setores, aos trabalhadores sequer foram socializados os ganhos de produtividade de forma significativa.

Ainda quanto à repartição da renda em Santa Catarina, o que se verifica é uma melhor distribuição entre os salários, isto é, da riqueza salarial gerada anualmente. A parte relativa às rendas do trabalho (RT) não são tão concentradas nas faixas salariais mais altas²²⁹. Entretanto,

²²⁸ Em entrevista à revista *Exame*, de 15 de maio de 1990.

²²⁹ Em Santa Catarina, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs-IBGE), 1990, do total das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais = 3.508.187 pessoas, têm-se: 103.205 (2,9%), recebendo até 0,5 salário mínimo; 432.073 (12,3%), recebendo mais de 0,5 a 2 salários mínimos; 320.404 (9%), recebendo mais de 2 a 3 salários mínimos; 400.492 (11,4%), recebendo de 3 a 5 salários mínimos; 268.798 (7,6%), recebendo de 5 a 10 salários mínimos; 85.489 (2,4%) recebendo mais 20 salários mínimos; e 1.481.066 (42,2%) não recebendo rendimento algum, ou recebendo somente benefícios.

como já foi visto, a divisão entre rendas da propriedade e rendas do trabalho mantém-se nos mesmos níveis de concentração que a do País.

Essa é a situação, após quase quatro décadas de intensa intervenção estatal na economia catarinense: os grupos privados do Estado consolidados mundialmente, buscando ampliar cada vez mais seus mercados; uma população socialmente empobrecida; um aparelho estatal endividado, esgotado financeiramente²³⁰, buscando oxigenar-se para dar continuidade ao impulso desenvolvimentista; um intenso arrocho salarial aos trabalhadores do serviço público estadual e uma crescente degradação dos serviços públicos, tais como: a educação, a saúde, a habitação e o transporte.

Observa-se que, entre 1947 e 1986, o PIB (valor dos bens e serviços produzidos) catarinense aumentou 1.500%. "...portanto nos últimos 40 anos, o PIB real anual catarinense teria crescido 14,8 vezes, contra 11,8 vezes do nacional; segundo avaliações preliminares. Esse desempenho corresponde a uma expansão anual média de 7,15% para o PIB estadual e de 6,45% para o brasileiro, o que corresponde a bons resultados, quando comparados aos níveis médios de crescimento de outros países"²³¹. Verifica-se, pois, que apesar do grande crescimento da economia catarinense no período, esse crescimento não ultrapassou, em 40 anos, mais que 1.500%.

²³⁰ Mais uma ilustração das conseqüências da ação estatal na relação enriquecimento privado versus empobrecimento social refere-se às empresas devedoras de ICMS para o governo catarinense. A dívida das empresas catarinenses para com o Governo do Estado somam (4/5/92) a fabulosa quantia de 150 milhões de dólares, o que daria para fazer 42.000 casas populares com 30m²; 16.000 salas de aula de 70m²; ou, ainda, 4.500 postos de saúde com equipamento médico e odontológico. Entre as empresas devedoras encontram-se: Metalúrgica Wetzel; Wetzel Tecnomecânica; Wetzel Fundação de Ferro; Kohlbach; Hering Brinquedos e Cristais Hering (Grupo Hering); Carrocerias Nielson; Cesaca Cerâmica e Cerâmica Portinari (Grupo Ceccrisa); Carbonífera Metropolitana e CSN (Grupo Guglielmi); Artex Têxtil (Grupo Artex); Perdigão Agroindustrial (Grupo Perdigão); e Irmãos Tiskoski (empresa da família do Deputado Estadual Leodegar Tiskoski (ex-PDS, PPR, atual PPB), que ocupa a Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina). (Fonte: *Diário Catarinense*, 30/5/93. Em 08 de junho de 1993, a "Coluna do SINTE" (*Diário Catarinense*, pg. 10), informa que o Deputado Nilson Nandi (PPB) deu entrada em projeto, na Assembléia Legislativa, objetivando parcelar as dívidas supracitadas em oito anos.

²³¹ Expresso em FERREIRA, Roberto. *Análise Conjuntural de Santa Catarina*, Florianópolis, vol. 3, Nº 5, jan.jun., 1987.

Evidenciou-se, num primeiro momento, a limitação – em alguns casos mais ideológica do que analítica – dos pensamentos e das escolas da economia política catarinense, na tentativa de evidenciar um suposto Modelo Catarinense de Desenvolvimento.

Os Periféricos, os Schumpeterianos, as Outras Contribuições e os Desenvolvimentistas analisaram a economia e a sociedade catarinense de múltiplas formas, mas todas, sem uma única exceção, deixaram de captar no processo de acumulação de capital em Santa Catarina a superexploração do trabalho e a intervenção estatal como fatores preponderantes para o crescimento das indústrias e das então pequenas estruturas familiares.

As duas variáveis supracitadas são fundamentais para compreender a atual situação econômica e social do Estado, na qual, de um lado, historicamente ampliaram-se os patrimônios privados, ideologicamente atribuídos à competência empresarial dos atuais grandes grupos econômicos e, de outro, ampliou-se o empobrecimento social catarinense.

O empobrecimento social no Estado atinge, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), de 1990, 21,3% da população catarinense. Santa Catarina, tinha na época, 4,5 milhões de habitantes; em consequência, a miséria atingia cerca de 963 mil pessoas. Apesar de o Estado ser, naquele momento, o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, quase um milhão de catarinenses não obtinham remuneração suficiente para manter-se com as mínimas condições necessárias.

Chapecó e Concórdia, cidades localizadas no oeste, região de produção alimentar, tinham, ambas, 23% (43.000 pessoas) da população na

condição de indigentes. Joinville, 10,7%; Blumenau, 8,5%; Florianópolis, 14%; Lages, 28%; Criciúma, 17%; e Tubarão, 20%.

Esses números mostram que em Santa Catarina não ocorre, como muitos acreditam, a inexistência de miséria, o que existe é apenas sua melhor distribuição regional. Verifica-se que os indigentes catarinenses são quantitativamente “bem” distribuídos pelas regiões do Estado²³².

Sustenta-se este conjunto de críticas às análises da economia política catarinense seja pela exclusão de considerações sobre a exploração do trabalho, relação fundamental da lógica capitalista, seja pela omissão quanto ao papel histórico que a intervenção estatal cumpriu no processo de acumulação em Santa Catarina.

Evidenciou-se também, apesar dos discursos proselitistas, que Santa Catarina não se constitui num “modelo de desenvolvimento”, ainda que pesem as peculiaridades econômicas estaduais (6 regiões produtivas, inexistência de grandes concentrações urbanas, diversificação da produção). No essencial, a lógica da acumulação capitalista, ocorreu nesse Estado da mesma forma que aconteceu em outros. As elites catarinenses e seus ideólogos, entretanto, devem ser denunciados como falsificadores que criaram um mito através do qual passaram a viver muito confortavelmente, pois tentam fazer crer à sociedade catarinense e brasileira que esse Estado era – ou ainda é – um modelo de desenvolvimento para o Brasil. Para isso, cunharam a expressão “Modelo Catarinense de Desenvolvimento”, que enaltece a capacidade empresarial e a disposição para a “luta” dos trabalhadores catarinenses.

Se historicamente a intervenção estatal e a superexploração do trabalho foram alguns dos sustentáculos da acumulação de capital em Santa Catarina, o que está evidenciado neste momento, apesar das alterações nacionais e internacionais nas relações entre o Estado, Empresas e Sociedade, em Santa Catarina, é que os grupos empresariais, através de sua entidade máxima, a Fiesc, já dão mostras de nova reivindicação, agora voltada para dar suporte à competição internacional. Ou seja, a criação de mecanismos de incentivos e financiamentos para as empresas catarinenses competirem no mercado internacional. O exemplo mais evidente foi a alteração de denominação e de funções do antigo BRDE, agora denominado Banco Regional de Desenvolvimento e Integração

²³²O Jornal *Diário Catarinense* publicou matéria sobre o tema: “A Fome em SC: 963 mil pessoas não tem o que comer”, 13 de junho de 1993.

(Brida), com objetivos explícitos de apoio as empresas catarinenses, sobretudo em relação ao Mercosul.

Deve-se observar ainda que o referido *Modelo Catarinense de Desenvolvimento* tornou-se mais insustentável ainda, no momento em que houve a abertura da economia brasileira ocorre com maior intensidade, a partir dos anos 90. Em consequência, as mercadorias produzidas em Santa Catarina passaram a concorrer com as internacionais. Em função da redução das tarifas de importação, muitos setores (o têxtil, como exemplo), entram em profundas crises, pois passam a concorrer com a produção de outros países, com maiores níveis de produtividade.

Finalmente, as considerações expressas neste trabalho devem ser contextualizadas historicamente, visto que, com o processo de globalização ora em curso, podem-se observar alterações globais importantes nas relações sociais e econômicas que gradativamente devem interferir nos mecanismos históricos de enriquecimento privado em Santa Catarina, tais como: controle mundial sobre os mecanismos de corrupção dos países e a cláusula social, assuntos em pauta nas reuniões da Organização Mundial do Comércio, que, segundo a OMC, interferem diretamente na chamada competitividade natural dos países. Tais alterações, entretanto, só devem ocorrer e consolidar-se de fato a partir da crescente participação da sociedade civil nas tomadas de decisões do Estado, através das suas múltiplas formas.

ABREU, Alcides. *Liberdade, Capitalismo e Prosperidade*. Florianópolis, Empresa Gráfica Grajaú Ltda., 1954.

_____. *Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento: panorama infra-estrutural de Santa Catarina - as comunicações*. Florianópolis, ADESG, 1970.

_____. *O Caminho do Homem: proposta para uma proposta para Santa Catarina*. Florianópolis, Imprensa Universitária, s/d, 4 cadernos.

_____. "Panorama da economia catarinense". in: *Ensaio Sobre a Economia Catarinense*. Florianópolis, 1970.

_____. *Mão-de-obra Industrial em Santa Catarina*. Florianópolis, SENAI, 1956.

AGUIAR, Itamar. *As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. (Dissertação de Mestrado, UFSC). Florianópolis, 1991.

ANDRADE, Léo Rosa de. *A Estrutura Coronelista de Dominação: análise de um caso*. (Dissertação de Mestrado, UFSC). Florianópolis, 1984.

_____. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo, Editora Acadêmica, 1993.

AQUINO, Cleber (org.). *História Empresarial Viva: depoimentos de empresários brasileiros bem sucedidos*. São Paulo, Editora Atlas, 1991, vol. V.

AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos"*. (Tese de Doutorado, PUC/SP). São Paulo, 1991.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *BESC - O Saldo Positivo de 30 Anos de Trabalho*. AZ Comunicação, Florianópolis, 1992.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Relatório das Atividades/1977*. Rio de Janeiro, 1977.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. *BRDE: A Ação Governamental na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul*. BRDE, s.d., Porto Alegre.

BENAKOUCHE, Rabah (Coord.). *Grupos Industriais da Região Sul do Brasil*. UFSC - Núcleo de Política Científica e Tecnológica. Florianópolis, 1983. Mimeografado.

BIANCHINI, Manlio da Cunha. *O PROCAPE na Iniciativa Privada: análise estatística*. Relatório Final de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC. Florianópolis, 1985. Mimeografado.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. CNI/FIESC, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1981.

_____. Ondina Pereira. *Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1981.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

CAMPOS, Nazareno José de Campos. *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis. Ed. da UFSC/FCC. 1991.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970*. Global, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo". in: *Mudanças sociais na América Latina*. 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1979, 5ª ed.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1990.

CÁRIO, Sílvio Antônio Ferraz. *Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista. valores e posições de classe*. (Dissertação de Mestrado, UFSC). Florianópolis, 1991, II volume.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas (SP). Papyrus. 1986.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1975. Vol. II.

CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (Século XVII-1960)*. Florianópolis. Imprensa Universitária, UFSC. 1980.

CEBRAE-CEAG-SC/CODESUL/CODESC/SIC/BADESC/BESC. *Diagnóstico da Indústria de Cerâmica de Revestimento do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis. CEAG/SC. 1977.

CUNHA, Idaulo José. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*. Florianópolis. FCC edições. 1982.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Difusão Européia do Livro, 1979.

_____. *O Salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis. Paralelo 27. 1993.

- DITTRICH, Regina Iara. *O Deputado Catarinense: Assembléia Legislativa no período de 1947 a 1965*. Florianópolis. Editora da UFSC. 1981.
- DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita na Nova República*. Petrópolis. Vozes. 1989.
- ESTADO DE SANTA CATARINA/Secretaria de Desenvolvimento. *Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais*. Florianópolis, s/d. Mimeografado.
- ESTADO DE SANTA CATARINA/Secretaria da Indústria e do Comércio. *Posição: a grandeza da empresa catarinense*. Florianópolis, s/d. IOESC.
- FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo. Cortez. 1991.
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *O Potencial Catarinense*. Setor Econômico, FIESC, vol. I, 1990.
- _____. *Guia da Indústria de Santa Catarina - 1992*. Florianópolis. FIESC. 1992.
- FONSECA, Pedro César Dustra. *BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento*. Porto Alegre. BRDE. 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 1977. 4ª Edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1959. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento Enfoque Interdisciplinar*. 1980. *Análise do Modelo Brasileiro*. 1972.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1986, 21ª ed.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1968.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado Industrial*. São Paulo. Pioneira. 1983.
- GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1987.
- GIESE, Barbara. *A atuação Política do Empresariado Catarinense dos Ramos Têxtil e Agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)*. (Dissertação de Mestrado, UFSC). Florianópolis. 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978.
- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau. Ed. da FURB. 1987.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo. Nova Cultural. 1985.
- HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro. Forense-Universitária. 1983.
- HOELLER, Grace Cristini. *Análise de Desempenho e Estratégias de Crescimento da "INPLAC - Indústria de Plásticos S/A" no Período Compreendido entre 1986 e 1988*. Florianópolis, 1990. (Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC.).

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a terra - o homem e a economia*. Florianópolis. Empresa da Revista dos Tribunais. 1968.

_____. *Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1971.

_____. *Gente da Terra Catarinense: desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis. Ed. da UFSC/FCC/Lunardelli/UDESC. 1988.

_____. *A Consciência Ecológica: a luta pelo futuro*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1991.

LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. *Obras Escolhidas*. 2ª edição. São Paulo. Alfa-Ômega. 1982.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Poder Político e Mudança Social*. Florianópolis. 1977. (Dissertação de Mestrado, UFSC).

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo. Editora Busca Vida. 1988.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930*. São Paulo, Difel, 1975.

MAMIGONIAM, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau". in: *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro. Vol. 27. Nº 3, julho-setembro. 1965.

_____. *Brusque: estudo de geografia urbana e econômica*. Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. 1960.

_____. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. *Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª Ed. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3ª ed. São Paulo/Petrópolis. Polis/Vozes. 1985.

MARX, Karl. *O Capital*. 9ª ed. São Paulo. Difel. 1984, 6 v.

MATTOS, Fernando Marcondes de. *A Industrialização Catarinense*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1968.

_____. *Santa Catarina: nova dimensão*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1973.

_____. *Santa Catarina: tempos de angústia e esperança - subsídios para um programa de governo*. Florianópolis. Edição do autor. 1978.

_____. *Santa Catarina: tempos de angústia e esperança - subsídios para um programa de governo*. 2ª ed. Florianópolis. Ed. Lunardelli. 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1982.

MICHELS, Ido Luiz. *Inflação e Marxismo: um estudo introdutório*. Florianópolis. 1989. (Monografia do curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC.).

_____. *A Ação Estatal no Sul de Santa Catarina: enriquecimento privado e empobrecimento social*. 1991. (Projeto de Dissertação, UFPPB). Mimeografado.

MOSER, Anita. *A Nova Submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial*. Porto Alegre. Edipaz. 1985.

MÜLLER, José et alii. *Termos de Referência - Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina*. Tubarão (SC). FEESC/SUDESUL, AMSESC e AMUREL, 1976. 2 volumes.

_____. José et alii. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado- PDDI do Município de Tubarão*. FEESC e Prefeitura Municipal de Tubarão, 1973.

NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. São Paulo. São Paulo. Círculo do Livro. 1987.

PELAES, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, Apec, 1972.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis. Ed. Lunardelli/FCC. 1992.

_____. *O Golpe das Letras*. Santa Catarina, Editora Insular, 1997.

PIAZZA, Walter Fernando & HUBENER, Laura machado. *Santa Catarina: história da gente*. 19ª ed. Florianópolis. Ed. Lunardelli. 1983.

SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. 2ª ed. São Paulo. Editora Best Seller. 1989.

SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965)*. Florianópolis. Ed. da UFSC/FESC/UESC. 1985.

Secretaria do desenvolvimento Econômico/IBAGESC-CEBRAE/BRDE-AGFLO, *Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina*. Florianópolis. Edeme. 1974.

Secretaria da Indústria e do Comércio. *Posição: a grandeza da empresa catarinense*. Florianópolis. Editograf. 1982.

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. *Santa Catarina: estado onde investir*. Florianópolis. IOESC. 1990.

Secretaria da Fazenda. *4 Anos de Administração Financeira 1987-1990*. Florianópolis. Governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, IOESC. 1991.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre. Editora Movimento. 1974.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961.

_____. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

SILVA, Etienne Luiz. *O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina*. Porto Alegre. 1978. (Dissertação de Mestrado, UFRS).

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6ª ed. São Paulo. Alfa-Ômega. 1985.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Nacional, EDUSP, 1973.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ª ed. São Paulo. Editora Nacional. 1977.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo. Atlas. 1993.

STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria de Tecelagem no Brasil*. 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 2ª ed. Campinas/SP. Editora da UNICAMP. 1986.

TEIXEIRA, Valter Nunes. *Alguns Fatores do Crescimento Industrial*. Porto Alegre, 1977. (Dissertação de Mestrado, UFRS).

TEIXEIRA, Olívio Alberto. *O Grau de Monopólio e a Parcela Relativa dos Salários no Valor Agregado na Indústria: observações empíricas na indústria de transformação catarinense 1950-1980*. Florianópolis, 1985. (Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC).

TERNES, Apolinário. *A estratégia da confiança*. Joinville. Círculo do Livro S.A. 1988.

_____. *25 anos – História da WEG*. Jaraguá do Sul. Gráfica Meyer S.A. 1986.

VEGINI, Edmundo. *A Personalidade Histórica de Crispim Mira e a Regeneração Nacional pela Ética Germânica do Trabalho (1880-1927)*. Florianópolis, 1984. (Dissertação de Mestrado, UFSC).

VERGARA, René Raul Rodriguez. *O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1985. (Dissertação de Mestrado, UFSC).

VITORETTI, Amádio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão, Prefeitura Municipal, 1992.

VIEIRA FILHO, Ady. *As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinenses – origem e evolução (1880-1985)*. Florianópolis. Edição do autor. 1986.

VILLELLA, A. & SUSIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. 1889-1945*. 12ª ed. Rio de Janeiro. 1985.

ARTIGOS

FERREIRA FILHO, Roberto. Santa Catarina: quatro décadas de transformações estruturais. in: *Análise Conjuntural de Santa Catarina*. Florianópolis, vol. 3, Nº 5, jan-jun., 1987.

Gazeta Mercantil. Relatório: *Incentivos Fiscais dos Estados*. 04.06.1992.

LISBOA, Armando de Melo. *Desmistificando "Santa" Catarina*. Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 1985.

MONTIBELLER, Gilberto. Carência Social no Estado de Santa Catarina. *Atualidade Econômica*. Departamento de Ciências Econômicas, Ed. da UFSC, Ano 5, (19):6-9, set.out. 1991.

Secretaria do Planejamento e Fazenda/GEPAC. *Industrialização em Santa Catarina, do Ponto de Vista do Planejamento Governamental*. s.d.

SILVA, Marco Aurélio da. Desenvolvimento e Competitividade das Firms de Equipamentos Elétricos do Nordeste Catarinense. In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, CAPES/MEC, Florianópolis, 1997.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pirita Humana: o mineiros de Criciúma*. Florianópolis. Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa. 1984.

XAVIER, Jurandir Antônio. *O Capitalismo Financeiro no Brasil*. Campina Grande/ UFPB. 1989. Mimeografado.

_____. *A Contemporaneidade da Questão Regional*. João Pessoa. Ed. UFPB. 1992.

_____. *Desenvolvimento Versus Regressão*. João Pessoa. Ed. União. 1992.

_____. *Crise Estatal: regressão na privatização ou superação na socialização?*. XVI ENECO, Campina Grande, set/89.

_____. A questão regional no exemplo de Campina Grande. *RAÍZES*. Nº 7, junho de 1988/ dezembro de 1990, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Ano IX, V. 5, Ed. UFPB.

ZUMBLICK, Walter. *Teresa Cristina: a ferrovia do carvão*. Florianópolis. Ed. da UFSC. 1987.

REVISTAS/OUTROS

BERNS, Margarida. *Economia Catarinense: Análise do projeto catarinense de desenvolvimento – 1971 a 1975*. (Trabalho de conclusão da disciplina Economia Catarinense, 2º semestre de 1992, UFSC).

-Gazeta Mercantil. *Balanço Anual*. diversos números.

IBGE/Censos Econômicos 1985, vol. 4 – Região Sul.

IBGE/PNADS - Santa Catarina, 1990.

-Informe Publicitário - *O mapa do tesouro*. Florianópolis. Governo do Estado de Catarina/ Secretaria de Comunicação, 87/89.

-Revista *Cadernos do terceiro mundo*. Rio de Janeiro. Editora do Terceiro Mundo, Nº 156, dezembro/92.

-Revista *Cadernos do terceiro mundo*. Nº 156, dezembro de 1992.

-Revista *Exame*. Editora Abril, 03 de março de 1993.

_____. 15 de maio de 1991.

-Revista *Time*. may 10,1993, Nº 19.

-Revista *Expressão*. Florianópolis. AZ Comunicação/FIESC, Nº 4, junho/julho-90.

SANTOS, Luciano João dos. *Economia Catarinense: PLAMEG II*. Trabalho de conclusão da disciplina Economia Catarinense, 2º semestre de 1992, UFSC.

TURNES, Andréia. *Economia Catarinense: Governo Esperidião Amin (83/87)*. Trabalho de conclusão da disciplina Economia Catarinense, 2º semestre de 1992, UFSC.

ZANELLA, Felipe Tawerney Favero. *Economia Catarinense: Governo Konder Reis (1975/1979)*. Trabalho de conclusão da disciplina Economia Catarinense, 2º semestre de 1992, UFSC.

Esta obra foi impressa pela
Divisão de Produção Gráfica - ACS/UFMS,
para a Editora da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul

